UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM LETRAS

MAIANE VASCONCELOS DE BRITO

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: rede social e práticas discursivas de racismo estético direcionado à mulher negra

São Cristóvão/SE
2026

MAIANE VASCONCELOS DE BRITO

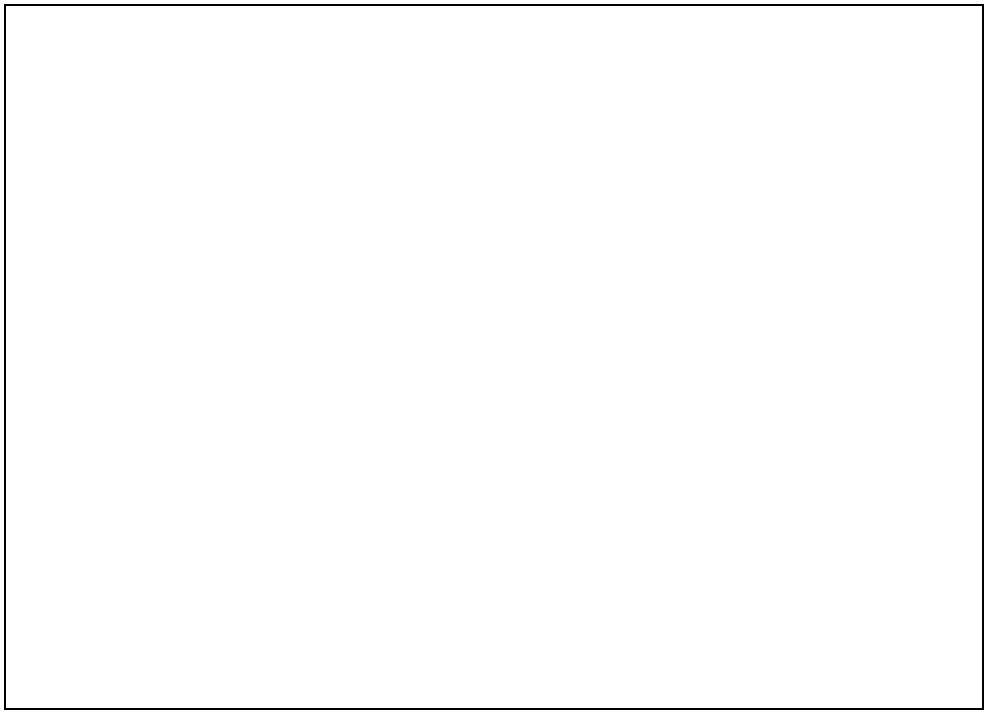
ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: rede social e práticas discursivas de racismo estético direcionado à mulher negra

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do grau de Doutora em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.
Orientadora: Profa. Dra. Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno.

São Cristóvão/SE

2026

FICHA CATALOGRÁFICA



MAIANE VASCONCELOS DE BRITO

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: rede social e práticas discursivas de racismo estético direcionado à mulher negra

Aprovada em: ___/___/_____

Tese apresentada como exigência para exame de defesa no curso de Doutorado em Letras, na área de concentração Estudos Linguísticos, à seguinte comissão julgadora:

_____

Profa. Dra. Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno — UFS (Presidente)

_____

Prof. Dr. João Paulo Lima Cunha — IFS (Membro externo ao programa)

_____

Profa. Dra. Cleide Emília Faye Pedrosa — UFS (Membro interno ao programa)

_____

Profa. Dra. Sandra Raquel Santos de Oliveira — UFS (Membro externo ao programa)

_____

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva Santos — UFS (Membro externo ao programa)

_____

Prof. Dr. Josenilson Ribeiro dos Santos — UFS (Suplente interno)

_____

Profa. Dra. Elza Ferreira Santos — IFS (Suplente externo)

Dedico esta tese a **Izabel** Santiago de Oliveira Vasconcelos (**Vovó Didi**), uma **mulher negra** que, por isso, já nasceu resistindo, que transgrediu a norma estabelecida por uma sociedade racista e patriarcal, alcançando lugares que somente a educação é capaz de proporcionar. Para isso, foi preciso ter muita coragem, coragem esta que inspirou as **mulheres** da família e que continua reverberando em **mim**.

AGRADECIMENTOS

Esta tese nasce da inquietação diante das violências naturalizadas nas redes sociais e do desejo de desvelar as engrenagens discursivas que sustentam o racismo estético direcionado às mulheres negras. Embora assinada por mim, ela é resultado de um percurso coletivo, tecido por diálogos, escutas e sobretudo afetos que me fortaleceram ao longo desta travessia acadêmica e política.

À minha orientadora e à banca examinadora, pelo acompanhamento institucional e pelas contribuições ao longo do processo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, por proporcionar um espaço de formação crítica e por fomentar debates que tensionam estruturas historicamente naturalizadas.

Aos colegas do grupo de pesquisa, pelas discussões, pelo compartilhamento de leituras e pelas reflexões que atravessaram esta investigação.

Às mulheres negras que, mesmo sob constante vigilância estética e discursiva, seguem produzindo saberes, beleza, resistência e reexistência. Este trabalho é também um gesto de denúncia das práticas discursivas que tentam desumanizar seus corpos e identidades, mas, sobretudo, de reconhecimento de sua potência histórica.

À minha família, especialmente às mulheres que me antecederam, por me ensinarem, antes mesmo da universidade, que resistir é também produzir conhecimento. Em vocês aprendi que a educação é instrumento de transformação e que a palavra pode ser ferramenta de enfrentamento.

Aos meus amigos e AMIGAS, que foram abrigo, escuta e sustento nos momentos em que o peso das palavras parecia maior do que eu podia carregar. Vocês estiveram presentes nas conversas longas, nos silêncios necessários, nas leituras compartilhadas, nas mensagens enviadas de madrugada e, sobretudo, nos dias em que a exaustão tentava transformar sonho em dúvida. Foram vocês que me lembraram que pesquisar também é um ato coletivo, mesmo quando a escrita insiste em nos isolar.

Em uma tese que analisa práticas discursivas de violência, encontrei em nossa amizade a materialidade do contrário: o cuidado, o respeito, a validação e o afeto como práticas igualmente discursivas e transformadoras. Obrigada por sustentarem comigo esta travessia, por acreditarem quando eu vacilei e por celebrarem cada pequena conquista como se fosse coletiva — porque, de fato, foi.

Que esta tese também seja um pouco de vocês.

Viestes pra escurecer
Pra fazer perder o medo
Denegrir-se em teu crespo
Que a natureza criou
Te vejo vestida de axé
Com turbante na cabeça
Rebentando a represa
Fluxo de negra mulher
Menina negrume da noite
Flor dos nossos ancestrais
Black magia na pele
Flor dos nossos orixás

("Negra Mulher" — Anne Carol)

RESUMO

A internet é um espaço que certamente possibilita muito aprendizado, encontros, agilidade no compartilhamento de informações, mobiliza atos políticos, debates, trabalhos e muitas atividades de desenvolvimento social, entretanto, neste mesmo ambiente pode haver propagação de *fake news* e disseminação de ódio. Ódio esse sempre direcionado a grupos minoritários e marginalizados socialmente. A relevância desta pesquisa reside em evidenciar o racismo contra mulheres negras em comentários do *Instagram* e como essa violência se naturaliza no discurso. Para isso, objetivamos analisar os discursos de ódio racial que amplificam e naturalizam a violência contra mulheres negras veiculados em páginas do *Instagram* nas quais publicizam-se produtos de beleza. Esta investigação está embasada na Análise Crítica do Discurso (ACD), tendo como principais referências Fairclough (2003, 2016), Wodak e Meyer (2003), Vieira e Resende (2016) e van Dijk (2010, 2018). Para dar conta da análise linguística, pré-requisito para uma análise em ACD, nos debruçamos sobre a Linguística Sistêmico-Funcional com base em Vian Jr. (2010) e Almeida (2010a, 2010b) e em seu sistema de avaliatividade, trabalhando com seus subsistemas de atitude e visualizando nos discursos como os usuários avaliam as postagens de publicidade de produtos cosméticos em que há uma mulher negra como modelo. Para abarcarmos questões inerentes aos estudos sobre Feminismo e Feminismo Negro, fundamentamo-nos em nomes como hooks (2019a, 2019b, 2020), Butler (2015, 2018a, 2018b, 2021), Davis (2017) e Gomes (2017), na medida em que as autoras se preocupam em explicar o percurso histórico da luta da mulher e da mulher negra ao longo dos séculos e trazer discussões sobre a violência e o controle praticados contra esse grupo. Sobre questões de ideologia, apoiamo-nos em Thompson (2018) e sobre decolonialidade em Santos (2010) e Vergès (2020). Nossa pesquisa é caracterizada pelo tipo qualitativo-interpretativo, utilizando comentários de usuários das redes sociais como recorte discursivo para constituição dos dados.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Racismo. Mulher Negra. Redes Sociais. Naturalização. Discurso de Ódio.

RESUMEN

Internet es un espacio que, sin duda, posibilita el aprendizaje, el encuentro entre personas, la rapidez en el intercambio de información, la movilización de acciones políticas, los debates, el trabajo y numerosas actividades de desarrollo social. Sin embargo, en este mismo entorno también pueden propagarse las *fake news* y difundirse discursos de odio. Este odio se dirige, de manera recurrente, contra grupos minoritarios y socialmente marginados. La relevancia de esta investigación radica en evidenciar el racismo dirigido contra las mujeres negras en los comentarios de *Instagram* y analizar cómo esta violencia se naturaliza en el discurso racista. Con este propósito, nos proponemos analizar los discursos de odio racial que amplifican y naturalizan la violencia contra las mujeres negras, difundidos en páginas de *Instagram* dedicadas a la publicidad de productos de belleza. Esta investigación se fundamenta en el Análisis Crítico del Discurso (ACD), tomando como principales referentes a Fairclough (2003, 2016), Wodak y Meyer (2003), Vieira y Resende (2016) y van Dijk (2010, 2018). Para llevar a cabo el análisis lingüístico, requisito indispensable para un estudio en el marco de la ACD, recurrimos a la Lingüística Sistémico-Funcional, con base en Vian Jr. (2010) y Almeida (2010a, 2010b), así como a su sistema de valoración, trabajando con los subsistemas de actitud para identificar cómo los usuarios evalúan las publicaciones publicitarias de productos cosméticos en las que aparece una mujer negra como modelo. Con el fin de abordar cuestiones inherentes a los estudios sobre el Feminismo y el Feminismo Negro, nos apoyamos en autoras y autores como hooks (2019a, 2019b, 2020), Butler (2015, 2018a, 2018b, 2021), Davis (2017) y Gomes (2017), en la medida en que explican el recorrido histórico de la lucha de las mujeres y, específicamente, de las mujeres negras a lo largo de los siglos, además de promover reflexiones sobre las formas de violencia y control ejercidas contra este grupo. En lo que respecta a la ideología, nos fundamentamos en Thompson (2018) y, para las discusiones sobre decolonialidad, en Santos (2010) y Vergès (2020). Nuestra investigación se caracteriza por un enfoque cualitativo-interpretativo, utilizando comentarios de usuarios de las redes sociales como recorte discursivo para la constitución del *corpus* de análisis.

Palabras clave: Análisis Crítico del Discurso. Racismo. Mujer Negra. Redes Sociales. Naturalización. Discurso de Odio.

ABSTRACT

The internet is a space that certainly allows a great deal of learning, engagement, agility in sharing information, mobilization of political acts, debates, work, and many social development activities, however in this same environment there can be the spread of fake news and the dissemination of hatred. This hatred is always directed at minority and socially marginalized groups. The relevance of this research lies in highlighting racism against black women in Instagram comments and how this violence is naturalized in discourse. To this end, we aim to analyse the racial hatred cyber discourses broadcast on Instagram pages that advertise beauty products, and how they are able to amplify and naturalize violence against black women. This research is based on the Critical Discourse Analysis (CDA) of Fairclough (2003, 2016), Wodak and Meyer (2003), Vieira and Resende (2016), and van Dijk (2010, 2018). In order to deal with linguistic analysis, a prerequisite for a CDA investigation, we looked at the Systemic-Functional Linguistics of Vian Jr. (2010) and Almeida (2010a, 2010b) and as for its evaluative system we worked with its attitudinal subsystems, visualizing in the discourses how users evaluate cosmetics advertising posts featuring a black woman as a model. In order to cover issues inherent to Feminism and Black Feminism studies, we will base ourselves on names such as hooks (2019a, 2019b, 2020), Butler (2015, 2018a, 2018b, 2021), Davis (2017), and Gomes (2017), as these authors are concerned with explaining the struggling historical path of women and black women over the centuries and bring up discussion about the violence and control practiced against this group. So as to discuss issues of naturalization, we rely on Thompson (2011) and, of decoloniality, on Santos (2010) and Vergès (2020). Our research is characterized by its qualitative-interpretative nature, drawing on comments from social media users as a discursive cutout for the constitution of the data.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Racism. Black woman. Social media. Naturalization. Hate Speech.

LISTA DE SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
ADTO	Análise Discursiva Textualmente Orientada
Covid-19	*Coronavirus Disease 2019*
CP	Código Penal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e outras identidades
LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
MEC	Ministério da Educação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 PERCURSO METODOLÓGICO 17
2.1 Motivação e fundamentação teórica 19
2.2 Estado da arte das pesquisas sobre racismo, mulheres negras e redes sociais digitais 22
2.3 Caracterização da pesquisa 29
2.4 Questões de pesquisa 32
2.5 Objetivos 32
2.5.1 Objetivo Geral 32
2.5.2 Objetivos Específicos 32
2.6 Constituição dos dados 33
2.7 Categorias de análise 35
2.8 A trajetória da análise 39

3 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD) — MARCO EPISTEMOLÓGICO E AS CATEGORIAS DISCURSIVAS 42
3.1 Análise Crítica do Discurso (ACD) 42
3.2 Discurso como prática social, ideologia, poder 51
3.3 Análise Discursiva Textualmente Orientada (ADTO) 66
3.4 Introdução à Linguística Sistêmico-Funcional 68
3.5 Avaliatividade: atitude, julgamento, apreciação 74
3.6 Avaliatividade: atitude, julgamento, apreciação — Aplicação do sistema de avaliatividade ao *corpus* da pesquisa 82
3.7 Categorias Linguísticas 84

4 LINGUAGEM, PODER E RACISMO: CATEGORIAS CRÍTICAS PARA A COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA 87
4.1 Racismo estrutural, institucional e simbólico 87
4.2 O racismo contra mulheres materializado no *Instagram* 100
4.3 Feminismo negro 110
4.4 Branquitude e lugar de fala 117
4.5 Plataformas, algoritmos e discurso de ódio 127

5 VOZES E SILENCIAMENTOS: ANÁLISE CRÍTICA DO RACISMO ESTÉTICO CONTRA A MULHER NEGRA NO *INSTAGRAM* 133
5.1 Apreciação estética racializada 136
5.2 Julgamento moral e desqualificação social 171
5.3 Afeto negativo e regimes de rejeição 221
5.4 Síntese interpretativa 228
5.5 Fechamento do capítulo 229

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 231

REFERÊNCIAS 234

ANEXO I — POSTAGENS 243

1 INTRODUÇÃO

A crescente presença das mídias digitais no cotidiano tem transformado profundamente as formas de interação social, criando espaços de visibilidade, promoção e resistência, mas também de disseminação de discursos de ódio. No contexto brasileiro, esses discursos têm se revelado de maneira preocupante nas redes sociais, especialmente quando se dirigem a sujeitos historicamente marginalizados, como as mulheres negras. A violência racial e de gênero nesses ambientes digitais se manifesta de forma explícita ou velada, naturalizando desigualdades estruturais e reforçando estigmas sociais.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como os discursos de ódio racial naturalizam e amplificam violências simbólicas contra mulheres negras, veiculados em páginas do *Instagram* voltadas à publicidade relacionada à beleza.

Teoricamente, apoio-me na Análise Crítica do Discurso (ACD) para dar conta de uma análise sociodiscursiva proposta por Fairclough (2016). Além disso, é uma análise que leva em consideração o texto como base para que, através das marcas lexicais, possam-se comprovar as manifestações do abuso de poder por meio dos discursos. A esse tipo de análise, dá-se o nome de Análise Discursiva Textualmente Orientada (ADTO).

A ACD também se vale de uma transdisciplinaridade, pois ela se vincula a diversas áreas do conhecimento para comportar algumas explicações do campo social, identitário e linguístico. A teoria tem preocupação com os grupos minoritários, subalternizados, dominados, como mulheres em sentido mais amplo, mulheres e negras, tendo em vista que é uma ciência engajada e posiciona-se ao lado das classes fragilizadas socialmente nas assimetrias sociais, visando desvelar as desigualdades e injustiças que se manifestam por meio do discurso.

Para dar conta da parte linguística da análise, utilizo as teorias da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), que entende o texto como significados que são chamados de metafunções, as quais podem ser ideacionais, interpessoais e textuais, que por sua vez operam de forma simultânea e dialógica.

Entendo as mídias virtuais como uma ferramenta importante de trabalho no sentido de adquirir uma renda através da publicação de produtos e serviços. Ela pode ser usada como um canal de fomento educacional com promoção de cursos e muitos outros serviços. As redes sociais tanto têm ocupado esse espaço laboral, quanto o de aproximar pessoas que moram distantes e de conhecer pessoas, porém, dentro dessa estrutura, é possível a manifestação de muitas violências e preconceitos. O *Instagram*, por exemplo, pode ser usado para fins positivos, como os que já foram mencionados, mas também tem sido usado para incitar a violência por

meio do discurso. Dessa maneira, pretendo direcionar a pesquisa a partir de comentários do *Instagram* em postagens de páginas de ativismo negro e/ou de produtos cosméticos/beleza em que haja modelos/mulheres negras, e assim analisar os recortes discursivos desses comentários, que podem apresentar várias formas do racismo que pode ser explícito, velado ou até o negacionismo do racismo e, que amplificam e naturalizam a violência contra essas mulheres.

Quando questionada inúmeras vezes pela escolha da temática, uma vez que não sou uma mulher negra, deparei-me com muitas questões e enfrentamentos na busca de uma justificativa segura para o campo da pesquisa e quero deixar essa questão respondida antes de qualquer debate teórico.

Enquanto pesquisadora, sinto-me afetada por questões sociais que me fazem seguir por um caminho de busca. Essas inquietações não partem do enfrentamento do lugar de fala enquanto vítima da opressão, mas no lugar de fala de quem presencia, observa e se indigna com as desigualdades estabelecidas pelas e nas relações de poder que se evidenciam nos discursos, e, que dentro dessa estrutura e desse lugar, eu possa ser uma agente de mudança social.

Dessa maneira, não pretendo esvaziar debates sobre diferentes feminismos e os motivos de eles existirem, ao contrário disso, reconheço o meu lugar de privilégio e analiso os discursos de violência proferido por pessoas que se parecem comigo a outras mulheres diferentes de mim. Nesse sentido, esta investigação analisa discursos de violência racial direcionados a mulheres negras em interações no *Instagram*, buscando compreender como escolhas linguístico-discursivas e como elas constroem e mantém o racismo, que opera como um sistema de privilégios invisíveis, nos quais pessoas brancas são vistas como a norma ou o padrão universal de humanidade, inteligência, beleza e competência.

No que se refere à organização do trabalho, esta tese encontra-se estruturada em seis capítulos, que se articulam de modo a conduzir o leitor do enquadramento teórico e metodológico à análise do *corpus* e à síntese interpretativa dos resultados.

O primeiro capítulo, de caráter introdutório, apresenta a contextualização do tema, a problematização da pesquisa, seus objetivos geral e específicos, bem como a justificativa científica e social do estudo, delimitando o percurso investigativo adotado.

No segundo capítulo, intitulado Percurso metodológico, são explicitadas as escolhas metodológicas que orientam o estudo, incluindo a natureza da pesquisa, o estado da arte, os procedimentos de constituição do *corpus*, os critérios de seleção dos dados e a descrição da trajetória analítica adotada para o tratamento e interpretação dos comentários analisados.

O terceiro capítulo, Análise Crítica do Discurso (ACD) – marco epistemológico e categorias discursivas, apresenta o arcabouço teórico que fundamenta a análise, com ênfase nos

pressupostos da Análise Crítica do Discurso, em diálogo com a Linguística Sistêmico-Funcional e com o sistema de Avaliatividade, cujas categorias constituem ferramentas centrais para a leitura dos dados.

O quarto capítulo, Linguagem, poder e racismo: categorias críticas para a compreensão da violência simbólica, aprofunda conceitos fundamentais para a análise, como racismo, branquitude, colonialidade estética, feminismos negros, lugar de fala e violência simbólica, estabelecendo as bases críticas para a análise dos discursos presentes no *corpus*.

O quinto capítulo, Vozes e silenciamentos: análise crítica do racismo estético contra a mulher negra no *Instagram*, é dedicado à análise propriamente dita dos dados. Nele, os discursos extraídos dos comentários são examinados a partir de análises textualmente orientadas de eixos analíticos construídos com base na recorrência de padrões discursivos, articulando os recursos linguístico-avaliativos aos processos sociais mais amplos de exclusão, desqualificação e resistência no ambiente digital.

Por fim, o sexto capítulo, Considerações finais, apresenta uma síntese interpretativa dos principais resultados da pesquisa, retomando os objetivos propostos, discutindo as contribuições do estudo para o campo acadêmico e apontando possíveis desdobramentos para investigações futuras.

Pretendo, com a produção deste trabalho, contribuir com as pesquisas em ACD, pois entendo que as discussões levantadas neste estudo contribuem para avanços nessa perspectiva de apontar essa naturalização e contribuir para um caminho inverso.

A escolha do *Instagram* como espaço privilegiado de observação empírica justifica-se não apenas por sua ampla popularidade e alcance no contexto brasileiro, mas, sobretudo, por sua centralidade na circulação contemporânea de discursos sobre estética, beleza e identidade. Trata-se de uma plataforma cuja lógica de funcionamento privilegia a imagem, o engajamento e a visibilidade, configurando um ambiente no qual corpos são constantemente expostos, avaliados, hierarquizados e comentados. Nesse cenário, a estética não se apresenta como dimensão neutra ou meramente subjetiva, mas como um campo atravessado por relações de poder, marcadas por disputas simbólicas que envolvem raça, gênero e classe.

Ao publicizarem produtos de beleza, campanhas publicitárias e conteúdos relacionados ao cuidado estético, as páginas analisadas produzem regimes específicos de visibilidade, nos quais determinados corpos são valorizados, enquanto outros são marginalizados ou violentados discursivamente. Quando mulheres negras ocupam esses espaços de visibilidade, seja como modelos, influenciadoras ou protagonistas de campanhas, tornam-se, simultaneamente, alvo de reconhecimento, apropriação simbólica e ataques racistas, muitas vezes disfarçados sob a forma

de opiniões pessoais, críticas estéticas ou negação explícita do racismo. É nesse ponto que a análise discursiva se torna fundamental para compreender como tais discursos operam ideologicamente, naturalizando hierarquias raciais e estéticas historicamente construídas.

Os comentários publicados em postagens do *Instagram* não podem ser compreendidos como manifestações isoladas ou meramente individuais. Ao contrário, eles se inserem em cadeias discursivas mais amplas, nas quais sentidos circulam, se reiteram e se estabilizam por meio da repetição. A violência discursiva direcionada às mulheres negras, nesses contextos, não se limita a insultos explícitos, mas se manifesta também por meio de estratégias linguísticas sutis, como a desqualificação estética, a relativização da discriminação, o apagamento da dimensão racial do ataque ou o deslocamento da responsabilidade para a própria vítima. Tais estratégias configuram formas de racismo discursivo que operam justamente por sua capacidade de se apresentarem como "naturais", "neutras" ou "não racistas".

Nesse sentido, esta pesquisa parte do entendimento de que o discurso é um espaço privilegiado para a reprodução e a contestação das ideologias raciais. Ao adotar a Análise Discursiva Textualmente Orientada, conforme proposta por Fairclough (2016), torna-se possível articular a análise minuciosa dos textos, observando escolhas lexicais, estruturas avaliativas, recursos gramaticais e semânticos com a investigação das práticas sociais e das ordens do discurso que condicionam e são condicionadas por esses textos. Assim, permite compreender como os comentários analisados participam ativamente da manutenção de uma ordem social racializada, ao mesmo tempo em que revelam fissuras, contradições e possibilidades de resistência.

Além disso, a análise proposta dialoga diretamente com os Estudos Raciais, ao reconhecer o racismo como fenômeno estrutural e historicamente constituído. O racismo estético, em particular, revela-se como uma dimensão central dessa estrutura, uma vez que opera por meio da valorização de padrões corporais e faciais associados à branquitude, em detrimento de características fenotípicas negras. No ambiente do *Instagram*, essa lógica é potencializada pela centralidade da imagem e pelo funcionamento algorítmico da plataforma, que tende a reforçar padrões normativos de beleza e visibilidade. Assim, a análise dos discursos de ódio direcionados às mulheres negras nesse espaço exige uma abordagem que considere simultaneamente linguagem, tecnologia, ideologia e poder.

É importante destacar que esta pesquisa não se propõe a compreender o *Instagram* como um espaço homogêneo ou exclusivamente violento. Ao contrário, reconhece-se que a plataforma também abriga práticas discursivas de resistência, autoafirmação e reconfiguração identitária, especialmente por parte de mulheres negras que utilizam o espaço digital para

questionar padrões hegemônicos de beleza e produzir novas narrativas sobre seus corpos e experiências. No entanto, a coexistência entre discursos de resistência e discursos de ódio evidencia a natureza contraditória e conflitiva das práticas discursivas contemporâneas, reforçando a necessidade de uma análise crítica capaz de dar conta dessas tensões.

Ao assumir uma postura crítica e situada, esta pesquisa reconhece que a produção do conhecimento não é neutra. A reflexão sobre o meu lugar social, já anunciada anteriormente, não se configura como um exercício de centralização do sujeito pesquisador, mas como um posicionamento ético e político diante do objeto de estudo. Analisar discursos racistas produzidos, majoritariamente, por sujeitos brancos direcionados a mulheres negras implica reconhecer as assimetrias de poder que atravessam não apenas o *corpus*, mas também o próprio campo acadêmico. Nesse sentido, o trabalho se insere no esforço de tensionar privilégios naturalizados e contribuir para a construção de práticas discursivas mais justas e conscientes.

Dessa forma, ao investigar os discursos de ódio racial no *Instagram*, esta pesquisa busca não apenas descrever fenômenos linguísticos, mas compreender como a linguagem participa ativamente da reprodução das desigualdades raciais e de gênero. Ao mesmo tempo, pretende evidenciar que o discurso é também um espaço de disputa, no qual sentidos podem ser ressignificados e hegemonias podem ser questionadas. A análise proposta, portanto, insere-se em um projeto mais amplo de compreensão crítica da sociedade contemporânea, no qual a linguagem é reconhecida como elemento central na constituição das relações sociais.

Este capítulo introdutório teve como objetivo situar o leitor no campo teórico, metodológico e político em que esta pesquisa se inscreve, bem como explicitar as motivações, escolhas e pressupostos que orientam a investigação. Ao delimitar o objeto de estudo — os discursos de ódio racial direcionados a mulheres negras em comentários no *Instagram* — buscou-se evidenciar a relevância social e acadêmica da análise proposta, especialmente em um contexto marcado pela intensificação das interações digitais e pela visibilidade ampliada de conflitos raciais e de gênero.

No próximo capítulo, dedicado ao Percurso Metodológico, serão detalhados os procedimentos de constituição do *corpus*, os critérios de seleção dos dados e as etapas da análise discursiva textualmente orientada. Esse capítulo será fundamental para explicitar como os pressupostos teóricos apresentados nesta introdução se materializam em escolhas metodológicas concretas, garantindo rigor, coerência e transparência ao processo analítico. A partir dessa base, será possível avançar, nos capítulos subsequentes, para a discussão teórica aprofundada e, posteriormente, para a análise crítica dos discursos que compõem o *corpus* da pesquisa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

As redes sociais transformaram profundamente a maneira como os sujeitos interagem, produzem sentido e constroem suas identidades. Mais do que simples canais de comunicação, essas plataformas se tornaram espaços centrais na construção de subjetividades, circulação de discursos e definição e consolidação de padrões culturais e estéticos. No contexto da sociedade contemporânea, marcada pela hiperconectividade e pela aceleração informacional, compreender o papel das redes sociais implica reconhecer sua potência de mediação simbólica nas esferas pessoal, social, política e acadêmica.

As redes sociais digitais começaram a ganhar forma no final do século XX como plataformas interativas, inicialmente concebidas para conectar pessoas e facilitar a comunicação interpessoal. O marco inicial é frequentemente associado à criação de sites como o *Six Degrees* (1997), seguido de plataformas como *Friendster*, *Uol*, *Bol*, *Yahoo*, *Orkut*, *MySpace* e *Facebook*, criado em 2004. Com o tempo, outras redes, como *Instagram*, *Twitter* (atualmente *X*), *TikTok* e *LinkedIn*, passaram a ocupar diferentes nichos e finalidades. O denominador comum entre elas é a lógica da exposição, da conexão em tempo real e da produção constante de dados e imagens, características que definem a experiência digital contemporânea.

Sua evolução acompanha a expansão da *Web* 2.0, caracterizada por permitir a criação de conteúdo colaborativo e a intensificação da interatividade online. Esses ambientes digitais deixaram de ser apenas ferramentas de comunicação, dando suporte técnico e simbólico para o crescimento acelerado dessas plataformas, e se tornaram espaços centrais de expressão individual e coletiva.

Com a consolidação das redes sociais como parte integrante da vida cotidiana, sua utilidade extrapola a simples socialização. Elas funcionam como mecanismos de visibilidade, promoção pessoal, disseminação de informações, mobilização política e até mesmo construção de identidades. Segundo Castells (2009), vivemos em uma “sociedade em rede”, onde as relações sociais, econômicas e políticas são cada vez mais mediadas por estruturas digitais. As redes sociais, nesse contexto, são vetores de produção de subjetividades, pois o indivíduo não apenas se apresenta ao mundo, mas também o interpreta a partir dos discursos que circulam nesses ambientes. Nesse cenário, o sujeito se constitui em grande parte a partir das interações, reações e validações que recebe em ambientes digitais.

Do ponto de vista social, as redes influenciam na formação de padrões de comportamento, estética e consumo. As

plataformas digitais moldam o que é considerado aceitável ou desejável, estabelecendo normas implícitas sobre beleza, sucesso e estilos de vida. Essas estéticas compartilhadas criam uma espécie de "cultura do algoritmo", em que conteúdos ganham visibilidade por aderirem a certos padrões que favorecem a cultura do engajamento que influencia as relações sociais (Pariser, 2011). Esse processo afeta sobretudo os jovens, cuja construção de identidade passa a depender, em muitos casos, do reconhecimento simbólico nas redes.

No plano discursivo, as redes sociais representam um novo ecossistema comunicacional, marcado pela multiplicidade de vozes, formatos e linguagens. A interatividade e a instantaneidade desses meios criam uma lógica discursiva fragmentada e, em algum grau, performativa. Os sujeitos não apenas comunicam ideias, mas constroem narrativas identitárias e simbólicas, frequentemente influenciadas pelas dinâmicas de viralização e pelas estruturas algorítmicas que definem a visibilidade de certos conteúdos. Assim, as redes sociais não apenas refletem a realidade, mas a constroem simbolicamente, por meio da repetição e circulação de determinadas narrativas.

A linguagem das redes é marcada pela concisão, pelo uso de *hashtags*, memes e recursos visuais, o que transforma a maneira como as mensagens circulam e são interpretadas, capaz de extrapolar esse ambiente, ou seja, em conversas cotidianas, é comum que interlocutores citem falas de memes, vídeos virais, falas de influenciadores, *youtubers* etc. Tal cenário favorece tanto a democratização da fala quanto a propagação de discursos desinformativos e polarizados, exigindo um olhar crítico sobre os mecanismos de poder que atravessam esses espaços.

No âmbito acadêmico, as redes sociais vêm sendo incorporadas como objetos de estudo, tanto como fenômeno social e pedagógico, como ferramentas de difusão científica. Pesquisas em Comunicação, Sociologia, Psicologia, Educação e Letras analisam os impactos dessas plataformas nas práticas discursivas, na dinâmica das interações humanas e no modo como o conhecimento é produzido e compartilhado. Além disso, ambientes como o *Twitter* e o *LinkedIn* são utilizados por pesquisadores para difundir seus trabalhos, formar redes de colaboração e promover debates científicos, democratizando o acesso à produção acadêmica.

Portanto, ao considerar a centralidade das redes sociais na contemporaneidade, torna-se fundamental compreendê-las como arenas complexas de produção de sentidos, subjetividades e relações sociais, que atuam como dispositivos de mediação simbólica, construção de subjetividades e reorganização das relações sociais. Elas não apenas mediam a comunicação, mas também participam ativamente da constituição dos sujeitos, influenciando as formas de ver o mundo, de se relacionar e de se expressar. A análise crítica desses ambientes deve levar em conta seus potenciais emancipatórios, mas também seus riscos e limitações.

Entre essas plataformas, o *Instagram* destaca-se por sua forte apelação visual e pelo seu papel na promoção de produtos de beleza, configurando-se como um espaço privilegiado para o marketing e para a reprodução de discursos que moldam percepções sobre corpo, identidade e valor social.

Embora possuam potencial de democratização e empoderamento, também apresentam desafios relacionados à desinformação, à vigilância algorítmica e à padronização estética e comportamental. Assim, é fundamental uma leitura crítica e interdisciplinar desses ambientes, que leve em conta suas ambivalências e suas repercussões nas esferas pública e privada. Apesar da aparente diversidade, esse cenário digital revela a persistência de discursos de ódio racial, que reafirmam e naturalizam práticas de exclusão e violência contra grupos historicamente marginalizados, em especial as mulheres negras. Em postagens do *Instagram*, nas quais mulheres negras protagonizam a publicidade de produtos de beleza, observa-se a presença de comentários racistas que reforçam estereótipos, invisibilizam e inferiorizam esses corpos, contribuindo para a manutenção de desigualdades raciais e de gênero.

Esta seção tem por objetivo descrever de forma sistemática e fundamentada o percurso metodológico adotado na presente investigação, contemplando a delimitação e caracterização do *corpus*, a abordagem teórico-metodológica que sustenta a análise, os procedimentos de coleta e seleção de dados, bem como as categorias analíticas mobilizadas. Inserida no campo dos estudos linguísticos críticos, esta pesquisa ancora-se na Análise Crítica do Discurso (ACD), com ênfase na vertente textualmente orientada proposta por Fairclough (2016).

2.1 Motivação e fundamentação teórica

Essa investigação é motivada pela inquietação diante da persistência e sofisticação dos mecanismos comunicacionais que, sob a lógica do consumo e da estética aspiracional, perpetuam a exclusão racial e de gênero. Em um contexto em que as redes sociais são amplamente utilizadas como referência para a construção da autoestima e para a afirmação identitária, torna-se imprescindível analisar criticamente os discursos que circulam nesses ambientes, especialmente aqueles que promovem violências.

Esta pesquisa é conduzida por mim, Maiane, mulher branca, nordestina, periférica, brasileira e com uma trajetória marcada pelas contradições de ser professora da educação básica e acadêmica engajada. Venho de uma realidade marcada por restrições econômicas que me posiciona como integrante das classes populares, mas também como beneficiária de privilégios raciais herdados da branquitude. É a partir deste lugar tensionado de quem se beneficia dessa

estrutura racial enquanto busca desmantelá-la que me posiciono criticamente diante de discursos que violentam e deslegitimam a beleza de mulheres negras nas redes sociais.

A escolha por investigar discursos que depreciam a beleza de mulheres negras em redes sociais não é aleatória, mas resultado de um percurso investigativo e pessoal que me levou a identificar a internet como espaço central de disputa de sentidos. No contexto digital, opiniões estéticas tornam-se discursos performativos de poder, produzindo e reiterando um ideal de beleza baseado na branquitude, ao mesmo tempo em que invalidam, ridicularizam ou exotizam as características negras.

Reconheço que meu lugar social é atravessado por tensões entre opressões e privilégios: se, por um lado, sou afetada por dinâmicas de classe e gênero, por outro, gozo de uma legitimação social e simbólica que mulheres negras não acessam nos mesmos termos. É desse lugar — eticamente comprometido com a denúncia do racismo e com a responsabilização dos sujeitos brancos nas estruturas de dominação — que falo e me implico nesta pesquisa. Minha condição de mulher branca me convoca a não me silenciar diante das hierarquias que me favorecem, mas a contribuir com a desestabilização ativa dessas estruturas.

A escolha pelo tema não é fruto de uma curiosidade distante. Como nos provoca Ribeiro (2017), pensar a implicação pessoal é um exercício político necessário quando se trata de opressão, ou seja, não existe neutralidade. Como mulher branca, fui socializada em um sistema que estetiza a branquitude como norma e silencia o belo negro, apagando a diversidade e reforçando padrões de beleza racializados. Ao longo da minha vida, fui construída sob a lógica da branquitude, que normaliza a estética branca como universal, silenciosamente ensinando que o belo, o aceitável, o “certo” tem cor e não é negra.

Muitas vezes, mesmo que inconscientemente, reforcei ou fui cúmplice de discursos que colocam corpos negros em posição de inferioridade simbólica. Essa tomada de consciência tornou-me capaz de me confrontar e, com isso, de questionar os discursos que continuam a reiterar essas normas nos ambientes digitais. Além disso, essa consciência não ocorreu de maneira súbita, mas foi sendo construída a partir de leituras sobre feminismo negro, uma vez que, até então, no auge do meu privilégio, eu acreditava que feminismo não precisava ter tantas vertentes, até ler hooks, esse discernimento também veio na convivência com colegas, alunas e pesquisadoras negras, cujas narrativas e presenças me provocaram a repensar minha posição, minha escuta e, principalmente, meu silêncio, a inquietação pessoal me obriga a pensar o lugar que ocupo e os silenciamentos que ele exige desnaturalizar. A partir dessa escuta crítica e dessa responsabilização, surge minha inquietação com os modos como a linguagem opera para reforçar exclusões estéticas e subjetivas nas redes sociais.

Sou uma pesquisadora da linguagem com trajetória consolidada nos estudos discursivos, especialmente na Análise Crítica do Discurso (ACD), abordagem que venho aprofundando ao longo dos anos em minhas investigações acadêmicas. Não chego a esta pesquisa por acaso. A teoria tem me colocado em contato constante com discursos naturalizadores, dispositivos de poder e dinâmicas de exclusão que atravessam o campo linguístico. Foi no contato com esse referencial que me tornei sensível às formas sutis — e por isso mesmo perigosas — com que a linguagem participa da manutenção das hegemonias sociais. Esta pesquisa nasce do acúmulo teórico e experiencial construído ao longo da minha formação e prática docente, mas também da percepção de uma lacuna ainda pouco explorada: os discursos que depreciam ou julgam a beleza de mulheres negras nos ambientes digitais. Esses discursos, muitas vezes mascarados sob a forma de "opinião" ou "preferência estética", operam como práticas racistas que produzem subjetividades feridas e identidades racializadas. Analisá-los criticamente é, portanto, uma tarefa urgente para desvelar os mecanismos de dominação simbólica que se reproduzem sob a aparência de normalidade.

Ao me debruçar sobre tais discursos, não busco falar por mulheres negras — o que seria epistemologicamente violento e politicamente irresponsável —, mas sim assumir, a partir do meu lugar social, o papel de sujeito branco implicado na luta antirracista. A pesquisa, assim, propõe-se a evidenciar como a linguagem não apenas representa o mundo, mas o constitui, funcionando como tecnologia de poder que legitima ideologias excludentes.

Para essa análise, seleciono como *corpus* um conjunto de discursos (comentários, posts e/ou threads) que circularam na plataforma *Instagram*, nos quais mulheres negras, muitas vezes figuras públicas, são alvo de julgamentos depreciativos relacionados à sua aparência. O critério de seleção considerou a ampla circulação, o engajamento dos usuários e a presença de marcadores discursivos que revelam a operação do racismo estético. A coleta foi realizada de forma ética, a partir de dados publicamente acessíveis, respeitando as diretrizes de pesquisa em ambientes digitais.

A análise do *corpus* será orientada pelos pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD), especialmente no que se refere à articulação entre linguagem e ideologia, considerando as categorias de intertextualidade, representação social e formação discursiva. As leituras para a pesquisa foram, primordialmente, Fairclough (2003, 2016), que serviu como base teórica da ACD. A análise será textualmente orientada, pois requer respaldo linguístico e tem como materialidade o texto. Utilizei Almeida (2018), Martin e White (2005) para dar conta da metafunção ideacional, mais precisamente do sistema de avaliatividade.

Também recorro aos aportes teóricos do campo dos estudos críticos raciais, especialmente autoras e autores como Djamila Ribeiro (2017), Kilomba (2019) e hooks (2019), que contribuem para compreender o racismo como estrutura de poder que atravessa os discursos, mesmo (e sobretudo) quando se apresenta de forma velada. Para abarcar questões inerentes aos estudos sobre feminismo e feminismo negro, fundamentei-me em nomes como Angela Davis (2017), bell hooks (2019a, 2019b, 2020), Judith Butler (2015, 2018a, 2018b, 2021) e Nilma Lino Gomes (2017), na medida em que tais autoras se preocupam em explicar o percurso histórico da luta da mulher e da mulher negra ao longo dos séculos, além de trazerem discussões sobre a violência e o controle sistemático praticados contra esse grupo social.

Adicionalmente, no que diz respeito às questões de naturalização ideológica, apoiamo-nos em Thompson (2018), enquanto que, para refletir sobre os processos de decolonialidade, recorremos a Vergès (2020), cujas contribuições são fundamentais para desestabilizar paradigmas coloniais ainda presentes nas práticas discursivas contemporâneas.

Com isso, contribuo para o campo dos estudos linguísticos do discurso ao oferecer uma análise crítica sobre a constituição de subjetividades racializadas e sobre o papel dos sujeitos brancos na desconstrução ativa dessas estruturas de dominação. Ao examinar como sentidos são construídos para depreciar a aparência de mulheres negras, busco contribuir não apenas com os estudos do discurso, mas com a luta antirracista que precisa, urgentemente, da implicação dos sujeitos brancos (parte do problema) na desconstrução dessas violências.

Por fim, destaco que esta pesquisa é conduzida com a consciência de que o lugar de fala da pesquisadora — uma mulher branca e periférica — exige constante vigilância epistemológica e ética. Inspirada por autoras negras que me educam a pensar a responsabilidade branca na produção do conhecimento, compreendo que minha implicação não se resume à denúncia, mas se estende à escuta, à autocrítica e ao compromisso com a transformação de estruturas que historicamente se beneficiaram da exclusão do outro.

2.2 Estado da arte das pesquisas sobre racismo, mulheres negras e redes sociais digitais

Esta seção, dedicada ao Estado da Arte, tem como objetivo situar a pesquisa no campo dos estudos sobre racismo, mulheres negras e redes sociais digitais, evidenciando os diálogos estabelecidos com produções acadêmicas anteriores e destacando as contribuições e especificidades da presente investigação. Dessa maneira, essa seção cumpre o papel de fundamentar teoricamente o estudo, evitar a replicação de investigações já existentes e reforçar a contribuição científica da tese para os estudos discursivos e sociais.

Considero a escolha relevante, pois pretendo descortinar a naturalização do racismo contra as mulheres na internet a partir dos estudos da Análise Crítica do Discurso, da Linguística Sistêmico-Funcional e Feminismos, pois entendo que é importante conhecer muito bem sobre um problema para que possamos combatê-lo, assim, julgo que a pesquisa dará uma contribuição válida para este campo.

Logo, a fim de proceder, verifiquei alguns estudos no intuito de validar a importância e ineditismo da pesquisa aqui em pauta, quanto a seu objetivo enquadrado na temática proposta e excluir toda e qualquer replicação de investigação, fiz um mapeamento no período de setembro de 2021 a dezembro de 2022 em repositórios de seis Universidades Federais do Brasil, a saber: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) considerando uma universidade de cada região do país e a Universidade Federal de Sergipe (UFS) local onde esta pesquisa está sendo desenvolvida, tendo em vista o reconhecimento e a produção de vários trabalhos sobre o tema.

A escolha das universidades pesquisadas se deu com base nos estados que apresentam as maiores populações autodeclaradas pretas em cada região do Brasil, conforme os dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acessados em junho de 2021. Partimos do entendimento de que pessoas pretas são as principais vítimas do racismo no país e, por isso, considerando mais provável encontrar trabalhos acadêmicos que abordassem essa temática, especialmente após o aumento da presença de estudantes negros no ensino superior por meio das políticas afirmativas de cotas raciais.

A utilização dos dados do Censo Demográfico de 2010, em detrimento dos dados mais recentes do Censo de 2022, justifica-se por razões metodológicas, históricas e analíticas. Em primeiro lugar, no período em que o mapeamento do estado da arte foi concebido e iniciado (entre 2021 e 2022), os dados do Censo de 2022 ainda não estavam integralmente disponíveis, sistematizados e validados pelo IBGE, o que inviabilizava sua utilização como base para a definição dos critérios de seleção das instituições pesquisadas. Desse modo, o Censo de 2010 constituía, naquele momento, a fonte oficial mais completa, consolidada e amplamente utilizada em pesquisas acadêmicas no Brasil.

Importa destacar, ainda, que o objetivo do uso dos dados censitários não foi realizar uma análise demográfica atualizada da população brasileira, mas sim estabelecer um critério comparativo e justificável para a seleção das universidades federais em cada região do país. Nesse sentido, os dados de 2010 cumprem adequadamente essa função, uma vez que permitem

identificar, de forma consistente, os estados com maior concentração de população autodeclarada preta em cada região, sem comprometer a coerência metodológica da pesquisa, visto que não foram mobilizados como evidência empírica para sustentar explicações causais ou correlações estatísticas, mas como um recurso contextual e delimitador, cuja função é situar discursivamente uma lacuna discursiva e simbólica: a persistente marginalização da população negra, em especial das mulheres negras, nos espaços de visibilidade, reconhecimento e produção de saber. Assim, a referência ao Censo de 2010 cumpre um papel ilustrativo e histórico, evidenciando a lentidão estrutural com que determinadas desigualdades raciais e de gênero têm sido enfrentadas no campo social e acadêmico, e não a atualização de dados populacionais em si.

Além disso, a opção metodológica reafirma o compromisso da pesquisa com uma abordagem qualitativa e crítica, alinhada à Análise Crítica do Discurso, que compreende o discurso como prática social e ideológica, cuja compreensão não se esgota na quantificação de sujeitos, mas na análise dos modos pelos quais sentidos são produzidos, naturalizados e disputados.

A coleta desses dados foi realizada entre setembro de 2021 e dezembro de 2022, com a seleção de trabalhos acadêmicos defendidos entre o período de 2019 e 2022.

A delimitação temporal do levantamento desses trabalhos não foi arbitrária, mas responde a critérios contextuais diretamente relacionados ao objeto e aos objetivos desta pesquisa. Trata-se de um período marcado por transformações significativas tanto no campo dos estudos críticos sobre discurso, raça e gênero quanto na intensificação das práticas comunicativas mediadas por plataformas digitais, especialmente redes sociais como o *Instagram*, que se consolidam nesse intervalo como espaços centrais de produção de sentidos, visibilidade e conflito simbólico.

Os anos a partir de 2019 correspondem a um momento de ampliação do uso das redes sociais digitais, intensificada ainda mais durante o período da pandemia de Covid-19 (2020—2022), quando as interações sociais, o consumo de imagens e a circulação de discursos passaram a ocorrer de forma ainda mais concentrada nos ambientes on-line.

A delimitação temporal responde a um contexto sociopolítico específico que impactou diretamente a produção, circulação e legitimação de discursos públicos no Brasil. Trata-se de um período marcado pela ascensão e consolidação, no âmbito do poder executivo federal, de um projeto político-discursivo caracterizado pela banalização da violência, pela relativização de direitos humanos e pelo incentivo explícito a discursos de intolerância dirigidos a grupos historicamente subalternizados, como mulheres, pessoas negras, populações indígenas e

sujeitos LGBTQIAPN+. Esse cenário contribuiu para a intensificação de práticas discursivas de ódio e para a normalização de discursos discriminatórios no espaço público e digital, o que repercutiu diretamente tanto na vida social quanto no campo acadêmico.

Foram incluídas produções de diversas áreas do conhecimento — como Letras, Psicologia, Psicologia Social, Educação, Antropologia, entre outras — nos níveis de graduação, mestrado e doutorado. A busca foi conduzida a partir de palavras-chave como: racismo, machismo, mulher, violência, pobreza, negra e discurso.

Na UFBA, por meio das palavras-chave, pude filtrar 308 trabalhos entre graduação e pós-graduação; na UFRJ foram 833, na UFMT foram 1222, na UFRGS 338, na UFT 53 e na UFS 109, portanto, um total de 2863 trabalhos. Destes, foram lidos os títulos para que houvesse um filtro mais minucioso. Durante a leitura, foi possível perceber que, embora houvesse uma ou algumas das palavras selecionadas no filtro, os trabalhos apresentavam temáticas muito abrangentes e não condiziam com o que se estava sendo buscado: trabalhos sobre naturalização do racismo contra mulheres negras na internet.

Após esse trabalho, restou um quantitativo de 118, distribuídos da seguinte maneira: UFBA com 37; UFRJ 31; UFMT 9; UFRGS 24; UFT 7 e UFS 9, os quais tiveram todos os seus resumos lidos, a fim de rastrear de forma mais específica e segura sobre o que as pesquisas tratavam para além das palavras-chave. Diante deste número, baseei-me no menor número de trabalhos para mencionar a mesma quantidade de trabalhos de cada universidade, eliminando os que apresentavam temáticas mais distantes.

Por essa razão, selecionei sete trabalhos de cada universidade para fazermos menção, pois encontrei muita diversidade, como por exemplo: pesquisas que tratavam de violência contra mulher (violência doméstica), racismo sem o recorte de gênero, subalternidade de mulheres camponesas, invisibilidade de artistas negros, religião de matriz africana, violência conjugal na pandemia, saúde mental e racismo, literatura afro-brasileira, estudantes quilombolas, criminalização da pobreza, mulher e trabalho informal, mulher e mercado de trabalho, mulher e representação na política, encarceramento feminino, entre outros, mas nenhum, até o momento das buscas, atendeu plenamente ao tema que pretendo abordar neste trabalho.

Na UFBA, Nogueira (2019) busca apreender e visibilizar os processos de resistências e a luta pela reexistência de mulheres negras brasileiras em diáspora. Oliveira Júnior (2021) reflete as práticas de ciberracismo direcionadas à população negra no Facebook, a fim de problematizar o fenômeno das relações raciais a partir desse espaço. Almeida (2021) tratou de questões do cotidiano de mulheres negras e das crescentes dificuldades no contexto da

pandemia da COVID-19. Ribeiro (2021), por sua vez, analisou narrativas de mulheres negras do Movimento das Lavadeiras de Salvador na ressignificação das trajetórias subalternizadas a fim de fortalecer grupos socialmente (in)visibilizados. Senna (2021) analisa as vivências de Mulheres Trans e Travestis, negras e periféricas, considerando a trajetória destas desde a infância até a vida adulta no aspecto da solidão. Lima (2022) apresenta um debate e registros do processo de construção do Modativismo e reflete a partir de experimentos teórico-práticos, empreendidos na criação das coleções de moda, desfiles e exposições sob a perspectiva das práticas feministas e antirracistas, compondo uma proposta Decolonial. Race (2022) analisa os motivos da violência contra mulheres, por meio da criação da qualificadora do feminicídio, inserida no Artigo 121, VI, do CP em 2015, e verifica a não redução das taxas desses crimes, especialmente em relação ao assassinato de mulheres negras.

Na UFRJ, Lima (2019) objetiva discorrer sobre as questões que intensificam o silenciamento da mulher negra na sociedade branca, racista, patriarcal, machista, misógina e heterossexista. Neves (2019) aborda a questão da luta contra os padrões de beleza pré-determinados pela sociedade com um projeto de figurino, transformando uma experiência pessoal de racismo em roupa manifesto. Rocha (2020) investiga as relações existentes entre o movimento de empoderamento de mulheres pretas através da estética de seus cabelos e a expansão do mercado capilar para linhas de produtos específicas para esses tipos de fios. Vogas (2020) analisa o contexto e as particularidades da violência de gênero praticada contra a mulher por meios virtuais e como os instrumentos legais instituídos pela Lei Maria da Penha, em especial as medidas protetivas de urgência. Souza (2021) examina o processo de reposicionamento praticado pela marca de produtos capilares Seda, referente à estética de mulheres negras. Souza (2021) propõe uma análise crítica multimodal de ressignificação de discursos de gênero, raça e classe em interações em redes sociais. Jesus (2022) verifica a forma como o racismo se relaciona com outras modalidades de opressão para relegar as mulheres negras, e mais precisamente as mães negras, a uma esfera do não ser, de uma maternidade menos digna.

Na UFT, Souza (2020) apresenta os resultados e as reflexões em torno de uma formação para o Ensino de História das relações étnico-raciais e de gênero, que investiga as experiências de estudantes de uma turma de oitavo ano sobre os sistemas de discriminação e opressão que estruturam a condição histórica da mulher negra. Lira (2020) analisa a construção narrativa de personagens femininas negras na obra “Insubmissas lágrimas de mulheres”, de Conceição Evaristo, que dialoga com o feminismo negro. Lima (2020) realiza uma discussão sobre as memórias de mulheres negras nas narrativas, que suscita diversos temas no ato da rememoração

nas obras Insubmissas lágrimas. Gomes (2020) identifica como as mulheres negras se autorrepresentam em canais do *YouTube* na campanha "YouTubeBlack Brasil" no ano de 2017 e observa se essas narrativas lidam diretamente com a questão do empoderamento feminino negro. Silva (2021a) apresenta uma análise sobre a obra "Bastidores" (1997), de Rosana Paulino. "Bastidores" é uma série de fotografias de mulheres negras produzidas a partir da impressão de fotografias em tecido, em que bocas, olhos, testa e garganta foram costurados/bordados com linha escura. Sousa (2021) objetiva compreender o processo de construção identitária e as territorialidades das protagonistas femininas na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO. Marcano (2021) estuda a interseccionalidade nas categorias de gênero, raça, etnia e presença do capitalismo em duas obras da autora caribenha Jamaica Kincaid: "Lucy" (1990) e "La autobiografía de mi madre" (1996).

Na UFMT, Souza (2019) buscou conhecer as narrativas de vida de 11 mulheres negras, que, embora sejam professoras em sua maioria, atuam em diferentes setores sociais. Por meio da escuta sensível das narrativas, quis conhecer as formas de lutas étnico-raciais e de que maneira a dimensão climática se associava a esta ação. Silva (2020) investigou uma teoria que aponta para um caminho de libertação para as mulheres negras, analisando se este conceito exclui as mulheres negras dos espaços de poder de modo mais socialmente profundo. Campos (2020), a partir de Chimamanda Ngozi Adichie, pesquisou sobre a importância do empoderamento da mulher negra em diversas esferas da sociedade, da discussão sobre o feminismo que abrange a todos (inclusive homens), buscando desconstruir os padrões que inferiorizam a mulher, como a questão do cabelo, para que elas se sintam livres em quaisquer espaços que ocuparem. Silva (2021b) apresentou a literatura escrita por mulheres negras brasileiras como suporte para o ensino de história, objetivando romper com o ensino de história voltado para o modelo heteronormativo, utilizando a obra "Quarto de despejo" da autora Carolina Maria de Jesus. Silva (2021c) objetivou investigar a forma que a colonialidade afetou seu corpo desde a infância até a vida adulta (um corpo feminino e preto), partindo da proposta metodológica "escrevivência" (Evaristo, 1980), considerando a necessidade de produções acadêmicas feitas por mulheres pretas para mulheres pretas, para a reconstituição de suas histórias em formatos não-coloniais. Silva (2021d) investigou o papel da mulher e a religiosidade de matriz africana dentro dos conteúdos de História da África ou ainda de História do Brasil, a fim de desconstruir a demonização com relação ao candomblé, enraizada no imaginário da representação da demonização do próprio negro. Lobo (2022) analisa o ativismo articulado através das postagens da rede social *Facebook*, indagando: Quais códigos

transicionais são representados pelo discurso que movimenta o ativismo no Fórum de Mulheres Negras Mato Grosso?

Na UFRGS, Santos (2019a) analisou a percepção da mulher negra sobre o mercado de trabalho, considerando fatores de discriminação de gênero e raça e Costa (2019), a partir do conceito de interseccionalidade forjado por Kimberlé Crenshaw, objetivou identificar como as relações de gênero são configuradas em diferentes segmentos de raça e classe. O grupo de amostra foi formado por mulheres em situações de violências em suas relações de afeto que tenham acesso ou não a serviços de acolhimento, após a promulgação da Lei Maria da Penha (agosto de 2006), em Porto Alegre ou nas cidades da região metropolitana. Colling (2019) estudou as barreiras enfrentadas por mulheres negras no contexto de trabalho em uma localidade da região sul do Brasil, que possui uma população majoritariamente branca. Preto (2021) objetivou abordar a temática da violência, especialmente do racismo, em uma seleção de contos da coletânea Mulher Mat(r)iz, de Miriam Alves, a partir de uma perspectiva ficcional da literatura afro-brasileira de autoria feminina. Eufrásio (2021) objetivou compreender as práticas informacionais, com foco na informação étnico-racial, na comunidade do *Facebook* "VOCÊ É PRETO? ENTÃO DEVE SABER! II" e sua relação com o empoderamento racial e os argumentos pautados na historicidade e no lugar da mulher negra em situações históricas. Martins (2021) buscou compreender como os corpos de mulheres negras vivem em meio a diferenças culturais e olhares opressores na construção da sua identidade, etnicidade e corporeidade. Scheifler (2021) discute a diáspora e branquitude em "Americanah" de Chimamanda Ngozi Adiche.

Por fim, na UFS, foram encontradas as seguintes pesquisas: Santos (2019b) objetivou compreender os fenômenos que levaram um grupo de mulheres negras a assumir o cabelo crespo, tornando-o expressão de luta contra o racismo, estratégia de resistência e redefinição da identidade feminina negra contemporânea. Santos (2021) tratou de um projeto de intervenção que tem como foco o folheto de cordel "Mulher A Negra no Contexto da Educação, Cultura e Arte", da autora sergipana Izabel Nascimento, para a busca da implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Oliveira (2021) identificou na obra de Conceição Evaristo as marcas da poesia contemporânea, além de observar a imagem feminina da mulher negra que é constituída através da poética da autora. Silva (2022a) objetivou refletir como a escrita de Jarid Arraes estabelece o enfrentamento e desconstrução dos estereótipos em torno da mulher negra na literatura de cordel contemporânea, analisando a construção dos estereótipos e como a população negra é representada nos mais diversos campos de saberes e as principais consequências dessas imagens pejorativas. Santana (2022) avaliou os processos de

despersonalização da mulher negra por homens brancos e homens negros. Ramos (2022) analisou a conformação da questão social que alicerça o trabalho doméstico em Sergipe sobre a força de trabalho das mulheres negras. Santos (2022) analisou, através do método de pesquisa em história oral de vida, como os saberes tradicionais de cuidado em saúde empoderam a mulher quilombola a partir da antropologia interpretativa, realizado com Dona Zefa da Guia e Dona Josefa do Sítio Alto.

2.3 Caracterização da pesquisa

Como ponto de partida da metodologia, relacionamos o arcabouço teórico das referências inerentes ao estudo ao material coletado, objetivando, com essa articulação, proceder à análise por meio de uma Análise Discursiva Textualmente Orientada (ADTO).

A pesquisa lança mão dos estudos da Análise Crítica do Discurso (ACD) e analisa comentários da rede social *Instagram* que depreciem a mulher negra e que contribuam com a sua segregação social. Utilizamos, para tanto, a pesquisa de cunho qualitativo, uma vez que ela tem um caráter de desenvolver nossos entendimentos a partir das generalidades presentes no material em análise.

Uma pesquisa qualitativo-interpretativista de cunho crítico-discursivo consiste em uma investigação que se orienta pela compreensão profunda dos sentidos produzidos em práticas sociais situadas, reconhecendo que o conhecimento é construído a partir da interação entre pesquisador, objeto e contexto. Fundamentada em uma epistemologia interpretativista, essa abordagem valoriza a análise de discursos, narrativas e interações humanas como formas de expressão de subjetividades, crenças e ideologias. Ao adotar um viés crítico-discursivo, a pesquisa compromete-se não apenas com a descrição e interpretação dos fenômenos, mas com sua problematização, especialmente no que tange às relações de poder, dominação e exclusão naturalizadas nas práticas discursivas. Essa perspectiva compreende o discurso como prática social (Fairclough, 2016), ou seja, como ação situada que tanto reflete quanto constitui a realidade, sendo, portanto, um espaço privilegiado para revelar e contestar desigualdades estruturais, como o racismo e o sexismo.

A abordagem qualitativa não tem o propósito de obter dados numéricos como resultado da pesquisa e, sim, dados descritivos e explicativos. Sendo assim, Canzonieri (2010) diz que, nesse tipo de pesquisa, a população em estudo deve ser descrita pelo pesquisador em sua amostra, intencionando-se explicar os fenômenos, assim como compreender e descrever as relações sociais. Além disso, o sujeito é objeto da pesquisa, e o pesquisador faz parte desse

processo, posto que suas percepções e seus conhecimentos são fatores importantes para o desenvolvimento da pesquisa e, por meio dos dados alcançados, ele pode ser levado a refletir acerca do objeto em questão.

Nesse contexto, a pesquisa interpretativa abarca a abordagem qualitativa e se inclina a estudos voltados à compreensão de fenômenos e ao simbolismo; ela é indutiva, pois o conhecimento fundamenta-se na experiência e na razão, e nela o pesquisador, em suas análises, cria sentidos a partir dos dados coletados.

Esta pesquisa se insere no campo das investigações críticas, pois tem como objetivo compreender como os discursos de ódio racial naturalizam e amplificam violências simbólicas contra mulheres negras, veiculados em páginas do *Instagram* voltadas à publicidade relacionada à beleza que revelam e problematizam as relações de poder, as desigualdades e as opressões que se manifestam nos discursos de ódio racial presentes nos comentários de páginas do *Instagram*. Conforme Paiva (2013, p. 45), a pesquisa crítica visa "identificar, analisar e questionar as formas de dominação e exclusão social reproduzidas nos discursos e práticas sociais", sendo, portanto, um instrumento de denúncia e transformação social. Ao analisar os discursos racistas que naturalizam a violência contra as mulheres negras, o estudo contribui para a desconstrução dessas práticas discriminatórias.

No que diz respeito à sua aplicabilidade, a análise dos discursos de ódio pode subsidiar ações educativas, políticas públicas e estratégias comunicacionais que promovam a inclusão e a valorização da diversidade racial e de gênero na comunicação digital e publicitária. Trata-se de uma pesquisa de natureza crítica e comprometida com a transformação social, que visa oferecer ferramentas para a compreensão, denúncia e problematização das formas contemporâneas de manifestação do racismo, sobretudo em ambientes digitais como o *Instagram*. A partir da análise crítica de comentários racistas publicados nessa plataforma, busca-se evidenciar como a linguagem atua na reprodução de estruturas de poder, muitas vezes por meio de discursos aparentemente neutros, mas carregados de ideologias excludentes. Assim, a pesquisa contribui para desnaturalizar práticas discursivas discriminatórias e fomentar reflexões sobre a responsabilidade social de sujeitos, instituições e empresas no enfrentamento ao racismo e à violência simbólica nas redes. Além disso, pretende-se fortalecer os debates acadêmicos e sociais sobre letramento racial crítico e justiça discursiva, apontando caminhos para uma comunicação mais ética, inclusiva e antirracista.

Além disso, a abordagem etnográfica, inspirada em Paiva (2013), justifica-se pela necessidade de uma imersão no ambiente digital das redes sociais, especialmente nas páginas do *Instagram* objeto da pesquisa. A etnografia digital consiste na observação prolongada e

participação nas interações online, para entender os sentidos produzidos nas práticas culturais em ambientes digitais. Isso permite captar as dinâmicas comunicativas, as formas e funções dos discursos racistas e a forma como são construídos e recebidos pelos usuários, garantindo um olhar contextualizado e sensível às particularidades do meio.

Dessa forma, ao integrar uma análise crítica do discurso com uma abordagem qualitativa e uma perspectiva etnográfica digital, o estudo evidencia a complexidade das interações sociais no ambiente virtual e os sentidos produzidos em torno da figura da mulher negra. A observação atenta das práticas comunicativas nas redes sociais, especialmente no *Instagram*, permite compreender como o discurso de ódio se estrutura, se normaliza e é reproduzido cotidianamente, revelando dinâmicas de exclusão e hierarquização social ainda presentes.

A presença da pesquisadora como sujeito implicado no processo investigativo também reforça a natureza reflexiva da análise, permitindo interpretações mais sensíveis às nuances dos discursos observados. Nesse entrelaçamento entre teoria, método e prática, o estudo reafirma a importância de abordagens críticas e contextualizadas para o entendimento das formas contemporâneas de violência racial e de gênero nos espaços digitais.

Com o intuito de tornar o esquema de análise ainda mais claro, apresento o quadro de Estágios Metodológicos presente em (Chouliaraki; Fairclough, 1999) que explica os caminhos para se fazer a ACD, ilustrando o percurso de análise sugerido ao investigador.

Quadro 1 — Estágios Metodológicos.

1. Selecionar um problema social
2. Identificar os obstáculos para que esse problema seja resolvido, produzindo: 2.1 Observação da rede de práticas sociais em que o problema está inserido 2.2 Observação da prática particular em que o problema está inserido 2.3 Análise da ordem do discurso da rede de práticas em que o problema está inserido 2.4 Análise linguística da prática particular em que o problema está inserido, executando: 2.4.1 Descrição de dados linguísticos e (con)textuais 2.4.2 Interpretação dos efeitos de sentido dos dados linguísticos na rede de práticas em que o problema está inserido
3. Identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos causados pelo problema
4. Refletir criticamente sobre a pesquisa

Fonte: Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 59-60).

2.4 Questões de pesquisa

A pesquisa é guiada por quatro questões complementares, organizadas em diferentes níveis de análise: uma geral sobre os efeitos de sentido (1), uma voltada à ideologia e naturalização discursiva (2), uma de cunho linguístico-discursivo (3) e outra com foco nas interseccionalidades presentes nos discursos (4).

1. Quais efeitos de sentido são produzidos nos discursos voltados para mulheres negras na rede social?
2. Como a naturalização discursiva atua como estratégia ideológica na (re)produção de violências simbólicas contra mulheres negras nos comentários de internautas?
3. Quais processos avaliativos, nos níveis de Atitude (Apreciação, Julgamento e Afeto), são mobilizados nos comentários de internautas para construir representações discursivas sobre a mulher negra?
4. Quais interseccionalidades são objetos de avaliações nos discursos associados à beleza das mulheres negras?

2.5 Objetivos

Com o propósito de respondermos às problematizações traçadas no tópico anterior, elaboramos o seguinte objetivo geral:

2.5.1 Objetivo Geral

Compreender como os discursos de ódio racial naturalizam e amplificam violências simbólicas contra mulheres negras, veiculados em páginas do *Instagram* voltadas à publicidade relacionada à beleza.

2.5.2 Objetivos Específicos

1. Examinar os efeitos de sentido no discurso sobre a estética de mulheres negras;
2. Descrever os mecanismos que operam a naturalização de ideologias racistas e sexistas nos comentários analisados, compreendendo como esses processos contribuem para a legitimação da violência simbólica;

3. Interpretar os recursos avaliativos da Atitude mobilizados nos comentários, relacionando-os à construção discursiva de representações sociais sobre a mulher negra;
4. Demonstrar como a violência se constrói na interseccionalidade de raça, gênero e estética.

2.6 Constituição dos dados

A coleta dos dados desta pesquisa teve início em 2021 e a constituição do *corpus* desta pesquisa se deu a partir da seleção de quatro postagens publicadas no *Instagram* por páginas brasileiras de ativismo negro e comunicação sobre beleza e com a presença social da mulher negra. A escolha dessas publicações fundamenta-se no fato de que tais páginas operam como espaço de luta contra-hegemônica a partir de afirmação identitária, política e beleza de mulheres negras que se torna visível e que, apesar de ser espaço de ativismo, essas mulheres são alvo de reações avaliativas marcadas por tensões raciais, de gênero e de classe. As postagens selecionadas articulam discursos de valorização do cabelo afro, da tonalidade da pele, da moda e da ocupação de espaços profissionais, configurando-se como material privilegiado para observar os efeitos de sentido produzidos nas interações digitais.

A partir dessas quatro postagens, foram coletados 27 comentários, selecionados por sua relevância analítica e por explicitarem processos avaliativos direcionados à estética e à presença social de mulheres negras. A coleta priorizou comentários que mobilizassem avaliações negativas, ambíguas ou aparentemente neutras, compreendidas como estratégias recorrentes de naturalização da violência simbólica no ambiente digital. Considerou-se, ainda, o impacto social dessas publicidades, entendidas não apenas como peças de divulgação de produtos de beleza, mas como discursos que tensionam a hegemonia estética eurocêntrica ao propor outras referências de beleza, corpo e identidade.

Os comentários foram organizados em três eixos analíticos principais, definidos a partir da recorrência de padrões discursivos e da articulação entre a Teoria da Avaliatividade e a Análise Crítica do Discurso. O eixo 5.1 – Apreciação estética racializada concentrou comentários que incidem sobre cabelo, pele e traços faciais, operando avaliações estéticas ancoradas em parâmetros brancos e colonialmente naturalizados. O eixo 5.2 – Julgamento moral e desqualificação social reuniu discursos que associam aparência à moralidade, competência ou valor social, produzindo hierarquizações simbólicas que extrapolam o campo estético. Já o eixo 5.3 – Afeto negativo e regimes de rejeição abarcou comentários marcados

por incômodo, ironia, repulsa e desprezo, nos quais o afeto funciona como estratégia discursiva de exclusão e normalização do ódio.

A análise seguiu um percurso interpretativo que partiu da identificação dos recursos linguístico-discursivos mobilizados nos comentários, especialmente aqueles relacionados aos subsistemas de Atitude (Apreciação, Julgamento e Afeto), articulando-os às categorias críticas de ideologia, branquitude, colonialidade estética e violência simbólica. Esse movimento permitiu compreender como avaliações aparentemente banais ou espontâneas operam como mecanismos de manutenção do racismo estrutural no espaço digital, ao mesmo tempo em que evidenciam a centralidade da estética como campo de disputa política.

Desse modo, a trajetória da análise não se restringe à descrição de comentários isolados, mas busca evidenciar padrões discursivos recorrentes e seus efeitos de sentido, conectando práticas linguísticas cotidianas a processos sociais mais amplos de silenciamento, exclusão e resistência que atravessam a experiência das mulheres negras nas redes sociais.

Antes da consolidação da divisão analítica atualmente adotada, a etapa de coleta do *corpus* foi inicialmente orientada por uma classificação distinta, organizada em três categorias preliminares: (5.1) racismo explícito, (5.2) racismo velado e (5.3) negacionismo do racismo. Com base nessa proposta inicial, buscou-se identificar comentários que se inscrevessem nesse espectro por meio do uso de uma extensão digital que permitia a filtragem automática de comentários a partir de palavras-chave previamente selecionadas, tais como feia, feio, macaca, estranha, exagerada, racista/racismo e não racista/racismo, entre outras.

Todavia, ao longo desse procedimento, tornou-se evidente que tal estratégia apresentava limitações metodológicas relevantes. A filtragem baseada em palavras-chave mostrou-se eficaz, sobretudo, para a identificação de manifestações de racismo explícito e, em certa medida, de discursos negacionistas, mas revelou-se insuficiente para captar formas mais sutis, implícitas e naturalizadas de racismo, especialmente aquelas que operam por meio de avaliações indiretas, ironias, apagamentos e deslocamentos discursivos. Ademais, o próprio recorte lexical definido para o filtro condicionava o alcance da coleta, restringindo a visibilidade de comentários cuja violência simbólica não se materializa em termos abertamente racializados.

Diante dessas limitações, optou-se por reformular o procedimento metodológico, substituindo a filtragem automatizada pela leitura integral dos comentários associados às postagens selecionadas. Essa decisão fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e interpretativista, segundo a qual a identificação de discursos racistas — sobretudo em suas manifestações veladas — depende da análise contextual, das escolhas avaliativas e dos posicionamentos ideológicos mobilizados nos discursos, exigindo, portanto, um olhar analítico

atento e situado da pesquisadora. Tal procedimento mostrou-se imprescindível para a apreensão de mecanismos discursivos de naturalização do racismo que escapam a estratégias de detecção exclusivamente lexicais.

No percurso de delimitação do *corpus*, identificamos páginas voltadas à divulgação de produtos cosméticos, em que há uma mediação com o intuito de conter danos provocados por comentários racistas. A nosso ver, essa ausência está relacionada a políticas de moderação e exclusão de comentários por parte das administradoras, mas também a uma possível ação de contenção discursiva em espaços diretamente vinculados à lógica mercadológica e publicitária.

Em contraste, observou-se a recorrência de comentários com conteúdo racista em postagens oriundas de páginas de ativismo negro. Tal achado configura um dado analiticamente relevante, uma vez que esses espaços, ainda que orientados pela valorização da identidade negra e pela luta antirracista, também se constituem como arenas de disputa simbólica, nas quais discursos de desqualificação, negação e violência estética são produzidos e circulam, tensionando os próprios limites do ativismo digital.

Por fim, embora a análise tenha sido reorganizada a partir de uma nova divisão em eixos analíticos, a classificação inicial entre racismo explícito, velado e negacionista não foi completamente abandonada. Em determinados momentos da análise, tais categorias permanecem como referências analíticas complementares, contribuindo para a compreensão das diferentes formas discursivas por meio das quais o racismo se manifesta e se atualiza nos comentários examinados.

2.7 Categorias de análise

A pesquisa conta com categorias de análise da Linguística Sistêmico-Funcional da Análise Crítica do Discurso.

A primeira categoria responsável por dar conta da parte linguística é o sistema de Avaliatividade em seu subsistema de atitude, com as categorias afeto (recurso com finalidade de expressar emoções no discurso), apreciação (recurso que avalia coisas e objetos) e com ênfase na categoria julgamento (recurso que avalia o comportamento humano).

A segunda categoria da ACD com foco nas relações de poder e nas ideologias se justifica por analisar o discurso e identificar as questões sociais de desigualdades, injustiças, dominações naturalizadas e representadas e por se comprometer com as mudanças sociais e as lutas dos grupos marginalizados, quer dizer, a ACD se propõe a investigar de forma crítica a desigualdade social legitimada no discurso (Wodak, 2003).

Além disso, adota-se como categoria de análise os modos de operação da ideologia propostos por Thompson (2018), com ênfase na reificação/naturalização, entendida como o processo pelo qual relações sociais historicamente construídas são apresentadas como se fossem naturais, imutáveis ou inevitáveis. Essa categoria é fundamental para compreender como os discursos analisados produzem e reproduzem desigualdades sociais, ao tornarem "invisíveis" os mecanismos de dominação, especialmente no que se refere à representação da mulher negra. A naturalização do padrão estético branco, por exemplo, opera discursivamente como um modo de apagamento simbólico e de subalternização de outras formas de existência e beleza. Em consonância, van Dijk (2018) argumenta que o discurso é um dos principais meios pelos quais ideologias são expressas e reproduzidas, pois está diretamente implicado nas estruturas de poder e nas práticas sociais. Ao controlar o acesso à produção e à circulação do conhecimento, os grupos dominantes mantêm seus privilégios por meio de discursos que reforçam estereótipos, normalizam desigualdades e legitimam a exclusão.

Dentre os modos de operação da ideologia, van Dijk (2007) destaca os processos de naturalização e reificação. A naturalização refere-se à apresentação das desigualdades como algo natural, inevitável ou normal, ocultando suas raízes históricas e sociais. Já a reificação transforma construções sociais — como os privilégios raciais — em verdades absolutas e inquestionáveis. Ao operar dessa forma, o discurso racista se sustenta por meio de uma lógica que invisibiliza a estrutura de dominação racial, ao mesmo tempo em que reforça o lugar da branquitude como norma universal de beleza, competência e humanidade.

Há uma proposta de uma abordagem sociocognitiva para compreender como o discurso racista se articula às estruturas mentais dos indivíduos e aos modelos sociais compartilhados, feita por van Dijk (2007). Segundo ele, as ideologias são internalizadas e reproduzidas por meio do conhecimento social, ou seja, das crenças compartilhadas por membros de um grupo social. Esse conhecimento é, em grande parte, construído por meio do discurso e molda a forma como os sujeitos interpretam e interagem com o mundo.

Outra categoria analítica relevante é a interdiscursividade, que se refere à presença articulada de múltiplos discursos sociais em um mesmo texto ou prática discursiva. Contrariamente à ideia de que os discursos são estruturas autônomas e estanques, Fairclough (2016) afirma que todo texto é, em essência, constituído por uma multiplicidade de vozes, gêneros e formações discursivas que se inter-relacionam, seja de forma explícita, seja de maneira implícita. Essa confluência discursiva é uma das formas pelas quais os textos reproduzem ou contestam estruturas sociais, ideológicas e relações de poder, sendo, portanto, um fenômeno com implicações políticas relevantes.

Para Fairclough (2016), a interdiscursividade manifesta-se tanto na hibridização de gêneros discursivos — como, por exemplo, a combinação de elementos da linguagem jornalística, publicitária, científica ou coloquial — quanto na articulação de formações ideológicas distintas que convivem no interior de um mesmo discurso. A presença desses múltiplos discursos pode servir à reprodução da hegemonia, à naturalização de ideologias dominantes ou, em contraposição, à produção de discursos de ruptura e resistência. Desse modo, a interdiscursividade ultrapassa uma dimensão meramente formal e adquire caráter estratégico na disputa por sentidos e na legitimação ou contestação de determinados valores sociais.

No caso específico do racismo estético veiculado nas redes sociais, a interdiscursividade possibilita a identificação dos modos pelos quais discursos racistas historicamente consolidados são ressignificados e recontextualizados no ambiente digital. Termos como “exótica”, “selvagem” ou expressões como “precisa se cuidar melhor”, frequentemente atribuídos à aparência de mulheres negras, remetem à lógica colonial que desumanizava e animalizava corpos negros. Esses discursos, embora aparentemente contemporâneos, representam uma continuidade discursiva que reproduz violências simbólicas sob roupagens atualizadas, legitimadas pela linguagem informal e efêmera característica das redes.

Outra categoria importante para o desenvolvimento dessa investigação é o metadiscurso. A compreensão do funcionamento discursivo em contextos sociais de conflito e dominação exige atenção não apenas ao que se diz, mas também a como o próprio discurso se posiciona em relação a si mesmo. Nesse sentido, o conceito de metadiscurso adquire importância fundamental na ACD. Embora o termo “metadiscurso” não figure com destaque em sua terminologia técnica, a noção está implicada em sua análise das estratégias discursivas de legitimação, posicionamento e autorreflexividade, o que permite sua articulação metodológica com esta pesquisa.

De modo geral, o metadiscurso pode ser compreendido como a dimensão autorreferencial do discurso, ou seja, os momentos em que o sujeito comenta, qualifica, orienta ou justifica o próprio ato de enunciação. Trata-se de uma instância discursiva em que o sujeito assume uma postura explícita diante do que diz, revelando suas intenções, estratégias argumentativas ou posições sociais. Para Fairclough (2016), essa dimensão é visível, por exemplo, quando os textos mobilizam recursos de modulação, modalização e avaliação, permitindo que o sujeito se envolva de maneira ativa na construção da autoridade discursiva e na regulação das relações entre discurso, sujeito e sociedade.

No contexto desta pesquisa, a análise do metadiscurso torna-se estratégica para examinar como se constroem justificativas e enquadramentos ideológicos em práticas discursivas racistas que circulam nas redes sociais. Comentários aparentemente inofensivos ou formulados sob a aparência de "gosto pessoal", por exemplo, costumam vir acompanhados de estratégias metadiscursivas que buscam neutralizar a crítica e legitimar o preconceito, tais como: "não é racismo, é só uma questão de preferência", "não tenho nada contra, mas...", ou ainda, "isso é só a minha opinião". Tais recursos linguísticos funcionam como marcadores metadiscursivos que operam no nível da ideologia, despolitizando o discurso e deslocando o foco do impacto social para a suposta inocência da intenção individual.

Nesse sentido, a operacionalização do metadiscurso como categoria analítica nesta pesquisa oferece uma via profícua para compreender os modos de negociação discursiva da legitimidade, da autoridade e da intencionalidade no campo simbólico das redes sociais. Ao analisar as formas como os sujeitos se colocam discursivamente em relação ao que dizem, seja para reafirmar, justificar, minimizar ou contradizer suas próprias falas, torna-se possível compreender como o discurso de ódio é muitas vezes envolto por camadas de autoproteção discursiva.

Dito isso, apresento o quadro de categorias discursivas utilizadas para a análise do *corpus*:

Quadro 2 — Categorias de análise.

Categoria	**Descrição**	**Base teórica**	**Exemplo**
Poder	O discurso como instrumento de reprodução ou contestação de poder.	ACD (Fairclough, 2016)	Como o racismo estético exerce controle simbólico sobre o corpo da mulher negra nas redes? Quem tem o direito de opinar, julgar ou silenciar?
Interdiscursividade	A presença de diferentes discursos e gêneros dentro de um mesmo texto.	ACD (Fairclough, 2016)	Conecta o discurso atual a formações discursivas anteriores ou hegemônicas — função similar à da indexicalidade.
Ideologia	Sistemas de crenças naturalizados pelo discurso que servem aos interesses de determinados grupos sociais.	ACD (Fairclough, 2016)	Que ideias de "beleza", "normalidade" e "branquitude" são reproduzidas como neutras ou universais no discurso?

Continua...

Continuação do Quadro 2 — Categorias de análise.

Hegemonia	Capacidade de uma ideologia se tornar dominante e ser vista como "natural".	ACD (Fairclough, 2016)	Como os padrões brancos de beleza são construídos como norma? Como a crítica ao racismo é deslegitimada nos comentários?
Reificação — Naturalização	Quando discursos ideológicos são apresentados como neutros, lógicos ou comuns. Tornar invisíveis as relações de poder. O racismo estético é apresentado como "opinião pessoal" ou "liberdade de expressão".	Modos de operação da ideologia (Thompson, 2018)	"É normal preferir cabelo liso"; "Mulher negra com traços finos é mais bonita"
Metadiscurso	Reflexividade do discurso: quando o discurso fala de si mesmo ou revela sua intencionalidade.	ACD (Fairclough, 2016)	O autor do discurso se justifica, se defende ou se posiciona sobre o que está dizendo? Tenta parecer neutro ou "sóbrio"?
Práticas discursivas	Dimensão intermediária entre texto e sociedade; envolve a produção, circulação e interpretação dos discursos.	ACD (Fairclough, 2016)	O uso de certos recursos linguísticos "indexa" (remete a) práticas sociais e contextos ideológicos.

Fonte: Autoria própria com base em Santos (2017, p. 103).

2.8 A trajetória da análise

A trajetória analítica desta pesquisa desenvolveu-se a partir da leitura interpretativa dos comentários que compõem o *corpus*, tomando-os como práticas discursivas situadas, atravessadas por relações de poder, ideologia e disputas simbólicas em torno da estética e da presença social de mulheres negras no ambiente digital. Mais do que descrever discursos isolados, o percurso analítico buscou identificar regularidades discursivas, padrões avaliativos recorrentes e seus efeitos de sentido no contexto das interações mediadas pelo *Instagram*.

O primeiro movimento da análise consistiu na identificação dos recursos linguístico-discursivos mobilizados nos comentários, com especial atenção aos subsistemas de Atitude da Teoria da Avaliatividade — Apreciação, Julgamento e Afeto. Esses recursos foram examinados em articulação com pressupostos da Análise Crítica do Discurso, permitindo compreender

como avaliações aparentemente cotidianas operam como mecanismos de reprodução de hierarquias raciais, de gênero e de classe.

A partir da recorrência desses padrões avaliativos, os comentários foram organizados em três eixos analíticos, construídos indutivamente ao longo do processo interpretativo. O eixo Apreciação estética racializada concentrou discursos que incidem sobre cabelo, pele e traços faciais, revelando a permanência de parâmetros estéticos ancorados na branquitude e na colonialidade. O eixo Julgamento moral e desqualificação social reuniu comentários que extrapolam o campo estético, associando aparência a caráter, competência ou valor social. Já o eixo Afeto negativo e regimes de rejeição abarcou manifestações de incômodo, ironia, desprezo e repulsa, nas quais o afeto funciona como estratégia discursiva de exclusão simbólica e normalização da violência.

Esse percurso não se restringiu à classificação dos comentários nos eixos, mas avançou na interpretação dos sentidos produzidos por essas avaliações em seus contextos de circulação. Nesse sentido, buscou-se compreender como escolhas lexicais, construções sintáticas, implícitos e silêncios discursivos contribuem para a naturalização do racismo estrutural, especialmente em suas formas mais sutis e socialmente legitimadas.

Embora a análise esteja organizada a partir dessa divisão em eixos, categorias analíticas anteriormente mobilizadas — como racismo explícito, racismo velado e negacionismo do racismo — permanecem como referências interpretativas complementares, acionadas pontualmente para aprofundar a compreensão das diferentes formas pelas quais o racismo se atualiza discursivamente. Tais categorias, contudo, não orientam a estrutura da análise, mas funcionam como ferramentas auxiliares na leitura crítica dos comentários.

Assim, a trajetória da análise configura-se como um movimento crítico que articula materialidade linguística e processos sociais mais amplos, evidenciando como práticas avaliativas em ambientes digitais participam da produção, manutenção e contestação de regimes estéticos racializados. Ao privilegiar a identificação de padrões discursivos e seus efeitos de sentido, a análise contribui para compreender a centralidade da estética como campo de disputa política e simbólica na experiência contemporânea das mulheres negras nas redes sociais.

Diante do exposto, o percurso metodológico delineado nesta pesquisa articula de forma teoria, método e posicionamento ético-político, reafirmando o compromisso da ACD com a problematização das desigualdades sociais naturalizadas pela linguagem. Ao conjugar a Análise Discursiva Textualmente Orientada, os pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional e uma perspectiva qualitativo-interpretativista de cunho crítico, esta investigação busca evidenciar

como discursos de ódio racial e estético contra mulheres negras se materializam linguisticamente e operam ideologicamente nas interações digitais. A escolha do *Instagram* como campo empírico, bem como a seleção criteriosa dos comentários analisados, permite compreender o racismo não como exceção ou desvio, mas como prática discursiva recorrente, historicamente situada e socialmente legitimada. Assim, este capítulo estabelece as bases analíticas necessárias para a leitura crítica do *corpus*, oferecendo instrumentos teórico-metodológicos que possibilitam desvelar os mecanismos simbólicos por meio dos quais a violência racial e de gênero é reproduzida, naturalizada e, por vezes, negada no espaço digital.

A seção seguinte tem como objetivo apresentar o marco epistemológico que fundamenta esta pesquisa, ancorado na Análise Crítica do Discurso, em sua vertente dialético-relacional, conforme desenvolvida por Norman Fairclough, em diálogo com a Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday. Parte-se do entendimento de que a linguagem não constitui um sistema neutro de representação da realidade, mas um espaço privilegiado de produção, manutenção e contestação de relações de poder, ideologias e hegemonias.

Ao mesmo tempo, a Linguística Sistêmico-Funcional oferece os instrumentos descritivos necessários para a análise da materialidade linguística dos discursos, possibilitando observar como significados ideacionais, interpessoais e textuais são mobilizados na construção de representações sociais sobre mulheres negras.

3 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD) — MARCO EPISTEMOLÓGICO E AS CATEGORIAS DISCURSIVAS

Esta seção teórica tem por finalidade apresentar os fundamentos que sustentam a pesquisa, situando-a no campo dos estudos linguísticos com ênfase nas relações entre discurso e poder. Inicialmente, é abordada a Análise Crítica do Discurso (ACD), a partir de sua conceituação e desenvolvimento histórico, com o intuito de evidenciar como essa teoria permite compreender a relação entre discurso e sociedade. A ACD, ao compreender o discurso como momento da prática social, constitui-se em uma ferramenta essencial para analisar como sentidos são produzidos e reproduzidos em contextos marcados por relações de poder.

Na sequência, introduzo conceitos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), que é apresentada como base para a análise linguística dos textos, oferecendo instrumentos para descrever e interpretar como os significados são organizados linguisticamente em função dos contextos de produção e circulação e seu sistema de Avaliatividade, compreendido como categoria analítica.

A articulação entre ACD e LSF constitui um referencial robusto que orienta a leitura crítica dos discursos analisados, possibilitando compreender como a linguagem atua na (re)produção de identidades e na manutenção — ou contestação — de estruturas de poder.

Tais conceitos são fundamentais para o entendimento de como as identidades são construídas e hierarquizadas no discurso, especialmente quando atravessadas por marcadores sociais como gênero e raça. Assim, a interseccionalidade é incorporada como um eixo teórico que permite analisar as múltiplas camadas de opressão que permeiam os processos discursivos.

3.1 Análise Crítica do Discurso (ACD)

A Análise Crítica do Discurso (ACD) parte do pressuposto de que as práticas discursivas não apenas refletem a realidade social, mas participam ativamente de sua constituição, manutenção e transformação. Nesse sentido, a investigação das ideologias que operam no discurso torna-se central, sobretudo quando se busca compreender como relações de dominação são produzidas, legitimadas e naturalizadas na vida social. Entre os aportes teóricos fundamentais para essa análise, destacam-se os modos de operação da ideologia sistematizados por Thompson (2018), que oferecem ferramentas conceituais para identificar como determinadas formas simbólicas contribuem para sustentar assimetrias de poder. Dentre esses modos, a reificação e a naturalização assumem papel decisivo na análise do racismo estético,

pois atuam na apresentação de padrões raciais e estéticos como dados objetivos, neutros ou inevitáveis.

A reificação, conforme Thompson (2018), é um modo geral de operação ideológica que atua na representação de relações sociais como coisas fixas, permanentes ou naturais, representada pelas estratégias típicas de construção simbólica como: Naturalização, Eternalização e Nominalização/Passivização. A reificação se caracteriza por coisificar relações humanas, transformando sujeitos e processos sociais em objetos ou propriedades. Essa estratégia contribui para a consolidação de estruturas de dominação ao reduzir a complexidade das relações sociais a categorias simplificadas e rígidas.

> [...] a reificação: relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. Processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado. A ideologia como reificação envolve, pois, a eliminação, ou a ofuscação, do caráter sócio-histórico dos fenômenos — ou, tomando emprestada uma frase sugestiva de Claude Lefort, ela envolve o restabelecimento da dimensão da sociedade 'sem história', no próprio coração da sociedade histórica (Thompson, 2018, p. 87-88).

No contexto do racismo estético, a reificação aparece quando características corporais da mulher negra — como cabelo crespo, nariz largo ou pele escura — são tratadas como "problemas" objetivos a serem corrigidos. Frases como "cabelo crespo é difícil de cuidar" ou "pele muito escura não combina com maquiagem" não apenas expressam opiniões, mas reificam o corpo negro como algo inferior ou inadequado. Com isso, o discurso deixa de considerar as dimensões culturais, sociais e históricas da estética e passa a tratar o corpo racializado como um objeto a ser moldado segundo padrões brancos.

Thompson (2018) afirma que a reificação implica um apagamento das relações de agência e subjetividade. Quando se diz que "a estética negra não vende" ou que "a sociedade prefere determinados traços", naturaliza-se a exclusão do corpo negro como se fosse consequência de uma lógica de mercado objetiva e neutra. Essa objetivação esconde o fato de que tais preferências são construídas historicamente a partir de relações de poder racializadas e patriarcais. A mulher negra, assim, deixa de ser um sujeito e passa a ser um corpo funcionalizado, avaliado, corrigido e silenciado.

Outro aspecto importante da reificação é a produção de essencialismos. A mulher negra, quando representada no discurso reificado, é frequentemente reduzida a uma tipificação fixa: "a negra sensual", "a mulher forte", "a exótica", entre outros estereótipos. Esses marcadores discursivos não reconhecem a multiplicidade de identidades e experiências, mas operam como

mecanismos de controle simbólico, limitando as possibilidades de representação social e subjetiva. A reificação, nesse sentido, cumpre o papel ideológico de cristalizar desigualdades e bloquear alternativas discursivas.

Ao transformar relações sociais complexas em objetos discursivos aparentemente neutros, o discurso reificado desumaniza os sujeitos racializados e perpetua uma ordem estética que os exclui.

A naturalização, segundo Thompson (2018), é uma das estratégias simbólicas por meio das quais a ideologia opera no discurso, por meio da Reificação, que é um modo geral de operação da ideologia. Essa estratégia consiste em apresentar construções sociais e culturais como se fossem naturais, imutáveis ou evidentes por si mesmas. Ao apagar a historicidade e a contingência social dos fenômenos, a naturalização cumpre a função ideológica de ocultar as relações de poder que sustentam determinadas práticas e representações. Trata-se, portanto, de um mecanismo que atua silenciosamente na legitimação da dominação simbólica.

> Esse modo pode ser expresso em formas simbólicas através da estratégia da *naturalização*. Um estado de coisas que é uma criação social e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais, do mesmo modo como, por exemplo, a divisão socialmente instituída pelo trabalho entre homens e mulheres pode ser retratada como um resultado de características fisiológicas nos sexos, ou de diferenças entre os sexos (Thompson, 2018, p. 88).

No campo discursivo da estética, a naturalização aparece ao associar padrões de beleza eurocêntricos a uma ideia de "preferência". A linguagem cotidiana — especialmente nas redes sociais — mobiliza expressões que, à primeira vista, parecem desprovidas de intencionalidade política, mas que reiteram um ideal normativo racializado. Afirmações como "cabelo liso combina mais com tudo" ou "mulher negra fica mais bonita com maquiagem clara" ilustram como a linguagem atua na reprodução de uma estética colonial e racializada, sem que isso seja percebido como tal.

Thompson (2018) aponta que a eficácia da naturalização reside justamente em seu caráter invisível. Uma ideia naturalizada deixa de ser questionada, porque é tomada como parte da ordem "natural" das coisas. No caso do racismo estético, essa estratégia permite que preferências racistas sejam enunciadas como simples opiniões desinteressadas. Ao retirar o discurso de seu contexto histórico e social, a naturalização esvazia o caráter político do debate e desloca a discussão da esfera coletiva para o plano da subjetividade individual, tornando a crítica mais difícil e frequentemente deslegitimada.

Além disso, a naturalização não opera de forma isolada, mas articulada a outras estratégias discursivas, como a descontextualização e a universalização. Por exemplo, quando

um usuário afirma que “ninguém gosta de cabelo armado porque é desleixado”, essa enunciação mistura um juízo estético com um juízo moral, disfarçando um julgamento racista sob a aparência de senso comum. Tal operação retira o conteúdo ideológico da superfície do discurso e o insere como norma implícita de avaliação. O gosto, nesse caso, não é uma categoria neutra, mas um marcador de pertencimento simbólico ao grupo dominante.

Portanto, a naturalização é uma categoria importante para compreender como o discurso racista se reconfigura em contextos contemporâneos, especialmente no *Instagram*. Ao disfarçar relações de dominação por trás de afirmações aparentemente neutras ou espontâneas, essa estratégia fortalece a permanência de padrões excludentes e mantém a mulher negra em um lugar simbólico de desvalorização. A ACD, nesse sentido, permite desvelar tais operações ideológicas, restituindo ao sujeito sua dimensão política e histórica.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) desenvolve-se a partir da ideia central de que o discurso não é apenas um meio de comunicação, mas também uma forma de exercer poder e controle social. Essa perspectiva entende que a linguagem está profundamente ligada às estruturas de dominação e às relações de desigualdade presentes na sociedade.

Embora os estudiosos da ACD compartilhem esse entendimento fundamental, cada linha teórica segue caminhos distintos, adotando métodos e enfoques variados. Alguns enfatizam a ideologia e a reprodução das estruturas sociais, enquanto outros se concentram nos aspectos linguísticos e nos contextos históricos, outros em aspectos sociocognitivos. Essas diferenças enriquecem o campo, permitindo análises mais amplas e complexas.

Assim, a ACD não é uma teoria homogênea, mas sim um campo interdisciplinar que combina elementos da linguística, sociologia e ciências políticas. Seu objetivo principal é revelar como o discurso contribui para a manutenção ou contestação do poder. Dessa forma, o discurso é visto como uma prática social estratégica.

> Norman Fairclough cunhou o termo análise de discurso crítica em 1985 no Journal of Pragmatics (Fairclough, 2001). Desde então, ele, Wodak e Van Dijk, além de outros pensadores, vêm contribuindo para o enriquecimento dos estudos em ADC, tendo se tornado conhecidos como o Grupo de Lancaster. No Brasil, a pesquisadora Izabel Magalhães, da Universidade de Brasília, vem sendo a pioneira na utilização da teoria em suas pesquisas desde 1985 (Batista Jr.; Sato; Melo, 2018, p. 8).

Conforme Resende (2009), cada estudioso assume um caminho em ACD, seja pela tríade discurso, sociedade e cognição, seja pela teoria dos atores sociais ou mesmo pelos aspectos sócio-históricos ou semióticos, o que a torna diversa. Para além do traço de heterogeneidade das vertentes, a ACD também é compreendida como interdisciplinar, pois sustenta fortes diálogos com diversas áreas do conhecimento, como Sociologia, Psicologia,

Pragmática, de outras áreas da Linguística, como a Linguística Sistêmico-Funcional, Sociolinguística, entre outras.

A Análise Crítica do Discurso serve como a base teórica essencial para esta investigação, pois se dedica a examinar como o discurso contribui para a marginalização e opressão de grupos sociais. Ao focar em minorias oprimidas por questões de raça, sexo, pobreza e outras formas de desigualdade, a ACD analisa como a linguagem pode naturalizar e legitimar problemas sociais por meio do discurso através da linguagem. Essa abordagem investiga como os discursos refletem e reforçam as relações de poder desiguais, perpetuando estigmas e preconceitos. A teoria explora como certas narrativas e representações, ao serem disseminadas e aceitas como normativas, sustentam estruturas de dominação e exclusão.

Assim, enfrentamos o desafio de descrever e interpretar a realidade social com o objetivo de compreender os arranjos discursivos e estruturais que perpetuam desigualdades e injustiças. Nessa perspectiva, a análise não se restringe a uma postura descritiva ou neutra, mas assume um posicionamento crítico e normativo, orientado por valores de justiça social. Como enfatiza Fairclough (2016), a linguagem não apenas representa o mundo social, mas também o constitui, sendo um instrumento de reprodução — ou contestação — das relações de poder. Da mesma forma, van Dijk (2010) destaca que o discurso é um espaço privilegiado onde se manifestam as ideologias, e sua análise crítica deve revelar como grupos dominantes legitimam e mantêm sua posição por meio do controle discursivo.

> [...] o problema social, objeto da pesquisa em ADC, igualmente exige do(a) analista a decisão de descrever a realidade, promovendo sua explanação para alcançar a compreensão das articulações ou arranjos sociais que levam à injustiça presenciada. Logo, a análise é construída sobre um juízo de valor acerca do certo e do errado, do justo e do injusto, que difere de algumas estratégias em pesquisa que buscam a neutralidade nos experimentos. A ADC não é neutra. Ela sempre se posiciona criticamente. A crítica em ADC caminha, dessa forma, em duplo sentido — tanto normativo (aplicando juízos de valor) em seu ponto de partida, quanto explanatório, ao desvelar os mecanismos e articulações sociais que perpetuam as relações de poder (Batista Jr.; Sato; Melo, 2018, p. 13).

Na Análise Crítica do Discurso, o problema social investigado exige da pesquisadora mais do que uma simples descrição da realidade — é necessário explicá-la de modo a compreender os arranjos sociais que contribuem para as injustiças observadas. Isso significa que a análise parte, inevitavelmente, de julgamentos sobre o que é justo ou injusto, correto ou incorreto, diferenciando-se de abordagens que buscam manter uma postura neutra. A ACD, por sua natureza, assume um posicionamento crítico. Sua crítica atua em duas direções: de forma normativa, ao incorporar valores desde o início da análise, e de maneira explicativa, ao revelar os processos sociais que sustentam as desigualdades e relações de poder.

Portanto, uma característica relevante da teoria é o fato de a analista apresentar um posicionamento explícito, pois ela não se propõe neutra, ou seja, a analista deve formular um posicionamento engajado diante das injustiças sociais. Segundo Vieira e Resende (2016), esse engajamento social da analista se faz presente em todas as vertentes, pois a análise em ACD examina os mecanismos e estruturas sociais que sustentam relações de poder assimétricas.

Como pretendo trazer análises do discurso dos comentários de usuários de redes sociais contra mulheres negras, logo elas sofrem racismo interseccional, encaixando-as nesse *status* de uma minoria social, foi o que me levou a escolher a ACD para o suporte destas análises.

Por meio da linguagem, é possível estabelecer relação de dominação e de poder, e por isso ela é regida a partir da associação com o social, pois é parte integrante. Assim, a ACD, em uma perspectiva teórica, versa sobre a linguagem e a semiose; logo, o discurso passa a ser entendido como um momento da prática social, uma vez que abriga elementos discursivos e não discursivos que integram a realidade social no lugar e no tempo; além disso, o discurso representa e constrói a realidade social, da mesma maneira que é representado e construído pela realidade, por ser dialógico, quer dizer, como prática que muda o mundo e o sujeito, visto que cada prática, seja ela econômica, política ou cultural, contém um elemento semiótico (Fairclough, 2003).

O discurso é um modo dialético de articulação entre linguagem e sociedade, e sua análise crítica busca desnaturalizar os sentidos que, por meio do uso reiterado da linguagem, passam a ser tomados como “comuns” ou “naturais”, quando, na verdade, carregam interesses sociais específicos.

Em vez de focar exclusivamente na estrutura dos textos, a ACD investiga como estes textos influenciam e são influenciados pelos contextos específicos em que são usados. Esse enfoque inclui a análise dos resultados das ações realizadas por meio da linguagem e dos discursos que sustentam e moldam as práticas sociais. Portanto, a ACD adota uma abordagem que considera tanto o conteúdo do texto quanto a realidade social, buscando construir uma compreensão coerente do significado ao integrar o texto e seu contexto social, afirmam Batista Jr., Sato e Melo (2018).

Assim, as pesquisas neste campo tencionam analisar de forma crítica as relações de dominação nos discursos por meio da linguagem, pois este é capaz de reproduzir acontecimentos e de criar acontecimentos, visto que o discurso pode mudar a realidade social.

Conforme descrito por Pedro (1997), o principal objetivo da ACD é revelar como o discurso desempenha um papel fundamental na produção e manutenção das relações de poder e dominação na sociedade. A ACD se concentra em identificar as estruturas e estratégias

discursivas usadas para estabelecer e perpetuar essas relações, considerando sempre o contexto em que os discursos são produzidos e utilizados. Em vez de ver o discurso apenas como uma forma de comunicação, a ACD o analisa como uma prática social que contribui ativamente para a construção e reforço de hierarquias sociais e práticas de controle. Esse enfoque inclui a investigação de como as relações de poder são moldadas e sustentadas através do discurso, mostrando como ele pode ser um meio para afirmar e manter o domínio e a autoridade dentro de contextos sociais específicos.

Nessa mesma perspectiva, van Dijk (2003) defende que a Análise Crítica do Discurso oferece uma abordagem crítica para entender o conhecimento, funcionando como uma análise do discurso com uma perspectiva específica. Ela foca em questões sociais, especialmente no papel do discurso na criação e perpetuação do abuso de poder e dominação. Sempre que possível, ela aborda esses problemas a partir de uma perspectiva que alinha com os interesses dos grupos oprimidos, levando em consideração suas experiências e opiniões e apoiando sua luta contra a desigualdade. Assim, a ACD combina uma postura de solidariedade com os oprimidos com uma atitude de crítica e resistência contra aqueles que utilizam textos e declarações para estabelecer, reforçar ou justificar seu poder abusivo.

A partir dessa compreensão e da de que as mulheres negras pertencem a um grupo de minorias, sendo esta uma minoria racial e de gênero, o uso da ACD é importante para o posicionamento crítico no que diz respeito aos problemas sociais diante das suas lutas contra a desproporção de tratamentos e direitos na sociedade, tratando o oprimido de forma humana, ou, nas palavras de van Dijk (2003), sendo solidário com o oprimido.

Como a ACD se compromete com as constantes mudanças na sociedade, o termo *crítica*, segundo Vieira e Resende (2016), é justificado pelo seu comprometimento que oferta suporte científico, situado nas ciências sociais críticas, a fim de compreender os problemas da sociedade que tenham relação com o poder e a dominação, ou seja, o estudo da relação entre o social e o político, bem como buscar entender como o discurso opera ideologicamente e como as identidades individuais e coletivas se dão nos aspectos linguísticos e semióticos.

> A crítica em ADC caminha em dois sentidos. O primeiro diz respeito ao valor atribuído à ética, à justiça e à decência no processo de análise. Tendo um ponto de partida ético, a análise se volta para a correção de desvantagens sociais, motivo pelo qual busca interpretar esses problemas, posicionando os atores e as instituições, a fim de abordar os fatores condicionantes das situações de desvantagem social. O(a) analista, para iniciar seu trabalho de análise, precisa formalizar o problema social para o qual convergirão seus esforços, posicionando-se fortemente para deixar evidenciadas as marcas desse processo de análise na redação de seu trabalho (Fairclough, 2003 *apud* Batista Jr.; Sato; Melo, 2018, p. 13).

De acordo com Vieira e Resende (2016), o “C” na sigla da Análise Crítica do Discurso (ACD) reflete o compromisso da abordagem com a tradição da “ciência social crítica”, que se dedica a oferecer uma análise fundamentada e crítica dos problemas sociais, especialmente aqueles relacionados ao poder e controle. Esse engajamento significa que a ACD vai além da simples descrição dos discursos, ao se envolver profundamente na crítica das formas como os discursos contribuem para a produção e manutenção de relações de poder e dominação. Assim, fornece um suporte científico para entender como os discursos são usados para sustentar desigualdades, abordando essas questões a partir de uma perspectiva que considera o contexto específico em que os discursos são produzidos e aplicados. Logo, a teoria combina análise rigorosa com uma postura crítica voltada para a transformação social, fundamentando suas críticas em uma base sólida.

Em Wodak (2003), podemos encontrar a noção de crítica como o resultado de um certo distanciamento a respeito dos dados e a adoção explícita de uma postura política e autocrítica em relação ao que se investiga. O papel desempenhado pela teoria crítica consiste em contribuir com a luta a favor da emancipação, logo, não trata apenas de explicar ou descrever, mas de desvelar os discursos por meio das ideologias.

Para fins deste trabalho, vinculo-me à abordagem dialético-relacional, pois, nesta perspectiva, o termo “discurso” é utilizado para se referir ao momento semiótico das práticas sociais. Fairclough (2003) propõe que toda prática social (como, por exemplo, o consumo de beleza nas redes sociais) possui quatro elementos principais: atividades materiais, fenômenos mentais, relações sociais e o semiótico (discurso). A relação entre esses elementos é dialética no sentido de que eles são distintos, mas não são totalmente separados.

A abordagem dialético-relacional, conforme formulada por Fairclough (2003), propõe uma compreensão não reducionista da relação entre discurso e sociedade. Diferentemente de perspectivas que tratam o discurso como reflexo das estruturas sociais ou, em sentido oposto, como instância autônoma capaz de explicar a totalidade do social, o autor concebe o discurso como um momento constitutivo das práticas sociais, articulado dialeticamente a outros momentos igualmente relevantes. Tal concepção permite apreender o discurso simultaneamente como condicionado por estruturas sociais e como elemento ativo na sua reprodução ou transformação.

Nessa perspectiva, as práticas sociais são configurações relativamente estáveis de atividades humanas que articulam diferentes dimensões ou “momentos”, tais como a atividade material, as relações sociais, as identidades, o poder e o discurso. Esses momentos não se encontram hierarquizados de forma fixa nem operam de modo independente; ao contrário,

mantêm entre si relações dialéticas, caracterizadas por tensões, contradições e influências mútuas. O discurso, portanto, não equivale à prática social como um todo, mas constitui um de seus momentos, cuja especificidade reside na dimensão semiótica da vida social.

O caráter dialético da abordagem refere-se precisamente a essa relação de determinação recíproca entre discurso e sociedade. Por um lado, as práticas discursivas são moldadas por condições sociais, históricas, institucionais e materiais que limitam e possibilitam determinadas formas de dizer e significar. Por outro, o discurso participa ativamente da manutenção ou da transformação dessas mesmas condições, ao legitimar relações de poder, naturalizar ideologias ou, alternativamente, ao problematizá-las e contestá-las. Assim, o discurso é entendido como socialmente constituído e socialmente constitutivo, o que afasta a ADC tanto de posições estruturalistas rígidas quanto de leituras pós-estruturalistas que tendem a dissolver o social no discursivo.

Ao empregar o termo “relacional”, Fairclough (2003) enfatiza que o discurso só pode ser adequadamente compreendido em sua articulação com outros momentos da prática social. A análise discursiva, nessa perspectiva, não se limita à descrição de aspectos linguísticos ou textuais, mas busca explicitar as relações entre escolhas semióticas e processos sociais mais amplos, como a construção de hegemonias, a institucionalização de práticas e a constituição de identidades sociais. Essa postura relacional exige uma articulação constante entre níveis de análise micro e macro, integrando a análise textual a uma teoria social crítica. O modelo não é apresentado apenas como um procedimento metodológico, mas como uma forma de operacionalizar empiricamente a abordagem dialético-relacional. A análise textual incide sobre as escolhas linguísticas e semióticas; a análise da prática discursiva examina os processos de produção, circulação e interpretação dos textos; e a análise da prática social situa o evento discursivo em seu contexto sociohistórico, focalizando relações de poder, ideologia e mudança social.

Desse modo, a abordagem dialético-relacional fundamenta uma concepção de Análise Crítica do Discurso que é, ao mesmo tempo, linguística e social, descritiva e explicativa, analítica e crítica. Compreender o discurso como momento constitutivo das práticas sociais possibilita investigar como a linguagem participa da organização da vida social, sem perder de vista as condições materiais e institucionais que a atravessam.

Pensando nesta investigação, o discurso internaliza os outros elementos; por exemplo, um comentário racista sobre o cabelo de uma modelo negra não é apenas “texto”, mas a materialização semiótica de séculos de relações sociais escravocratas e de fenômenos mentais de preconceito.

Este modelo enfatiza que a análise do discurso deve ser feita em três níveis interconectados: o textual, o interdiscursivo e o social. A grande inovação de Fairclough (2003) reside na centralidade dada à interdiscursividade — a análise de como os textos são formados por combinações de diferentes discursos, gêneros e estilos. No *Instagram*, a interdiscursividade manifesta-se quando um comentário violento se apropria do gênero "opinião" para proferir uma agressão racial. A análise dialético-relacional permite à pesquisadora identificar como essa hibridização textual serve para suavizar ou mascarar a ideologia racista, tornando-a socialmente palatável sob a máscara da interatividade digital.

No escopo desta tese, dedicada à investigação do racismo estético contra mulheres negras em ambientes digitais, a discussão aqui desenvolvida é essencial para analisar os modos pelos quais práticas discursivas racializadas operam cotidianamente na manutenção de uma ordem estética hegemonicamente branca. Essa proposta de Fairclough (2003) permite articular os níveis textual, discursivo e social da linguagem, oferecendo ferramentas para interpretar os sentidos veiculados em comentários de redes sociais que desqualificam corpos negros sob a lógica do gosto pessoal, da crítica estética ou da suposta neutralidade da opinião.

3.2 Discurso como prática social, ideologia, poder

Este tópico tem por objetivo fundamentar teoricamente os conceitos de discurso, ideologia e poder a partir da perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), especialmente em Fairclough (2003), com sua abordagem dialético-relacional. Essa perspectiva compreende o discurso como um momento constitutivo das práticas sociais, articulado dialeticamente a outras dimensões do social, como as relações materiais, institucionais e ideológicas. Ao compreender o discurso dessa maneira, este referencial analítico permite examinar o discurso como espaço de disputa simbólica e mecanismo de constituição das relações sociais, com especial atenção às dimensões da desigualdade, da dominação e da resistência.

Ao longo do capítulo, são exploradas as noções de naturalização ideológica, hegemonia discursiva, agência e mudança social, bem como as potencialidades e os limites da ACD para a análise de discursos marcados por processos de racialização. Por fim, destaca-se a necessidade de articular essa abordagem com os Estudos Raciais, a fim de contemplar de forma crítica e situada os efeitos simbólicos e materiais do discurso na reprodução das hierarquias raciais contemporâneas.

No campo mais amplo dos estudos discursivos críticos, costuma-se empregar a denominação ACD para designar um conjunto heterogêneo de abordagens interessadas nas

relações entre discurso, poder e ideologia. No entanto, este trabalho filia-se especificamente à abordagem de Fairclough (2003), que se distingue por propor um modelo teórico-metodológico sistemático, ancorado na teoria social crítica e orientado para a análise das condições sociais de produção, circulação e interpretação dos textos, bem como de seus efeitos ideológicos.

As práticas sociais são formas relativamente estáveis de atividade humana que se interconectam, formando uma rede. O discurso, por sua vez, é entendido como um momento da prática social. As práticas discursivas envolvem um ciclo completo de produção, distribuição e consumo de textos, os quais são fundamentais para a produção de efeitos específicos em atividades sociais particulares. A circulação desses textos dentro de contextos específicos segue regras e funções que transmitem discursos implicitamente, moldando concepções de função e papéis sociais. Assim, os textos atuam como mediadores fundamentais nas práticas sociais.

> No bojo das práticas sociais, a circulação dos textos produz efeitos e sua dinâmica pode ser alterada porque as hegemonias são sensíveis e mudam o polo de poder à medida que novas articulações são construídas. Para cada articulação da prática social há um conjunto de conhecimentos e de textos (gêneros discursivos) que organizam e estabilizam o modo de ação. Gêneros discursivos, portanto, são formas de linguagem oral ou escrita mais ou menos estáveis, com configuração funcional e conteúdos similares. [...] Essa estabilidade se dá pela prática que, ao ser compartilhada, exige a compreensão comum entre os participantes (Batista Jr.; Sato; Melo, 2018, p. 9-10).

Assim, conforme esses autores, faz-se importante reconhecer a interdependência entre práticas sociais e discursos, enfatizando que entender como a linguagem influencia e é influenciada pelas ações sociais é importante. Esse reconhecimento é visto como um avanço em relação a tradições das ciências sociais que negligenciam a análise linguística ou à tradição linguística que não incorpora questões sociais.

Os textos, ao circularem socialmente, produzem efeitos concretos e são atravessados por relações de poder que não são fixas, mas sensíveis às mudanças contextuais e às novas articulações sociais. Nesse sentido, os autores demonstram que os gêneros discursivos — compreendidos como formas relativamente estáveis de uso da linguagem, seja oral ou escrita — são fundamentais na organização das práticas sociais, pois orientam modos de ação e comunicam sentidos partilhados entre os participantes.

A estabilidade dos gêneros, no entanto, não é rígida ou absoluta, mas resulta da repetição e da negociação coletiva de sentidos dentro de contextos específicos. Essa estabilidade relativa está diretamente ligada à função social que os gêneros exercem, o que implica em uma necessária compreensão mútua para que a prática comunicativa se efetive. Assim, os gêneros não são apenas formas linguísticas, mas instrumentos estruturantes das práticas sociais, revelando a interdependência entre linguagem, ação e poder, tendo uma concepção dialógica

da linguagem, que entende o discurso como prática situada, histórica e ideologicamente marcada.

Segundo Vieira e Resende (2016), a linguagem tem efeitos nas práticas e nos eventos sociais, tendo em vista que a ACD a concebe como um veículo de poder e que mantém relações com o social, o biológico etc., internalizando traços deles.

Já o discurso é um instrumento pelo qual se pode estabelecer relações de poder e, através delas, estabelecer as desigualdades sociais, por isso, a analista do discurso se preocupa em observar como ocorre esse tipo de dominação: "[...] a linguagem é um meio de dominação e de força social, servindo para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente" (Pedrosa, 2008, p. 117).

Sobre essa perspectiva em relação ao texto, Fairclough (2016, p. 112) sustenta que:

> Os textos apresentam resultados variáveis de natureza extradiscursiva, como também discursiva. Alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares; outros levam pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas.

Dessa maneira, entendo que o texto é a representação discursiva dos eventos sociais e que, através dele, podemos observar o sentido social, histórico e cultural de determinada construção discursiva.

A teoria reconhece a semiose como uma parte essencial dos processos sociais, entendendo-a como os significados coletivamente construídos que englobam representações de grupos ou conceitos. Isso implica que a ACD examina o discurso como um sistema de significados que molda e é moldado por estruturas sociais mais amplas. Assim, materializa-se na constituição de um determinado assunto.

Segundo Fairclough (2016), o discurso em diferentes domínios ou instituições pode ser compreendido como uma prática política e ideológica e ser envolvido de diversas maneiras. Prática política, porque o discurso pode transformar as relações de poder em uma prática ideológica, uma vez que, além de transformar, naturaliza essas relações, logo, com base em Fairclough (2016), Pedrosa expõe que

> A relação entre discurso e estrutura social tem natureza dialética, resultando do contraponto entre determinação do discurso e sua construção social. No primeiro caso, o discurso é reflexo de uma realidade mais profunda, no segundo, ele é representado, de forma idealizada, como fonte social (2008, p. 120).

Dessa maneira, Pedrosa (2008), fundamentada na perspectiva crítica de Fairclough (2016), afirma que o discurso ultrapassa a função de mero veículo de comunicação para assumir um papel estruturante e transformador nas dinâmicas sociais. No campo das práticas

discursivas, o discurso se materializa na constituição de assuntos específicos e exerce influência ativa na construção da realidade social, assumindo, portanto, uma natureza simultaneamente política e ideológica. A dimensão política refere-se à capacidade do discurso de intervir nas relações de poder, promovendo sua transformação ou manutenção; já a dimensão ideológica relaciona-se ao modo como o discurso contribui para naturalizar essas relações, apresentando-as como legítimas ou incontestáveis dentro de determinados contextos sociais.

Pedrosa (2008) esclarece que a relação entre discurso e estrutura social é dialética, ou seja, ocorre por meio de uma interação recíproca: de um lado, o discurso é determinado por condições sociais mais amplas, funcionando como reflexo de estruturas sociais, políticas e econômicas preexistentes; de outro, o próprio discurso participa da construção dessas estruturas, ao representar, sustentar ou contestar formas idealizadas de organização social. Assim, o discurso não apenas reflete a realidade, mas também contribui ativamente para sua constituição simbólica e material, funcionando como elemento mediador entre sujeitos, instituições e formas de poder. Essa concepção dialética evidencia a complexidade dos processos comunicativos e a centralidade do discurso na reprodução e transformação das relações sociais.

Esse conceito de discurso, conforme afirmam Vieira e Resende (2016), está situado em estudos de funcionamento da linguagem, por isso está agregado aos estudos da linguagem, ao passo que se relaciona aos avanços dos estudos da área de ciências sociais.

> À ADC também interessa o papel do discurso na mudança social e nos modos de organização da sociedade em torno de objetivos emancipatórios, o que a insere num paradigma interpretativo crítico da realidade, pelo qual busca oferecer suporte científico para estudos sobre o papel do discurso na instauração/manutenção/superação de problemas sociais (Titscher *et al.*, 2000; Magalhães, 2010 *apud* Batista Jr.; Sato; Melo, 2018, p. 24).

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma abordagem teórico-metodológica desenvolvida que busca investigar as relações de poder e ideologias presentes nos discursos sociais.

Um aspecto importante da ACD é a análise crítica, que busca revelar as formas de opressão, exclusão e dominação presentes nos discursos e suas implicações nas relações sociais, contra minorias (pobres, indígenas, surdas, pessoas com deficiências, mulheres, negras). Através dessa análise, a ACD visa promover a conscientização e a transformação social.

Proponho uma análise aprofundada dos conceitos fundamentais da ACD, conforme delineados por Fairclough (2016). Serão discutidas as concepções de discurso como momento

da prática social, os mecanismos de naturalização ideológica, a produção e reprodução do poder hegemônico por meio da linguagem, e os processos discursivos de mudança e resistência.

Essa base teórica se mostra fundamental para a proposta desta tese, que busca investigar as práticas discursivas de racismo estético dirigidas à mulher negra em comentários de postagens no *Instagram*, especialmente em contextos de representações midiáticas em campanhas de produtos de beleza, moda ou quaisquer situações que a mulher negra protagonize e evidencie traços de beleza estética. A leitura crítica do discurso, aliada à perspectiva dos Estudos Raciais e da Linguística Sistêmico-Funcional, permite desvendar os modos sutis, e por vezes brutais, pelos quais o preconceito racial e estético se manifesta, se justifica e se perpetua nas interações digitais contemporâneas.

Para Fairclough (2016), o discurso deve ser entendido como uma prática social situada, que está intrinsecamente ligada aos contextos históricos, institucionais e ideológicos em que é produzida. Essa concepção rompe com uma visão reducionista da linguagem como um sistema autônomo, destacando sua função social, política e transformadora.

Ao afirmar que o discurso é uma forma de prática social, Fairclough (2016) está postulando que ele participa ativamente da construção das relações sociais. Isso significa que o discurso tanto reflete as estruturas sociais quanto as constitui. Ele não apenas representa o mundo, mas também o molda, sendo um local privilegiado de disputas por sentidos, identidades e posições de sujeito.

> O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (Fairclough, 2016, p. 95).

Dessa forma, a prática discursiva é compreendida como uma prática social ideologicamente orientada, em que os sentidos não são dados, mas negociados e naturalizados de acordo com os interesses dos grupos sociais envolvidos.

Para compreender melhor, é importante saber a noção de ideologia na ACD, que é concebida não como um conjunto fixo de ideias políticas ou crenças, mas como um mecanismo de produção e legitimação de significados que favorecem certos grupos sociais em detrimento de outros. A ideologia, nesse sentido, opera de forma hegemônica, naturalizando visões de mundo e tornando invisíveis as relações desiguais de poder que sustentam a ordem social.

> [...] a ideologia está localizada tanto nas estruturas (isto é, ordens do discurso) que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos, quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras. É uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas

> normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos (Fairclough, 2016, p. 124).

Evidencia-se então a complexidade do funcionamento da ideologia no interior das práticas discursivas. Longe de ser um elemento estático ou meramente associado ao conteúdo de determinadas crenças, a ideologia é concebida como uma orientação histórica e socialmente acumulada, que se sedimenta nas estruturas discursivas, ou seja, nas ordens do discurso, e passa a operar como norma, expectativa ou padrão de sentido.

Tais estruturas, constituídas por eventos discursivos anteriores, não apenas condicionam os discursos presentes, mas também são por eles reproduzidas ou transformadas. Assim, cada ato discursivo se insere em um processo dialético em que o sujeito, ao falar, simultaneamente atua sob condições ideológicas prévias e atua sobre elas, reafirmando-as ou tensionando-as.

No contexto do racismo estético contra mulheres negras, o processo se revela com comentários nas redes sociais que depreciam características fenotípicas negras, não apenas expressando opiniões isoladas, mas reiterando normas racializadas que foram historicamente naturalizadas como universais. Ao mesmo tempo, discursos de resistência também atuam nesse mesmo campo, buscando desnaturalizar tais orientações ideológicas e abrir espaço para outras formas de ver, sentir e representar os corpos negros. A ideologia, portanto, é simultaneamente um legado e um campo de disputa presente nos próprios eventos discursivos.

As ideologias atuam por meio da linguagem na construção de sentidos que se apresentam como “naturais”, “comuns” ou “neutros”. Essa naturalização é, em si, uma operação ideológica, pois silencia a historicidade, a disputa e a contestação que estão por trás das práticas discursivas. O que é naturalizado passa a não ser questionado e, portanto, reforça a ordem dominante.

Em ambientes digitais como as redes sociais, onde discursos são produzidos e reproduzidos em grande escala e com velocidade, a ideologia atua na reprodução de estereótipos, preconceitos e hierarquias sociais. No caso do racismo estético contra mulheres negras, os comentários aparentemente “espontâneos” de usuários em postagens de campanhas publicitárias carregam valores e crenças racializadas que operam por meio da ideologia da branquitude, da normatividade estética eurocentrada e da objetificação do corpo negro.

Fairclough (2016) propõe que a análise ideológica do discurso deve buscar compreender como certos significados são privilegiados, quem se beneficia com isso e quais alternativas discursivas são marginalizadas ou silenciadas. A ideologia, portanto, não é apenas um conteúdo

do discurso, mas está incorporada em sua forma — nos modos de nomear, classificar, ordenar, estruturar e metaforizar o mundo.

As análises críticas do discurso sugerem que cada grupo social tem a sua cultura e, portanto, seu próprio discurso, e este, por sua vez, está ligado à ideologia. Os discursos podem variar de acordo com o lugar em que acontecem e com as práticas sociais, de modo que integramos vários lugares — escola, igreja, trabalho etc. —, assumindo, em face disso, vários comportamentos discursivos e fazendo emergir nossas várias identidades (Caldas-Coulthard, 2008). Além disso,

> há muitos tipos de ligação entre estrutura linguística e as práticas sociais — uma configura a outra. Sempre que interagimos, assumimos um ponto de vista ou perspectiva especial sobre o que quer que queiramos comunicar. Esta perspectiva sinaliza nossa visão de mundo e consequentemente nossas ideologias. Quando nos comunicamos, manipulamos as variáveis sociolinguísticas a fim de demonstrar nossas identidades. Portanto, quando interagimos, expressamos e reduzimos a estrutura social. Podemos, por exemplo, chamar pessoas de "rebeldes" ou "terroristas", "protestantes" ou "desordeiros", "religiosos" ou "fanáticos", "pivetes" ou "crianças desamparadas". O ato de se usar a língua envolve escolhas do que se falar (e até do que não se falar) e estas escolhas nunca são neutras, já que estão relacionadas às nossas identidades sociais e aos vários grupos culturais, étnicos, religiosos aos quais nos associamos, assim como ao nosso enquadramento nas ideologias específicas (Caldas-Coulthard, 2008, p. 30).

Por conseguinte, quando interagimos, revelamos, por meio do discurso, a qual ou quais grupos pertencemos, bem como nossas identidades, nossas ideologias, pois, quando relacionamos o discurso ao social, as escolhas lexicais podem ser justificadas, ou seja, fazem refletir o nosso posicionamento ideológico e cultural, isto é, por meio de um comentário é possível desvelar violências e discriminações diversas, como o racismo contra as mulheres negras.

Revisando a literatura relacionada aos estudos de Fairclough (2016), podemos compreender como a ACD nos fornece meios para compreender e identificar as ideologias presentes nos discursos. O autor entende que as ideologias são significações/construções da realidade, elas contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. Sendo assim, podemos articular essa ideia com o aspecto dialógico, isto é, compreendemos que a ideologia tem o poder de transformar as práticas sociais e vice-versa. Acrescente-se a isso que,

> Como ciência crítica, a ACD preocupa-se com efeitos ideológicos que (sentidos de) textos possam ter sobre relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores, identidades. Isto é, sentidos a serviço de projetos particulares de dominação e exploração, que sustentam a distribuição desigual de poder (Vieira; Resende, 2016, p. 25).

Para compreender como os sentidos são produzidos, estabilizados e legitimados no interior das práticas discursivas, é fundamental explicitar o conceito de ideologia tal como formulado por Thompson (2018). Para o autor, ideologia não se reduz a um conjunto de ideias falsas ou a uma mera distorção da realidade, mas refere-se, de modo mais amplo, aos modos pelos quais formas simbólicas são mobilizadas para estabelecer e sustentar relações de dominação. Trata-se, portanto, de um conceito relacional e histórico, que vincula linguagem, poder e estrutura social.

Thompson (2018) define as formas simbólicas, como textos, discursos, imagens e práticas comunicativas, como produtos socialmente situados, cuja circulação e interpretação estão imbricadas em relações assimétricas de poder. A ideologia opera quando essas formas simbólicas contribuem para a manutenção de posições privilegiadas de determinados grupos sociais, naturalizando desigualdades e ocultando os processos históricos que as produziram. Assim, a ideologia não está contida nos textos em si, mas emerge no uso social do discurso, em contextos marcados por disputas materiais e simbólicas.

Essa concepção articula-se de modo direto à perspectiva dialético-relacional de Fairclough (2003), para quem o discurso deve ser compreendido como um dos momentos constitutivos da prática social, em relação dialética com outros momentos, como a atividade material, as relações sociais, as identidades e os sistemas de crenças. Nessa abordagem, o discurso reflete a realidade social, mas também participa ativamente de sua constituição e transformação, ao mesmo tempo em que é condicionado por estruturas sociais mais amplas.

É nesse ponto que a ideologia, conforme definida por Thompson (2018), encontra no discurso um de seus principais meios de operação: ao atuar na produção simbólica dos sentidos, o discurso contribui para estabilizar relações de dominação, apresentando-as como naturais, consensuais ou inevitáveis. Assim, a prática discursiva configura-se como um terreno para a análise das formas pelas quais o poder é exercido, reproduzido ou contestado, especialmente em contextos marcados por desigualdades raciais e de gênero.

Thompson (2018) enfatiza que a eficácia da ideologia reside justamente em seu caráter não transparente. Os mecanismos ideológicos atuam de forma sutil, muitas vezes invisível, apresentando relações de dominação como se fossem neutras, consensuais ou inevitáveis. Esse funcionamento permite que desigualdades sociais — como as baseadas em raça, gênero e estética — sejam percebidas como resultado de preferências individuais, leis de mercado ou padrões culturais supostamente naturais, e não como efeitos de estruturas sociais excludentes.

No contexto desta pesquisa, essa concepção de ideologia é particularmente relevante para a análise do racismo estético dirigido à mulher negra nas redes sociais. Os comentários

analisados expressam avaliações individuais, mas, sobretudo, mobilizam formas simbólicas que reforçam uma ordem estética racializada, na qual a branquitude é instituída como norma e parâmetro universal de beleza. Ao naturalizar julgamentos raciais sob o disfarce de opinião pessoal, gosto ou liberdade de expressão, esses discursos operam ideologicamente, contribuindo para a legitimação da violência simbólica e para a reprodução das hierarquias raciais no espaço digital.

As ideologias não servem apenas para reforçar a identidade do grupo ou proteger seus interesses em relação a outros grupos — embora essa também seja uma de suas funções —, mas têm um papel importante na forma como as pessoas percebem e compreendem o mundo. Elas organizam o conhecimento, moldam atitudes e influenciam comportamentos. Por isso, as ideologias impactam diretamente as práticas sociais e, por consequência, na maneira como os sujeitos produzem discursos, tanto na fala quanto na escrita.

Assim, entende-se que ideologia e linguagem estão profundamente interligadas, pois o modo como falamos e escrevemos é orientado por essas crenças e valores compartilhados que internalizamos como membros de um determinado grupo.

O contexto discursivo e suas ideologias são aspectos fundamentais para a ACD. Escolhemos trabalhar com essa teoria, pois acreditamos que é a mais apropriada para melhor compreender as marcas discursivas presentes em nosso *corpus*, o qual possui um caráter interdisciplinar devido à sua ligação com áreas como Sociologia, Antropologia, Psicologia, Estudos Culturais, etc., trabalhando, assim, com a linguagem, a crítica social, e levando em consideração o momento e o contexto histórico. “Assim, a colonialidade sobrevive ao colonialismo”.

A relação entre poder e ideologia na abordagem de Fairclough (2016) está enraizada na análise crítica do discurso (ACD). Ele argumenta que o poder é exercido no discurso por meio do uso da linguagem, e que a ideologia desempenha um papel fundamental nesse processo, pois ela (a ideologia) é uma parte intrínseca do discurso, pois os discursos são permeados por valores, crenças e visões de mundo que refletem e sustentam relações de poder existentes na sociedade. Através do discurso, as ideologias são construídas, transmitidas e naturalizadas, contribuindo para a manutenção de estruturas sociais desiguais.

> Na perspectiva Faircloughiana, ideologias são significações da realidade construídas nas várias dimensões das práticas discursivas que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação; que se tornam mais eficientes quanto mais naturalizadas, mas que também podem ser modificadas nas lutas ideológicas das práticas discursivas (Vieira; Macedo, 2018, p. 60).

Portanto, a ideologia é entendida como o conjunto de significados atribuídos à realidade por meio das práticas discursivas, ou seja, através da linguagem usada nas interações sociais. Esses significados não são neutros: eles ajudam a manter, reforçar ou até transformar as relações de poder existentes na sociedade. Quanto mais esses significados ideológicos se tornam naturais, ou seja, quanto mais são aceitos como se fossem óbvios ou verdadeiros por todos, mais eficazes eles se tornam para sustentar as desigualdades e as formas de dominação. No entanto, essas ideologias também podem ser questionadas e transformadas nas chamadas lutas ideológicas — disputas de sentido que ocorrem no próprio uso da linguagem. Assim, o discurso é visto como um espaço onde se reproduz ou se contesta o poder, e onde as ideologias atuam de forma direta nas relações sociais.

As ideologias dominantes são frequentemente invisibilizadas ou apresentadas como "neutras" e "naturais" nos discursos sociais, o que contribui para ocultar as relações de poder. Esse processo de naturalização faz com que certos valores, crenças e práticas sejam percebidos como universais, legítimos ou inquestionáveis, quando, na verdade, refletem os interesses de grupos que detêm poder político, econômico ou cultural. A linguagem, nesse contexto, desempenha um papel central, pois é por meio dela que essas ideologias são incorporadas aos discursos cotidianos e reforçadas em diferentes esferas sociais. Instituições como o Estado, os meios de comunicação, as empresas e até o sistema educacional atuam como agentes de disseminação dessas ideologias, promovendo visões de mundo específicas que favorecem a manutenção da ordem vigente.

Conforme Fairclough (2016), a eficácia das ideologias está justamente no fato de parecerem naturais, dificultando sua identificação e contestação. No entanto, essas ideologias não são imutáveis: elas podem ser desestabilizadas por meio da crítica, da conscientização e das lutas discursivas, nas quais grupos subordinados ou marginalizados questionam as representações impostas e propõem novas formas de significado. Assim, o discurso torna-se um espaço de disputa simbólica, onde se reproduzem, mas também se transformam, as estruturas de dominação social.

A ACD busca revelar essas ideologias e desmascarar as relações de poder assimétricas que elas perpetuam. Ao examinar os discursos, ela investiga como certas ideologias são promovidas e como contribuem para a manutenção da dominação de determinados grupos sobre outros.

> Ideologia relaciona-se mais com quem está falando o que, para quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas de um pronunciamento, pois a representação do discurso não é mera questão gramatical, mas um processo

> ideológico. [...] Para a ADC, a ideologia estabelece e sustenta relações de dominação (Vieira; Macedo, 2018, p. 59).

Nessa perspectiva, a ideologia não está centrada apenas nas estruturas linguísticas de um discurso — como vocabulário ou gramática —, mas sobretudo nas relações sociais envolvidas no ato de falar. Ou seja, para compreender a carga ideológica de um discurso, é mais relevante considerar quem fala, o que é dito, a quem se dirige e com qual intenção, do que analisar apenas os aspectos formais da linguagem. Isso ocorre porque o discurso não é uma simples representação neutra da realidade, mas um instrumento por meio do qual significados são construídos e disputados socialmente.

Sob a ótica da ACD, a ideologia é vista como um mecanismo que mantém e legitima relações de dominação, sendo, portanto, inseparável dos contextos de poder em que o discurso circula.

A naturalização ideológica está particularmente presente no discurso racista quando este é mascarado sob a forma de opinião, gosto pessoal, humor ou crítica estética. Comentários como “essa modelo não combina com esse produto” ou “isso não é beleza” revelam práticas discursivas em que a norma estética branca é apresentada como padrão universal e natural.

Ao analisar tais discursos à luz da ACD, a analista não deve deter-se apenas ao conteúdo explícito, mas deve investigar como a estrutura linguística, o léxico empregado, os processos avaliativos e a intertextualidade contribuem para reforçar ideologias de exclusão racial. Trata-se de tornar visível o que está ideologicamente oculto.

Segundo Fairclough (2016), esse processo de desnaturalização é um dos objetivos centrais da análise crítica: mostrar que o que parece natural é, na verdade, fruto de práticas históricas e sociais marcadas por relações de poder. Assim, é possível não apenas compreender como os discursos racistas são constituídos, mas também propor formas de resistência e mudança.

Dessa forma, a análise do poder e da ideologia em Fairclough (2016) está intrinsecamente ligada à compreensão de como o discurso é usado para moldar e sustentar relações de poder desiguais, e como a ideologia é transmitida e internalizada através da linguagem. Nesse sentido, o discurso não é apenas reflexo da realidade social, mas também um instrumento ativo na sua constituição, operando como meio pelo qual valores, crenças e posições sociais são naturalizados. A ideologia atua, assim, como força invisível que orienta as práticas discursivas, tornando certos modos de ver e interpretar o mundo mais legítimos do que outros.

Esse processo é frequentemente dissimulado por meio da naturalização do discurso, ou seja, pela apresentação de construções ideológicas como se fossem neutras, universais ou de senso comum. A ACD, portanto, busca desvelar esses mecanismos, examinando não apenas o conteúdo explícito das falas ou textos, mas também os contextos sociais, históricos e institucionais que lhes dão sentido. Ao evidenciar como determinadas vozes são privilegiadas enquanto outras são silenciadas ou marginalizadas, essa abordagem crítica permite compreender como a linguagem participa da manutenção — ou da contestação — de estruturas de dominação. Desse modo, o discurso é compreendido como espaço estratégico de disputa simbólica, onde se expressam e se negociam relações de poder e ideologia.

A relação entre discurso e poder constitui um dos eixos centrais da Análise Crítica do Discurso. Para Fairclough (2016), o poder não reside apenas em instituições ou sujeitos específicos, mas é exercido e mantido através da linguagem — ou, mais precisamente, das práticas discursivas que estruturam e organizam as relações sociais. O discurso, nesse sentido, é tanto um instrumento de dominação quanto um campo de disputa e resistência.

Fairclough (2016) define o poder como a capacidade de controlar práticas discursivas e, por meio delas, controlar os modos de produção, circulação e interpretação dos sentidos. Essa concepção amplia o entendimento de poder para além da coerção física ou da autoridade institucional, destacando a centralidade da linguagem na manutenção das hierarquias sociais.

No contexto digital, essa dinâmica se torna ainda mais evidente. Plataformas como o *Instagram* não são neutras: elas operam por meio de algoritmos, políticas editoriais, práticas de moderação e lógicas de visibilidade que privilegiam certos corpos, vozes e discursos. O poder discursivo manifesta-se, por exemplo, na maneira como o corpo da mulher negra é frequentemente desautorizado, desvalorizado ou invisibilizado nas interações online — enquanto discursos que reforçam padrões eurocentrados de beleza são amplamente naturalizados.

Os grupos dominantes exercem o poder discursivo principalmente por meio da capacidade de normatizar o discurso, isto é, determinar quais formas de dizer, quais gêneros discursivos, estilos e vocabulários são considerados legítimos, apropriados ou “civilizados”. Essa normatividade é uma das formas pelas quais o poder hegemônico atua.

Fairclough (2016) compreende a hegemonia como uma forma de dominação que se realiza não apenas pela força, mas sobretudo pelo consentimento. Trata-se de uma dominação que é internalizada pelas classes subalternas como se fosse natural, desejável ou inevitável. A linguagem é, aqui, o meio privilegiado por onde se opera esse consentimento ideológico.

No campo das práticas discursivas de racismo estético, a hegemonia se manifesta, por exemplo, quando pessoas negras reproduzem — muitas vezes inconscientemente — discursos que desvalorizam traços fenotípicos negros ou que associam a beleza à branquitude. Isso revela o grau de penetração do discurso dominante nos sujeitos, inclusive naqueles que são alvo de sua opressão.

A hegemonia, no entanto, não é estática nem absoluta. Ela está sempre em processo de construção, manutenção e contestação. É por isso que, ao lado dos discursos dominantes, emergem discursos contra-hegemônicos que buscam resistir, subverter e reconfigurar as normas impostas. Campanhas de valorização da estética negra, como as que enaltecem o cabelo crespo, os traços negroides e a ancestralidade africana, são exemplos de discursos de resistência que tensionam a hegemonia racializada dos padrões de beleza.

O conceito de hegemonia é importante para compreender como determinadas ideias e valores se tornam dominantes em uma sociedade sem a necessidade de coerção explícita. Desenvolvido por Gramsci no contexto da teoria marxista, o termo designa a forma de dominação baseada no consentimento, e não apenas na força. Em vez de impor-se de forma autoritária, a hegemonia se constrói pela naturalização de visões de mundo, tornando-as aparentemente neutras, universais e indiscutíveis. Fairclough (2016), ao incorporar essa noção à Análise Crítica do Discurso, propõe que a hegemonia se manifesta em discursos que, ao se tornarem socialmente legitimados, regulam o que pode ser dito, pensado e sentido como "normal" ou "aceitável" dentro de uma determinada ordem discursiva.

> Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais, em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingindo senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis de domínios (Fairclough, 2016, p. 127-128).

No campo da estética, essa hegemonia se materializa por meio da associação entre beleza e branquitude. Os padrões eurocêntricos de beleza são historicamente consolidados como normativos, tornando-se referência hegemônica de valor corporal e visual. A pele clara, os traços faciais finos e os cabelos lisos não apenas dominam a indústria da moda e da publicidade, mas passam a operar como medidas de civilidade, elegância e sofisticação. Em contrapartida, os corpos negros, especialmente os corpos femininos negros, são historicamente

lidos como desvios desses padrões: marcados por excesso, inadequação, animalização ou exotização. Esse processo não é meramente estético — ele é profundamente político e ideológico, pois envolve a construção de hierarquias simbólicas que sustentam formas mais amplas de exclusão social.

Nos comentários analisados em campanhas de beleza nas redes sociais, na publicidade de produtos estéticos ou até a presença de uma mulher negra na bancada ou encabeçando uma reportagem de um grande telejornal, a hegemonia se manifesta de forma sutil e poderosa.

Expressões como “isso não é bonito”, “não combina com o produto” ou “isso é militância forçada” revelam um discurso que rejeita a presença do corpo negro em espaços de visibilidade positiva, mas o faz por meio de uma linguagem aparentemente neutra. Trata-se de um racismo discursivo operando sob a forma de opinião estética, ocultando o viés ideológico sob argumentos subjetivos. Essa é uma das formas mais eficazes da hegemonia: fazer com que ideias racializadas pareçam simples preferências ou gostos pessoais, apagando sua ligação com estruturas históricas de opressão.

Entretanto, a hegemonia nunca é total ou definitiva. Ela está sempre em disputa. Ao mesmo tempo em que discursos dominantes tentam regular a aparência dos corpos e o direito à visibilidade, práticas discursivas contra-hegemônicas emergem nas redes sociais. Movimentos de valorização da estética negra, *hashtags* de afirmação racial e comentários que desconstroem discursos discriminatórios são formas de resistência simbólica que buscam reconfigurar o campo discursivo da beleza.

A linguagem, nesse contexto, torna-se uma arena onde sentidos são negociados, contestados e ressignificados. A crítica à hegemonia passa, portanto, pela exposição das ideologias naturalizadas, pela desestabilização dos sentidos fixos e pela ampliação do repertório simbólico que permite reconhecer outras formas de beleza e humanidade.

A Análise Crítica do Discurso contribui diretamente para essa tarefa ao permitir que se identifiquem os mecanismos linguísticos e discursivos que sustentam a hegemonia. Ao examinar como certos discursos se tornam predominantes, como são reforçados pelas estruturas institucionais e como circulam com aparência de neutralidade, essa abordagem revela que a linguagem não é apenas reflexo da sociedade, mas um instrumento ativo na manutenção ou transformação das relações de poder. No caso do racismo estético contra mulheres negras, a análise do discurso possibilita desvelar as camadas ideológicas que sustentam a exclusão simbólica desses corpos e, ao mesmo tempo, valorizar os gestos linguísticos de resistência que desafiam o que se entende por belo, aceitável e legítimo.

Teun A. van Dijk (2010) aponta articulações entre discurso, poder e racismo nas sociedades contemporâneas, ao propor uma abordagem que conjuga análise textual, estruturas cognitivas e contextos sociais. Ele parte do princípio de que o discurso é uma das formas mais eficazes de exercício e reprodução do poder simbólico, pois permite a manipulação de crenças sociais e a legitimação de desigualdades, especialmente quando articulado com instituições hegemônicas como a mídia, a educação, o sistema jurídico e, mais recentemente, as plataformas digitais.

O poder, segundo van Dijk (2010), não se exerce apenas por meio da imposição ou coerção, mas sobretudo por meio do controle da mente social: quem detém o poder discursivo é capaz de influenciar os modelos mentais dos interlocutores, ou seja, sua maneira de interpretar os eventos sociais e de atribuir significados a grupos, práticas e identidades. Esse controle é particularmente eficaz quando os discursos são apresentados como neutros, objetivos ou "naturais", ocultando suas motivações ideológicas. Desse modo, o discurso se torna um instrumento estratégico de manutenção da ordem social desigual.

Fairclough (2016) também aponta para os efeitos do poder discursivo na exclusão social. Os sujeitos que não dominam os códigos linguísticos legitimados — ou cujas vozes são sistematicamente silenciadas — têm menor acesso ao exercício do poder social. A linguagem, portanto, é um recurso simbólico que pode ser distribuído de forma desigual, contribuindo para a marginalização de grupos já vulnerabilizados.

A prática discursiva, portanto, é um momento articulado da prática social mais ampla, composta também por práticas econômicas, políticas e ideológicas. Nessa perspectiva, o discurso é uma prática que articula textos (nível textual), práticas discursivas (nível de produção, circulação e consumo do texto) e práticas sociais mais amplas (contextos históricos e institucionais).

> A prática discursiva, como indiquei anteriormente, envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais. Por exemplo, os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos: um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção — no acesso a fontes, tais como nas reportagens das agências de notícia, na transformação dessas fontes (frequentemente elas próprias já são textos) na primeira versão de uma reportagem, na decisão sobre o local do jornal em que entra a reportagem e na edição da reportagem (ver van Dijk, 1988, para uma discussão detalhada e mais geral sobre processos discursivos) (Fairclough, 2016, p. 111).

No caso das mulheres negras nas redes sociais, a exclusão discursiva se dá de múltiplas formas: pela invisibilização (ausência de representatividade), pela desqualificação (comentários

pejorativos) e pela apropriação (uso de traços estéticos negros por corpos brancos, sem o peso da racialização). Todas essas práticas discursivas são formas de exercer poder sobre o outro, de forma simbólica, mas profundamente material em seus efeitos.

Diante do que foi apresentado, compreende-se que discurso, prática discursiva, ideologia e poder constituem dimensões indissociáveis no interior da Análise Crítica do Discurso. O discurso, entendido como momento da prática social, opera simultaneamente como espaço de produção de sentidos e como mecanismo de estabilização ou contestação das relações sociais. A prática discursiva, por sua vez, evidencia que os textos não circulam de forma neutra, mas são produzidos, interpretados e legitimados em contextos atravessados por disputas ideológicas. Nesse processo, a ideologia atua como um princípio organizador dos sentidos, naturalizando hierarquias e tornando opacas as relações de dominação, enquanto o poder se manifesta na capacidade de determinados discursos se imporem como normativos, universais ou evidentes. Assim, a ACD oferece um instrumental teórico-analítico capaz de revelar como desigualdades sociais, raciais e de gênero são discursivamente construídas e mantidas, ao mesmo tempo em que aponta para a possibilidade de desestabilização dessas ordens por meio da análise crítica.

3.3 Análise Discursiva Textualmente Orientada (ADTO)

A Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), proposta por Norman Fairclough (2016), é uma estratégia metodológica da Análise Crítica do Discurso que busca abordar o texto da análise linguística de forma detalhada com a investigação das práticas sociais e dos contextos históricos mais amplos. Para o autor, o discurso é uma forma de prática social que não apenas reflete, mas também constrói e transforma a realidade.

A ADTO parte do princípio de que os textos não são unidades isoladas, mas produtos de interações sociais atravessadas por relações de poder e ideologia. Assim, o foco da análise está na forma como os recursos linguísticos — como vocabulário, estrutura e coerência textual — contribuem para a manutenção ou contestação de determinadas estruturas sociais. A ADTO propõe um modelo tridimensional de análise, envolvendo o texto, a prática discursiva (produção e interpretação) e a prática social mais ampla. Dessa maneira, permite compreender como o discurso opera na reprodução e transformação das dinâmicas sociais.

Na ADTO, compreende-se o texto como uma ferramenta importante da análise, portanto, se faz necessário comprovar as marcas lexicais observadas nos discursos analisados, assim, trabalhando com a Linguística Sistêmico-Funcional. Com a ADTO, Fairclough (2016)

não sugere reduzir a análise discursiva à análise linguística ou textual, mas incluí-la no âmbito concreto do discurso. Para isso, Fairclough cria um quadro com o objetivo de agrupar abordagens de instâncias discursivas, sociais e políticas, com o intuito de contribuir com o desenvolvimento dos estudos da mudança social propostos por ele. Isso porque

> a vantagem de uma análise de discurso textualmente orientada é oferecer subsídios para uma análise social fundamentada em dados linguísticos que sustentem a crítica explanatória. Por meio de análises discursivas críticas, é possível identificar conexões entre escolhas linguísticas de atores sociais ou grupos e os contextos sociais mais amplos nos quais os textos analisados são formulados. Assim, é gerado conhecimento acerca da interiorização de discursos na construção de identidades e na constituição de relações sociais, acerca da utilização de estruturas linguísticas com propósitos políticos, acerca da distribuição desigual do acesso a elementos discursivos, acerca da relação entre os momentos discursivos e não discursivos de práticas sociais específicas (Resende, 2009, p. 47).

Assim, a análise pautada dessa forma possibilita examinar como escolhas linguísticas estão imersas em contextos sociais diversos, permitindo a compreensão de formação de identidades e das dinâmicas de poder presentes na construção de relações sociais. Desta maneira, a ACD não apenas revela como discursos são utilizados para fins específicos, mas também a relação entre práticas discursivas e não discursivas, fornecendo base para a crítica social, fundamentada em dados linguísticos que ajudam a desvendar a estrutura e os efeitos dos discursos.

A análise linguística é vista como um ponto de partida necessário para a crítica social, desde que esteja inserida em um quadro teórico que compreenda a linguagem como prática social. Fairclough argumenta que: “a análise crítica do discurso está interessada nas relações dialéticas entre eventos discursivos e situações, instituições e estruturas sociais mais amplas que os enquadram” (Fairclough, 2016, p. 125).

A grande contribuição da ADTO está em sua capacidade de produzir uma crítica social fundamentada em evidências linguísticas, o que torna possível identificar como determinadas escolhas linguísticas se articulam com processos de hegemonia, exclusão, resistência e reprodução ideológica. Como afirmam Resende e Ramalho (2017), uma das forças da análise crítica do discurso reside na possibilidade de “construir explicações para as relações entre o texto e as estruturas sociais, por meio da articulação entre análise linguística e análise sociopolítica” (Resende; Ramalho, 2017, p. 25).

Nesse cenário, a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), proposta por Halliday (1994), desempenha um papel central ao oferecer ferramentas analíticas que permitem descrever, com precisão, os significados realizados linguisticamente nos textos.

A LSF contribui, sobretudo, para a compreensão de como os recursos linguísticos são mobilizados para representar o mundo (metafunção ideacional), negociar relações sociais (metafunção interpessoal) e organizar o fluxo da informação (metafunção textual).

A articulação entre ACD e LSF permite examinar como os textos não apenas refletem realidades sociais, mas também as constroem, sustentam ou contestam. Assim, a análise discursiva pautada nesses fundamentos teóricos não apenas evidencia o uso estratégico da linguagem por parte de atores sociais, mas também revela como as práticas discursivas se interligam a práticas sociais mais amplas, oferecendo suporte à crítica das dinâmicas de poder que atravessam a linguagem e suas formas de circulação.

3.4 Introdução à Linguística Sistêmico-Funcional

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), cujos fundamentos foram estabelecidos por Michael Halliday (1994), emergiu como uma abordagem robusta na década de 1980, destacando-se por sua visão dinâmica e aberta da linguagem. Para a LSF, a língua não é estática, mas sim dialética, constantemente influenciada pelo uso e pelo contexto, refletindo assim um caráter intrinsecamente social. Esse aspecto social é crucial para sua aplicação nas análises linguísticas dentro das correntes dialético-relacionais, como proposto por Fairclough (2016).

A LSF não apenas investiga a estrutura e os sistemas linguísticos, mas também busca compreender como a linguagem é utilizada para construir significados em contextos variados, enfatizando a interação entre linguagem, sociedade e cultura. A influência de Halliday (1994) na LSF proporcionou um arcabouço teórico que não apenas descreve, mas também explica como os usos da linguagem são moldados e moldam as estruturas sociais, sendo, portanto, uma ferramenta essencial para analisar discursos em suas dimensões políticas, ideológicas e pragmáticas.

> A grande preocupação da LSF é compreender e descrever a linguagem em funcionamento como um sistema de comunicação humana e não como um conjunto de regras gerais, desvinculadas de seu contexto de uso. Para esta corrente teórica, a língua organiza-se em torno de duas possibilidades alternativas: a cadeia (o sintagma) e a escolha (o paradigma). Uma gramática sistêmica é, sobretudo, paradigmática, pois considera as unidades sintagmáticas apenas como realizações linguísticas e as relações paradigmáticas como nível profundo e abstrato da linguagem (Cunha; Souza, 2011, p. 24).

Em outras palavras, a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) é uma abordagem teórica que concebe a linguagem primordialmente como um instrumento de interação social e comunicação de significados. Diferentemente das correntes gramaticais tradicionais, que

tendem a descrever a língua como um conjunto de regras abstratas e universais, a LSF tem como foco a análise da linguagem em uso, considerando os contextos situacionais e sociais em que os discursos são produzidos.

Nesse modelo teórico, a organização da língua baseia-se em duas dimensões estruturais: o sintagma, que diz respeito à combinação sequencial de elementos linguísticos, ou seja, a elaboração de sentenças de forma linear, e o paradigma, que se refere ao conjunto de escolhas disponíveis ao falante em determinados contextos linguísticos e semânticos.

Assim, ela é caracterizada, sobretudo, por seu caráter paradigmático, uma vez que privilegia a análise das escolhas linguísticas feitas pelos falantes como reflexo de intenções comunicativas e contextos sociais específicos.

As estruturas sintagmáticas, nesse sentido, são vistas como realizações concretas dessas escolhas paradigmáticas, que constituem o nível mais profundo e abstrato do sistema linguístico. Logo, a LSF enfatiza a dimensão funcional e contextual da linguagem, compreendendo-a como um sistema dinâmico de opções significativas em constante interação com o meio social, pois ela foca em entender a linguagem como um sistema de comunicação em contexto, ao invés de um conjunto de regras gerais.

A LSF desenvolvida por Michael Halliday (1994) é uma abordagem teórica que redefine a linguagem não apenas como um sistema de regras gramaticais, mas como um sistema semântico-funcional que desempenha funções específicas na comunicação.

Nela são identificadas três metafunções principais que estruturam o uso da linguagem: a metafunção ideacional, que trata da representação do mundo e das experiências através da linguagem, relaciona-se à ação social, à visão de mundo e tem a transitividade (processos verbais) como sistema de representação; a metafunção interpessoal, que foca nas relações sociais e na expressão de atitudes e sentimentos, relaciona-se aos participantes e suas inter-relações, e seu sistema de representação consiste na avaliatividade; e a metafunção textual, que organiza a linguagem em estruturas coesas para garantir a eficácia comunicativa, relaciona-se com a estrutura do texto e compõe o sistema de representação tema e rema.

Essas metafunções atuam simultaneamente nos textos e refletem a visão da LSF de que a linguagem é dinâmica e contextualmente determinada, variando de acordo com o contexto situacional, cultural e social em que é utilizada.

Sobre isso, Resende (2009, p. 35) diz:

> Em Linguística Sistêmica Funcional (LSF), entende-se que a função primordial da linguagem é a comunicação. Quando nos comunicamos por meio da linguagem, participamos de eventos discursivos, em que a interação social é medida por textos (escritos, orais, visuais, multimodais). Ao lado da sua macrofunção interpessoal, de

> estabelecimento de relações sociais, a linguagem também é utilizada para representar o mundo externo — objetos, eventos, práticas — e interno — crenças, valores, desejos. Esta é sua macrofunção experiencial ou ideacional. É sua função textual que diz respeito à organização da mensagem em texto, entendendo a gramática como mecanismo linguístico que opera ligações entre as seleções significativas derivadas das funções linguísticas, realizando-as em estruturas unificadas.

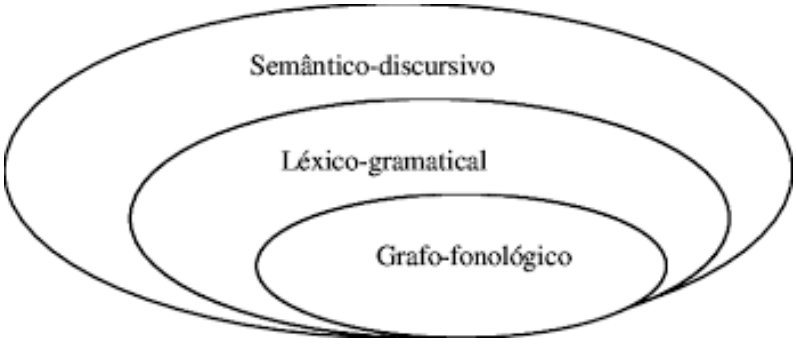
Além de sua natureza descritiva, a LSF é uma ferramenta para entender a estrutura linguística e para examinar como a linguagem é utilizada para legitimar certas perspectivas e marginalizar outras. A teoria em questão tem aplicações práticas significativas em áreas como educação, linguística aplicada e estudos de mídia, proporcionando um arcabouço teórico significativo para analisar como a linguagem funciona em diferentes contextos de comunicação e como ela molda e é moldada pelas interações sociais e culturais.

Para esta pesquisa, interessa a metafunção interpessoal, uma vez que esta é responsável por expressar atitudes, sentimentos e poder, bem como negociar e influenciar as relações interpessoais. Ela inclui a utilização de recursos linguísticos para fazer pedidos, oferecer sugestões, expressar consentimento ou discordância e estabelecer normas de comportamento social.

Por meio dela, a linguagem, além de transmitir informações, gerencia a forma como as pessoas se posicionam umas em relação às outras e como são percebidas socialmente. Ela abrange a escolha de modalizadores e estruturas que denotam polidez, como formas de tratamento e modos de fazer pedidos, mantendo relações sociais, expressando emoções e negociando papéis e status na sociedade.

A linguagem se configura como um recurso estratégico de legitimação de desigualdades, sendo capaz de cristalizar significados e valores que favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros. “Na teoria sistêmico-funcional, a linguagem é concebida como um sistema semiótico em três estratos: um de significados, um de fraseados e outro de letras/sons” (Vian Jr.; Souza; Almeida, 2010, p. 21).

Figura 1 — Estratos da linguagem.



Fonte: Vian Jr., Souza e Almeida (2010, p. 21).

Vian Jr., Souza e Almeida (2010) apresentam uma descrição técnica e articulada da organização estratificada da linguagem — ou, melhor dizendo, da forma como o discurso se realiza linguisticamente. Nessa perspectiva, o autor afirma que o Sistema de Avaliatividade, que é responsável pela expressão de julgamentos, sentimentos e apreciações no discurso, localiza-se no estrato semântico-discursivo, ou seja, ele opera no plano dos significados que circulam na interação social, especificamente aqueles ligados à atitude e à posição dos sujeitos diante de pessoas, acontecimentos e fenômenos.

No entanto, esses significados avaliativos não "flutuam" abstratamente — eles precisam se realizar concretamente na linguagem, o que acontece por meio de formas lexicais e gramaticais. É aí que entra o estrato léxico-gramatical: é nesse nível que o conteúdo avaliativo se materializa por meio da escolha de palavras (como adjetivos, advérbios, verbos), estruturas sintáticas (orações, modos verbais, negações) e padrões gramaticais que marcam o posicionamento do falante. Por exemplo, a diferença entre dizer "ela é determinada" e "ela é teimosa" revela uma mesma ação com avaliações distintas, marcadas lexicalmente.

Para que essa realização chegue de fato ao interlocutor, ela precisa ser transmitida por algum meio físico, seja na fala (fonologia) ou na escrita (grafia) — o que Vian Jr. chama de estrato grafo-fonológico. Esse é o nível da materialidade do discurso: é por meio dele que o significado (semântico-discursivo) e a forma (léxico-gramatical) tornam-se acessíveis na interação comunicativa.

Essa perspectiva é relevante para a ACD porque evidencia que as avaliações não são apenas conteúdos mentais ou subjetivos, mas são encarnadas na linguagem concreta, podendo ser identificadas, descritas e interpretadas por meio da análise linguística. Ao destacar a estratificação dos níveis, o autor oferece uma ferramenta teórico-metodológica precisa para rastrear como as ideologias, os afetos e os julgamentos são construídos discursivamente, não apenas no que é dito, mas em como é dito e por que se diz de determinado modo.

Por isso, para compreender os discursos em sua complexidade, especialmente em contextos de disputa simbólica e relações de poder (como propõe a Análise Crítica do Discurso), é fundamental considerar essa articulação entre os diferentes estratos da linguagem, tornando possível perceber como os sentidos avaliativos são produzidos, como circulam e como podem influenciar as práticas sociais.

No caso específico deste estudo, os comentários racistas em postagens de mulheres negras no *Instagram*, sobretudo aqueles relacionados à estética, aos fenótipos e ao pertencimento racial, constituem práticas discursivas que operam tanto na manutenção de hierarquias raciais quanto na disseminação de ideologias de branquitude e padrões hegemônicos

de beleza. Esses discursos não apenas expressam atitudes individuais, mas reproduzem valores coletivos racializados que circulam socialmente, muitas vezes sob formas naturalizadas, veladas ou ambíguas, como o humor, a ironia ou a suposta “liberdade de opinião”.

Para aprofundar a análise dessas práticas discursivas, este trabalho integra, à teoria da ACD, o modelo teórico da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), especialmente o subsistema de Avaliatividade, com foco na categoria de Atitude. Esse subsistema, conforme proposto por Martin e White (2005) e desenvolvido por autores brasileiros como Vian Jr., Souza e Almeida (2010), Almeida (2010a, 2010b) e Meira e Cunha (2014), permite descrever como os sujeitos avaliam pessoas, comportamentos e objetos no discurso. A Avaliatividade, enquanto sistema semântico-discursivo, está diretamente ligada à construção de significados interpessoais e à negociação de valores e posicionamentos sociais por meio da linguagem.

O sistema de Avaliatividade pode ser compreendido como um conjunto de significados interpessoais que se dedica à investigação dos modos pelos quais avaliações são construídas, negociadas e compartilhadas por meio da linguagem. Trata-se de um sistema que oferece aos usuários da língua diferentes possibilidades de expressar julgamentos, afetos e apreciações em contextos variados de interação social, conforme destacam Meira e Cunha (2014).

Este sistema não atua isoladamente. Ele se articula com outros dois sistemas semânticos interpessoais: o sistema de Negociação, que diz respeito à troca de informações e bens/serviços entre os interlocutores (como comandos, declarações, perguntas), e o sistema de Envolvimento, que se refere às estratégias utilizadas para engajar o interlocutor ou alinhar-se a ele. Essa articulação mostra que a Avaliatividade está inserida em uma rede de significados interpessoais mais ampla, que estrutura a interação discursiva em seus aspectos relacionais e sociais.

> [...] o Sistema de Avaliatividade caracteriza-se como um sistema interpessoal no nível da semântica do discurso que está articulado, simultaneamente, a outros dois sistemas, Negociação e Envolvimento e, em um nível superior de abstração, está relacionado à variável de registro Relações (Vian Jr.; Souza; Almeida, 2010, p. 22).

O autor destaca um aspecto fundamental da abordagem sistêmico-funcional da linguagem, especialmente no que se refere ao Sistema de Avaliatividade. Esse sistema é compreendido como uma ferramenta analítica que opera no nível interpessoal da semântica do discurso, ou seja, está diretamente relacionado às formas pelas quais os falantes expressam atitudes, posicionamentos e avaliações dentro da interação discursiva. Trata-se, portanto, de uma instância em que os sujeitos constroem e negociam significados afetivos, éticos e estéticos, o que evidencia seu papel central na produção de sentidos ideologicamente marcados.

Assim, a Avaliatividade, ao expressar julgamentos, sentimentos e apreciações, contribui para configurar essas relações sociais e revelar as posições ideológicas dos sujeitos envolvidos. Esse sistema é um recurso semântico-discursivo que permite observar como os falantes posicionam-se no mundo social, como se relacionam com os outros e como constroem sentidos carregados de valores e ideologias. Dessa maneira, é possível mapear as marcas linguísticas que revelam posicionamentos subjetivos, relações de poder, estratégias de persuasão ou legitimação de certas visões de mundo.

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), desenvolvida por Halliday (1994) e posteriormente expandida por Martin e White (2005) e colaboradores, concebe a linguagem como um recurso para fazer significados em contextos sociais.

No interior dessa perspectiva, destaca-se o sistema de avaliatividade, formulado por Martin e White (2005), como um dos mecanismos semânticos por meio dos quais os falantes expressam suas posições subjetivas, avaliam comportamentos e constroem alinhamentos ideológicos e afetivos com seus interlocutores. Trata-se de um sistema que pertence à metafunção interpessoal da linguagem e está diretamente ligado à maneira como os sujeitos se posicionam diante dos eventos, das pessoas e das representações discursivas. Por isso, ele é fundamental para identificar as marcas de atitude, julgamento e valorização que atravessam os textos e contribuem para a produção e a naturalização das ideologias.

A escolha da teoria da Avaliatividade como suporte para esta investigação se justifica, portanto, por seu potencial descritivo e interpretativo no mapeamento de posicionamentos valorativos no discurso. Em articulação com a Análise Crítica do Discurso (ACD), esse sistema permite evidenciar de que modo as ideologias se manifestam linguisticamente, muitas vezes de maneira sutil e implícita, através de escolhas lexicais e construtos sintáticos. A Avaliatividade, nesse sentido, funciona como um operador discursivo da ideologia: os juízos expressos em um texto não são neutros, mas orientados por visões de mundo que, quando reiteradas e naturalizadas, sustentam posições sociais dominantes ou, ao contrário, podem também funcionar como formas de resistência e contestação.

A investigação de discursos relacionados a temas sensíveis, como questões de gênero, raça, classe ou deficiência, exige atenção especial às formas avaliativas utilizadas para representar determinados grupos sociais. Quando uma mulher negra é descrita como “agressiva”, “feia”, “resistente” ou “malcriada”, por exemplo, há uma operação ideológica que pode estar sustentando estereótipos racistas e sexistas. Da mesma forma, ao valorizar positivamente o comportamento de certos sujeitos — chamando-os de “exemplares”,

"corajosos" ou "lutadores" —, o discurso pode construir uma imagem heroica, reforçando narrativas de superação individual que despolitizam os contextos estruturais de desigualdade.

Assim, o sistema de Avaliatividade oferece ferramentas precisas para identificar essas estratégias e compreender como os sentidos são produzidos, reproduzidos e disputados no interior dos textos.

Além disso, a LSF possibilita uma análise linguística sistemática e funcionalmente motivada, o que favorece a construção de categorias de análise robustas e replicáveis. Ao escolher essa abordagem para o estudo do *corpus*, busca-se não apenas descrever as formas linguísticas presentes, mas também interpretar como essas formas participam da construção de práticas discursivas ideológicas, promovendo, naturalizando ou desestabilizando relações de poder.

A integração entre a Análise Crítica do Discurso e o sistema de Avaliatividade amplia o alcance da análise: enquanto a ACD fornece o arcabouço teórico para compreender o discurso em sua dimensão ideológica e social, a LSF, por meio do sistema de Avaliação, oferece os instrumentos para uma leitura detalhada e textual das estratégias de posicionamento.

3.5 Avaliatividade: atitude, julgamento, apreciação

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), proposta por Halliday (1994) e desenvolvida por autores como Martin e White (2005), considera a linguagem como um sistema de significados em constante interação com o contexto social. Nesse modelo, a linguagem realiza três funções metafuncionais: a ideacional, a interpessoal e a textual. A presente pesquisa insere-se na dimensão interpessoal da linguagem, ao utilizar o subsistema de Avaliatividade, desenvolvido no âmbito da LSF, como instrumento para analisar como avaliações, atitudes e posicionamentos ideológicos são expressos em comentários de usuários no *Instagram*, direcionados a mulheres negras.

Conforme Meira e Cunha (2014), o sistema de Avaliatividade, por sua vez, é um conjunto de significados interpessoais que se concentra em como a avaliação é transmitida através da linguagem. Esse sistema oferece aos usuários uma variedade de mecanismos para expressar juízos, opiniões e emoções em suas interações diárias. Por meio de recursos lexicogramaticais avaliativos, como adjetivos, advérbios, verbos modais, metáforas, ironias e estruturas linguísticas específicas, que tornam possível avaliar pessoas, comportamentos, objetos e situações.

Os indivíduos podem avaliar e categorizar o que é dito, influenciando a forma como a mensagem é recebida e interpretada. Assim, a Avaliatividade desempenha um papel crucial na mediação das relações interpessoais e na negociação de significados em contextos comunicativos, permitindo uma gama de expressões subjetivas e avaliativas nas conversas. Na presente pesquisa, o sistema de Avaliatividade será mobilizado para compreender de que modo os comentários analisados — frequentemente agressivos, irônicos ou supostamente "neutros" — expressam avaliações negativas racializadas, geralmente direcionadas à aparência de mulheres negras em campanhas de moda, beleza, jornalismo ou outra forma de protagonismo em que sua estética é evidenciada.

O sistema é composto por três subsistemas: Atitude, Engajamento e Gradação, cada um desempenhando um papel específico na expressão de avaliações e juízos na linguagem. O foco principal da análise recai sobre o subsistema de Atitude, pois é nesse nível que se observa como os sujeitos avaliam emocionalmente (Afeto), moralmente (Julgamento) ou esteticamente (Apreciação) os alvos dos discursos. Essa escolha se justifica pela natureza do *corpus*: comentários centrados na aparência física das mulheres negras, frequentemente expressando rejeição ao fenótipo negro — cabelo crespo, nariz largo, pele retinta, entre outros — sob a forma de juízos estéticos e morais.

Nesse sentido, a escolha pelo foco no subsistema de Atitude não apenas delimita a análise a um conjunto específico de recursos avaliativos, mas também permite investigar como a linguagem opera na produção e circulação de ideologias por meio de avaliações aparentemente cotidianas. As categorias de Afeto, Julgamento e Apreciação fundamentam a compreensão de que maneira os comentários presentes no *corpus* articulam emoções, normas sociais e critérios estéticos em relação ao corpo negro feminino. Tais avaliações, ao serem reiteradas no *Instagram*, deixam de ser apenas manifestações subjetivas e passam a desempenhar um papel na manutenção de hierarquias simbólicas e raciais.

No escopo da análise, o subsistema de Atitude mostra-se especialmente relevante, pois lida com as formas pelas quais os falantes expressam emoções (Afeto), julgam comportamentos (Julgamento) e avaliam qualidades e objetos (Apreciação). No contexto dos comentários analisados, são recorrentes os juízos de valor sobre a aparência física das mulheres negras — muitas vezes formulados a partir de adjetivos e construções gramaticais que mobilizam avaliações negativas de seus traços raciais, como cabelo crespo, nariz largo e tom de pele escuro. Esses comentários não são apenas expressões individuais de desagrado ou reprovação, mas funcionam como práticas discursivas ideologicamente orientadas, que reforçam a rejeição estética ao corpo negro feminino e a imposição de padrões eurocêntricos de beleza.

Tais avaliações podem ser identificadas por meio de estratégias linguísticas específicas que operam no nível do léxico, da gramática e da escolha textual. Comentários como “essa aí é muito forçada pra ser bonita”, “parece um homem com esse cabelo” ou “devia alisar o cabelo, ia melhorar” expressam julgamentos sociais que se inscrevem no campo da estima (capacidade, normalidade, tenacidade) ou da sanção (propriedade, veracidade), conforme as categorias propostas por Almeida (2010a, 2010b). São avaliações que remetem a uma matriz ideológica racista e sexista, disfarçadas por vezes sob a aparência de opinião pessoal ou crítica estética legítima.

Quadro 3 — Subsistemas.

	Sistema de Avaliatividade	
Subsistema	**Definição**	**Subtipos**
1. Atitude	Concerne à expressão de valores afetivos, julgamentos e apreciações no discurso.	- **Afeto**: Expressa emoções e sentimentos. - **Julgamento**: Avalia comportamentos humanos. - **Apreciação**: Avalia objetos, fenômenos ou produtos culturais
2. Engajamento	Refere-se à forma como o locutor lida com **outras vozes** e **pontos de vista** no discurso, marcando presença ou ausência de diálogo com outras posições.	- **Contração**: restringe o espaço para outras vozes (ex.: negações, afirmações categóricas). - **Expansão**: abre espaço para outras vozes (ex.: citações, concessões, possibilidades).
3. Gradação	Diz respeito à **intensidade** ou **força** com que uma atitude é expressa. Permite que valores atitudinais sejam **graduados** (mais/menos, forte/fraco, etc.).	- **Força**: Intensificação (mais/menos forte). - **Escopo**: Escala (por exemplo, frequência, quantidade, abrangência).

Fonte: Autoria própria (2006).

O subsistema de Atitude abrange três categorias: afeto, julgamento e apreciação. O afeto refere-se à expressão de sentimentos e emoções, positivos ou negativos, explícitos ou implícitos. Em contextos digitais, como os analisados nesta pesquisa, expressões afetivas podem aparecer como reações a imagens de mulheres negras: “nojento”, “não suporto isso”, “que coisa horrível”, ou ainda emojis e recursos multimodais que sugerem desprezo, repulsa ou aversão. Esses afetos, embora pessoais, reproduzem construções sociais historicamente racistas, revelando como o corpo negro é emocionalmente marcado por discursos de desumanização; julgamento, que envolve a avaliação de comportamentos e capacidades das pessoas. Trata-se da avaliação moral e social do comportamento e da identidade das pessoas.

> Atitude é o subsistema do sistema de avaliatividade responsável pela expressão linguística das avaliações positivas e negativas, que abrange três regiões semânticas:

> a emoção, a ética e a estática. A saber, avaliações de afeto, julgamento e apreciação (Vian Jr.; Souza; Almeida, 2010, p. 99).

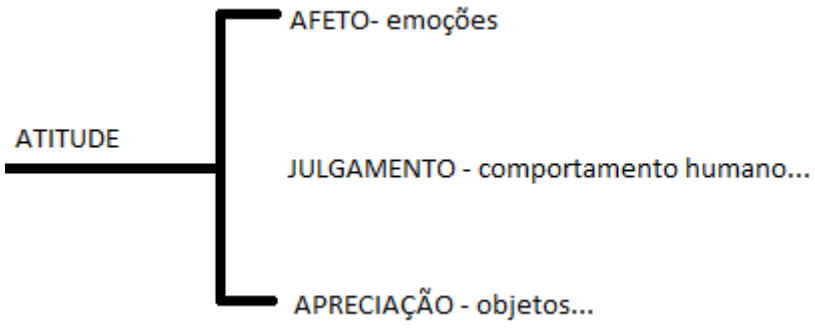
Conforme Almeida (2010b), ela se divide em estima social (por exemplo, “essa mulher não tem noção”, “não sabe se comportar”, “é sem classe”) e sanção social, quando há julgamentos éticos ou legais (“isso é ridículo”, “essa mulher não se dá ao respeito”).

No contexto da pesquisa, muitos comentários não apenas julgam a aparência, mas também relacionam traços físicos a uma suposta inferioridade moral, como se o corpo negro destoasse da norma civilizada, controlada e “apropriada” para espaços midiáticos; e apreciação, que foca na avaliação de objetos, eventos e experiências em termos de suas qualidades e valor.

A Apreciação trata-se de avaliações sobre objetos, eventos e fenômenos, com base em valores culturais e estéticos. Avaliações como “parece um homem”, “essa maquiagem não combina com essa pele”, “esse cabelo é feio” são formas de apreciação negativa que, embora travestidas de opinião estética, revelam critérios racializados de beleza. Como indica Almeida (2010b), a apreciação pode ser subdividida em reação, composição e valoração — categorias úteis para identificar como o corpo da mulher negra é interpretado como “fora do lugar”, “desproporcional” ou “sem valor”.

No subsistema Atitude, segundo Almeida (2010b), a categoria Afeto refere-se ao uso de recursos semânticos para expressar emoções e sentimentos dentro do discurso. O conceito de afeto é fundamental para a expressão emocional no discurso, como uma forma de avaliar os sentimentos dos interlocutores. Essas afeições podem ser tanto positivas quanto negativas e são manifestadas de maneira explícita ou implícita.

Figura 2 — O subsistema da Atitude.



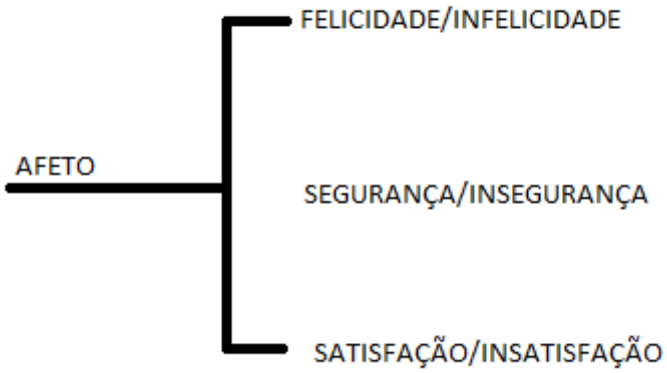
Fonte: Almeida (2010b, p. 100).

O afeto associado à In/Felicidade abre uma gama de emoções que inclui tristeza, felicidade, ódio e amor. Estes sentimentos refletem a dualidade do gostar ou não gostar de algo

ou alguém, sendo uma manifestação da In/Segurança, que, por sua vez, está ligada ao bem-estar social. Este aspecto engloba sentimentos como ansiedade, temor e confiança, os quais são influenciados pelo contexto.

Além disso, o afeto ligado à In/Satisfação está diretamente relacionado às emoções relacionadas ao cumprimento ou não de objetivos. Sentimentos como tédio, desprazer, curiosidade e respeito são exemplificações dessas emoções, as quais refletem a satisfação ou insatisfação com as realizações pessoais.

Figura 3 — Tipos de afetos.

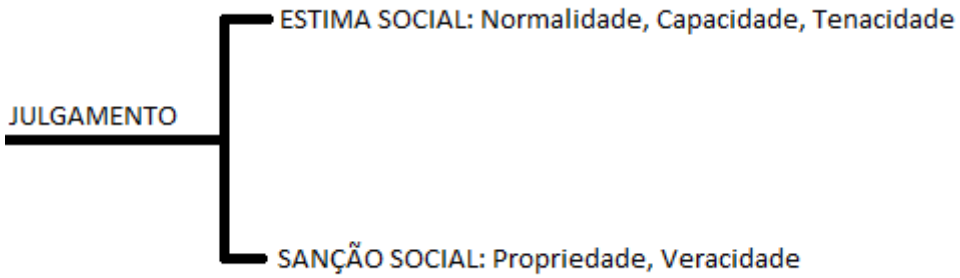


Fonte: Almeida (2010b, p. 105).

Já Julgamento diz respeito à avaliação do comportamento humano segundo normas e padrões sociais, refletindo como ações e atitudes são percebidas e avaliadas por instituições e pela sociedade em geral. Segundo Almeida (2010a), é um componente usado na análise das avaliações que os indivíduos fazem sobre comportamentos, ética e moralidade, conforme estabelecido por instituições sociais como o Estado, a Igreja e a Escola. Essas instituições desempenham um papel central na definição das normas comportamentais da sociedade, influenciando diretamente como os indivíduos percebem o que é aceitável e o que não é.

O julgamento é categorizado em dois tipos principais: estimativa social e sanção social. O primeiro tipo refere-se à vigilância cultural informal, como fofocas e boatos, que moldam percepções de normalidade, capacidade e tenacidade dos indivíduos. Por outro lado, a sanção social envolve códigos formais, leis e regras que estabelecem o que é certo e o que é errado.

Figura 4 — Tipos de julgamento.



Fonte: Almeida (2010b, p. 107).

Para identificar esses tipos de julgamento, Almeida (2010a) sugere uma série de perguntas que categorizam essas atitudes. No contexto da estima social, perguntas como “O comportamento do indivíduo é pouco usual, especial, comum?” exploram a percepção de normalidade, enquanto questões sobre capacidade e tenacidade avaliam a competência e a confiabilidade das pessoas, gerando perguntas como: “O indivíduo é capaz?” ou “O indivíduo é confiável? Pode-se contar com ele/ela?”. Em contraste, na sanção social, perguntas sobre veracidade e propriedade, como veracidade “O indivíduo é honesto?” e propriedade “O indivíduo é ético?”, destacam os padrões morais e éticos que são fundamentais para a independência ou reprovação social.

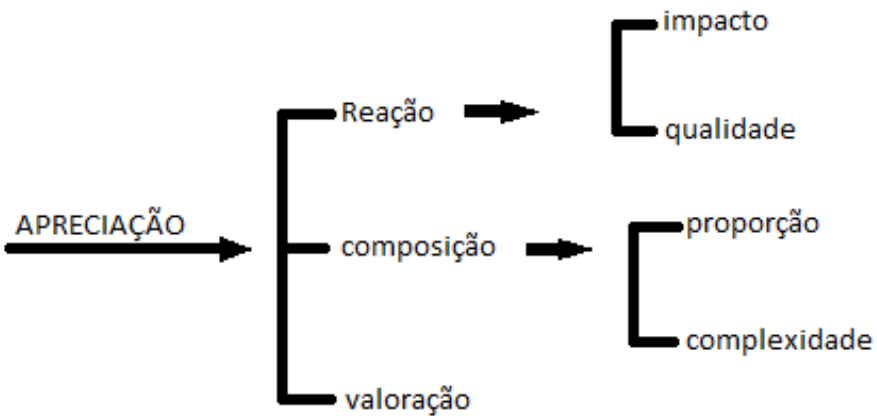
Essas categorizações revelam como o julgamento não reflete apenas a estrutura normativa da sociedade, mas também influenciam diretamente as interações sociais e as expectativas culturais.

Por fim, a Apreciação que foca na avaliação estética de objetos e coisas, sem considerar o comportamento humano. Essas categorias oferecem uma estrutura para entender diferentes formas de avaliação no discurso, abrangendo emoções, julgamentos sociais e percepções estéticas, e ajudam a analisar como as atitudes são expressas e compreendidas.

Ainda conforme Almeida (2010a), a apreciação é um recurso semântico essencial para avaliar uma variedade de elementos, como objetos, características e até mesmo aspectos da realidade cotidiana. Esta forma de avaliação não se limita apenas a julgar a qualidade dos bens culturais e serviços, mas também se estende à análise de características naturais.

A apreciação classifica-se em três tipos diferentes: reação, composição e valoração. A reação diz respeito às respostas provocadas nas pessoas, subdividindo-se em reação-impacto, que descreve o impacto gerado por objetos, e reação-qualidade, que avalia a qualidade intrínseca desses objetos, relaciona-se com a afeição.

Figura 5 — Tipos de apreciação.



Fonte: Almeida (2010b, p. 110).

A composição, por sua vez, foca nas percepções de proporção e detalhe dentro de um texto ou processo. A proporção refere-se ao equilíbrio percebido nas coisas, enquanto a complexidade diz respeito à natureza dos objetos avaliados, ambos influenciando a percepção subjetiva do indivíduo.

Por último, a Valoração engloba a avaliação do significado social atribuído aos objetos e fenômenos, relacionando-se diretamente com processos cognitivos e com a forma como os indivíduos atribuem valor a essas entidades. Esses três tipos de avaliação delineiam não apenas o papel crítico da avaliação na interpretação da realidade, mas também a complexidade das interações humanas e culturais que permeiam as experiências.

Embora o foco analítico seja o subsistema de Atitude, os subsistemas de Gradação e Engajamento também podem contribuir para o refinamento da análise. A Gradação permite observar a intensidade das avaliações (ex.: “horrível demais”, “um pouco esquisita”, “totalmente fora do padrão”), revelando o grau de rejeição ou de moderação no discurso. O Engajamento, por sua vez, permite examinar o posicionamento discursivo do sujeito: se ele se apresenta de forma monoglóssica, como uma verdade absoluta, ou se incorpora vozes alheias e dialogismo (heteroglossia), como nos casos de ironia, sarcasmo ou uso de citações (“disseram que ela é linda, mas…”).

O subsistema de Gradação é dividido em duas categorias: intensidade (ou força) e precisão (ou foco). A intensidade mede o grau ou intensidade das avaliações, e a precisão ajusta a especificidade e a exatidão das avaliações feitas.

Ele detalha como graduar qualidades, processos e entidades, tanto concretas quanto abstratas. Esse subsistema é dividido em dois principais aspectos: intensidade ou quantidade

(força) e precisão e prototipicidade (foco). Na força, a gradação é feita por meio da intensificação, que utiliza fusão (combinação de elementos), isolamento (enfatização de um aspecto específico) e repetição (reiterar um elemento), e do foco lida com a gradação através da quantidade, volume e extensão de algo. Por outro lado, a precisão e prototipicidade se concentram em graduar categorias semânticas prototípicas. Neste contexto, a gradação ocorre por meio da acentuação (realçar certas características) e da atenuação (minimizar certos aspectos). Esses processos ajudam a definir diferentes graus de prototipicidade, indicando o quanto algo se aproxima ou se afasta da ideia central de uma categoria, conforme Souza (2010).

Por fim, o subsistema de Engajamento inclui a monoglossia e a heteroglossia. A primeira reflete uma perspectiva unívoca e assertiva, e a segunda incorpora múltiplas vozes e pontos de vista, reconhecendo a diversidade de opiniões e a interação entre diferentes perspectivas. Esses subsistemas permitem uma análise detalhada de como a avaliação é expressa e negociada na situação de comunicação.

De acordo com Vian Jr., Souza e Almeida (2010), o subsistema de Engajamento explora dois modos principais de como os textos se posicionam em relação a outras vozes: monoglossia e heteroglossia. A primeira refere-se a asserções categóricas que não permitem questionamento ou a presença de outras vozes, ou seja, são afirmações que não abrem espaço para diálogo ou contraposição.

Neste contexto, a oração no nível léxico-gramatical é apresentada de maneira isolada, sem considerar alternativas ou opiniões divergentes. A heteroglossia, por sua vez, indica a presença de diferentes vozes e sugestões de diálogo, permitindo uma maior interação entre distintas posições, e é dividida em contração e expansão.

A contração envolve discordância e proclamação, na qual o produtor do texto se posiciona contra ou rejeita opiniões alternativas, desafiando ou restringindo o escopo de outras vozes. Já a expansão inclui entretenimento e atribuição, permitindo que o texto ofereça diversas possibilidades de posicionamentos, promovendo uma abertura para aceitação ou rejeição de diferentes perspectivas. Assim, é possível analisar como os textos podem engajar-se de maneira monológica ou dialógica com diferentes perspectivas.

Ao adotar o sistema de Avaliatividade da Linguística Sistêmico-Funcional, o estudo busca entender como os recursos linguísticos são empregados para expressar avaliações, atitudes e perspectivas dentro de diferentes contextos sociais. Esse sistema analítico permite uma investigação detalhada das nuances da linguagem, explorando como a avaliação é manifestada tanto explícita quanto implicitamente nas interações.

Para a finalidade deste empreendimento, acredito que o subsistema de Atitude, definido por Vian Jr., Souza e Almeida (2010), será capaz de dar conta da análise, tendo em vista que se trata de um sistema da semântica discursiva, realizado léxico-gramaticalmente por meio de diferentes estruturas gramaticais.

A escolha pelo uso da Linguística Sistêmico-Funcional para desenvolver as análises linguísticas da pesquisa se justifica pelo seu caráter social e pela vinculação ao contexto. Segundo a abordagem adotada, a linguagem não é apenas um sistema isolado de signos, mas sim um instrumento ligado à prática social e ao contexto em que é utilizado. Esse enfoque permite compreender que a língua é dinâmica e dialética, ou seja, está em constante interação e evolução.

Com efeito, a ACD investiga como discursos de desigualdades de poder e injustiças sociais se naturalizam nas práticas sociais por meio da linguagem e como se realizam em construções discursivas concretas, e isso a partir de uma análise de discurso textualmente orientada, ou seja, por meio de uma análise de elementos linguísticos presentes no texto, este sendo entendido como unidade mínima de análise (Resende, 2009).

Para Vieira e Resende (2016), o suporte para as análises críticas discursivas é o texto em qualquer modalidade ou forma (orais, sonoros, escritos, visuais, entrevistas, reportagens, publicidades, narrativas de vida, filmes), as quais se relacionam com poder. Esse suporte, por seu turno, é resultado de produções sociais e de continuidades dessa mesma sociedade.

O texto apresenta traços ideológicos e culturais ligados a diversas práticas discursivas, a contextos e a interações sociais. A linguagem, nesse sentido, é recurso que serve como interação, relação, representação e identificação dos outros e de si nas práticas sociais, e é por isso que o texto nos oferta dados para melhor entendimento das práticas investigadas em funcionamento, visto que, "ao fazermos uso da linguagem em nossas vidas cotidianas, recorremos a maneiras particulares de *representar*, de *agir* e de *interagir* e de *identificar* o mundo e a nós mesmos/as" (Vieira; Resende, 2016, p. 18).

3.6 Avaliatividade: atitude, julgamento, apreciação — Aplicação do sistema de avaliatividade ao *corpus* da pesquisa

Os comentários analisados nesta pesquisa são discursos públicos, marcados por uma dimensão avaliativa que constrói e reforça ideologias raciais, muitas vezes disfarçadas sob discursos de gosto pessoal, liberdade de expressão ou crítica estética. Através da Avaliatividade, especialmente do sistema de Atitude, será possível descrever linguisticamente

como essas avaliações operam para legitimar a rejeição da aparência negra. A análise se concentrará na identificação de:

- Afetos negativos associados à presença de mulheres negras em campanhas de beleza;
- Julgamentos sociais e morais que desqualificam a mulher negra como sujeito de prestígio, beleza ou valor;
- Apreciações estéticas racializadas, em que o corpo negro é descrito como dissonante ou inadequado aos padrões de beleza dominantes.

Dessa forma, a Linguística Sistêmico-Funcional não será utilizada apenas como modelo teórico, mas como instrumento metodológico para evidenciar os modos como o racismo estético se constrói no plano linguístico, revelando suas estratégias de naturalização e disfarce.

Ao dialogar com a Análise Crítica do Discurso, essa abordagem permite uma leitura que combina descrição linguística minuciosa com interpretação ideológica, cumprindo os objetivos da pesquisa e ampliando a compreensão crítica dos discursos que sustentam práticas sociais excludentes.

No sistema de Avaliatividade, a Atitude é a categoria central e se divide em três subcategorias: afeto, julgamento e apreciação. O afeto refere-se às emoções e sentimentos expressos no discurso — como alegria, medo, raiva ou compaixão — e revela como os sujeitos se posicionam afetivamente diante de situações ou pessoas. Já o julgamento avalia o comportamento humano a partir de normas sociais e éticas, distinguindo, por exemplo, o que é considerado moral, legal, digno, corajoso ou irresponsável. Essa categoria é especialmente relevante quando se analisa o discurso sobre agentes sociais, pois envolve avaliações de caráter, competência, honestidade ou confiabilidade. Por fim, a apreciação trata da avaliação de objetos, fenômenos ou estados de coisas, com base em critérios estéticos ou funcionais. Apreciar algo como “belo”, “degradante”, “eficiente” ou “ameaçador” implica uma valoração que, embora não incida diretamente sobre sujeitos humanos, ainda assim carrega significados ideológicos e sociais.

Portanto, ao adotar o sistema de avaliatividade como instrumento analítico, esta pesquisa visa mapear os modos como a linguagem constrói valores e posicionamentos em discursos que atravessam grupos minoritários e experiências de exclusão social.

Especificamente, será possível observar como os sentidos são guiados por afetos, julgamentos e apreciações, muitas vezes implícitos, que revelam tanto os alinhamentos ideológicos dos sujeitos quanto as estratégias discursivas de controle, resistência ou subversão das ordens simbólicas estabelecidas.

A adoção do modelo da Avaliatividade permite, assim, descrever e interpretar os efeitos ideológicos dessas avaliações, apontando para os modos como o discurso contribui para (re)produzir desigualdades raciais e de gênero.

Ao lado disso, essa abordagem evidencia como o discurso se torna uma ferramenta potente de exclusão simbólica e como os sentidos naturalizados sobre beleza, feminilidade e aceitabilidade estética estão intimamente ligados à manutenção da hegemonia branca. Com isso, é possível observar não apenas "o que é dito", mas "como é dito" e com que efeitos sociais e identitários.

Além disso, ao analisar essas práticas discursivas com base na LSF e na ACD, a pesquisa contribui para desvelar os mecanismos de racialização presentes em espaços digitais aparentemente democráticos e horizontais, como as redes sociais. A análise linguística torna-se, portanto, uma via de acesso às estruturas profundas de exclusão e violência simbólica que se manifestam no cotidiano digital e reforçam práticas coloniais de inferiorização do outro racializado.

3.7 Categorias Linguísticas

Com base nos fundamentos teóricos da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2016), da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 1994; Eggins, 2004) e do Sistema de Avaliatividade (Martin; White, 2005), foi elaborado o quadro a seguir, que sistematiza as principais categorias linguísticas operacionais utilizadas nesta pesquisa. Tais categorias possibilitam uma análise detalhada das práticas discursivas de racismo estético direcionadas à mulher negra nas redes sociais, ao evidenciar como a linguagem constrói, reforça ou contesta ideologias, valores e relações de poder. As categorias foram organizadas em função de suas respectivas descrições funcionais, fundamentos teóricos e exemplos representativos extraídos de discursos recorrentes nesse campo discursivo.

Quadro 4 — Atitude

Categoria Linguística	Descrição Funcional	Base Teórica	Exemplo
Afeto	Expressão de emoções, sentimentos e reações pessoais.	Vian Jr., Souza e Almeida (2010)	"Fico *incomodado* com esse tipo de beleza"
Julgamento	Avaliação de comportamentos segundo normas morais ou sociais.	Vian Jr., Souza e Almeida (2010)	"Ela é *relaxada*", "Não tem *cuidado* com a aparência"
Apreciação	Avaliação estética de pessoas, objetos ou fenômenos (sem foco na conduta).	Vian Jr., Souza e Almeida (2010)	"Esse cabelo é *feio*", "Ela tem um rosto *estranho*"

Fonte: Autoria própria (2026).

A partir da organização apresentada, observa-se que as categorias linguísticas não atuam de forma isolada, mas em inter-relação, compondo estratégias discursivas complexas que articulam valores sociais e estruturas ideológicas. Elementos como os apresentados no quadro, por exemplo, são fundamentais para compreender os mecanismos linguísticos que naturalizam o racismo estético. As categorias do Sistema de Avaliatividade — especialmente o subsistema Atitude — permitem mapear os juízos afetivos, éticos e estéticos que operam na desvalorização simbólica do corpo negro feminino.

Nesse contexto, a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) oferece ferramentas para compreender como essas práticas discursivas se materializam linguisticamente. O *Instagram* é um espaço multimodal, em que texto verbal, imagem e outros recursos semióticos interagem na produção de significados. Segundo Halliday e Matthiessen (2014), a linguagem realiza três metafunções simultâneas: ideacional, interpessoal e textual. Assim, os discursos presentes nas postagens e nos comentários do *Instagram* revelam escolhas linguísticas que constroem representações sociais (função ideacional), posicionam interlocutores em relações de poder e julgamento (função interpessoal) e organizam a coerência textual e discursiva dessas interações (função textual).

A seção seguinte dedica-se à discussão dos fundamentos teóricos que sustentam a compreensão do racismo como estrutura histórica, social e discursiva, com ênfase nas articulações entre raça, gênero, estética e poder. Parte-se do entendimento de que o racismo não se manifesta apenas em práticas explícitas de discriminação, mas também — e sobretudo — em formas sutis de exclusão, silenciamento e hierarquização simbólica, amplamente

reproduzidas nos discursos cotidianos e nas interações digitais. Nesse sentido, o capítulo aborda o conceito de racismo em sua dimensão estrutural, dialogando com contribuições dos estudos críticos raciais, dos feminismos — em especial o feminismo negro —, da noção de branquitude enquanto posição hegemônica e do debate sobre lugar de fala. Ao mobilizar esses aportes, busca-se oferecer um enquadramento teórico que permita compreender como a violência discursiva dirigida às mulheres negras está ancorada em regimes de visibilidade, padrões estéticos racializados e relações de poder historicamente consolidadas. Esse arcabouço teórico será fundamental para a leitura analítica do *corpus* no capítulo subsequente, possibilitando interpretar os comentários do *Instagram* não como discursos isolados, mas como atualizações contemporâneas de uma ordem social racializada.

4 LINGUAGEM, PODER E RACISMO: CATEGORIAS CRÍTICAS PARA A COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Neste capítulo, busco apresentar os principais conceitos que embasam a análise proposta nesta pesquisa, com foco nas intersecções entre linguagem, poder e racismo. Para isso, inicio com uma discussão sobre o racismo estrutural, institucional e simbólico, situando teoricamente as bases que sustentam a desigualdade racial no Brasil. Em seguida, abordo como essas formas de racismo se manifestam de modo particular contra mulheres negras em ambientes digitais, como o *Instagram*, espaço que se configura como mais um território para a reprodução de violências simbólicas.

A reflexão proposta passa ainda por noções fundamentais como a branquitude e o lugar de fala, que ajudam a compreender as dinâmicas de silenciamento e subalternização de vozes negras, especialmente femininas. Considero também o papel das plataformas digitais e de seus algoritmos na manutenção e propagação de discursos de ódio, revelando como essas tecnologias, muitas vezes tidas como neutras, podem reforçar estruturas de poder e exclusão. Nesse sentido, o ciberespaço não é apenas um local de interação, mas também um campo de disputa simbólica e política.

Por fim, apresento as conexões entre a teoria e o *corpus* analisado, estabelecendo um diálogo entre os conceitos discutidos e os dados empíricos da pesquisa. Ao iluminar os mecanismos simbólicos de violência presentes nas redes sociais, pretendo evidenciar como o discurso digital contribui para a perpetuação do racismo e da misoginia. Este capítulo, portanto, fornece as ferramentas analíticas necessárias para compreender as formas contemporâneas de exclusão racial e de gênero, particularmente no ambiente virtual, onde essas opressões se atualizam e se reproduzem com novas roupagens.

4.1 Racismo estrutural, institucional e simbólico

O racismo constitui um elemento estruturante das formações sociais modernas, manifestando-se de maneira sistemática nas esferas econômica, política, institucional e simbólica. Conforme argumenta Munanga (2007), o racismo no Brasil opera de forma particular ao se articular ao discurso da mestiçagem e ao mito da democracia racial, que funcionam como mecanismos ideológicos de negação da desigualdade racial e de apagamento das hierarquias herdadas do período colonial e escravista.

No contexto brasileiro, o processo de colonização e a longa duração do regime escravista foram decisivos para a construção de uma ordem social racializada, na qual populações negras foram historicamente desumanizadas e excluídas dos espaços de poder e reconhecimento social. Embora a abolição da escravidão tenha ocorrido formalmente em 1888, a ausência de políticas de

integração social contribuiu para a manutenção de desigualdades raciais estruturais, que persistem até a contemporaneidade.

Essa permanência histórica evidencia que o racismo não se limita a práticas individuais de discriminação, mas se inscreve no funcionamento das instituições. O racismo institucional, conforme discutido por Bento (2022), refere-se aos dispositivos formais e informais que produzem efeitos desiguais sobre grupos racializados, naturalizando privilégios e assimetrias sob a aparência de neutralidade normativa.

Para além das dimensões estrutural e institucional, o racismo também se expressa no plano simbólico, por meio da produção e circulação de sentidos que legitimam padrões estéticos e culturais eurocentrados. Munanga (2007) destaca que a valorização da branquitude como ideal normativo opera como um mecanismo de hierarquização racial, incidindo de maneira particularmente violenta sobre os corpos negros. No contexto das redes sociais digitais, essa hierarquização simbólica se materializa em discursos que desqualificam a estética negra — cabelo crespo, traços fenotípicos e tonalidade da pele — ao mesmo tempo em que reafirmam, de forma implícita ou explícita, padrões estéticos brancos como universais e desejáveis. Comentários que se apresentam como "opiniões pessoais" ou "críticas estéticas" participam desse processo de naturalização da inferiorização simbólica, tornando o racismo estético socialmente aceitável.

Segundo Almeida (2018), há três concepções de racismo, a saber: concepção individualista, concepção institucional e concepção estrutural. Na primeira, o racismo é concebido como "patologia", isso significa dizer que o racismo nessa esfera é um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, que se deve combater mediante a aplicação de punições previstas pela legislação. Nessa concepção, portanto, não se concebe que haja sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, assim, pode não ser admitida a existência do racismo e sim o preconceito.

Nos comentários do *Instagram*, essa concepção se manifesta quando internautas negam o caráter racista de suas falas, alegando ausência de intenção ofensiva ou classificando seus discursos como preferências pessoais, humor ou liberdade de expressão. Esse movimento discursivo contribui para o apagamento do racismo enquanto fenômeno social, deslocando-o para o campo da subjetividade individual e dificultando sua problematização.

A segunda concepção defende que o racismo não se resume a comportamentos individuais, e sim a partir das regras institucionais é que os indivíduos se tornam sujeitos, tendo em vista que as instituições moldam o comportamento humano e que trata o poder como elemento central, ou seja, racismo é relação de poder.

Sobre essa concepção, Bento (2022) destaca a complexidade que se manifesta não apenas através de atitudes discriminatórias abertas, mas também por meio de práticas que parecem neutras no presente, mas que perpetuam as desigualdades históricas. Esse conceito direciona a análise para as consequências reais e duradouras dessas práticas, independentemente das intenções ou do comportamento atual dos indivíduos dentro das instituições. O foco está nas estatísticas e dados concretos que evidenciam como essas práticas continuam a gerar desigualdades, revelando um padrão persistente de discriminação. Isso ajuda a entender que a luta contra o racismo requer mais do que a identificação de preconceitos explícitos; é necessário examinar e reverter as estruturas que sustentam as desigualdades históricas. Para Moreira (2018),

> [...] o racismo institucional pode assumir quatro formas. Ele pode ocorrer quando pessoas não têm acesso aos serviços de uma instituição, quando os serviços são oferecidos de forma discriminatória, quando as pessoas não conseguem ter acesso a postos de trabalho na instituição ou quando as chances de ascensão profissional dentro dela são diminuídas por causa da raça (Moreira, 2018, p. 36).

Portanto, o racismo institucional manifesta-se de maneiras distintas, todas igualmente prejudiciais. Quando pessoas são excluídas do acesso aos serviços, enfrentam discriminação no atendimento, encontram barreiras para ingressar em postos de trabalho ou enfrentam dificuldades na progressão profissional devido à sua raça, o impacto é profundamente negativo e sistêmico. Essas formas de discriminação não apenas limitam oportunidades e perpetuam desigualdades, mas também reforçam um ciclo de exclusão e desvantagem para grupos raciais específicos. Para enfrentar efetivamente o racismo institucional, é preciso identificar e abordar essas múltiplas dimensões, promovendo práticas e políticas que garantam igualdade de acesso e oportunidades dentro das instituições.

Transpondo essa formulação para o campo discursivo digital, observa-se que tais formas de exclusão também operam simbolicamente, quando mulheres negras têm sua competência, beleza ou legitimidade questionadas nos espaços de visibilidade midiática, o que impacta diretamente suas oportunidades profissionais, sobretudo em setores como a publicidade e a indústria da beleza.

A terceira concepção de que o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" como se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural" (Almeida, 2018, p. 38).

O caráter insidioso desse tipo de racismo reside na sua sutileza: ele frequentemente se oculta sob formas consideradas legítimas ou inofensivas, como a ironia, o humor, a crítica

estética ou a alegação de liberdade de expressão, o que dificulta sua identificação e contestação nos espaços públicos e institucionais.

Nos comentários analisados, essa dimensão estrutural se evidencia na recorrência e previsibilidade das avaliações negativas dirigidas à estética de mulheres negras, independentemente do contexto específico da postagem. A naturalidade com que tais discursos revelam o caráter insidioso do racismo estrutural, que se oculta sob formas socialmente legitimadas, como o humor, a ironia, a crítica estética ou a reivindicação da liberdade de expressão, dificulta sua identificação e contestação nos espaços públicos digitais.

Para van Dijk (2016), os discursos racistas são frequentemente legitimados por elites simbólicas — jornalistas, políticos, influenciadores — que têm acesso privilegiado aos meios de produção discursiva e cujas opiniões são tomadas como representativas.

No caso da mídia, por exemplo, os grupos racializados, especialmente negros e indígenas, são sistematicamente associados à criminalidade, à pobreza ou à informalidade, enquanto os brancos são retratados como padrão de competência, civilidade e beleza. Essas representações reforçam estereótipos e alimentam modelos mentais negativos que sustentam atitudes e políticas discriminatórias, mesmo em contextos em que o racismo é formalmente condenado.

A forma de hegemonia cultural se estabelece quando a ideologia dominante (neste caso, a ideologia racial branca) é aceita pela sociedade como natural e legítima. O racismo simbólico, por exemplo, está intimamente ligado à hegemonia dos brancos, que são constantemente representados nos lugares de poder, enquanto os negros são marginalizados, principalmente na mídia e outras formas culturais. Por isso, a presença de corpos negros nesses espaços é vista como transgressão.

No contexto do *Instagram*, onde os discursos e as imagens circulam rapidamente, as práticas discursivas também contribuem para a manutenção dessa hegemonia racial. Perfis de influenciadores, por exemplo, podem reproduzir estereótipos raciais ao representar de forma superficial ou distorcida as vidas de negros, enquanto reforçam ideologias que privilegiam a estética e os comportamentos brancos.

No caso do racismo contra mulheres negras, a interseccionalidade é um elemento-chave. As mulheres negras não apenas enfrentam discriminação racial, mas também enfrentam o sexismo, e isso é frequentemente invisibilizado. No *Instagram*, isso pode ser visto em como influenciadores negros, especialmente mulheres, são frequentemente desvalorizados, desacreditados, atacados ou deixados de lado, com a “ideologia do silêncio” muitas vezes exercida sobre suas experiências e denúncias de racismo.

O preconceito é uma opinião preconcebida sobre determinado grupo ou pessoa. O racismo é a crença de que existiriam raças superiores a outras. Já a discriminação é a ação baseada no preconceito ou racismo, em que o indivíduo recebe um tratamento injusto apenas por pertencer a um grupo diferente, considerado inferior.

Há um entendimento muito próximo desses três conceitos trazido por Almeida (2018). Para ele, o preconceito racial é um juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos racializados, já o racismo é "uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos", e, por fim, a discriminação, que é a atribuição de tratamento diferenciado a grupos racializados e tem como requisito o poder, a possibilidade do uso da força para se atribuir vantagens ou desvantagens pelo fator raça.

No contexto do *Instagram*, essas categorias não se apresentam de forma isolada, mas articulam-se dinamicamente na produção de comentários dirigidos à estética de mulheres negras, configurando um continuum de violência simbólica.

Os comentários analisados neste estudo revelam, em primeiro lugar, a recorrência de discursos que operam no nível do preconceito racial, entendido como juízo antecipado baseado em estereótipos racialmente construídos. Tais discursos manifestam-se por meio de avaliações negativas da aparência física das mulheres negras, frequentemente ancoradas em padrões estéticos eurocentrados que desqualificam cabelos crespos, traços fenotípicos e tonalidades de pele não brancas. Embora esses discursos sejam frequentemente apresentados como preferências individuais ou críticas estéticas, sua recorrência e previsibilidade indicam que não se trata de opiniões isoladas, mas de manifestações socialmente compartilhadas de estereotipação racial.

No entanto, conforme argumenta Almeida (2018), a centralidade analítica não deve recair apenas sobre o preconceito enquanto atitude subjetiva, mas sobre o racismo enquanto prática social sistemática. Nesse sentido, os comentários do *Instagram* não apenas expressam crenças individuais, mas participam da reprodução de hierarquias raciais ao produzir efeitos concretos de deslegitimação da presença de mulheres negras em espaços de visibilidade associados à beleza e à estética. Assim, mesmo na ausência de uma intenção explicitamente racista, os discursos analisados operam como mecanismos de manutenção de privilégios simbólicos vinculados à branquitude.

A noção de discriminação, por sua vez, permite compreender como esses discursos produzem efeitos de exclusão que extrapolam o plano simbólico estrito. Ao questionarem a legitimidade das mulheres negras como modelos, influenciadoras ou representantes da beleza,

os comentários atuam como práticas discursivas que restringem reconhecimento social e oportunidades profissionais. Ainda que o poder exercido nesses contextos não se manifeste por meio da coerção institucional direta, ele se materializa simbolicamente, por meio da circulação massiva de avaliações negativas que impactam a recepção pública dessas mulheres e sua inserção em mercados historicamente racializados, como o da publicidade e da indústria cosmética.

Almeida (2018) também discute o racismo cultural epistêmico e interseccional. O primeiro, o epistêmico, se manifesta por meio da estereotipação e marginalização de alguns grupos étnicos com base na sua cultura, podendo se apresentar em relação à produção de conhecimento, deslegitimando aquele construído pelas comunidades racializadas e que considera apenas o conhecimento e a produção dele em uma perspectiva eurocentrada. O interseccional se entrelaça com outras formas de opressão, como sexismo, classicismo, homofobia, etc., ou seja, algumas pessoas podem experimentar múltiplas formas de discriminação com base em sua raça, gênero, classe social e outras identidades. Este se aproxima muito da forma como se manifesta nos recortes discursivos da nossa análise, o racismo contra mulheres negras.

O referido autor ainda defende que é um processo social e que para coibir é necessária uma profunda reflexão sobre mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas, ou seja, apesar de expressar desigualdade em diversos aspectos, inclusive jurídico, ser estrutural não significa dizer que medidas antirracistas sejam inúteis, ou que indivíduos que cometam atos de racismo não devam ser responsabilizados individualmente, mas que a responsabilidade jurídica não é suficiente, pois levando em consideração o racismo enquanto processo histórico e político, cria condições sociais para que grupos racialmente identificados sofram discriminações. Em outras palavras, o fato de o racismo ser estrutural não isenta o indivíduo que pratica atos racistas.

Existem outras concepções de racismo. Moreira (2018), por exemplo, nos traz o conceito de racismo aversivo e racismo simbólico, que consistem respectivamente em uma forma de preconceito que se manifesta através de atitudes sutis e persistentes, nas quais a hostilidade não é explicitamente declarada, mas se revela em comportamentos e atitudes que evitam ou minimizam o contato com pessoas negras. Pessoas que praticam racismo aversivo frequentemente demonstram cordialidade superficial em interações com minorias raciais, mas essa cordialidade é apenas um reflexo de normas sociais ou convenções, não de um verdadeiro desejo de conexão ou igualdade. O comportamento dos racistas aversivos é caracterizado por um distanciamento social disfarçado de simpatia, em que as interações são realizadas de forma

circunstancial, em vez de serem genuinamente inclusivas ou espontâneas. Esse tipo de racismo mascara o preconceito através da polidez, tornando-o mais difícil de identificar e confrontar, enquanto perpetua a segregação e a desigualdade social de maneira mais dissimulada.

A outra forma de manifestação, chamada de racismo simbólico, equivale a representações culturais que moldam a maneira como as minorias raciais são vistas e tratadas na sociedade. Essas construções culturais influenciam não apenas as ações individuais dos membros do grupo racial dominante, mas também as políticas e práticas institucionais. Através de estereótipos e narrativas preconceituosas presentes na mídia, na educação e em outros espaços culturais, o racismo simbólico reforça e legitima a desigualdade racial.

Assim, as representações negativas ou distorcidas das minorias raciais servem como base para a perpetuação de discriminação e exclusão, impactando diretamente tanto o comportamento cotidiano das pessoas quanto as decisões tomadas por instituições. É uma maneira de se manter no lugar de poder, narrar sempre pessoas negras em lugar de desprestígio, fazendo recortes históricos e sociais, como por exemplo contar a história do negro no contexto da escravização, ou nas representações cinematográficas em lugares subalternos.

> Os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território. Os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando. Quando se colocam em posição de igualdade, são percebidos como concorrentes [...] (Bento, 2022, p. 74).

Segundo Bento (2022), a presença de negros em espaços socialmente valorizados e relacionados ao poder é muitas vezes interpretada como uma transgressão às normas estabelecidas pela sociedade branca. Ao ocuparem lugares que são historicamente reservados para indivíduos brancos — especialmente aqueles de prestígio, influência e autoridade —, os negros são percebidos como “invasores”, deslocando-se para territórios que são considerados exclusivos de determinadas classes sociais. Nesse contexto, quando os negros buscam se posicionar em pé de igualdade com os brancos, não são apenas vistos como iguais, mas como concorrentes diretos aos privilégios e ao *status* que, na visão de muitos, deveriam ser exclusivos de grupos dominantes. Esse fenômeno evidencia a forma como as dinâmicas de poder racial são sustentadas e reforçadas por meio de percepções sociais que associam a presença negra nesses espaços a uma ameaça à ordem estabelecida.

Esse comportamento se confirma nos discursos de alunos brancos que ficaram preocupados com o advento das cotas, pois afirmavam que suas chances seriam diminuídas, pois cinquenta por cento das vagas são reservadas para pessoas não brancas.

O debate sobre a implementação de políticas de ações afirmativas no Brasil, especialmente as cotas raciais nas universidades, foi marcado por intensos confrontos de ideias, em que questões de justiça social e igualdade de oportunidades se entrelaçam com resistências históricas. A proposta de cotas foi vista por muitos como uma medida necessária para corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de grupos marginalizados, como a população negra.

No entanto, a resistência a essa política evidenciou o quanto o conceito de "meritocracia" está enraizado na sociedade, especialmente entre os grupos dominantes. Como aponta Ribeiro (2019), um dos principais argumentos contrários às cotas era a ideia de que "as pessoas negras vão roubar a minha vaga", o que revela como os espaços de prestígio, como as universidades públicas, eram, e em alguns casos ainda são percebidos como um direito exclusivo das pessoas brancas, como afirma Ribeiro:

> O caso das cotas raciais é notável. Na época em que o debate sobre ações afirmativas estava acalorado, um dos principais argumentos contrários à implementação de cotas raciais nas universidades era 'as pessoas negras vão roubar a minha vaga'. Por trás dessa frase está o fato de que pessoas brancas viam as vagas em universidades públicas como suas por direito (Ribeiro, 2019, p. 45).

O argumento de que "as pessoas negras vão roubar a minha vaga" expõe não apenas uma visão distorcida e egoísta da meritocracia, mas também uma resistência profunda à ideia de que a distribuição de oportunidades deve ser revisitada à luz das desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira. Ao associar as cotas raciais a uma ameaça direta às suas posições, os opositores das políticas afirmativas ignoram o fato de que, ao longo de décadas, o acesso à educação superior foi, de fato, restrito e seletivo, favorecendo majoritariamente a população branca. Esse discurso de "roubo de vaga" não apenas desconsidera a histórica sub-representação negra nas universidades, mas também manifesta uma visão de exclusão, onde a presença do negro em espaços de prestígio é vista como uma invasão, ao invés de ser reconhecida como uma medida de reparação social.

Entender melhor esses processos jurídicos, econômicos, históricos e políticos acerca do racismo e suas concepções nos permite compreender que não basta não ser racista, é preciso ser antirracista, combater atitudes racistas. Para Ribeiro (2018), o racismo

> [...] é um sistema de opressão que visa negar direitos a um grupo, que cria uma ideologia de opressão a ele. Portanto, fingir-se de bom moço e não ouvir o que as mulheres negras estão dizendo para corroborar com o lugar que o racismo e o machismo criaram para a mulher negra é ser racista (p. 39).

O racismo não é apenas um problema moral, mas também um obstáculo ao desenvolvimento social e econômico. A discriminação racial impede que indivíduos e comunidades alcancem seu pleno potencial, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Portanto, combater o racismo é essencial para construir uma sociedade mais justa e equitativa.

Socialmente, podemos perceber que, no Brasil, pessoas negras podem ser vistas de forma massiva em alguns ambientes, cargos, espaços, e em outros essa presença é rara. Os lugares majoritariamente ocupados por pessoas negras são lugares de servidão e de pouco prestígio social, que exigem baixa escolaridade e que remuneram de maneira insuficiente pelo trabalho prestado.

A questão é que, apesar de termos há um pouco mais de uma década em vigor a lei de cotas para o ingresso no ensino superior, ainda que, segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), esse ingresso tenha aumentado 167% em dez anos, é difícil encontrar pessoas negras ocupando cargos de estima social, mesmo porque os alunos cotistas entram mais em cursos de licenciatura, que também não têm valorização financeira. Essa é uma herança colonial, na qual se pretende perpetuar a condição da pessoa negra na mesma condição econômica em que a Lei Áurea a deixou: sem moradia, emprego, saúde e educação.

Essa condição é repetida desde então e se cria uma naturalização desse comportamento, ou seja, quando uma pessoa negra é vista em lugar de liderança ou com poder aquisitivo alto ou uma pessoa branca sem muita escolaridade, executando trabalhos domésticos, até mesmo em situação de rua, causa um estranhamento que não aconteceria se fosse o contrário. Faz-se necessário que compreendamos os motivos do estranhamento e/ou da naturalização, isto é, entender por que as pessoas não-brancas têm menos escolaridade e consequentemente salários mais baixos. Conforme Santos (2000):

> Ser negro no Brasil é, pois, com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá embaixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta. Logo, tanto é incômodo haver permanecido na base da pirâmide social quanto haver "subido na vida". Pode-se dizer, como fazem os que se deliciam com jogos de palavras, que aqui não há racismo (à moda sul-africana ou americana) ou preconceito ou discriminação, mas não se pode esconder que há diferenças sociais e econômicas estruturais e seculares, para as quais não se buscam remédios. A naturalidade com que os responsáveis encaram tais situações é indecente, mas raramente é adjetivada dessa maneira. Trata-se, na realidade, de uma forma do apartheid à brasileira, contra a qual é urgente reagir se realmente desejamos integrar a sociedade brasileira de modo que, num futuro próximo, ser negro no Brasil seja, também, ser plenamente brasileiro no Brasil (Santos, 2000).

Segundo o que Fairclough (2016) argumenta, as ideologias dominantes são frequentemente invisibilizadas ou apresentadas como "neutras" e "naturais" nos discursos, o

que oculta as relações de poder subjacentes. Essas ideologias podem ser disseminadas por instituições de poder, como governos, mídia, corporações e outras estruturas sociais. Essa "neutralidade" é evidenciada nos discursos de pessoas brancas, que sequer se racializam, pois partem do ponto em que a raça é um traço de diferença, logo, o não branco não é o "natural", e sim o diferente.

Porém, quando se trata da naturalização do racismo e da discriminação racial e partindo para a questão estética, podemos notar que ela também acontece, mas que os espaços de divulgação de cosméticos como maquiagem, cremes para pele e cabelo, esmalte, são ocupados majoritariamente por pessoas brancas e assim vinculadas ao modelo de ideal de beleza, logo gera um estranhamento quando se vê pessoas negras representando positivamente uma estética, um modelo. Por isso, buscamos alguns desses exemplos em páginas das redes sociais de ativismo e em páginas relacionadas à beleza e cosméticos, quando mulheres negras performam em redes sociais para expor um produto cosmético, de "beleza".

Ao observarmos como as ideologias dominantes se manifestam na estética e na representação midiática, percebemos que a ausência de pessoas negras nesses espaços não é casual, mas resultado de uma estrutura histórica de exclusão. A resistência a essa lógica, expressa nas redes sociais e em iniciativas que valorizam a estética negra, revela um movimento de reconfiguração simbólica e política desses discursos. É nesse cenário que a legislação ganha relevância, uma vez que busca transformar, no âmbito jurídico e institucional, o que os movimentos sociais e culturais já vêm denunciando e combatendo há décadas. Assim, o Estatuto da Igualdade Racial surge como um marco fundamental na tentativa de converter essas reivindicações em políticas concretas de equidade.

Ainda que os dispositivos legais tenham contribuído para a formalização de garantias e a criminalização de práticas discriminatórias, sua eficácia plena esbarra em entraves de ordem estrutural, cultural e institucional. A persistência de situações de violência simbólica, desigualdade de acesso a direitos básicos e representatividade limitada demonstra que a aplicação das normas jurídicas, por si só, não é suficiente para assegurar o pleno exercício da cidadania por parte dos grupos historicamente marginalizados. Assim, a mobilização social cumpre um papel estratégico na ampliação da consciência coletiva e na construção de mecanismos mais efetivos de equidade.

Por outro lado, algo positivo que as leis permitiram é o fato de podermos falar mais sobre o tema do racismo, de denunciar os crimes cometidos dentro e fora da internet, de debater dentro das salas de aula da educação básica, embora algumas vezes de forma não tão aberta por medo de retaliações da comunidade escolar como um todo, mas a discussão tem acontecido.

Uma prova disso é a existência de milhares de trabalhos acadêmicos encontrados nos repositórios e descritos a seguir.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o avanço das legislações e o aumento dos debates públicos representam conquistas significativas no enfrentamento ao racismo, ainda é necessário que essas iniciativas se traduzam em práticas transformadoras no cotidiano social. A conscientização gerada pelas discussões acadêmicas e pelas denúncias contribui para a formação de uma cultura crítica, que reconhece as desigualdades e busca superá-las. Contudo, a efetivação dessa mudança demanda mais do que reconhecimento: exige engajamento, responsabilidade coletiva e atitudes concretas. É nesse ponto que o conceito de ser antirracista ganha centralidade, indo além do discurso e exigindo ação.

Nesse contexto, ser antirracista não se limita a evitar atitudes discriminatórias, mas exige uma postura ativa de combate ao racismo, desafiando e desconstruindo as ideologias que perpetuam a exclusão. O ato de se omitir ou ignorar as demandas das mulheres negras, por exemplo, reflete uma forma insidiosa de racismo que não apenas perpetua a desigualdade, mas também reforça as estruturas de opressão que essas mulheres enfrentam cotidianamente.

O racismo, portanto, é uma barreira estrutural que impacta diretamente o desenvolvimento social e econômico de um país. A discriminação racial cria um ciclo de exclusão e pobreza, impedindo que indivíduos e comunidades raciais marginalizadas alcancem seu pleno potencial. Ao excluir grandes parcelas da população do acesso igualitário às oportunidades, o racismo não só perpetua a desigualdade, mas também limita o crescimento e o bem-estar coletivo. Assim, combater o racismo torna-se fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e capaz de oferecer oportunidades equitativas para todos.

Ser antirracista (ismo) inclui não silenciar frente a uma situação em que o racismo seja detectado, ser antirracista é detectar e silenciar/combater essas práticas. Quando alguém faz um comentário racista, ela não está fazendo uso da sua liberdade de expressão, não está emitindo sua opinião, está oprimindo uma minoria racial. Sobre isso, Ribeiro (2018) afirma que:

> Ideias racistas devem ser combatidas, e não relativizadas e entendidas como mera opinião, ideologia, imaginário, arte, ponto de vista diferente, divergência teórica. Ideias racistas devem ser reprimidas, e não elogiadas e justificadas. Não adianta dizer que HOJE tudo é racismo, mostrando uma explícita ignorância histórica (p. 39).

Por mais que defendam que alguns comentários sejam opiniões, pontos de vista divergentes, é importante ressaltar que o racismo vai muito além de ofensas mais escancaradas ou violência aos corpos, o racismo é um sistema que oprime e nega direitos às pessoas negras.

E, como afirma hooks (2013), em relação ao uso da língua dominante, limita, define e a torna uma arma capaz de envergonhar, humilhar e colonizar.

Os estudos de autoras como hooks (2013) e Ribeiro (2018), juntamente com os estudos linguísticos, permitem compreender que a linguagem é um instrumento de poder, capaz de violentar e silenciar corpos negros, mas também, por meio da qual é possível resistir e reexistir.

Analisar criticamente os discursos racistas nas redes sociais é, portanto, um ato político e epistemológico: trata-se de desvelar as estratégias discursivas que sustentam o racismo estrutural e de propor uma leitura antirracista da linguagem. Assim, o combate ao racismo, no campo discursivo, exige uma postura ativa de denúncia, desconstrução e ressignificação — especialmente em ambientes digitais, onde o discurso racista se reinventa, mas também pode ser contestado e transformado.

Ribeiro (2018), em um de seus artigos, afirma: "Racismo é um sistema de opressão e, para haver racismo, deve haver relações de poder. Negros não possuem poder institucional para serem racistas. A população negra sofre um histórico de opressão e violência que a exclui" (Ribeiro, 2018, p. 41), isto é, se o racismo parte de uma relação de poder, basta refletir sobre quem sempre esteve no poder, inclusive jurídico, que por sua vez retroalimenta essa lógica. Logo, essas questões precisam ser mais debatidas no âmbito jurídico/legal, pois tratam de violações de direitos e que ferem os princípios da constituição.

Além disso, é indispensável formar um corpo jurídico antirracista e enegrecido que quebre os paradigmas excludentes e que reforçam estereótipos, a fim de que se diminua a desigualdade racial, social e de gênero, visto que:

> Com base no racismo, grupos são escolhidos para morrer a partir de um discurso do Estado que os define como ameaça, justificando o seu extermínio para assegurar a ordem e a segurança. Trata-se de um fenômeno político nacionalista e 'patriótico', fazendo um apelo aos chamados valores tradicionais (Bento, 2022, p. 54).

O racismo estrutural frequentemente se manifesta através de discursos estatais que rotulam certos grupos como ameaças à hegemonia, legitimando assim seu extermínio ou marginalização. Esse processo é sustentado por um discurso político que se apoia em valores nacionalistas e patrióticos, manipulando a ideia de "valores tradicionais" para justificar práticas de violência e exclusão. Dessa forma, a construção e manutenção de uma ordem social opressiva são disfarçadas de preservação da segurança e da identidade nacional, ressaltando a necessidade urgente de desafiar essas narrativas para promover uma sociedade mais justa.

Assim, superar o racismo exige um compromisso contínuo com a transformação das estruturas de poder e a revisão crítica das representações e práticas sociais, sejam elas

discursivas ou institucionais. As teorias de racismo estrutural, institucional e simbólico nos fornecem a base para compreender a complexidade e a persistência dessas desigualdades. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária, portanto, passa pela compreensão crítica do racismo e pela ação contínua na promoção de práticas antirracistas, capazes de transformar as condições históricas e sociais que sustentam as desigualdades raciais.

A recorrência de comentários que minimizam ou justificam práticas racistas permite compreender que o racismo, conforme apontado por hooks (2013), não se limita a agressões explícitas ou à violência física, mas se manifesta de forma sistemática por meio da linguagem. No *corpus* analisado, a língua dominante funciona como instrumento de poder ao envergonhar, deslegitimar e silenciar mulheres negras que ocupam espaços de visibilidade associados à beleza e à estética. Avaliações negativas reiteradas sobre seus corpos e aparências produzem efeitos simbólicos que reforçam a exclusão e a hierarquização racial.

A articulação entre os estudos antirracistas e a Análise Crítica do Discurso permite compreender que os comentários do *Instagram* não são discursos isolados, mas práticas discursivas inseridas em relações assimétricas de poder. Ao afirmarem que determinadas mulheres negras "não representam a beleza", "não deveriam estar ali" ou "não se enquadram no padrão", os discursos analisados atualizam um sistema de opressão que nega reconhecimento social e legitima a exclusão simbólica. Assim, a linguagem atua simultaneamente como meio de dominação e como espaço de disputa, no qual sentidos hegemônicos podem ser questionados.

A compreensão do racismo como sistema de opressão fundamentado em relações de poder, conforme destaca Ribeiro (2018), ajuda a interpretar os dados desta pesquisa. Nos comentários analisados, observa-se que o exercício do racismo não depende exclusivamente de poder institucional formal, mas se manifesta simbolicamente por meio da produção massiva de discursos que inferiorizam mulheres negras. Essa dimensão simbólica do poder é particularmente relevante em ambientes digitais, nos quais a circulação e a repetição de discursos racistas produzem efeitos sociais concretos, mesmo na ausência de coerção jurídica direta.

Ainda que o *corpus* desta pesquisa se concentre em comentários de internautas, e não em discursos estatais, as análises dialogam com a reflexão de Bento (2022) ao evidenciar como determinadas narrativas contribuem para a construção de grupos racializados como indesejáveis, inadequados ou ameaçadores à ordem simbólica. Nos comentários dirigidos às mulheres negras, a deslegitimação de seus corpos e de sua presença em campanhas publicitárias

reproduz, em escala microdiscursiva, lógicas mais amplas de exclusão que atravessam as instituições e o imaginário social.

Dessa forma, a análise crítica dos discursos racistas nas redes sociais, longe de se configurar como um posicionamento normativo, constitui um procedimento epistemológico fundamental para desvelar os mecanismos linguísticos e ideológicos que sustentam o racismo estrutural. Ao articular as teorias de racismo estrutural, institucional e simbólico com a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Sistêmico-Funcional, esta pesquisa busca evidenciar como a violência simbólica contra mulheres negras é produzida, naturalizada e legitimada nos comentários do *Instagram*, ao mesmo tempo em que identifica possibilidades de resistência e contestação discursiva nesses espaços.

4.2 O racismo contra mulheres materializado no *Instagram*

A internet é um espaço que possibilita desenvolver trabalhos de diversas naturezas, aprendizagem, pesquisas em vários níveis, publicação de produtos, trabalhos acadêmicos, propagandas, interação social, ou seja, é um espaço democrático e que todas as pessoas têm o direito de acessar.

Porém, alguns usuários operacionalizam as ferramentas das plataformas como meios de produção discursiva de ódio e preconceito por meio da linguagem. As condições específicas desse espaço interacional contribuem para a emergência de discursos que, em contextos face a face, possivelmente não seriam discursos com a mesma frequência ou intensidade.

No início da consolidação do debate jurídico sobre práticas racistas em ambientes digitais, Melo (2010) propôs a noção de "crime eletrônico de racismo" para designar o uso de recursos da internet na prática, indução ou incitação à discriminação racial, a partir da aplicação da Lei nº 7.716/1989 ao espaço virtual. Trata-se de uma formulação situada historicamente, que buscava responder às primeiras manifestações sistemáticas de discursos racistas na rede, em um contexto anterior à centralidade contemporânea das plataformas digitais e das redes sociais.

> [...] racismo na internet configura-se como utilização de recursos da rede para a publicação de teorias e concepções que atribuem em termos de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional o fundamento para a discriminação e o preconceito. Portanto, crime eletrônico de racismo é praticar, induzir, e incitar o racismo em publicação de qualquer natureza que promova o preconceito e a discriminação nos termos da lei utilizando-se das redes de computadores e seus recursos (Melo, 2010, p. 87).

Embora Melo (2010) ofereça uma importante reflexão histórica sobre a configuração de "racismo eletrônico" à luz da Lei nº 7.716/1989, a legislação brasileira ainda não conta com

uma tipificação penal específica para crimes raciais exclusivamente no ambiente digital. Projetos de lei em tramitação visam a essa atualização, mas não foram aprovados até o momento. Entretanto, decisões jurisprudenciais recentes reforçam a responsabilização de plataformas pela veiculação de conteúdos racistas, o que evidencia um movimento jurídico contemporâneo de enfrentamento ao problema.

Assim, evidencia-se que o racismo, ao se manifestar no ambiente digital, adquire novas configurações discursivas sem, contudo, perder seu caráter estruturalmente excludente. A internet, compreendida como espaço de interação social e de produção de sentidos, torna-se um meio propício à reprodução de ideologias racistas que, sob o amparo da aparente liberdade de expressão, disseminam discursos de ódio. A definição do racismo na internet como crime eletrônico, portanto, reforça a importância de reconhecer o ciberespaço como um território simbólico onde relações de poder e desigualdade se materializam linguisticamente.

Nessa perspectiva, a compreensão do racismo digital ultrapassa a dimensão legal e alcança a esfera ideológica, na medida em que o discurso racista — especialmente o racismo estético dirigido à mulher negra — atua como mecanismo de manutenção de hierarquias sociais e estéticas. O corpo negro feminino, historicamente marcado por estigmas e estereótipos, torna-se alvo de práticas discursivas que reiteram padrões de beleza eurocêntricos e de inferiorização racial. Assim, o fenômeno do racismo na internet deve ser analisado não apenas como uma violação ética ou jurídica, mas como um processo discursivo que reflete e reforça as estruturas de dominação presentes na sociedade.

Dessa forma, o racismo digital se insere em um conjunto mais amplo de questões éticas e legais presentes na internet. Assim como outras práticas ilícitas e moralmente reprováveis — como plágio, fraudes, invasões de privacidade e disseminação de conteúdos prejudiciais —, o discurso racista se vale das mesmas estruturas digitais para se propagar. A rede, portanto, funciona simultaneamente como espaço de inovação comunicativa e como ambiente suscetível a condutas que reproduzem desigualdades e violências sociais, evidenciando que os problemas éticos na internet vão muito além do âmbito jurídico e atingem a esfera social e cultural.

Há problemas de ética na internet desde o seu nascedouro. Há crimes como plágio, fraudes financeiras, saques de contas bancárias, clonagens de cartões de crédito, roubo de informações pessoais sigilosas, exposição e compartilhamento de imagens íntimas de outras pessoas, injúrias, disseminação do ódio decorrentes de preconceitos naturalizados sobre diversas minorias sociais, entre outros.

O *Instagram*, como plataforma de rede social focada em imagens, vídeos curtos e interações por “likes”, comentários e compartilhamentos, configura-se como uma arena pública

(embora mediada) de produção e circulação de discursos — inclusive de beleza, estética, corporalidade, identidade e raça. Como rede social, ele possui características que influenciam a dinâmica discursiva: o predomínio da imagem sobre o texto, o valor simbólico do engajamento (número de seguidores, de curtidas/comentários), a possibilidade de anonimato parcial ou pseudoanonimato nos comentários, o algoritmo que modula visibilidade e a exposição de pessoas que se posicionam como "influencers" ou protagonistas estéticas.

A moderação e os algoritmos da plataforma também são questionados quanto a vieses raciais: por exemplo, no Brasil foi demonstrado que termos como "negra", "mulher negra", "beleza negra" em pesquisas do *Instagram* são associados pela plataforma à categoria "venda de drogas" — uma clara evidência de racismo algorítmico que marca a visibilidade das mulheres negras e de sua estética.

Portanto, o *Instagram* não é neutro nem "apenas tecnológico", mas sim um espaço de disputa discursiva e de reprodução (e resistência) de racismo estrutural.

No ambiente digital, e no *Instagram* em particular, as mulheres negras podem estar sujeitas a diferentes formas de violência discursiva e simbólica, que se manifestam em comentários, "trollagens", microagressões, exclusão algorítmica, etc. Exemplos incluem: comentários depreciativos sobre traços fenotípicos (pele, lábios, cabelo), reforço de estereótipos negativos (por exemplo: "grosseira", "barraqueira", "raivosa", "não é bonita"), apropriação estética sem reconhecimento ou reconhecimento com desvalorização, ou ainda invisibilização de estéticas negras.

Além disso, o conceito de "racismo estético" tem sido explorado no Brasil para dar conta de como a aparência física, e suas correspondências com traços fenotípicos negros, se tornam critérios de discriminação. Como assinala Ferreira (2020): "esta expressão designa uma série de práticas discriminatórias baseada na utilização da aparência como critério e procedimento que afeta de forma negativa, especialmente, as mulheres negras, por causa do seu fenótipo".

Nesse sentido, a violência simbólica traduz-se também no que se "espera" e "não se espera" de um corpo negro, de uma estética negra — e quando esse corpo aparece em um lugar de visibilidade (como uma postagem de beleza no *Instagram*), existe tensão entre autoafirmação estética e ataques depreciativos ou desvalorizações.

Quando as mulheres negras protagonizam postagens no *Instagram* vinculadas à estética, beleza ou corporalidade (por exemplo, selfies, vídeos de cabelo, maquiagem, moda), há a convergência de três eixos: (1) visibilidade ampliada (graças ao formato da plataforma), (2) risco de exposição a comentários e práticas de racismo estético, e (3) mediação por algoritmos que nem sempre favorecem corpos não normativos.

Na esteira desse cenário, podemos destacar vários aspectos:

Figura 6 — Racismo estético.



Fonte: @maccosmetics (Disponível em: https://www.instagram.com/maccosmetics. Acesso em: jun. 2019).

A mulher negra como alvo de comentários racistas ou estético-racistas: por exemplo, em fevereiro de 2016, uma imagem de close nos lábios de uma modelo negra postada pela marca M.A.C. foi invadida por comentários com expressões racistas ("*Ew nigga*", "*nigga lips*", "*fish lips*").

Esses elementos permitem afirmar que o *Instagram* é uma arena privilegiada para observar o racismo estético: um corpo negro que ocupa visibilidade, especialmente em contexto de estética/beleza, se torna simultaneamente objeto de apropriação e de ataque simbólico, e o comentário/engajamento torna-se uma forma de prática discursiva racista.

Ao mobilizar a ACD, o foco estará em como as interações no *Instagram*, visibilidade, comentários, tensões estéticas, aprovação ou reprovação expressam e reproduzem relações de poder racializadas: quem pode ser "belo", quem é "desvalorizado", quais corpos são invisibilizados, quais traços fenotípicos são alvo de ataques ou apropriações. A linguística sistêmico-funcional contribui ao permitir descrever como os comentários funcionam discursivamente: como realizam uma função ideacional (o conteúdo sobre o corpo negro), uma função interpessoal (como se posiciona o comentarista — aprovador, desqualificador, racista) e uma função textual (como se organiza o comentário em relação à imagem-postagem, ao feed, aos "likes"). Isso permite uma análise sistemática e crítica dos dados do *corpus*.

Nesse sentido, é possível evidenciar que a linguagem é um instrumento pelo qual se pode estabelecer relações de poder e, através delas, se construir e perpetuar as desigualdades sociais. Por isso, a analista do discurso se preocupa em observar como ocorre esse tipo de

dominação: “[...] a linguagem é um meio de dominação e de força social, servindo para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente” (Pedrosa, 2008, p. 117).

O racismo estético pode ser compreendido como uma forma específica de discriminação racial que se manifesta na avaliação negativa de características fenotípicas associadas a pessoas negras — cor da pele, textura do cabelo, traços faciais, formato corporal — e que, no caso das mulheres, se entrelaça com o sexismo e com a normatividade de gênero (Ferreira, 2020; Castro; Miranda; Passos, 2022). Essa forma de racismo atua simbolicamente, mas com efeitos materiais e identitários profundos, já que a desvalorização estética compromete o reconhecimento social e o sentimento de pertencimento das mulheres negras (Gonzalez, 2020).

No ambiente do *Instagram*, o racismo estético ganha contornos específicos, uma vez que a plataforma privilegia a exposição visual e o consumo de imagens. A estrutura multimodal desse espaço reforça a centralidade da aparência como capital simbólico (Bourdieu, 2012), de modo que o corpo negro se torna objeto de julgamento público e, frequentemente, de desqualificação. Comentários depreciativos direcionados a mulheres negras que publicam conteúdos sobre beleza e autocuidado constituem práticas discursivas que reproduzem e legitimam hierarquias raciais. Tais comentários não são simples opiniões individuais, mas manifestações de ideologias racistas amplamente disseminadas na sociedade.

Nesta investigação, a categoria Poder manifesta-se na tentativa de regular quem pode ocupar legitimamente espaços de visibilidade estética, bem como no direito simbólico de julgar, desqualificar ou silenciar corpos negros. A Ideologia opera na naturalização de padrões eurocentrados de beleza, apresentados como universais, neutros ou preferenciais. A Hegemonia evidencia-se na recorrência desses padrões e na deslegitimação de discursos antirracistas, frequentemente classificados como “exagero” ou “vitimismo”. A Interdiscursividade conecta os comentários contemporâneos a discursos históricos sobre branquitude, feiura, animalização e inferiorização racial. Já a Reificação/Naturalização atua quando avaliações racistas são formuladas como “opinião pessoal”, “gosto” ou “liberdade de expressão”. Por fim, o Metadiscurso aparece quando os sujeitos se justificam, negam o racismo ou afirmam neutralidade, enquanto as Práticas Discursivas revelam como essas avaliações se estabilizam na circulação, no engajamento e na repetição dos comentários. A análise preliminar dos comentários que compõem o *corpus* desta pesquisa evidencia a recorrência de padrões discursivos que materializam o racismo estético dirigido às mulheres negras no *Instagram*. Tais padrões não se apresentam como manifestações isoladas de preconceito individual, mas como práticas discursivas sistemáticas, ancoradas em ideologias raciais historicamente constituídas e atualizadas no ambiente digital.

A categoria Poder manifesta-se nos comentários que reivindicam para si o direito de julgar, desqualificar e hierarquizar a estética feminina negra, especialmente quando esta ocupa espaços de visibilidade social, como concursos de beleza. Observa-se uma tentativa de regular simbolicamente quem pode ser reconhecida como "bela" ou "legítima" nesses espaços:

"Sério que essa é a miss. São Paulo pede socorro KD as mulheres bonitas??".

"Miss São Paulo? Feipacarai 😂😂😂".

"Não é bonita pra isso não, não entendi os critérios de escolha".

Esses discursos operam uma forma de controle simbólico, na medida em que questionam a legitimidade da mulher negra em ocupar um lugar historicamente associado à branquitude, reafirmando relações de poder racializadas no campo da estética.

A Ideologia atua na construção de um padrão estético apresentado como neutro, universal ou "natural", a partir do qual corpos negros são avaliados negativamente, a exemplo das seguintes afirmações:

"O problema não é ser negra, é ser menos bonita que as outras competidoras".

"Não é racismo, só tinha mulheres mais bonitas".

"Não é questão de racismo, a questão é que ela não tem beleza pra ser miss".

Comentários como estes revelam a naturalização de critérios de beleza eurocentrados, que funcionam como parâmetro implícito de comparação. O apagamento da dimensão racial nesses discursos contribui para a reprodução ideológica do racismo, ao deslocar a desigualdade para o plano da "opinião" ou do "gosto pessoal".

A Hegemonia se evidencia na recorrente desqualificação de discursos antirracistas, frequentemente enquadrados como exagero, vitimismo ou tentativa de "lacração":

"Só quer lacrar, nada mais que isso".

"Vamos parar de mimimi falar que tudo é racismo".

"Já cai na página do vitimismo. Aí desanima".

Esses comentários contribuem para a manutenção de uma ordem discursiva hegemônica ao desautorizar a denúncia do racismo, reforçando a ideia de que o problema não reside nas estruturas sociais, mas na reação daqueles que sofrem a discriminação.

A categoria Reificação/Naturalização manifesta-se de forma particularmente recorrente no *corpus*, quando o racismo é negado ou minimizado por meio da afirmação de neutralidade discursiva:

"Só é feia mesmo. Nada de racismo".

"Pronto, por não concordarem agora viramos racistas?".

"Acho que não é ódio, é a dúvida sobre os critérios".

Nesses casos, o discurso racista é apresentado como uma avaliação objetiva ou racional, tornando invisíveis as relações de poder que estruturam os julgamentos estéticos e reforçando a ideologia da meritocracia estética.

A Interdiscursividade pode ser observada na retomada de discursos históricos sobre cor da pele, mestiçagem e hierarquização racial, agora reatualizados no ambiente digital:

"Tem preto que é mais preto do que preto 😂😂😂".

"Tem nego que chega a ser azul de preto".

"Negar que não tem ascendentes brancos […] também é racismo".

Esses discursos dialogam com o racismo científico e o mito da mestiçagem, atualizando antigas hierarquias raciais sob a forma de humor, ironia ou pseudoargumentação.

A categoria Metadiscurso aparece quando os próprios comentaristas se antecipam à acusação de racismo e constroem estratégias de autojustificação:

"Não é racismo…".

"O problema não é ser negra…".

"Não é ódio…".

Essas marcas metadiscursivas funcionam como tentativas de legitimação do discurso, ao mesmo tempo em que reforçam a naturalização do discurso racista e deslocam a responsabilidade para a interpretação do outro.

Esses comentários, ao circularem amplamente no *Instagram*, configuram-se como práticas discursivas que articulam texto, imagem, engajamento e algoritmos, contribuindo para a reprodução do racismo estético. A repetição de avaliações negativas, a legitimação por curtidas e a visibilidade ampliada conferida pela plataforma reforçam a estabilização desses sentidos no espaço digital.

Dessa forma, os recortes analisados demonstram que o racismo estético no *Instagram* não se manifesta apenas por insultos explícitos, mas por meio de estratégias discursivas sutis, ancoradas na naturalização de padrões eurocentrados, na deslegitimação da crítica e na hierarquização simbólica dos corpos.

Sob a ótica da ACD, esses discursos funcionam como materializações de ideologias que sustentam a hegemonia da branquitude. A ideologia se manifesta na linguagem quando certas representações são naturalizadas e passam a ser vistas como universais ou neutras. Assim, a ideia de que a pele clara, o cabelo liso e os traços finos constituem o padrão "natural" de beleza é um exemplo de ideologia estética racializada. Nos comentários analisados em contextos semelhantes, observa-se a recorrência de adjetivos avaliativos de forma depreciativa para se

referir às características fenotípicas de mulheres negras. Esses adjetivos, aparentemente inofensivos, funcionam como mecanismos discursivos de exclusão e inferiorização.

Essa dinâmica demonstra como a linguagem cotidiana — especialmente em ambientes digitais — se torna um instrumento de manutenção do racismo estrutural. O discurso, nesse sentido, é performativo: ele não apenas descreve a realidade, mas contribui para (re)produzi-la. As mulheres negras, ao ocuparem espaços de visibilidade estética no *Instagram*, desafiam as fronteiras do discurso hegemônico; entretanto, o enfrentamento da hegemonia branca gera reações que buscam reestabelecer o equilíbrio simbólico por meio da desqualificação discursiva. Assim, o racismo estético se configura como um mecanismo de regulação do corpo e da subjetividade negra, sustentado pela linguagem e pelos modos de interação próprios das redes sociais.

As violências discursivas direcionadas a mulheres negras no *Instagram* constituem um dos fenômenos mais expressivos do racismo contemporâneo, na medida em que operam sob a aparência de normalidade e humor, ocultando suas bases ideológicas. A violência simbólica, conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu (2012), refere-se à imposição de significados e valores de um grupo dominante sobre outro, de forma que a dominação é aceita como legítima. No caso do racismo estético, a violência simbólica se manifesta quando o padrão branco de beleza é naturalizado como ideal universal, e esperam que as mulheres negras internalizam esse padrão, reproduzindo-o como horizonte de pertencimento e reconhecimento social.

Além da violência verbal explícita, há formas mais sutis de agressão discursiva, como o silêncio, a omissão de reconhecimento e a ausência de engajamento em postagens de mulheres negras. Essa invisibilidade discursiva também é uma forma de violência simbólica, pois reforça a ideia de que determinados corpos não são dignos de admiração ou destaque. A hegemonia estética, portanto, se sustenta tanto na presença de discursos discriminatórios quanto na ausência de discursos afirmativos. Conforme Bento (2002), a ideologia da branquitude atua como matriz simbólica que define o que é belo, desejável e aceitável, e essa matriz é perpetuada por práticas discursivas cotidianas, inclusive nas redes sociais digitais.

A compreensão do *Instagram* como um espaço discursivo é essencial para se entender as formas contemporâneas de produção e circulação de sentidos que envolvem raça, gênero e estética. Longe de ser apenas uma plataforma de entretenimento ou exposição pessoal, o *Instagram* se configura como uma arena social de disputa simbólica, na qual os sujeitos constroem identidades e negociam posições sociais por meio de práticas discursivas multimodais. Assim, a rede social em questão pode ser lida como um campo discursivo em que

diferentes forças ideológicas se confrontam, e a hegemonia estética da branquitude é constantemente reafirmada e, simultaneamente, contestada.

A plataforma opera segundo lógicas algorítmicas que participam da produção e regulação dos discursos, determinando o que se torna visível e o que é relegado à invisibilidade. Essa mediação tecnológica atua como um agente discursivo que não apenas organiza a circulação de sentidos, mas também reforça ideologias e hierarquias sociais (Noble, 2021). Em termos de poder simbólico (Bourdieu, 2012), o algoritmo pode ser compreendido como um dispositivo que naturaliza os padrões de beleza eurocêntricos e marginaliza corpos que destoam dessa norma. O resultado é a consolidação de uma estética hegemônica que privilegia determinados sujeitos — em especial, corpos femininos brancos — e silencia ou estigmatiza outros, como os corpos de mulheres negras.

Desse modo, a análise crítica dos discursos no *Instagram* requer compreender como essas três dimensões operam na construção das práticas racistas e sexistas que afetam as mulheres negras. A estética, nesse ambiente, deixa de ser apenas uma questão de gosto individual para se tornar um espaço de disputa ideológica e de exercício de poder. Como afirmam Resende e Ramalho (2017), o discurso não apenas reflete o mundo social, mas atua como instrumento de (re)produção e de transformação de ideologias. No caso do *Instagram*, essa relação é amplificada pela lógica da visibilidade e do engajamento, que condiciona a relevância discursiva ao capital simbólico dos sujeitos e à aderência aos padrões estéticos dominantes.

O racismo estético que atinge as mulheres negras nas redes sociais é sustentado por uma lógica de hegemonia da branquitude, conceito que se refere ao domínio simbólico exercido pelos valores, práticas e representações culturais eurocentradas. De acordo com o pensamento de Bento (2002) e Schucman (2012), a branquitude, como categoria crítica, não designa apenas um marcador racial, mas um sistema de poder que naturaliza a centralidade do branco e o coloca como parâmetro de humanidade, civilidade e beleza.

No contexto do *Instagram*, essa hegemonia se manifesta em múltiplos níveis. No nível macro, observa-se a predominância de influenciadores brancos nos algoritmos de recomendação, o que significa que os corpos e estéticas negras recebem menos visibilidade e engajamento. No nível meso, a própria dinâmica da interação digital reproduz padrões hegemônicos — o engajamento se concentra em postagens que aderem aos ideais da branquitude estética. E, no nível micro, o discurso dos usuários — expresso nos comentários e legendas — reitera tais valores por meio de julgamentos, comparações e representações estigmatizantes do corpo negro.

Fairclough (2016) afirma que o poder discursivo se exerce pela capacidade de definir o que é socialmente legítimo dizer e ver. No caso do *Instagram*, o poder simbólico opera na seleção e legitimação de determinados modos de ser, ao mesmo tempo em que desautoriza ou desvaloriza outros. A hegemonia da branquitude, portanto, não se impõe pela coerção, mas pelo consenso discursivo: pela aceitação generalizada de que certos corpos são "bonitos", "adequados" ou "profissionais", enquanto outros são "exóticos", "fora do padrão" ou "radicais".

Assim, o discurso digital atua como um campo de hegemonia em que ideologias dominantes se atualizam por meio de práticas comunicativas. O poder, portanto, é exercido não apenas por quem fala, mas pela própria estrutura discursiva que regula quem pode ser ouvido e de que maneira.

Apesar da força da hegemonia estética branca, o *Instagram* também se tornou um espaço de resistência e reconfiguração simbólica. A apropriação das redes sociais por mulheres negras para afirmar sua estética, identidade e subjetividade constitui o que bell hooks (2019b) chama de prática de insurgência estética — uma reinterpretação do corpo negro como locus de poder e não de subordinação. *Hashtags* como "#BelezaNegra", "#CabeloAfroÉLindo" e "#PelePretaSãoTonsDeBeleza" expressam a emergência de novos discursos que desafiam as normas hegemônicas e produzem contranarrativas sobre o belo.

O percurso teórico-analítico desenvolvido nesta seção possibilitou compreender as interações no *Instagram* como práticas simbólicas atravessadas por disputas de sentido, nas quais se atualizam hierarquias raciais e estéticas historicamente constituídas. As manifestações dirigidas a mulheres negras em contextos de visibilidade midiática não se configuram como discursos fortuitos ou desvios individuais, mas como efeitos de uma ordem discursiva que regula quem pode ser legitimamente reconhecido como belo, desejável ou digno de reconhecimento social. Nessa dinâmica, a linguagem atua como um mecanismo de regulação, operando tanto na produção de classificações e julgamentos quanto na legitimação de desigualdades apresentadas como naturais ou evidentes.

A articulação entre discurso, ideologia e poder evidenciou que os sentidos mobilizados nos comentários analisados se organizam a partir de referenciais normativos que privilegiam a branquitude como parâmetro estético universal, ao mesmo tempo em que desqualificam ou subordinam corpos e traços negros. Essas operações não dependem, necessariamente, de formulações explicitamente ofensivas, pois se sustentam também em estratégias de apagamento, ironização, relativização e negação, que contribuem para a manutenção de assimetrias raciais sob a aparência de neutralidade discursiva. Assim, o preconceito estético se

manifesta como uma forma eficaz de controle simbólico, justamente por sua capacidade de se infiltrar em discursos cotidianos aparentemente banais.

As categorias analíticas mobilizadas ao longo da seção mostraram-se fundamentais para tornar visíveis esses mecanismos. A noção de ideologia permitiu compreender como determinados sentidos se estabilizam e se apresentam como consensuais; o conceito de hegemonia esclareceu os processos de legitimação e recorrência desses sentidos; as práticas discursivas evidenciaram os modos de circulação, repetição e reforço dessas posições; enquanto a interdiscursividade revelou a articulação entre discursos atuais e matrizes históricas de racialização. Em conjunto, tais categorias possibilitam uma leitura crítica que ultrapassa a superfície textual e alcança os processos sociais que sustentam essas construções simbólicas.

Ao mesmo tempo, a análise aponta que o espaço digital não se reduz a um campo de reprodução da dominação. As formas de autoinscrição, afirmação estética e contestação empreendidas por mulheres negras introduzem deslocamentos na ordem discursiva vigente, tensionando padrões hegemônicos e produzindo outras possibilidades de significação. Essas práticas evidenciam o caráter contraditório do discurso, que, embora seja um instrumento de regulação social, também constitui um terreno estratégico para a emergência de sentidos dissidentes e para a reorganização das relações simbólicas.

Dessa maneira, compreender as interações discursivas em torno da estética da mulher negra nas redes sociais implica reconhecer o papel central da linguagem na sustentação das desigualdades, mas também na produção de fissuras capazes de desestabilizá-las. É a partir dessa perspectiva que a Análise Crítica do Discurso se afirma como um instrumental teórico-metodológico fundamental para investigar, problematizar e confrontar os modos contemporâneos de racialização, especialmente aqueles que se atualizam de forma difusa e cotidiana nos ambientes digitais.

4.3 Feminismo negro

A história do feminismo negro oferece lições cruciais sobre a importância de nomear e reconhecer as opressões como condição fundamental para combatê-las de forma efetiva. Ao compreender e articular as múltiplas formas de discriminação enfrentadas por mulheres negras, é possível avançar na luta pela igualdade e pela justiça social. Nesse sentido, reconhecer e nomear o racismo constitui a base de qualquer estratégia eficaz de resistência e transformação social. A análise crítica e o diálogo aberto sobre essas questões são, portanto, indispensáveis para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

> Devemos aprender com a história do feminismo negro, que nos ensina a importância de nomear as opressões, já que não podemos combater o que não tem nome. Dessa forma, reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo (Ribeiro, 2019, p. 21).

Por essa razão, é fundamental nomear, discutir e problematizar temas ainda socialmente sensíveis e que estão longe de serem pacíficos. Refletir sobre a intersecção entre gênero e raça, conforme propõe o feminismo negro, é essencial, uma vez que as dificuldades enfrentadas por mulheres negras são frequentemente negligenciadas por perspectivas feministas hegemônicas, que desconsideram as diferenças estruturais entre gênero, raça e classe. Conforme aponta hooks,

> [...] grande parte das ativistas feministas (a maioria, branca) tomou consciência da natureza da dominação masculina quando trabalhava em contextos anticlassista e antirracista, com homens que falavam para o mundo sobre a importância da liberdade enquanto subordinavam as mulheres de sua classe (hooks, 2019b, p. 19).

É nesse ponto que a contribuição de hooks (2019b) se torna particularmente elucidativa. Ao observar que muitas feministas brancas tomaram consciência da dominação masculina em contextos de luta anticlassista e antirracista, mas permaneceram coniventes com a subordinação das mulheres que são frequentemente racializadas, chama atenção para os limites de um feminismo que não confronta de maneira consistente as hierarquias raciais. Tal crítica tem implicações diretas para a compreensão da estética racializada, uma vez que os padrões de beleza hegemônicos, historicamente ancorados na branquitude, constituem uma das formas mais persistentes de regulação simbólica dos corpos femininos.

Assim, a reflexão proposta permite compreender como a dominação racial e de gênero se manifesta também no campo da aparência, da imagem e da representação estética. A exclusão de mulheres negras dos ideais normativos de beleza não é um fenômeno periférico, mas um mecanismo central de produção de desigualdades, que atua na deslegitimação simbólica desses corpos e na naturalização de sua marginalização. Ao articular gênero, raça e estética, o feminismo negro oferece, portanto, ferramentas analíticas fundamentais para a investigação de práticas discursivas que, ao desqualificar a presença de mulheres negras em espaços de visibilidade, como a publicidade de beleza, reiteram hierarquias raciais profundamente enraizadas.

O surgimento e a consolidação do feminismo negro configuram-se como uma resposta teórica e política às insuficiências históricas do feminismo hegemônico, cujas formulações, em grande medida, foram construídas a partir das experiências de mulheres brancas, majoritariamente de classes médias e inseridas em contextos ocidentais. Embora essas abordagens tenham desempenhado papel fundamental na problematização da dominação

patriarcal, seus pressupostos universalizantes mostraram-se limitados para dar conta das múltiplas formas de opressão que incidem sobre mulheres racializadas. Ao tomar a categoria "mulher" como homogênea, o feminismo branco frequentemente ocultou as desigualdades produzidas pela articulação entre gênero, raça e classe, contribuindo para a marginalização das vivências de mulheres negras nos próprios espaços de luta feminista.

Essa contradição revela a necessidade de uma análise mais crítica das dinâmicas de poder, demonstrando que a luta por justiça social não pode ser plenamente eficaz enquanto a opressão racial persistir. A consciência da opressão patriarcal, portanto, emergiu como uma questão central para essas ativistas, que passaram a compreender a importância de integrar a luta feminista a outros movimentos por justiça e igualdade.

Portanto, a opressão vivenciada por mulheres negras não pode ser compreendida apenas a partir da desigualdade de gênero, uma vez que seus corpos e subjetividades são atravessados por regimes raciais que produzem formas específicas de exclusão. Nesse sentido, o feminismo negro não constitui uma fragmentação do feminismo, mas uma ampliação crítica de seu escopo analítico e político.

Uma das principais contribuições do feminismo negro reside na denúncia da cegueira racial presente em vertentes feministas hegemônicas. Como argumenta hooks (2019b), muitas feministas brancas tomaram consciência da opressão de gênero em contextos de luta contra a exploração de classe ou o racismo, mas não estenderam essa crítica às hierarquias raciais que estruturavam suas próprias posições sociais. Essa contradição revela que a luta pela emancipação das mulheres, quando desarticulada da crítica ao racismo, tende a reproduzir desigualdades no interior do próprio movimento feminista, legitimando um modelo de mulher universal que, na prática, se aproxima da experiência branca.

Essa limitação torna-se particularmente evidente no campo da representação simbólica e da estética. Os padrões de beleza historicamente valorizados pelas sociedades ocidentais, e frequentemente naturalizados por discursos feministas hegemônicos, estão profundamente imbricados na lógica da branquitude, privilegiando corpos, traços e modos de aparência que excluem mulheres negras. Ao não problematizar de forma consistente a dimensão racial da estética, o feminismo branco acaba por desconsiderar uma das formas mais persistentes de violência simbólica sofrida por mulheres racializadas, a saber, a deslegitimação de seus corpos como belos, desejáveis ou dignos de visibilidade.

O feminismo negro, ao contrário, coloca a estética racializada no centro de sua crítica, compreendendo o corpo como um campo de disputa política. A partir dessa perspectiva, a exclusão de mulheres negras dos ideais normativos de beleza não é um fenômeno superficial

ou secundário, mas um mecanismo central de manutenção das hierarquias raciais e de gênero. Ao reivindicar o direito à autoimagem, à representação e à valorização estética, o feminismo negro evidencia como o racismo opera também no plano simbólico, afetando a constituição da subjetividade e a possibilidade de reconhecimento social das mulheres negras.

Além disso, o feminismo negro enfatiza a importância da nomeação das opressões como estratégia política fundamental. Ao explicitar o racismo, o sexismo e suas intersecções, esse movimento tenta romper com a naturalização das desigualdades e cria condições para a formulação de práticas de resistência mais eficazes. Tal gesto adquire especial relevância em contextos contemporâneos marcados pela circulação intensificada de discursos em ambientes digitais, nos quais a violência racial e de gênero se manifesta de forma reiterada, muitas vezes sob a aparência de opinião ou humor.

Esses padrões de opressão femininos frequentemente estão vinculados a exigências estéticas que ditam como as mulheres devem se parecer para serem aceitas e valorizadas. Incluem, por exemplo, a pressão para manter um corpo magro e esculpido, uma pele impecável, cabelos perfeitamente arrumados e seguir tendências de moda e beleza que muitas vezes são inatingíveis ou prejudiciais. Além disso, a ênfase em uma aparência jovem reforça a ideia de que nela reside o valor feminino. Essas imposições não apenas limitam a autoaceitação, como também perpetuam desigualdades, ao impor normas rígidas que desviam a atenção dos méritos e capacidades reais das mulheres. Assim, as mulheres são mais frequentemente julgadas por sua aparência do que por suas habilidades ou caráter.

> Desafiar o pensamento sexista em relação ao corpo da mulher foi uma das intervenções mais poderosas feitas pelo movimento feminista contemporâneo. Antes da libertação das mulheres, todas as mulheres, mais jovens ou mais velhas, foram socializadas pelo pensamento sexista para acreditar que nosso valor estava somente na imagem e em ser ou não notada como pessoa de boa aparência, principalmente por homens (hooks, 2019b, p. 57).

No entanto, o julgamento sobre a estética da mulher negra é ainda mais severo, pois os padrões de beleza predominantes têm como referência a estética europeia e, assim, a valorização de traços eurocêntricos é socialmente construída. Por isso, a análise do feminismo precisa ser interseccional: “[...] mulheres brancas são discriminadas por serem mulheres, mas privilegiadas estruturalmente por serem brancas” (Ribeiro, 2019, p. 34). A partir dessa perspectiva, torna-se evidente a necessidade de se considerar o feminismo negro, que problematiza a sobreposição de opressões por gênero e raça. Seguindo essa linha de pensamento:

> As mulheres negras do século XIX eram mais conscientes da opressão sexista do que qualquer outro grupo de mulheres na sociedade estadunidense jamais foi. Elas não somente eram o grupo de mulheres mais vitimizadas pela discriminação e opressão sexistas, como também eram tão sem poder que sua resistência raramente tomava forma de ação coletiva organizada. O movimento do século XIX pelo direito das mulheres poderia ter proporcionado um fórum para as mulheres negras abordarem suas queixas, mas o racismo das mulheres brancas barrou a participação delas por completo no movimento. Além disso, serviu como um lembrete sombrio de que o racismo precisava ser eliminado para que as mulheres negras pudessem ser reconhecidas como uma voz igual à das mulheres brancas na questão dos direitos das mulheres (hooks, 2020, p. 254-255).

A experiência histórica das mulheres negras nos Estados Unidos evidencia que as discussões sobre emancipação feminina foram atravessadas por desigualdades raciais. Embora essas mulheres estivessem diretamente expostas às formas de opressão de gênero, suas reivindicações encontraram barreiras dentro dos próprios espaços organizados de luta pelos direitos das mulheres. A exclusão de suas experiências nesses movimentos revelou que a categoria "mulher" não era compreendida de maneira universal, mas marcada por uma perspectiva centrada nas vivências das mulheres brancas. Nesse sentido, hooks (2020) demonstra que a superação das desigualdades de gênero exigia também o enfrentamento das estruturas raciais que determinavam quais sujeitos teriam suas vozes reconhecidas e legitimadas. O racismo das mulheres brancas excluiu as mulheres negras dos debates sobre direitos, reforçando que "[...] a única razão para mulheres não brancas estarem ausentes/invisíveis é o fato de não serem brancas. Todas as mulheres brancas desta nação sabem que a branquitude é uma categoria privilegiada" (hooks, 2019b, p. 89).

No contexto das disputas simbólicas em torno da estética e da representação, essa tensão torna-se ainda mais evidente. A ausência de sororidade manifesta-se, por exemplo, na tolerância ou no silêncio diante de ataques racistas dirigidos a mulheres negras que ocupam espaços de visibilidade, como campanhas de beleza ou concursos. Sob a ótica do feminismo negro, tais silêncios não são neutros, mas configuram formas de cumplicidade com a manutenção de hierarquias raciais. Articular sororidade e feminismo negro implica, portanto, compreender a solidariedade como uma prática discursiva e política que demanda posicionamento ativo contra o racismo, inclusive quando este se manifesta entre mulheres.

A noção de sororidade, amplamente mobilizada nos discursos feministas contemporâneos, propõe a solidariedade entre mulheres como estratégia de enfrentamento das desigualdades de gênero. No entanto, quando formulada a partir de uma perspectiva universalizante, a sororidade tende a obscurecer as assimetrias raciais que atravessam as relações entre mulheres. O feminismo negro problematiza essa concepção ao evidenciar que a solidariedade entre mulheres não pode ser presumida como automática ou homogênea, uma vez

que as experiências de opressão são estruturadas de forma desigual. Assim, a sororidade, quando desprovida de uma crítica racial, corre o risco de reproduzir os mesmos silenciamentos que marcam o feminismo hegemônico, tornando-se uma categoria abstrata que pouco dialoga com as vivências de mulheres negras.

O conceito de sororidade refere-se à solidariedade e ao apoio mútuo entre mulheres. O termo vem do latim "*soror*", que significa "irmã", e é usado para descrever o sentimento de irmandade e união entre mulheres que enfrentam desafios semelhantes, especialmente no contexto das lutas feministas e dos direitos das mulheres, que envolve reconhecer e valorizar as experiências e os problemas comuns enfrentados por elas, promovendo um ambiente de apoio e empatia. Em vez de competir ou se confrontar, as mulheres que praticam a sororidade trabalham juntas para combater a opressão de gênero e fortalecer a sua presença e os seus direitos na sociedade.

Esse conceito foi popularizado na década de 1980 por feministas como a escritora e ativista bell hooks, além de outras teóricas e ativistas feministas. hooks, em particular, destaca a importância da solidariedade entre mulheres como um meio crucial para superar a opressão e promover mudanças sociais significativas, pois ela afirma que sororidade é importante para libertar as mulheres da opressão patriarcal. A autora ainda afirma que:

> A sororidade não seria poderosa enquanto mulheres estivessem em guerra, competindo uma com as outras. Visões utópicas de sororidade baseadas apenas na consciência da realidade de que mulheres eram de alguma maneira vitimizadas pela dominação masculina foram quebradas por discussões de classe e raça (hooks, 2019b, p. 19-20).

Conforme hooks (2019b), o pensamento sexista e patriarcal molda negativamente as relações entre mulheres e a forma como elas se veem. Ela explica que, devido à influência do pensamento sexista, as mulheres muitas vezes acabam julgando e punindo outras mulheres de maneira severa, sem empatia. Isso contribui para um ciclo de auto-ódio e desvalorização feminina. Por isso, o movimento feminista é necessário para que haja mudanças significativas nas estruturas, superando os impactos do patriarcado sobre a maneira de pensar, agir e sentir das mulheres, e a libertação dos padrões de opressão.

Nesse sentido, a sororidade só se torna efetiva quando incorpora uma perspectiva interseccional, capaz de reconhecer que mulheres negras enfrentam formas específicas de violência simbólica e material, frequentemente invisibilizadas por discursos feministas centrados na experiência branca. A recusa em nomear essas desigualdades compromete a possibilidade de uma solidariedade genuína, transformando-a em um ideal retórico desvinculado das condições concretas de existência.

Desse modo, o feminismo negro é incorporado nesta pesquisa como um referencial crítico de leitura discursiva, que orienta a análise das práticas de racismo estético direcionadas às mulheres negras nas redes sociais. Os comentários analisados no *Instagram* são entendidos como materializações discursivas das hierarquias raciais e de gênero, nas quais os significados atribuídos à beleza e à feminilidade atuam como mecanismos de exclusão e violência simbólica.

As contribuições do feminismo negro oferecem um arcabouço teórico fundamental para a compreensão das dinâmicas contemporâneas de visibilidade, especialmente quando se trata da presença de mulheres negras em espaços de representação estética mediados por plataformas digitais. Ao historicizar a exclusão sistemática de corpos negros femininos dos regimes hegemônicos de beleza, o feminismo negro evidencia que a estética não constitui um domínio neutro ou meramente cultural, mas um campo atravessado por relações de poder racializadas e generificadas. Nesse sentido, a inserção de mulheres negras em campanhas publicitárias de beleza, moda ou concursos, longe de representar apenas um avanço simbólico, expõe tensões estruturais que se atualizam no ambiente digital.

No contexto das redes sociais, essas tensões são intensificadas pelos regimes de visibilidade algorítmica que regulam a circulação de imagens e discursos. A partir de uma leitura informada pelo feminismo negro, é possível compreender o racismo algorítmico não como um desvio técnico, mas como uma reconfiguração contemporânea de desigualdades históricas. Os algoritmos, ao operarem com base em padrões de engajamento e normalização estética, tendem a privilegiar corpos alinhados à branquitude como ideal de beleza, ao mesmo tempo em que expõem corpos dissidentes — como os de mulheres negras — a formas ampliadas de vigilância, contestação e violência simbólica. Assim, a visibilidade digital, longe de ser intrinsecamente emancipatória, apresenta-se como um espaço ambivalente, no qual reconhecimento e violência coexistem.

É precisamente essa ambivalência que o *corpus* desta pesquisa permite evidenciar. A análise dos comentários racistas dirigidos a mulheres negras em contextos de publicidade de beleza no *Instagram* revela como a visibilidade desses corpos aciona práticas discursivas de controle simbólico. Os comentários operam como respostas à ruptura de expectativas estéticas racializadas, mobilizando avaliações negativas que incidem sobre traços físicos, pertencimento racial e legitimidade da presença dessas mulheres nesses espaços. À luz do feminismo negro, tais práticas discursivas podem ser compreendidas como mecanismos de reinscrição de fronteiras raciais, que buscam reafirmar a branquitude como norma estética e excluir mulheres negras do campo do belo, do desejável e do reconhecível.

4.4 Branquitude e lugar de fala

O conceito de lugar de fala, conforme discutido por Ribeiro (2019), evidencia quem detém legitimidade discursiva e quem é silenciado nas práticas sociais e comunicativas, apontando para a dimensão política da enunciação. O corpo negro feminino pode ser compreendido como um signo ideológico no qual se inscrevem discursos de desvalorização, erotização e resistência, operando como espaço de disputa simbólica.

Na perspectiva da ACD, a branquitude pode ser compreendida como uma prática discursiva que produz e naturaliza determinadas posições de sujeito, associadas ao privilégio racial e à centralidade simbólica do ser branco. Assim, o discurso sobre a branquitude não se limita a descrever identidades raciais, mas constitui sujeitos e organiza relações de poder, funcionando como mecanismo de legitimação da superioridade branca. Nesse sentido, a branquitude funciona como um discurso normativo, que se apresenta como universal e não marcado, ao mesmo tempo em que racializa e subalterniza corpos negros — especialmente os femininos.

Para Foucault (2013), uma formação discursiva é o conjunto de regras que determinam o que pode ser dito, quem pode dizer, de que maneira e em que condições dentro de um determinado campo de saber.

A partir de um diálogo crítico com Foucault (2013) sobre formação discursiva, Fairclough (2016) cunha a noção de ordem do discurso, que permite compreender o discurso não apenas como sistema de regras abstratas, mas como prática social concreta, atravessada por disputas, hegemonias e relações de poder. No caso do *Instagram*, observa-se a atuação de uma ordem do discurso da beleza que articula gêneros (comentários, postagens, respostas), discursos (beleza eurocêntrica, meritocracia estética, negação do racismo) e estilos (ironia, deboche, suposta racionalidade), os quais operam conjuntamente para regular quem pode ser reconhecido como belo e legítimo.

É nesse quadro que o conceito de lugar de fala, conforme formulado por Ribeiro (2019), adquire relevância analítica. O lugar de fala não diz respeito à experiência individual isolada, mas às condições sociais e discursivas de enunciação que autorizam determinados sujeitos a falar com legitimidade, enquanto outros são sistematicamente desautorizados. Nos comentários analisados nesta pesquisa, observa-se que mulheres negras, mesmo quando são protagonistas das postagens, têm seus discursos frequentemente desqualificados, relativizados ou silenciados por sujeitos que ocupam posições discursivas alinhadas à branquitude, reafirmando assim a assimetria de poder no interior da ordem do discurso da plataforma.

Os comentários que negam o racismo e deslocam a discussão para critérios supostamente "objetivos" de beleza — como "não é racismo, é só que tinha mulheres mais bonitas" ou "o problema não é ser negra, é ser menos bonita" — exemplificam como a branquitude opera discursivamente por meio da naturalização ideológica. Esses discursos mobilizam um discurso de neutralidade estética que oculta sua base racializada, funcionando como estratégia de manutenção hegemônica. Trata-se de um mecanismo típico da ordem do discurso dominante: apresentar julgamentos socialmente situados como universais, despolitizando o debate e invalidando denúncias de discriminação.

Nesse contexto, a branquitude se manifesta como posição discursiva autorizada a definir os critérios de valor, ao passo que o corpo negro feminino é reiteradamente construído como objeto de avaliação, suspeição ou exceção. A recorrência de comentários que questionam a legitimidade da mulher negra em espaços de visibilidade estética — como concursos de beleza ou campanhas publicitárias — revela que a ordem do discurso da beleza no *Instagram* não é neutra, mas estruturada por relações raciais assimétricas que regulam o acesso ao reconhecimento simbólico.

Sob essa ótica, o conceito de branquitude refere-se ao conjunto de práticas discursivas, simbólicas e institucionais que configuram a identidade branca como hegemônica e desejável. Essas formações discursivas — sustentadas por ideologias de superioridade racial e estética — se manifestam de maneira recorrente em diferentes esferas, especialmente nas redes sociais e na mídia, onde discursos de valorização estética, cultural e moral associados à branquitude reforçam seu caráter normativo. O branco, nesse contexto, não é racializado porque ocupa o lugar de quem define as normas e os parâmetros do "outro racializado", o que evidencia o funcionamento ideológico e discursivo da hegemonia, no qual a branquitude se apresenta como neutra e universal, enquanto as demais identidades são marcadas pela diferença.

Assim, mais do que um marcador identitário, a branquitude deve ser analisada como um discurso hegemônico que organiza percepções de beleza, valor e legitimidade, sustentando práticas de exclusão e silenciamento de vozes não brancas. Essa compreensão permite que a análise do *corpus* — composta por comentários em redes sociais direcionados a mulheres negras — investigue como as formações discursivas da branquitude se atualizam linguisticamente, reproduzindo relações assimétricas de poder e apagando posições de resistência.

O conceito de branquitude refere-se ao conjunto de práticas, privilégios e normas associadas à identidade branca que, muitas vezes, são invisíveis para aqueles que os desfrutam. Trata-se da maneira como a branquitude se estabelece como padrão normativo e dominante na

sociedade, estabelecendo uma posição de vantagem em relação a outras identidades raciais. A branquitude não é apenas uma questão de ser branco, mas envolve a percepção e o tratamento dos brancos como normativos, superiores ou preferenciais em contextos sociais, políticos e econômicos, sendo a norma, o branco não é racializado. Essa ideia é fortemente reforçada pelas diversas redes sociais e veículos midiáticos.

Na perspectiva de van Dijk (2010), o controle do discurso por grupos dominantes se manifesta na maneira como certos significados, representações e interpretações se tornam normativos, enquanto vozes de grupos subalternos são marginalizadas ou silenciadas. O discurso, nesse sentido, não é neutro: ele reproduz relações de poder e desigualdades sociais, consolidando estruturas ideológicas que beneficiam os grupos dominantes.

Aplicando esse conceito ao estudo da branquitude, observa-se que indivíduos brancos, enquanto pertencentes a um grupo social privilegiado, possuem maior acesso a espaços de fala e produção simbólica, o que lhes permite legitimar suas perspectivas como universais. Essa hegemonia discursiva influencia tanto os discursos midiáticos quanto os cotidianos, reforçando padrões de normalidade e deslegitimando experiências de pessoas racializadas.

O lugar de fala da branquitude, por exemplo, deve ser analisado considerando como esses indivíduos podem tanto reproduzir a dominação simbólica quanto, quando críticos de seus privilégios, atuar para desestabilizar a hegemonia discursiva e abrir espaço para vozes subalternas.

A compreensão do racismo enquanto prática discursiva exige atenção não apenas ao que é dito explicitamente, mas também ao que é silenciado nos espaços midiáticos e institucionais. Nesse sentido, van Dijk (2016) chama atenção para o papel do silêncio na reprodução das desigualdades raciais. Segundo o autor, os meios de comunicação, longe de serem meros transmissores neutros de informação, participam ativamente da manutenção de estruturas racistas ao ocultarem debates sobre a racialização das relações sociais e ao negarem a existência de discriminações sistemáticas. Como afirma van Dijk:

> Há um constante silenciamento, por parte dos meios de comunicação, sobre as desigualdades raciais. O silêncio exerce um duplo papel: por um lado, nega os processos de discriminação racial, ocultando a racialização das relações sociais; por outro lado, apresenta o 'brasileiro' como uma homogeneidade cultural (van Dijk, 2016, p. 99).

Assim, o racismo pode operar não apenas por meio de discursos abertamente discriminatórios, mas também através de mecanismos sutis como o silêncio e a omissão. Ao deixar de noticiar ou discutir as desigualdades raciais de forma consistente, a mídia contribui para a negação da existência do racismo estrutural. Além disso, esse silêncio reforça a ideia de

que o Brasil é um país racialmente homogêneo, onde todos compartilham uma cultura comum e igualitária. Tal representação apaga as especificidades históricas e sociais da população negra e indígena, invisibilizando suas experiências de opressão e apagando suas identidades. Em vez de reconhecer a pluralidade cultural e racial do país, esse discurso reforça a branquitude como norma implícita, apresentando-a como universal, neutra e desejável.

Essa noção explora como os sistemas sociais e culturais são estruturados para beneficiar aqueles identificados como brancos, enquanto marginalizam e desvalorizam as experiências e contribuições de pessoas de outras raças. Em vez de ser uma característica pessoal, a branquitude representa uma estrutura de poder que molda a dinâmica racial e perpetua desigualdades. Analisar a branquitude permite compreender como a vantagem racial é mantida e como a estrutura social pode ser reformulada para promover maior equidade. Sobre isso, Ribeiro afirma que:

> Perceber-se é algo transformador. É o que permite situar nossos privilégios e nossas responsabilidades diante de injustiças contra grupos sociais vulneráveis. Pessoas brancas, por exemplo, devem questionar por que em um restaurante, muitas vezes, as únicas pessoas negras presentes estão servindo mesas, ou se já foram consideradas suspeitas pela polícia por causa de sua cor. Trata-se de refutar a ideia de um sujeito universal — a branquitude também é um traço identitário, porém marcado por privilégios construídos a partir da opressão de outros grupos (Ribeiro, 2019, p. 33).

Portanto, faz-se necessário autoconsciência na compreensão das dinâmicas de privilégio e opressão. Reconhecer-se como parte de um grupo social específico e os privilégios que vêm com essa identidade é fulcral para abordar e desafiar injustiças sociais. No caso das pessoas brancas, isso implica uma reflexão sobre como a branquitude está associada a privilégios que muitas vezes são invisíveis e resultam da opressão de outros grupos raciais. A transformação pessoal e social começa com o reconhecimento desses privilégios e, sem dúvida, com a responsabilização diante das desigualdades estruturais.

Há uma distinção entre dois conceitos relacionados à branquitude e ao racismo, conforme Bento (2022), pois afirma que o privilégio branco se refere à vantagem estrutural e passiva que os brancos têm em uma sociedade racialmente desigual, independentemente de suas intenções ou atitudes pessoais.

Este privilégio está embutido na estrutura social e pode beneficiar até mesmo aqueles que são pobres ou que se consideram antirracistas. Em contraste, a prerrogativa branca descreve uma postura ativa, em que os brancos não apenas desfrutam dos privilégios, mas também buscam e reforçam ativamente sua posição dominante na hierarquia racial. Enquanto o privilégio branco é um estado que ocorre automaticamente, a prerrogativa branca envolve um

papel mais consciente e dinâmico de dominação e na manutenção e expansão da vantagem racial.

Os privilégios simbólicos e materiais associados à branquitude são tão naturalizados no discurso social que inviabilizam, em grande medida, a problematização crítica das práticas discursivas e históricas do colonizador escravocrata. Essas práticas, atravessadas por relações de poder e ideologia, operam por meio da linguagem na construção de sentidos que legitimam e reproduzem posições hegemônicas ocupadas por sujeitos racializados como brancos. "Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas" (Bento, 2022, p. 23).

Ribeiro (2019) sugere que as pessoas brancas têm a responsabilidade de reconhecer e criticar o sistema de opressão que as beneficia historicamente e que contribui para desigualdades. Isso implica um dever de reflexão sobre como seus privilégios perpetuam injustiças. Por outro lado, as pessoas negras têm a oportunidade de se conscientizar dos processos históricos de opressão para evitar a reprodução dessas injustiças em suas próprias ações e atitudes. Ambos os grupos têm papéis importantes na luta contra a desigualdade: as pessoas brancas, ao questionar e desafiar o sistema que as favorece, e as pessoas negras, ao entender e superar os legados históricos de opressão.

A discussão sobre branquitude crítica é fundamental para compreender como indivíduos e grupos brancos abordam o racismo em diferentes esferas, pois refere-se a um comportamento em que pessoas brancas condenam publicamente o racismo e mostram disposição para enfrentar seus privilégios e o racismo estrutural. Contudo, no contexto brasileiro, essa crítica muitas vezes se limita ao discurso público, enquanto no âmbito privado podem persistir atitudes e práticas racistas. Esse fenômeno levanta questões importantes sobre a eficácia do discurso antirracista e a necessidade de transformar a condenação pública em ações concretas e consistentes contra a desigualdade racial. A branquitude crítica

> [...] diz respeito ao indivíduo ou grupo branco que condena publicamente o racismo, e, em princípio, estaria disposto a abrir mão de seus privilégios combatendo o racismo estrutural que os sustenta. A branquitude crítica que se evidencia na maior parte das pessoas brancas brasileiras é aquela que desaprova publicamente o racismo, embora no âmbito privado não necessariamente não seja racista. Esse é um ponto importante a ser debatido para entender e distinguir quando e como um discurso contra o racismo pode se transformar verdadeiramente numa prática antirracista (Bento, 2022, p. 64-65).

Logo, para que a branquitude crítica se converta efetivamente em prática antirracista, é essencial que o compromisso com a condenação do racismo vá além das declarações públicas

e se manifeste em mudanças tangíveis no comportamento cotidiano. A verdadeira transformação exige que pessoas brancas confrontem e desconstruam suas próprias atitudes e privilégios tanto em espaços públicos quanto privados. Assim, a transição de um discurso antirracista para uma prática genuína envolve um esforço contínuo de autorreflexão e ação, garantindo que o combate ao racismo estrutural se estenda a todos os aspectos da vida e contribua para uma sociedade mais respeitosa, equitativa e inclusiva.

No *corpus* analisado, a branquitude será observada nos efeitos de sentido que associam positivamente traços fenotípicos brancos a padrões de beleza, moralidade e competência, o que será evidenciado nas escolhas avaliativas da linguagem — especialmente nos subsistemas de julgamento e apreciação, conforme Martin e White (2005). Tais escolhas discursivas refletem preferências estéticas, mas reproduzem valores ideológicos que consolidam a posição de privilégio associada à branquitude, convertendo-a em um ideal de referência simbólica e socialmente desejável.

Dessa maneira, a branquitude pode ser compreendida como o eixo central dessas formações discursivas, uma vez que ela organiza o campo simbólico e define os parâmetros do que é considerado belo, moral ou civilizado. Trata-se, portanto, de uma ideologia que se manifesta cotidianamente nas práticas discursivas — inclusive nos comentários analisados —, naturalizando hierarquias raciais e delimitando quem tem legitimidade para falar e ser ouvido. Ao analisar essas dinâmicas linguísticas, busca-se evidenciar como a hegemonia discursiva da branquitude se mantém através de discursos aparentemente neutros, mas que reproduzem sentidos de superioridade e exclusão racial.

Ao naturalizar-se como padrão universal de humanidade, beleza e moralidade, a branquitude se torna uma ideologia invisível — isto é, um sistema simbólico que se apresenta como neutro e não marcado, mas que opera continuamente na produção de hierarquias e exclusões. Assim, para a ACD, essa naturalização constitui um mecanismo de reprodução ideológica (van Dijk, 2010), no qual o discurso é o meio privilegiado de manutenção das estruturas de poder e dominação simbólica.

À luz de Thompson (2018), tais estratégias podem incluir a naturalização, pela qual práticas e valores brancos são apresentados como universais; a universalização, que apaga as marcas raciais do sujeito branco e o posiciona como medida de todas as coisas; e a legitimação, que justifica a posição de privilégio da branquitude por meio de narrativas de mérito, civilização ou racionalidade. Outras estratégias, como a dissimulação e a reificação, também são recorrentes, ao mascarar o caráter histórico e construído da branquitude, transformando-a em uma condição “natural” da ordem social.

Assim, os efeitos de sentido produzidos pela invisibilidade da branquitude são ideológicos: ao não ser nomeada nem problematizada, a identidade branca permanece como referência implícita, deslocando a racialização apenas para o "outro". Esse apagamento discursivo reforça a hegemonia simbólica da branquitude e restringe as possibilidades de enunciação dos sujeitos racializados, cujas vozes são frequentemente deslegitimadas, silenciadas ou ridicularizadas.

No *corpus* analisado — os comentários no *Instagram* sobre mulheres negras em postagens de beleza —, tais dinâmicas serão observadas nas escolhas avaliativas (Martin; White, 2005) que revelam como o discurso constrói e hierarquiza valores estéticos e morais. A análise buscará demonstrar de que maneira a branquitude se manifesta não apenas como identidade racial, mas como formação discursiva hegemônica, cujos efeitos simbólicos operam na constituição do sujeito e na manutenção da desigualdade.

É nesse enquadramento que o conceito de lugar de fala pode ser compreendido como a posição discursiva a partir da qual o sujeito enuncia, delimitada por condições históricas, sociais e ideológicas. Embora popularizado no debate público por Ribeiro (2017), o conceito encontra ressonância teórica nas discussões da ACD sobre formação discursiva e constituição do sujeito. Falar, portanto, não é um ato neutro: o que se diz, como se diz e quem pode ser ouvido são processos regulados por estruturas discursivas que refletem a hegemonia social. Em contextos marcados pela desigualdade racial, a hegemonia discursiva opera no apagamento de vozes subalternizadas e na centralização das vozes associadas à branquitude, que ocupam posições privilegiadas na circulação e legitimação do discurso público.

van Dijk (2010) destaca que o controle das representações sociais é uma das formas mais eficazes de manutenção do poder. Grupos dominantes controlam não apenas os meios de produção simbólica, mas também as regras de legitimidade discursiva, determinando quem pode falar com credibilidade e quem é sistematicamente silenciado. Essa dinâmica está na base das desigualdades raciais, de gênero e de classe, e explica o apagamento discursivo das vozes subalternizadas, como as de mulheres negras, nos espaços de visibilidade pública e digital.

Nesse sentido, o conceito de lugar de fala será operacionalizado nesta pesquisa de modo que permite identificar as posições de sujeito atribuídas nos comentários do *corpus*, observando quem fala, sobre quem se fala e a partir de que lugar ideológico esse dizer é construído. A análise buscará compreender como, nos comentários de usuários das redes sociais, certas vozes — associadas à branquitude, ao padrão eurocêntrico e a uma visão hegemônica de beleza — são naturalizadas, enquanto as vozes de mulheres negras são frequentemente contestadas, silenciadas ou inferiorizadas.

Dessa forma, nesta pesquisa, o conceito de lugar de fala será operacionalizado como categoria analítica voltada à identificação das posições de sujeito e das formações discursivas presentes nos comentários das redes sociais. A análise buscará compreender quem fala, sobre quem se fala e a partir de quais lugares ideológicos esses discursos são produzidos, considerando as relações de poder, privilégio e resistência inscritas nos discursos. Isso permitirá observar como a linguagem participa da constituição de identidades raciais e de gênero, revelando a tensão entre a hegemonia discursiva da branquitude e as formas de resistência discursiva mobilizadas por mulheres negras.

Ao articular o conceito de lugar de fala com as categorias da ACD, especialmente formação discursiva, constituição do sujeito e hegemonia discursiva, pretende-se evidenciar como as práticas discursivas analisadas reproduzem relações de poder e exclusão simbólica.

O conceito de lugar de fala é amplo, apesar de socialmente ter ganhado uma denotação superficial, mas que ganhou relevo nos debates contemporâneos sobre representatividade e poder a partir de Ribeiro (2017), que popularizou o conceito que faz referência à posição social a partir da qual alguém fala e à experiência vivida que essa posição implica, ou seja, diferentes indivíduos têm perspectivas únicas e diferentes sobre determinados assuntos com base em suas identidades sociais, como raça, gênero, classe, orientação sexual, entre outros. A autora destaca como as pessoas que ocupam posições de privilégios sociais têm uma visão limitada das experiências das pessoas marginalizadas e, por esta razão, não conseguem entender na totalidade as mazelas e os desafios enfrentados pelos grupos minoritários. Embora não consigam ter essa compreensão desses enfrentamentos, têm sua perspectiva em relação a essas questões de desigualdades e opressão.

> Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados (Ribeiro, 2017, p. 88).

É importante, portanto, reconhecer e valorizar o lugar de fala de grupos historicamente marginalizados, pois é uma forma de promover a autorrepresentação e o empoderamento desses grupos. É importante dar espaço para que as pessoas que vivenciam a opressão possam falar por si mesmas e serem ouvidas em vez de terem suas experiências interpretadas ou representadas por outros, assim, não deve haver controle por parte de grupos dominantes e privilegiados, argumentando que isso perpetua a exclusão e a marginalização de vozes e

perspectivas diversas, pois existe uma necessidade de diversificar e descentralizar o discurso público para incluir uma variedade de vozes e experiências.

A partir desse entendimento de que todas as pessoas têm um lugar de fala, pois cada indivíduo ocupa uma posição social específica, essa localização social permite que se debata e reflita criticamente sobre os mais variados temas, não só de raça, mas de gênero, classe, de orientação sexual ou qualquer outro marcador social de diferença. É fundamental que indivíduos pertencentes a grupos socialmente privilegiados compreendam as hierarquias produzidas a partir dessa posição e que essa posição constrói os lugares de subalternidade. Ao reconhecer essas dinâmicas, podemos promover uma análise mais profunda e inclusiva das questões sociais, garantindo que as vozes de todos os grupos sejam ouvidas e valorizadas.

Para Ribeiro (2017), o conceito de lugar de fala é uma ferramenta importante para entender como as identidades sociais moldam nossas perspectivas e experiências, e para promover uma maior inclusão e diversidade no discurso público e na luta por justiça social.

Em outras palavras, o lugar de fala define, dentro de uma dada formação discursiva, quais sentidos podem ser produzidos, quais posições de sujeito são legitimadas e quais são silenciadas. Conforme Foucault (2013), as formações discursivas determinam as condições de possibilidade do dizer, organizando os discursos segundo regularidades históricas e ideológicas que definem o que pode ser discurso e por quem. Assim, o discurso não é expressão de uma subjetividade individual, mas o efeito de uma posição ocupada dentro de uma rede de saber e poder.

Nessa perspectiva, compreender o lugar de fala implica reconhecer que os discursos são atravessados por relações de poder e que determinados sujeitos — historicamente situados em posições privilegiadas — detêm maior autoridade discursiva. Desse modo, é fundamental que indivíduos pertencentes a grupos socialmente privilegiados compreendam como sua posição dentro dessas formações discursivas contribui para a produção e manutenção de hierarquias simbólicas que constroem lugares de subalternidade.

Ao reconhecer essas dinâmicas discursivas, torna-se possível promover uma análise mais profunda e crítica das práticas sociais e comunicativas, garantindo que as vozes historicamente marginalizadas não apenas sejam ouvidas, mas também reconhecidas como produtoras legítimas de saber e significado.

Dessa forma, na presente pesquisa, o conceito de lugar de fala será operacionalizado como uma categoria crítica para a leitura dos discursos, permitindo identificar como as formações discursivas delimitam posições de sujeito e determinam o que pode ou não ser dito por determinados grupos sociais. A partir dos pressupostos da ACD, tais posições serão

examinadas em articulação com os mecanismos linguísticos de avaliatividade, especialmente nos subsistemas de afeto, julgamento e apreciação propostos pela LSF. Essa integração teórico-metodológica possibilitará compreender de que modo os comentários analisados reproduzem ou contestam relações de poder, revelando como as vozes de sujeitos subalternizados — particularmente as mulheres negras — são discursivamente representadas, silenciadas ou ressignificadas no espaço digital.

Conforme Pinheiro (2023), a branquitude tem um papel fundamental na luta antirracista, uma vez que o racismo é uma estrutura produzida e sustentada por ela. Desse modo, a própria branquitude deve construir caminhos de enfrentamento, partindo de seu lugar de fala — um lugar de privilégio e de poder — e reconhecendo que sua voz é atravessada por condições históricas e sociais específicas. Segundo a autora, "não dá para perder a oportunidade de falar sobre equidade racial por ser branco/a e, por isso, por esse lugar de sujeito universal, não se sentir racializado e não se sentir inserido na pauta". A autora ainda acrescenta que um dos papéis da branquitude na luta contra o racismo é o de engajar-se ativamente na escuta e no consumo de produções de pessoas negras — em páginas de redes sociais, livros, artigos e manifestações artísticas de pessoas negras —, de modo a deslocar o olhar hegemônico e ampliar o repertório de experiências e perspectivas.

Dessa forma, reconhecer o lugar discursivo da branquitude implica compreender que o enfrentamento ao racismo não se dá apenas pela mudança de comportamento, mas pela reconfiguração das estruturas discursivas que sustentam a hegemonia branca. Isso exige que os sujeitos brancos se desloquem de uma posição de fala que reproduz a superioridade simbólica para uma posição crítica, consciente de como seus discursos podem perpetuar — ou transformar — as ideologias de dominação racial.

É fundamental dedicar tempo para estudar e compreender as raízes históricas e estruturais do racismo, tanto a nível local quanto global. Isso inclui aprender sobre as experiências e contribuições das comunidades racializadas, bem como os impactos do racismo sistêmico em diversos aspectos da sociedade. O lugar de fala da branquitude demanda a compreensão da própria posição de privilégio e de como ela influencia a visão de mundo e as práticas cotidianas. Tal compreensão requer reflexão crítica sobre as próprias experiências e uma disposição para reconhecer e confrontar preconceitos internalizados, além do compromisso ético de valorizar as perspectivas e experiências das pessoas racializadas. Isso significa criar espaços seguros para que essas vozes sejam ouvidas, respeitadas e legitimadas como produtoras de saber e de sentido social.

No contexto desta investigação, esse debate será mobilizado na análise dos comentários do *Instagram*, com o objetivo de observar como a voz/presença/imagem das mulheres negras é discursivamente constrangida, silenciada ou ridicularizada, enquanto sujeitos brancos, ou perfis anônimos que reproduzem essa posição de poder, ocupam o espaço discursivo com prerrogativa de autoridade.

4.5 Plataformas, algoritmos e discurso de ódio

A internet consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais espaços de interação social, circulação de saberes e construção de identidades na contemporaneidade. É, ao mesmo tempo, um ambiente de aprendizagem, de pesquisa, de produção de conhecimento e de manifestação cultural.

A web apresenta-se como um espaço de ampla circulação discursiva, no qual sujeitos de diferentes origens podem expressar posicionamentos, desenvolver atividades diversas, divulgar produtos e participar de debates públicos. Entretanto, as próprias condições sociotécnicas que estruturam esse ambiente — como a ampliação da visibilidade, a mediação algorítmica, a interação assíncrona e o anonimato parcial — favorecem a emergência e a circulação de discursos de ódio, intolerância e preconceito. Nesse contexto, práticas discursivas que dificilmente encontrariam a mesma legitimidade ou recorrência em interações presenciais passam a se estabilizar e a circular com maior intensidade no espaço digital, revelando que a violência simbólica decorre de configurações estruturais que tornam tais discursos socialmente possíveis e discursivamente aceitáveis.

Segundo Barreto (2023), as plataformas digitais, embora se apresentem como espaços democráticos, produzem uma visibilidade seletiva e condicionada. Essa seletividade é um dos principais fatores que sustentam o racismo estético, pois define quais corpos, estéticas e discursos são valorizados e quais são sistematicamente silenciados. Barreto (2023) observa que a mulher negra, ao ocupar espaços de protagonismo e visibilidade — como campanhas de beleza, editoriais de moda ou postagens que celebram o cabelo crespo e os traços afro —, desafia o padrão de beleza eurocentrado e, por isso, torna-se alvo de ataques. Assim, a violência discursiva e simbólica é uma reação à ruptura de um regime de visibilidade historicamente branco e patriarcal.

A rede, que poderia ser um campo fértil de inclusão e diversidade, tem se tornado também o palco de práticas discursivas violentas, motivadas por concepções racistas, misóginas e sexistas, frequentemente mascaradas sob o véu da liberdade de expressão. Algumas pessoas

acreditam estar protegidas pelo anonimato de um perfil *fake,* e tem se tornado muito comum a publicação de discursos machistas e racistas nas redes sociais.

A percepção de anonimato oferecida pelas plataformas digitais estimula práticas discursivas violentas, pois muitos usuários sentem-se protegidos por perfis falsos ou pela distância física e simbólica das interações virtuais. Como reitera Trindade (2022), a violência simbólica nas redes sociais é uma das formas contemporâneas mais sutis de reprodução do racismo, pois ela se manifesta não apenas em insultos explícitos, mas também em piadas, comentários "de opinião" e reações emocionais que desumanizam corpos negros, sobretudo os femininos. O autor destaca que o Brasil apresenta uma cultura digital que mistura a informalidade da comunicação com a normalização da ofensa, criando um ambiente onde o preconceito se disfarça de espontaneidade.

No contexto da cultura digital contemporânea, as redes sociais passaram a desempenhar um papel central na constituição e circulação de discursos. A dinâmica interativa e a lógica de visibilidade que estruturam essas plataformas favorecem tanto a expressão de vozes plurais quanto a propagação de práticas discursivas de intolerância. O ambiente que, em princípio, deveria fomentar o diálogo e a diversidade, tem se tornado também um espaço de hostilidade simbólica e de reprodução de preconceitos. Nesse cenário, Trindade (2022) afirma que

> [...] as redes sociais (sobretudo Twitter, Facebook e *Instagram*, mas não somente essas) se tornaram uma arena virtual que permite às pessoas destilarem toda sorte de discursos racistas, misóginos e discriminatórios contra diversos grupos sociais. Essa tecnologia digital lhes proporcionou a capacidade não apenas de construir discursos de ódio, mas também de disseminá-los para um público muito amplo e de forma instantânea (Trindade, 2022, p. 77).

Assim, as redes sociais funcionam como verdadeiras arenas discursivas onde se materializam práticas de violência simbólica. O autor destaca que a estrutura técnica dessas plataformas potencializa a circulação do ódio, permitindo que esses discursos atinjam uma dimensão amplificada e imediata. Em outras palavras, as tecnologias digitais conferem aos usuários o poder de construir e difundir mensagens que reforçam estereótipos e hierarquias sociais de forma rápida. Essa dinâmica revela que o discurso de ódio, ao ser mediado pelas redes, ultrapassa o nível individual e passa a operar como um fenômeno coletivo e estrutural, sustentado por mecanismos tecnológicos que reproduzem desigualdades históricas e legitimam a exclusão de determinados grupos, como o das mulheres negras, frequentemente alvo de racismo estético e de outras formas de desumanização.

Sabe-se que as manifestações públicas do racismo não são recentes, entretanto, com o advento das redes sociais, podemos constatar de forma aberta essas ações voltadas à população negra, especificamente às mulheres.

A crença de ser oculto, por estar atrás da tela do computador, encoraja pessoas que falam/escrevem coisas que talvez não tivessem coragem de falar na interação face a face.

Nesse sentido, é possível evidenciar que a linguagem é um instrumento pelo qual se pode estabelecer relações de poder e, através delas, se construir e perpetuar as desigualdades sociais. Por isso, o analista do discurso se preocupa em observar como ocorre esse tipo de dominação: "[...] a linguagem é um meio de dominação e de força social, servindo para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente" (Pedrosa, 2008, p. 117).

A presença de preconceitos e discriminações nas interações cotidianas e no ambiente virtual tem sido amplamente discutida e condenada, sendo uma questão amplamente abordada em diversos estudos e análises. No entanto, a problemática ganha uma nova dimensão quando examinamos o impacto dos algoritmos e das plataformas corporativas no modo como esses preconceitos são disseminados e amplificados. Em um contexto em que a busca por informações é moldada por algoritmos, o racismo e o sexismo não apenas permanecem presentes, mas podem ser promovidos de forma sistemática e lucrativa.

Sob essa perspectiva, o discurso de ódio é, portanto, uma prática social de manutenção de fronteiras simbólicas, um mecanismo de controle que busca recolocar corpos negros e femininos em posições subalternas. Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Butler (2021) sobre a performatividade do discurso. Para a autora, o discurso não apenas representa o mundo, mas o produz; ele age sobre os corpos e os constitui socialmente. O ódio, nesse sentido, é performativo: ele não se limita a expressar aversão, mas contribui para a desumanização e exclusão dos sujeitos que atinge.

Por essa razão, o discurso de ódio nas redes não pode ser compreendido apenas a partir da ação dos indivíduos. É fundamental considerar a estrutura tecnológica e corporativa que organiza essas interações. As plataformas digitais operam por meio de algoritmos, que são sistemas de cálculo, filtragem e ranqueamento de informações. Esses algoritmos determinam o que é mais visível, o que gera mais engajamento e o que é considerado relevante. Como aponta Noble (2021), essas arquiteturas tecnológicas não são neutras: elas refletem e reproduzem os valores, preconceitos e interesses das sociedades e das corporações que as desenvolvem.

> Em certo nível, o racismo cotidiano e os comentários na internet são uma coisa abominável por si só, o que já foi detalhado por outros; mas a situação é completamente diferente com relação a uma plataforma corporativa vis-à-vis, uma busca pela internet moldada por algoritmos que apresenta racismo e sexismo como os

> primeiros resultados. Esse processo reflete uma lógica corporativa ou de negligência deliberada ou um imperativo mercadológico que ganha dinheiro com racismo e sexismo (Noble, 2021, p. 13).

Segundo Noble (2021), a questão vai além da mera manifestação desses preconceitos: trata-se de uma lógica corporativa que, seja por negligência ou por um impulso mercadológico, monetiza a perpetuação de tais injustiças. Nesse cenário, a responsabilidade não recai apenas sobre os usuários, mas sobre essas estruturas que, ao priorizar seus próprios interesses financeiros, contribuem para a perpetuação de práticas racistas e sexistas.

A autora cunhou o conceito de *opressão algorítmica* para descrever como as plataformas de busca e as redes sociais perpetuam e lucram com as desigualdades raciais e de gênero. Em sua análise, Noble (2021) demonstra que o racismo e o sexismo não são acidentes de programação, mas componentes estruturais das lógicas algorítmicas que sustentam a economia digital. Os algoritmos de busca, por exemplo, priorizam resultados que reforçam estereótipos e invisibilizam grupos minoritários.

Essa lógica corporativa, como destaca a autora, monetiza a violência simbólica: o ódio, a controvérsia e a polarização geram cliques, compartilhamentos e engajamento — e, portanto, lucro. As plataformas, ao estruturarem seus sistemas de recomendação com base em métricas de popularidade, reforçam os discursos mais extremos e visíveis, frequentemente reproduzindo o racismo estético e o sexismo contra mulheres negras.

Tanto o Google quanto outras plataformas guiadas por algoritmos perpetuam informações e práticas opressivas. A opressão algorítmica vai além de erros sistemáticos: ela é essencial para o funcionamento das tecnologias digitais, moldando as interações sociais e econômicas de maneira insidiosa e perpetuando o isolamento e a desigualdade. Por meio de diversos casos contemporâneos, as práticas algorítmicas reforçam e normalizam relações estruturais e sistêmicas de dominação, impactando a forma como interagimos com a internet. Sobre isso, Noble (2021) afirma:

> Passei vários anos escrevendo este livro e com o tempo os algoritmos do Google de fato mudaram, de forma que uma busca por "meninas negras" hoje não produz mais uma quantia de resultados pornográficos nem próxima do que apresentava em 2011. Ainda assim, novas situações de racismo e sexismo continuam a aparecer na mídia e nas redes sociais, e assim uso vários desses casos para apontar que opressão algorítmica não é apenas um erro no sistema, mas, na realidade, é fundamental para o sistema operacional da internet. Tem um impacto direto sobre usuários e nossas vidas além do uso dos aplicativos da internet. Embora eu tenha passado um tempo considerável pesquisando Google, este livro trata também de uns poucos casos de outras plataformas guiadas por algoritmos, para ilustrar como algoritmos estão fornecendo informações perniciosas sobre pessoas, criando e normalizando isolamento estrutural e sistêmico, ou praticando demarcação digital, todas práticas que reforçam relações sociais e econômicas opressivas (p. 20-21).

Embora a evolução dos algoritmos do Google tenha trazido melhorias visíveis na forma como certos conteúdos são filtrados, a persistência de práticas racistas e sexistas demonstra que a opressão algorítmica vai além dos ajustes superficiais para erradicar as estruturas subjacentes que perpetuam a desigualdade. Ao explorar como essas práticas se manifestam em diversas plataformas digitais, fica evidente que o problema não reside apenas em falhas técnicas, mas em um sistema que, intencionalmente ou não, reforça e normaliza opressões estruturais e sistêmicas, pois é importante pensar em quem alimenta essa rede para gerar determinados algoritmos.

De modo semelhante, Silva (2022b) argumenta que os algoritmos são dispositivos sociotécnicos que incorporam e amplificam discriminações históricas. Ele explica que a inteligência artificial e os sistemas de moderação automática são desenhados a partir de bases de dados que refletem a hegemonia branca, masculina e ocidental. O resultado é uma série de exclusões e apagamentos simbólicos: rostos negros são confundidos ou desvalorizados pelos sistemas de reconhecimento facial, imagens de mulheres negras são menos promovidas, e conteúdos que celebram a estética afro são frequentemente classificados como "não adequados" por filtros automatizados. Essas práticas tecnológicas, ao mesmo tempo que invisibilizam, também expõem essas mulheres a ataques e discursos de ódio, quando se tornam visíveis em contextos de protagonismo.

O impacto dessas dinâmicas vai além das interações online, afetando profundamente a forma como indivíduos e comunidades experimentam e respondem a formas de discriminação e exclusão. Portanto, a análise crítica e a conscientização sobre a opressão algorítmica são essenciais para que as tecnologias não sejam apenas ferramentas de inclusão, mas também de real transformação social.

Entretanto, Natansohn e Rovetto (2019) argumentam que a esfera digital é também um campo de disputa simbólica e política. Se os algoritmos reproduzem as desigualdades, eles também podem ser tensionados por movimentos feministas e antirracistas que buscam visibilizar outras formas de existência. Para Natansohn e Rovetto (2019), é necessário compreender o funcionamento técnico das plataformas para, a partir daí, disputar o poder de representação que elas exercem. Essa disputa discursiva é parte da luta por justiça cognitiva e por democratização do espaço digital.

Do ponto de vista linguístico, Mollica, Silva e Batista (2015) destacam que as interações digitais são fortemente marcadas por estratégias avaliativas e pela fragmentação discursiva. Essas estratégias permitem que os usuários expressem julgamentos, atitudes e emoções de maneira indireta, funcionando como instrumentos de regulação das relações sociais. Nos

comentários racistas, por exemplo, essas avaliações atuam como mecanismos de controle social, ao depreciar a aparência, o cabelo ou a cor da pele das mulheres negras, reafirmando ideologias de inferioridade.

Santos (2016) dialoga com essa análise ao evidenciar como a fragmentação discursiva nas interações digitais contribui para a consolidação de identidades hegemônicas. Segundo a autora, a dispersão e a segmentação das mensagens permitem que expressões de preconceito e discriminação sejam reproduzidas de forma mais sutil, mas igualmente eficaz, reforçando padrões sociais de dominação e marginalização.

Este capítulo buscou articular linguagem, poder e racismo como categorias centrais para a compreensão das formas contemporâneas de violência simbólica, evidenciando que o racismo não se manifesta apenas por práticas explícitas de discriminação, mas se estrutura e se reproduz de maneira difusa, cotidiana e discursivamente naturalizada.

A discussão sobre racismo estrutural, institucional e simbólico permitiu situar as manifestações analisadas em um quadro histórico e social mais amplo, no qual desigualdades raciais são mantidas por meio de normas, valores e representações que se apresentam como neutras ou universais. Nesse sentido, o racismo dirigido às mulheres negras no *Instagram* não pode ser compreendido como resultado de atitudes isoladas, mas como expressão de um sistema de poder que articula raça, gênero e estética, operando tanto no nível das interações discursivas quanto nas dinâmicas institucionais e tecnológicas que regulam a visibilidade e o reconhecimento social.

Ao incorporar os aportes do feminismo negro, da crítica à branquitude e do debate sobre lugar de fala, o capítulo destacou a centralidade das mulheres negras como sujeitos políticos e epistemológicos na análise do racismo estético e das violências discursivas que incidem sobre seus corpos.

Dessa forma, a compreensão do discurso de ódio e do racismo estético nas redes sociais exige uma abordagem crítica capaz de articular linguagem, ideologia e tecnologia, reconhecendo que a violência simbólica se atualiza e se intensifica no ambiente digital, ao mesmo tempo em que também encontra nele possibilidades de resistência, reconfiguração identitária e contestação da hegemonia racial e estética vigente.

5 VOZES E SILENCIAMENTOS: ANÁLISE CRÍTICA DO RACISMO ESTÉTICO CONTRA A MULHER NEGRA NO *INSTAGRAM*

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir as análises realizadas a partir dos comentários coletados em publicações do *Instagram* que tematizam a beleza e a estética da mulher negra. Busca-se compreender de que modo o racismo estético se

manifesta nas práticas discursivas presentes nesse ambiente digital, observando tanto os discursos explicitamente discriminatórios quanto aqueles que operam de forma mais sutil, por meio da naturalização de padrões hegemônicos de beleza.

A parte analítica aqui desenvolvida fundamenta-se na Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme proposta por Fairclough (2016), articulada aos princípios da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), de Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2014), especialmente no que se refere ao sistema de Avaliatividade, segundo Martin e White (2005), Vian Jr. (2010). Essa articulação teórico-metodológica possibilita uma leitura do discurso em diferentes níveis — textual, discursivo e social —, permitindo compreender como as escolhas linguísticas e avaliativas refletem e reproduzem ideologias, relações de poder e hegemonias raciais.

Este capítulo apresenta a análise do *corpus* empírico da pesquisa, composto por quatro postagens do *Instagram* extraídas de páginas brasileiras de ativismo negro, selecionadas por abordarem diretamente temas relacionados à beleza, estética e moda associadas às mulheres negras. A escolha dessas postagens justifica-se por sua centralidade no debate público contemporâneo sobre representatividade racial e por funcionarem como espaços de intensa circulação de discursos avaliativos, tanto de afirmação quanto de desqualificação da estética negra.

A partir dessas quatro postagens, foram lidos 4.978 comentários e coletados 27, os quais constituem o material analítico deste capítulo. Esses comentários foram organizados em eixos analíticos, definidos com base na articulação entre a ACD e LSF, no Sistema de Avaliatividade, especialmente no subsistema de Atitude. Tal organização permitiu observar como diferentes formas de avaliação — explícitas ou veladas — operam na (re)produção de violências simbólicas dirigidas às mulheres negras no ambiente digital, e contemplaram os objetivos da pesquisa.

A análise parte das categorias críticas propostas pela ACD — poder, ideologia, hegemonia, interdiscursividade, metadiscurso, práticas discursivas — e das noções de reificação e naturalização de Thompson (2018), articulando-as aos recursos linguísticos e avaliativos da LSF. Essa combinação metodológica permite observar de que modo o racismo

estético se constrói linguisticamente, seja pela escolha de palavras, pela estrutura oracional, pelos recursos avaliativos de julgamento e apreciação, ou ainda pelas estratégias de apagamento e negação do preconceito. As categorias de análise são aplicadas a partir do modelo dialético-relacional de Fairclough (2003), que compreende o discurso como prática social, analisado nos níveis textual, discursivo e social.

A rede social em questão é um espaço diverso, marcado pela multiplicidade de vozes e pela circulação de diferentes tipos de conteúdo — profissionais, comerciais, culturais, artísticos e políticos. O *Instagram*, que inicialmente se configurava como uma plataforma voltada à publicação de imagens, assumiu ao longo dos anos novas funções, tornando-se também um espaço de engajamento e disputa simbólica. Nesse contexto, usuários e usuárias divulgam marcas, agendas, conteúdos, protestos e movimentos, promovendo o encontro entre diferentes identidades e posicionamentos.

Assim, a plataforma se transforma em um ambiente onde as vozes plurais encontram visibilidade e espaço de expressão, mas também em um local onde as desigualdades sociais e raciais podem ser reproduzidas e naturalizadas sob novas formas discursivas.

O *corpus* desta pesquisa foi constituído a partir de critérios teórico-metodológicos previamente definidos e orientados pelo problema de pesquisa. A escolha da rede social *Instagram* decorre do fato de que essa plataforma ocupa posição central na circulação contemporânea de discursos sobre corpo, estética, beleza e identidade, configurando-se como um espaço privilegiado de produção, negociação e disputa de sentidos. Diferentemente de outras redes sociais, o *Instagram* organiza sua dinâmica comunicativa em torno da imagem, elemento que potencializa a construção e a circulação de padrões estéticos, tornando-o especialmente relevante para uma investigação sobre racismo estético direcionado a mulheres negras.

No interior desse universo, optou-se pelo perfil As negas do Ziriguidum, por se tratar de uma página de ativismo digital reconhecida por problematizar representações da mulher negra, discutir questões relacionadas à estética afro e denunciar práticas de racismo presentes na mídia e no cotidiano. Esse perfil apresenta uma característica fundamental para os objetivos desta pesquisa: ao publicar conteúdos que tensionam padrões raciais de beleza, torna-se um espaço de intensa interação entre diferentes posicionamentos ideológicos, reunindo discursos de apoio, contestação, negação e hostilidade. Assim, mais do que um espaço de militância, a página constitui um ambiente fértil para observar como o racismo se manifesta, se reorganiza e é negociado discursivamente em interações públicas.

A seleção das quatro postagens também foi orientada por critérios analíticos. Foram escolhidas publicações que abordavam diferentes situações relacionadas ao racismo estético, publicidade de cosméticos, representatividade em concursos de beleza, elogios racializados e valorização da estética negra, permitindo contemplar distintos contextos de produção dos discursos sem perder a unidade temática da pesquisa. O objetivo não foi comparar postagens entre si, mas compreender como, em diferentes eventos discursivos, emergem mecanismos semelhantes de naturalização da violência simbólica contra mulheres negras.

No que se refere aos comentários, o *corpus* final foi composto por 27 discursos, selecionados intencionalmente dentre o conjunto de comentários publicados nas quatro postagens. Em pesquisas qualitativas de natureza interpretativista, especialmente na Análise Crítica do Discurso, a representatividade do *corpus* não é estatística, mas analítica. Dessa forma, a seleção priorizou comentários que apresentavam maior densidade discursiva e evidenciavam, de maneira recorrente, estratégias de avaliação, naturalização, negação ou legitimação do racismo estético. Foram excluídos comentários com manifestações sem conteúdo analítico relevante e interações que não dialogavam diretamente com os objetivos da investigação.

Assim, o número de 27 comentários não decorre de um critério quantitativo previamente estabelecido, mas do processo de saturação analítica. À medida que as categorias teóricas mobilizadas, especialmente aquelas relacionadas ao Sistema de Avaliatividade, à Análise Crítica do Discurso e aos Estudos Raciais, passaram a se repetir nos novos comentários examinados, compreendeu-se que o *corpus* já oferecia material suficiente para responder às questões de pesquisa propostas.

Por fim, importa destacar que a coleta não pretendia descrever todos os comentários publicados nas postagens, mas analisar aqueles que, por sua complexidade discursiva, permitiam compreender os mecanismos linguísticos, ideológicos e sociais por meio dos quais o racismo estético é produzido, naturalizado e legitimado nas interações digitais.

As quatro postagens reuniam, no momento da coleta, aproximadamente 4.978 comentários lidos individualmente para encontrar as marcas linguísticas e discursivas de forma mais interpretativa possível. Desse universo, 27 foram selecionados para compor o *corpus* analítico por atenderem aos critérios metodológicos definidos para a pesquisa, lembrando que se trata de uma página de ativismo negro e que poderia intimidar essa prática e, no entanto, além de serem encontrados, a página escolheu manter os comentários. Apesar de partirem da mesma página, cada postagem focava em um aspecto, fornecendo assim um material consistente para atender aos objetivos.

É nesse cenário de tensões e contradições que se insere o *corpus* desta pesquisa, constituído por comentários em postagens de mulheres negras que protagonizam o cenário da beleza e da estética nas redes. O interesse analítico recai sobre os discursos que, de diferentes modos, marcam e naturalizam práticas discursivas de racismo direcionadas a essas mulheres. As respostas aos comentários não foram incluídas na amostra, de modo a preservar o foco na manifestação discursiva inicial, considerada aqui como o ponto de enunciação em que o preconceito se revela mais diretamente.

Os comentários foram, então, distribuídos nos seguintes eixos: (5.1) Apreciação estética racializada, (5.2) Julgamento moral, (5.3) Afeto negativo. Essa divisão possibilita analisar, de modo sistemático, como a estética negra é avaliada, moralizada, afetivamente desqualificada ou, em contrapartida, defendida e ressignificada pelos próprios sujeitos racializados. O capítulo se encerra com uma síntese interpretativa (5.4), que articula os resultados parciais, e com o fechamento do capítulo (5.5), retomando os principais achados à luz dos objetivos da pesquisa.

Dessa forma, este capítulo busca compreender como os discursos sobre a estética da mulher negra são produzidos, interpretados e legitimados em um ambiente comunicativo de grande alcance e impacto simbólico.

O *Instagram*, ao mesmo tempo em que se configura como espaço de resistência, visibilidade e afirmação identitária, também se mostra como um terreno fértil para a reprodução de ideologias racistas, que se atualizam e se adaptam às novas condições de circulação discursiva. A análise que segue procura, portanto, revelar as estratégias linguísticas e ideológicas que sustentam essas práticas, demonstrando como a linguagem atua na construção e manutenção das desigualdades raciais no campo da beleza.

5.1 Apreciação estética racializada

Este eixo analítico dedica-se à investigação das formas pelas quais a estética da mulher negra é discursivamente avaliada nos comentários analisados, com ênfase nas apreciações direcionadas ao cabelo, à tonalidade da pele e aos traços faciais. A análise incide sobre discursos que mobilizam qualificadores como “feio”, “estranho”, “não combina” ou formulações semanticamente equivalentes, as quais operam como avaliações estéticas aparentemente neutras, mas profundamente atravessadas por marcadores raciais. À luz do subsistema de Apreciação, conforme proposto por Martin e White (2005), examina-se como essas avaliações constroem sentidos de inadequação estética, atribuindo valor negativo a corpos e características que se afastam dos padrões hegemônicos de beleza.

Articulada às categorias de branquitude e colonialidade estética, a análise busca evidenciar como a estética branca se constitui como norma implícita nos comentários, funcionando como parâmetro silencioso de comparação e legitimação. Nesse processo, traços associados à negritude são frequentemente posicionados como excessivos, deslocados ou incompatíveis com determinados espaços de visibilidade, o que contribui para a naturalização de hierarquias raciais no campo da beleza. Assim, este eixo analítico permite compreender como avaliações estéticas cotidianas, ao se apresentarem como gostos ou preferências individuais, operam discursivamente na reprodução de ideologias racistas e na manutenção de regimes estéticos excludentes no ambiente digital.

O comentário a seguir foi selecionado por evidenciar que a apreciação estética também pode operar por meio de avaliações aparentemente positivas. Diferentemente de discursos que desqualificam explicitamente a estética da mulher negra, este recorte mobiliza elogios à pele retinta e à diversidade racial, produzindo, à primeira vista, um efeito de valorização da negritude. Entretanto, é justamente essa aparente positividade que torna o comentário relevante para a análise, pois permite investigar como determinadas escolhas linguísticas podem, simultaneamente, afirmar a beleza da pele negra e reforçar sentidos que legitimam práticas excludentes no mercado da beleza. A análise busca demonstrar como avaliações estéticas positivas também podem participar da produção e da circulação de ideologias que sustentam o racismo estético.



Postagem 1

> “Sou negra, moro fora a anos... e sim EXISTE pessoas pretas!!! Super pretas! A pele deles é lindaaaa, chega brilhar! 😍 Também já vi pessoas brancas igual arroz kkkk. 💚 Achei ótima a ideia de fazer base em outras cores 💚😍”

Comentário 1 da postagem 1, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso mobiliza o subsistema da Apreciação, ao avaliar a pele negra por meio de qualificadores estéticos positivos: “lindaaaa”, “chega brilhar”, “super pretas”. Trata-se de uma apreciação de reação-qualidade, que se refere à avaliação da qualidade estética percebida de objetos, imagens ou aparências, expressa de forma imediata e subjetiva, portanto, centrada no impacto visual da cor da pele, que constrói a negritude como algo belo. À primeira vista, esse movimento parece contra-hegemônico, pois afirma a legitimidade da pele retinta e confronta discursos que colocam limites à negritude. Ainda que o discurso se apresente como elogioso à pele negra e contrário a padrões eurocêntricos de beleza, sua estrutura discursiva contribui para a naturalização da inadequação da tinta preta enquanto base de maquiagem.

No discurso “Sou negra, moro fora há anos... e sim EXISTE pessoas pretas!!! Super pretas!”, a avaliação começa a se materializar na expressão “Super pretas”. O termo “pretas”, isoladamente, poderia operar como descrição cromática; contudo, no contexto exclamativo e enfático, ele assume valor avaliativo. A cor é destacada como atributo digno de reconhecimento. Ainda que “super” intensifique semanticamente a tonalidade, o núcleo avaliativo está em “pretas”, enquanto qualidade estética salientada. A avaliação incide sobre a aparência, configurando Apreciação.

Em “A pele deles é lindaaaa”, o atributo “linda” realiza de forma explícita a Apreciação – reação (qualidade). Trata-se de um qualificativo que atribui valor estético positivo à pele. Na sequência, “chega brilhar” reforça essa apreciação, pois atribui à pele uma propriedade luminosa. Embora estruturado como processo verbal, o efeito semântico é qualificativo: a pele é apresentada como visualmente impactante. O valor positivo decorre da associação cultural entre brilho e beleza. Assim, a avaliação permanece no campo da reação estética.

Quando o sujeito afirma “Também já vi pessoas brancas igual arroz kkkk”, a comparação “igual arroz” também opera no domínio da Apreciação – reação (qualidade). A analogia com o arroz enfatiza a intensidade da brancura. Ainda que em tom humorado, a formulação descreve a aparência com base em uma imagem concreta que reforça a qualidade da cor. O foco permanece na dimensão visual.

Por fim, em “Achei ótima a ideia de fazer base em outras cores”, o adjetivo “ótima” desloca a avaliação do plano sensorial para o plano do valor social da proposta. Nesse caso, trata-se de Apreciação – valoração, pois a avaliação não incide sobre aparência, mas sobre a relevância e adequação da iniciativa. A “ideia” é qualificada positivamente como válida, pertinente.

A autorreferência inicial — “Sou negra, moro fora há anos” — funciona como um marcador de legitimidade discursiva, antecipando possíveis acusações de racismo ou ignorância. Trata-se de um movimento metadiscursivo que constrói autoridade experiencial e confere ao sujeito um lugar privilegiado de fala, a partir do qual a crítica da influenciadora é implicitamente relativizada. Conforme aponta Kilomba (2019), a mobilização da identidade racial como escudo discursivo não elimina os efeitos do discurso, sobretudo quando este atua para silenciar ou minimizar denúncias de violência simbólica.

O discurso age por meio da naturalização e da reificação (Thompson, 2018), ao tratar a existência de diferentes tons de pele como justificativa suficiente para a produção de uma base que não corresponde, tecnicamente, a nenhum tom de pele humano. A naturalização acontece por meio de um discurso de celebração da diversidade que não questiona as condições materiais de exclusão no mercado cosmético. O problema deixa de ser a negligência estrutural da indústria e passa a ser dissolvido em um elogio genérico à pluralidade racial.

Os efeitos de sentido produzidos pelo discurso constroem uma narrativa de validação da estratégia mercadológica da marca, deslocando o foco da crítica da materialidade do produto para a diversidade cromática dos corpos negros. Ao afirmar que “existem pessoas pretas, super pretas” no discurso, sugere-se que a existência de peles muito escuras seria suficiente para justificar a comercialização da tinta preta como base, apagando a distinção fundamental entre cor de pele e pigmentação cosmética adequada. Esse deslocamento semântico se efetiva ideologicamente ao reduzir uma denúncia estrutural de racismo estético a uma questão de reconhecimento abstrato da diversidade racial.

Analisando no contexto hegemônico, conforme Fairclough (2016), o discurso contribui para a manutenção do consenso de que o mercado da beleza estaria avançando em direção à inclusão, ainda que de forma superficial. Ao validar a iniciativa da marca, o discurso reforça a lógica da concessão, segundo a qual qualquer gesto simbólico em direção à diversidade deve ser aceito sem contestação. Trata-se do uso do poder para regular os limites da crítica negra, sugerindo que denunciar a inadequação do produto equivale a não reconhecer essa “iniciativa” da marca.

No plano social, o discurso revela tensões próprias do campo da colonialidade estética e da disputa por reconhecimento no mercado da beleza. A comparação entre a pele negra que "brilha" e a pele branca "igual arroz" não rompe totalmente com a centralidade da branquitude; antes, mantém a estrutura comparativa que toma o branco como referência. Mesmo quando depreciada, a branquitude permanece como parâmetro organizador do discurso.

Do ponto de vista da branquitude, esse discurso reforça o que estudiosos chamam de inclusão controlada. A marca é interpretada como progressista simplesmente por mencionar a existência de peles muito escuras. Assim, o centro normativo permanece intacto. Não há deslocamento do padrão, apenas sua expansão superficial. A branquitude continua operando como medida silenciosa da adequação estética, enquanto a negritude retinta é incorporada de forma espetacularizada.

Além disso, o discurso mobiliza uma lógica comparativa ao mencionar "pessoas brancas igual arroz". À primeira vista, essa equivalência parece produzir simetria racial. Contudo, socialmente, essa simetria é ilusória. A branquitude nunca ocupou o lugar de exclusão estrutural no mercado cosmético. Não houve escassez histórica de produtos para peles muito claras. Ao colocar as duas experiências no mesmo plano, o discurso apaga a assimetria histórica que caracteriza o racismo estético.

No âmbito do colonialismo estético, é fundamental observar que a tinta preta não corresponde à materialidade da pele humana. Peles retintas possuem subtom, luminosidade e variação cromática. A transformação dessa complexidade em "preto absoluto" remete à lógica colonial de homogeneização do corpo negro. A colonialidade sempre operou por simplificação e essencialização: o negro como bloco único, indistinto. Socialmente, validar esse gesto mercadológico significa aceitar a reedição dessa simplificação.

Outro aspecto importante é a dimensão da internalização da branquitude. Ao afirmar sua identidade negra como garantia de legitimidade, o sujeito não necessariamente rompe com a estrutura racial; ele pode operar a partir de uma posição já moldada pela hegemonia estética branca. A celebração acrítica da iniciativa da marca revela como o colonialismo estético não depende apenas de agentes brancos para se reproduzir — ele se sustenta também pela incorporação de seus parâmetros por sujeitos racializados.

Sob a lente dos estudos raciais, o discurso participa da lógica do multiculturalismo de mercado: a diversidade é aceita como valor simbólico, desde que não desestabilize as estruturas de poder. A marca é lida como inovadora por reconhecer "outras cores", ainda que o produto não dialogue com a realidade técnica das peles negras. A crítica estrutural é substituída por reconhecimento simbólico.

Portanto, ainda que o discurso se apresente como celebração da negritude retinta, ele opera dentro da gramática do colonialismo estético contemporâneo: incorpora a diferença sem deslocar o poder. A branquitude permanece como medida invisível, enquanto a inclusão se realiza nos termos do mercado, não nos termos da justiça racial.

As escolhas lexicais que valorizam a pele retinta coexistem com estratégias discursivas que naturalizam práticas mercadológicas excludentes, deslocando a crítica estrutural para o reconhecimento abstrato da diversidade. Dessa forma, o discurso produz efeitos de sentido ambivalentes: ao mesmo tempo em que reconhece a beleza da negritude, contribui para legitimar formas de inclusão simbólica que preservam a centralidade da branquitude e os mecanismos do colonialismo estético. O recorte evidencia, assim, que discursos aparentemente favoráveis à diversidade também podem reproduzir, de maneira sutil, as lógicas de poder que organizam as hierarquias raciais no campo da estética.

O próximo recorte foi incorporado a este eixo por revelar uma modalidade específica de apreciação estética, marcada pela exaltação da pele retinta como característica desejável. Embora o comentário apresente uma avaliação positiva, sua análise permite observar como determinados sentidos são construídos quando a beleza da mulher negra é associada a uma qualidade naturalizada do corpo, desvinculada das condições sociais e históricas que atravessam a experiência racial. Assim, este discurso possibilita investigar como a valorização da aparência negra pode produzir efeitos contraditórios, ao reconhecer esteticamente a diferença racial, mas também restringi-la ao campo da visualidade e da excepcionalidade.

“Ca pra nós, retintas nem precisam de base 😳 pele maravilhosa, Queria eu ter , Porém não nasci com esse privilégio”

Comentário 2, da postagem 1, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

No plano linguístico, o discurso mobiliza o subsistema da Apreciação, ao qualificar a pele retinta como “pele maravilhosa”. Trata-se de uma apreciação estética positiva, centrada na aparência e construída como reação-qualidade, isto é, como avaliação imediata do impacto visual do corpo. A intensificação ocorre por meio da forma absoluta “maravilhosa”, que posiciona a pele retinta como esteticamente superior.

Em “pele maravilhosa”, a avaliação torna-se explícita. O adjetivo “maravilhosa” realiza diretamente a Apreciação – reação (qualidade), atribuindo valor estético intensamente positivo

à pele. Diferentemente de uma descrição neutra, “maravilhosa” carrega um julgamento estético marcado, posicionando a pele retinta como objeto de admiração.

Na sequência, “queria eu ter” desloca momentaneamente o foco para o desejo do sujeito, mas ainda preserva a lógica apreciativa. O desejo de possuir tal característica reforça o valor positivo atribuído anteriormente. A qualidade estética da pele é reafirmada pelo fato de ser desejável.

Por fim, “porém não nasci com esse privilégio” introduz uma formulação avaliativa distinta. O substantivo “privilégio” atribui valor à condição de possuir pele retinta, classificando-a como vantagem. Aqui, a avaliação não incide apenas sobre a aparência enquanto qualidade sensorial, mas sobre seu valor social. Nesse caso, observa-se uma Apreciação – valorização, pois a característica é enquadrada como algo socialmente significativo e desejável.

Ao longo do comentário, portanto, a Atitude se realiza predominantemente por meio da Apreciação, especialmente no eixo da reação-qualidade (“nem precisam de base”, “pele maravilhosa”) e, ao final, no eixo da valorização (“privilégio”). A pele retinta é construída como esteticamente autossuficiente, admirável e dotada de valor positivo, sendo objeto de contemplação e desejo.

Entretanto, essa apreciação é tensionada pela estrutura modal presente em “retintas nem precisam de base”. O “nem” opera como marcador de exclusão implícita, sugerindo que o uso da base, produto central no debate, não seria necessário para mulheres retintas. Linguisticamente, o discurso produz uma generalização que desloca a discussão da inadequação do produto para uma suposta autossuficiência estética do corpo negro retinto.

O discurso também é marcado pelo afeto, sobretudo pela combinação entre admiração e frustração. A presença do emoji de choro e da formulação “Queria eu ter” introduzem sentimentos de desejo e falta, associados à comparação racial ao declarar que não nasceu com esse “privilégio”. O sujeito constrói a negritude retinta como um atributo quase mítico, raro e inalcançável, reforçando sua posição como outro excepcionalizado.

A emoção expressa suaviza o conflito racial; ao caracterizar a negritude como “privilégio”, o discurso transforma uma condição historicamente subalternizada em valor estético isolado, produzindo uma valorização que se restringe ao corpo e à aparência, sem tensionar as relações de poder que sustentam a hierarquização racial.

No nível discursivo, a pele negra é celebrada, mas ao custo de sua desmaterialização como sujeito de direitos de consumo, visibilidade e inclusão. A colonialidade estética permanece operante: a base continua sendo pensada a partir da branquitude, enquanto a pele retinta é posicionada fora desse circuito, como exceção “natural”.

O discurso realiza um processo de inversão semântica que ressignifica a negritude como "privilégio", ao afirmar: "porém não nasci com esse privilégio". Essa formulação produz um efeito que aparenta exaltar a pele retinta, mas que, de fato, atua na naturalização do discurso de democracia racial, pois nega que a população negra esteja nesse lugar de minoria. Conforme Thompson (2018), tal operação constitui uma forma de reificação ideológica, pela qual desigualdades estruturais são convertidas em características naturais ou biológicas, tornando-se, assim, invisíveis quando deslocadas do contexto social que não é de privilégios. Desse modo, mascara as relações de poder que sustentam o racismo estético, mudando o foco das condições sociais e históricas para o domínio da natureza — "nascer com privilégio" —, o que reitera, de maneira implícita, a supremacia simbólica da branquitude.

O discurso não confronta os padrões eurocêntricos de beleza, mantendo-os implícitos, enquanto promove microestratégias de avaliação interna à comunidade negra, regulamentando o debate e contribuindo para a exclusão simbólica das denúncias de racismo estético.

Sob a perspectiva do feminismo negro, o discurso revela uma dinâmica complexa de valorização e exclusão simultâneas, que evidencia como gênero e estética operam de maneira interseccional na reprodução do racismo. A pele retinta é celebrada como "maravilhosa", mas essa celebração ocorre no interior de um regime estético que incide prioritariamente sobre corpos femininos. Não se trata apenas de raça, mas da racialização do corpo da mulher negra como superfície privilegiada de avaliação, controle e comparação. Assim, a mulher retinta é exaltada como corpo esteticamente potente, porém despolitizada como sujeito de direitos de consumo, representação e inclusão estrutural no mercado da beleza.

A formulação "não nasci com esse privilégio" produz uma inversão semântica que transforma uma condição historicamente subalternizada — ser mulher negra retinta — em signo de privilégio estético. Contudo, essa inversão não rompe com a colonialidade; ao contrário, pode reforçá-la. Ao naturalizar a diferença racial como atributo biológico excepcional, o discurso desloca a discussão das estruturas sociais que produzem desigualdade para o campo da natureza. Esse movimento obscurece que a exclusão de mulheres negras retintas do mercado cosmético não é resultado de "privilégios naturais", mas de hierarquias raciais e de gênero historicamente construídas.

Do ponto de vista da colonialidade estética, a base continua vinculada à branquitude como norma implícita, isto é, ao padrão feminino branco como referência universal de beleza. A mulher negra retinta é posicionada fora desse circuito, como se sua beleza "natural" a tornasse autossuficiente e, portanto, dispensável como sujeito consumidor. Essa construção reforça uma

lógica interseccional: ao mesmo tempo em que o corpo feminino negro é hiperestetizado, ele é excluído das estruturas materiais que organizam reconhecimento e pertencimento no mercado.

No plano social, o discurso "Cá pra nós, retintas nem precisam de base 😳 pele maravilhosa, queria eu ter, porém não nasci com esse privilégio" mobiliza uma estrutura ambivalente que combina valorização estética da pele retinta com a reprodução de hierarquias produzidas pelo colonialismo estético.

À primeira vista, o discurso parece contra-hegemônico, pois nomeia a pele retinta como "maravilhosa" e a posiciona como objeto de desejo. No entanto, socialmente, é necessário observar como essa valorização opera. Ao afirmar que mulheres retintas "nem precisam de base", o discurso desloca a discussão do campo estrutural, a exclusão histórica no mercado cosmético, para o campo da excepcionalidade biológica. A ausência de base deixa de ser um problema de negligência da indústria e passa a ser interpretada como desnecessária, quase como vantagem natural.

Esse movimento é significativo no contexto do colonialismo estético. Durante séculos, a pele negra foi construída como defeituosa, opaca ou inadequada aos padrões de refinamento. No contemporâneo, há um deslocamento estratégico: a pele retinta pode ser celebrada, desde que como espetáculo estético, como superfície "naturalmente perfeita". Trata-se de uma inversão que não rompe com a lógica colonial, mas a reorganiza. O corpo negro continua sendo tratado como objeto de contemplação, antes inferiorizado, agora idealizado, sem que a estrutura que o marginaliza seja questionada.

Além disso, o discurso introduz a categoria "privilégio" associada à pele retinta. Socialmente, essa formulação é problemática porque produz uma inversão discursiva das assimetrias raciais. No interior das sociedades marcadas pelo racismo estrutural, a pele retinta nunca ocupou o lugar de privilégio material. Ao nomeá-la como tal, o discurso reconfigura simbolicamente a hierarquia racial, como se a valorização estética momentânea pudesse equivaler às desigualdades históricas produzidas pela branquitude.

Essa inversão é característica do que os estudos sobre branquitude identificam como estratégia de neutralização das desigualdades. Ao afirmar "queria eu ter", o sujeito se posiciona como alguém que carece de um atributo valorizado, sugerindo uma simetria entre experiências raciais. Contudo, essa simetria é ilusória. O desejo estético não apaga as desvantagens estruturais que recaem sobre mulheres retintas em termos de acesso, representação, renda, mobilidade social e reconhecimento profissional.

Outro ponto central é a lógica da naturalização biológica da estética. Ao dizer que "não nasci com esse privilégio", o discurso remete a uma concepção essencializada da beleza, como

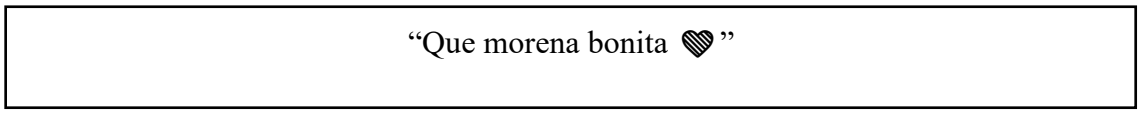
atributo inato, desvinculado de processos históricos. O colonialismo estético, porém, sempre operou justamente na produção social de valor atribuído a determinados traços corporais. O que é considerado belo ou privilegiado não nasce com o corpo; é produzido por regimes de poder. Ao biologizar a discussão, o discurso obscurece essa dimensão estrutural.

Também é importante observar que a afirmação de que retintas "nem precisam de base" pode funcionar como forma sutil de desresponsabilização do mercado. Se não precisam, não há urgência em desenvolver produtos adequados. A exclusão histórica da indústria cosmética é, assim, suavizada por uma retórica de admiração. A ausência de produto é reinterpretada como redundância, não como negligência.

A negritude pode ser celebrada como imagem, como superfície brilhante, mas continua submetida a estruturas que a marginalizam. Essa dissociação entre reconhecimento simbólico e justiça estrutural é uma das marcas do colonialismo estético atual.

Este recorte evidencia que a valorização da estética negra não ocorre fora das relações de poder que historicamente definem os critérios de beleza e pertencimento. As expressões "pele maravilhosa" e "privilégio" constroem sentidos de admiração, porém também contribuem para individualizar uma característica racial que é atravessada por processos sociais mais amplos. Ao representar a pele retinta como uma condição naturalmente privilegiada, o discurso desloca a atenção das barreiras estruturais presentes no campo da beleza para uma suposta vantagem. Dessa maneira, o comentário revela uma das formas sutis pelas quais o colonialismo estético se atualiza: não apenas pela rejeição da negritude, mas também pela sua valorização despolitizada, quando o reconhecimento simbólico não é acompanhado da problematização das desigualdades que organizam os espaços de representação e consumo.

O recorte a seguir mostra uma dimensão específica da apreciação estética racializada: a relação entre elogio e nomeação da identidade racial. Nesse caso, a investigação concentra-se no modo como o termo empregado para nomear a mulher revela processos históricos de classificação e hierarquização racial no contexto brasileiro.



Comentário 3, da postagem 1, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

No plano linguístico, o discurso mobiliza o subsistema da Apreciação, ao avaliar positivamente a aparência por meio do adjetivo "bonita". Trata-se de uma apreciação estética direta, classificada como reação-qualidade, pois incide exclusivamente sobre o impacto visual

do corpo, sem qualquer referência a ações, agência ou atributos comportamentais da mulher avaliada. A avaliação recai integralmente sobre a aparência, reduzindo o sujeito à sua dimensão estética.

No discurso “Que morena bonita ❤️‍🩹”, a Atitude realiza-se por meio da Apreciação, especificamente no domínio da reação-qualidade, pois a avaliação incide sobre a aparência física do referente.

O adjetivo “bonita” constitui o núcleo avaliativo do discurso. Lexicalmente, trata-se de um qualificativo que atribui valor estético positivo, posicionando o referente como visualmente agradável. Não há julgamento de conduta nem avaliação de capacidade; a valoração está restrita ao plano da estética, caracterizando uma reação à qualidade percebida.

O termo “morena” funciona como elemento classificador dentro do grupo nominal, identificando o referente por traço fenotípico associado à cor. Embora não seja, por si só, um adjetivo avaliativo, ele delimita o objeto da apreciação. Assim, a avaliação positiva realizada por “bonita” recai sobre uma identidade cromaticamente marcada, o que torna a cor parte constitutiva do objeto apreciado.

A estrutura exclamativa introduzida por “Que” também participa da realização da atitude, pois configura a avaliação como reação imediata e enfática diante da aparência observada. Ainda que não acrescente novo conteúdo semântico, ela reforça o caráter apreciativo da enunciação.

O emoji de coração (❤️‍🩹), embora não verbal, atua como marcador semiótico de aprovação e afeto, corroborando a polaridade positiva da apreciação.

Desse modo, a Atitude no comentário se concretiza de forma sintética e direta por meio da Apreciação – reação (qualidade), centrada na qualificação estética positiva do referente identificado como “morena”.

Entretanto, o núcleo analítico desloca-se do qualificativo “bonita” para a escolha lexical “morena”. Embora aparentemente descritivo, o termo funciona como marcador avaliativo implícito. No contexto brasileiro, “morena” opera frequentemente como eufemismo racial, evitando a nomeação direta da negritude. Assim, a apreciação positiva é simultaneamente acompanhada de um apagamento lexical da identidade racial negra. Linguisticamente, constrói-se uma valorização mediada: a beleza é reconhecida, mas a categoria racial é suavizada.

Desse modo, o discurso constrói uma valorização condicionada: a beleza é reconhecida, mas mediada por um termo que suaviza, embranquece ou torna ambígua a marca racial. A apreciação não recai plenamente sobre a mulher negra enquanto negra, mas sobre uma

identidade intermediária, socialmente mais aceitável, como quando se quer negar a negritude ao afirmar: “Negra não, morena”. No nível discursivo, destacam-se como categorias predominantes Ideologia, Hegemonia, Naturalização e Poder.

Conforme Fairclough (2016), escolhas linguísticas são socialmente motivadas e refletem relações de poder. A opção por “morena” em vez de “negra” não é neutra: materializa uma estratégia de atenuação semântica que suaviza a presença da negritude em um campo discursivo (o da beleza) historicamente regulado por padrões eurocentrados. O termo funciona como ponto de interseção entre o discurso da mestiçagem e o discurso midiático da estética.

Sob a perspectiva de Thompson (2018), trata-se de um processo de naturalização ideológica, no qual uma forma discursiva é apresentada como comum ou inofensiva, mas encobre relações históricas de dominação. Ao evitar a nomeação direta da identidade negra, o discurso reforça o negacionismo simbólico do racismo: a negritude é tolerada desde que linguisticamente suavizada.

A hegemonia da branquitude opera de modo implícito. A mulher é elogiada quando situada em uma zona cromática ambígua, compatível com uma paleta racial mais próxima da aceitabilidade hegemônica. Assim, o discurso mantém a branquitude como referência estética normativa, enquanto a negritude retinta permanece como limite implícito do elogio. O termo “morena” funciona, portanto, como um ponto de interseção entre o discurso da mestiçagem, historicamente usado no Brasil para mascarar o racismo (Almeida, 2019), e o discurso midiático da beleza, que privilegia tons de pele intermediários em detrimento da pele retinta.

Sob a perspectiva do feminismo negro, o discurso evidencia como as interseccionalidades de gênero e estética operam na reprodução do racismo, pois o corpo feminino negro é avaliado a partir de parâmetros de beleza que refletem o olhar branco e masculino. Como observa hooks (2019b), o corpo da mulher negra é frequentemente avaliado sob uma ótica exotizante e paternalista, sendo elogiado quando se aproxima de traços e tonalidades mais claras. Nesse sentido, o recorte “Que morena bonita” traduz uma forma de elogio condicionado, em que a mulher negra é reconhecida como bela, mas apenas dentro dos limites de uma paleta racial aceitável para o olhar hegemônico.

O discurso incide sobre um corpo feminino racializado, reiterando a tradição histórica de avaliação do corpo da mulher negra como objeto de observação e julgamento estético. Não se trata apenas de raça, mas da racialização do corpo feminino como superfície regulada pelo olhar social. A mulher negra é posicionada como objeto de apreciação, e sua validação depende da adequação a parâmetros estéticos próximos à branquitude.

Ao substituí-la por “morena”, o discurso participa de um processo de embranquecimento simbólico que atravessa gênero e estética. A colonialidade estética que estrutura hierarquias de cor e valor mantém-se operante: a beleza feminina continua sendo regulada por um ideal branco ou mestiço claro, enquanto a negritude explícita é mitigada.

O termo “morena” funciona, portanto, como um ponto de interseção entre o discurso da mestiçagem, historicamente usado no Brasil para mascarar o racismo (Almeida, 2019), e o discurso midiático da beleza, que privilegia tons de pele intermediários em detrimento da pele retinta.

Como argumenta Djamila Ribeiro (2017), “não nomear é também uma forma de violência”. Nesse caso, a violência não se manifesta como ataque direto, mas como apagamento. A mulher negra é elogiada desde que sua identidade racial seja tornada ambígua.

No plano social, o discurso “Que morena bonita ❤️‍🩹” opera dentro de uma gramática racial historicamente consolidada no Brasil: a da ambiguidade cromática como estratégia de regulação da negritude. A escolha da palavra “morena” não é meramente descritiva; ela carrega uma função social específica em contextos marcados pelo racismo estrutural.

Nos estudos sobre branquitude, compreende-se que o poder racial não se exerce apenas pela exclusão explícita, mas também pela administração dos termos de nomeação. A categoria “morena” frequentemente funciona como mecanismo de atenuação da identidade negra, especialmente quando aplicada a mulheres que poderiam ser socialmente reconhecidas como tal. Trata-se de uma forma de reconhecimento condicionado: elogia-se a beleza, mas por meio de um termo que suaviza ou desloca a racialização.

Socialmente, isso revela um dado importante: a palavra “negra” ainda é atravessada por tensões históricas que fazem com que sua substituição por “morena” seja percebida como mais confortável. Esse conforto é sintoma da permanência da branquitude como norma implícita. Se a branquitude é o centro não nomeado, a negritude frequentemente é nomeada de maneira indireta, mitigada ou eufemizada.

No âmbito do colonialismo estético, essa escolha lexical se articula à tradição de gradação cromática herdada do sistema escravocrata. As sociedades coloniais produziram classificações minuciosas que organizavam os corpos segundo proximidade com o branco. A categoria “morena” ocupa, nesse imaginário, um espaço intermediário — nem branca, nem explicitamente negra. Ao utilizar essa designação, o discurso reinscreve essa lógica histórica de hierarquização tonal.

O elogio à beleza, portanto, não está fora da estrutura racial; ele se realiza dentro dela. A mulher é reconhecida como “bonita”, mas sua racialidade é enquadrada em uma categoria

mais assimilável à norma. Isso evidencia como o campo da estética é profundamente regulado pela colonialidade: a beleza negra pode ser validada, desde que sua nomeação não confronte diretamente as hierarquias raciais ainda vigentes.

Além disso, no contexto midiático e digital, onde imagens circulam amplamente, a nomeação racial possui dimensão política. Ao optar por "morena", o discurso contribui para a manutenção de uma cultura de desracialização simbólica, na qual a identidade negra é diluída em categorias ambíguas. Essa diluição dificulta o reconhecimento das desigualdades estruturais que incidem especificamente sobre mulheres negras, pois enfraquece a marcação racial.

Sob a perspectiva dos estudos raciais, trata-se de uma forma sutil de regulação do pertencimento racial. A branquitude mantém sua posição de centralidade ao permitir o elogio, mas controla a forma como a diferença é nomeada. Não há ataque, nem desqualificação explícita — há um enquadramento que torna a diferença mais palatável ao olhar normativo.

Portanto, ainda que se apresente como elogio afetivo e positivo, "Que morena bonita ❤️" não é socialmente neutro. Ele participa de uma estrutura histórica que administra a visibilidade da negritude por meio da moderação nominal, revelando como o colonialismo estético continua operando não apenas pela exclusão, mas também pela suavização da diferença racial.

Embora o termo "bonita" produza uma avaliação positiva, a escolha da expressão "morena" interfere nos sentidos atribuídos à identidade da mulher representada, deslocando a negritude para uma categoria socialmente mais aceita. Assim, o discurso evidencia que os processos de racialização também ocorrem no campo da linguagem, pois nomear, suavizar ou evitar determinadas categorias participa da organização simbólica dos corpos. O elogio, portanto, não se apresenta como uma manifestação isolada de admiração, mas como uma prática discursiva inserida em relações históricas de poder que regulam os modos pelos quais mulheres negras podem ser reconhecidas e representadas no campo da beleza.

O discurso que segue inaugura uma manifestação distinta da apreciação estética racializada identificada no *corpus*, marcada pela produção direta de sentidos de rejeição e desqualificação. Esse discurso constrói a aparência da mulher negra como incompatível com um espaço socialmente associado ao reconhecimento da beleza. A análise concentra-se nas escolhas linguísticas que materializam essa exclusão. Os elementos permitem compreender como avaliações aparentemente individuais sobre beleza participam de processos discursivos mais amplos de regulação dos corpos negros femininos em espaços de visibilidade.



Postagem 2

"Miss são Paulo? Feipacarai 😂 😂 😂"

Comentário 1, da postagem 2, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

No plano linguístico, no interior do subsistema de Apreciação, o termo "feipacarai" realiza uma avaliação de reação/impacto, uma vez que expressa a resposta afetiva imediata do sujeito diante da imagem da Miss. A avaliação não se constrói por meio da descrição de atributos estéticos específicos, mas pela manifestação abrupta de rejeição e escárnio, intensificada pelo uso da gíria. O discurso evidencia, assim, o incômodo provocado pela presença de uma mulher negra retinta em um espaço de prestígio estético historicamente regulado pela branquitude.

Esse discurso evidencia como a apreciação estética atua como tecnologia de poder, regulando quem pode ser visto como belo, representativo e digno de reconhecimento público. A mulher negra, nesse regime, pode até ocupar espaços de visibilidade, mas sua presença é constantemente submetida à vigilância, que busca corrigi-la ou anulá-la simbolicamente.

No discurso "Miss São Paulo? Feipacarai 😂 😂 😂", a Atitude realiza-se por meio do subsistema do Julgamento, e não da Apreciação, pois a avaliação incide diretamente sobre a pessoa e não apenas sobre um objeto estético isolado.

A forma "Feipacarai" — grafia aglutinada e coloquial de "feia pra carai" — constitui o núcleo avaliativo do comentário. Lexicalmente, trata-se de um qualificativo depreciativo que atribui valor negativo intenso à aparência da candidata.

A presença dos emojis de riso intensifica o efeito da apreciação negativa ao converter a exclusão estética em espetáculo. O riso não só acompanha a avaliação, como também funciona como dispositivo de legitimação do desprezo, tornando-o socialmente compartilhável. No entanto, mesmo nesse processo, o núcleo do discurso permanece ancorado na estética: o corpo da mulher negra é reduzido a objeto de avaliação visual, destituído de complexidade, história ou reconhecimento institucional.

Em termos classificatórios, esse discurso pode ser compreendido como racismo recreativo, nos termos de Moreira (2018), porém com potencial negacionista, devido ao uso do humor como escudo discursivo. Não se trata de racismo explícito, pois não há nomeação direta da raça, mas tampouco é um discurso sutil: sua agressividade é frontal, ainda que racialmente implícita. A eficácia desse tipo de discurso reside justamente nessa combinação entre brutalidade avaliativa e apagamento da dimensão racial, o que o torna amplamente circulável, defensável e socialmente tolerado.

A forma interrogativa inicial (“Miss São Paulo?”) não busca esclarecimento, mas atua como estratégia de estranhamento estético, produzindo um efeito de incompatibilidade entre o título e o corpo que o ocupa. A pergunta instaura a ideia de desajuste visual, sugerindo que a presença da mulher negra retinta naquele lugar viola expectativas estéticas previamente consolidadas. Assim, o discurso avalia negativamente a aparência e constrói a própria eleição como erro perceptivo, reforçando a lógica segundo a qual determinados corpos não deveriam representar ideais de beleza pública. A mulher negra não é descrita; ela é reduzida a um impacto visual negativo. O corpo torna-se objeto puro de avaliação.

Esse tipo de avaliação não é neutro: em contextos racializados, ele mobiliza um histórico de hierarquização que associa beleza à branquitude e feiura à negritude, especialmente quando se trata de corpos femininos retintos. O discurso, portanto, reinscreve a colonialidade estética ao reafirmar um regime de visibilidade que exclui corpos negros dos lugares de prestígio simbólico.

No nível discursivo, destacam-se como categorias predominantes Hegemonia, Poder, Naturalização do desprezo e Violência simbólica. O discurso opera como prática de manutenção da hegemonia estética (Fairclough, 2016). Concursos de beleza são espaços historicamente regulados por padrões eurocentrados, nos quais a branquitude funciona como norma de representatividade. A eleição de uma mulher negra retinta tensiona essa norma. O discurso analisado surge como reação corretiva: tenta restaurar simbolicamente a ordem estética ameaçada. Ele evidencia que, no espaço digital, a violência contra mulheres negras se reinventa

em formas discursivas que articulam agressividade, humor e hegemonia, reafirmando o papel do discurso na reprodução cotidiana do racismo estrutural.

Ao se aplicar por meio da naturalização do desprezo visual, o discurso contribui para a manutenção de hierarquias raciais e de gênero, demonstrando como a linguagem cotidiana, mesmo em sua forma mais breve, participa ativamente da reprodução da exclusão da mulher negra.

Para Fairclough (2016), o discurso funciona como prática de manutenção da hegemonia estética, ao tentar recolocar a mulher negra em uma posição de não pertencimento simbólico. Ao reduzi-la à condição de "feia", o discurso nega sua beleza e o próprio sentido do título que ela carrega, esvaziando seu reconhecimento institucional e social. O poder, aqui, manifesta-se na tentativa de anular discursivamente uma conquista que desestabiliza a hierarquia racial, reafirmando que certos corpos não devem representar a beleza, o sucesso ou a excelência.

Portanto, este recorte representa a face mais explícita do racismo estético: o momento em que a linguagem abandona a sutileza e assume seu papel de arma simbólica, negando à mulher negra o direito de ser bela, visível e reconhecida.

O discurso "Miss São Paulo? Feiapacarai 😂😂😂" deve ser compreendido, no plano social, como um discurso que ultrapassa a ofensa individual e se insere na lógica histórica de regulação estética dos corpos femininos racializados. Em concursos de beleza, espaços tradicionalmente estruturados sob padrões eurocêntricos — a noção de "miss" está associada a um ideal corporal específico, produzido pelo colonialismo estético: pele clara, traços finos, cabelos lisos, simetria facial alinhada à matriz europeia.

Quando uma mulher negra ocupa esse lugar simbólico, ocorre uma ruptura na expectativa racial construída historicamente. O discurso não expressa apenas discordância estética; ele funciona como mecanismo de restauração da norma colonial. A pergunta retórica ("Miss São Paulo?") indica incredulidade diante da presença daquela mulher nesse espaço. A negação da beleza ("feiapacarai") atua como dispositivo de exclusão simbólica: se não corresponde ao padrão branco, não pode ser reconhecida como legítima representante da categoria "miss".

Sob a perspectiva da branquitude, o discurso revela a operação do padrão branco como medida silenciosa e universal de beleza. A branquitude não precisa ser nomeada para funcionar; ela estrutura o imaginário do que é considerado belo, elegante ou digno de representação estadual. Assim, a rejeição da candidata não é apenas estética, mas racialmente estruturada — mesmo que a raça não seja explicitamente mencionada.

O riso (“😂😂😂”) acrescenta uma camada social importante: a ridicularização pública como forma de disciplina racial. Historicamente, corpos negros foram expostos ao escárnio como mecanismo de inferiorização. O deboche não apenas desqualifica a candidata, mas também reafirma a ideia de que sua presença naquele espaço é absurda. O humor funciona como tecnologia social que suaviza a violência, transformando exclusão em “opinião”.

No âmbito do colonialismo estético, concursos de beleza são instituições profundamente marcadas pela herança colonial. Eles consolidaram padrões de feminilidade associados à branquitude como sinônimo de civilização, pureza e sofisticação. A inserção de mulheres negras nesses espaços tensiona esse legado. Portanto, ele atua como reação à desestabilização dessa hierarquia: reafirma que o corpo negro continua sendo percebido como fora do lugar quando ocupa posições simbólicas de representação idealizada e de poder.

Socialmente, o discurso também revela a persistência da ideia de que a beleza é atributo natural e universal, quando, na verdade, é produto histórico de relações de poder. O colonialismo estético construiu a associação entre brancura e excelência estética, relegando corpos negros à marginalidade ou à exotização. Ao declarar a candidata “feia”, reativa essa matriz colonial de julgamento.

Além disso, a desqualificação pública de uma mulher negra em um espaço de visibilidade amplia os efeitos estruturais do discurso. Não se trata apenas de opinião individual, mas de reforço simbólico de que certos corpos não pertencem a determinados lugares de prestígio. Essa lógica sustenta a sub-representação histórica de mulheres negras em concursos, campanhas publicitárias e posições de destaque na mídia.

Portanto, o discurso não é um insulto isolado, é um gesto social que protege a arquitetura estética herdada da colonialidade, reagindo à desestabilização do padrão branco como referência exclusiva de beleza. A violência está na palavra “feia”, mas sobretudo na tentativa de restabelecer a hierarquia racial no campo da representação.

A análise deste recorte evidencia uma forma de racismo estético em que a linguagem atua como mecanismo de disputa sobre quem pode ocupar lugares de reconhecimento simbólico. A escolha lexical “feiapacarai” produz uma rejeição intensificada da aparência da candidata, enquanto a pergunta “Miss São Paulo?” constrói um efeito de estranhamento diante da presença de uma mulher negra retinta em um espaço historicamente atravessado por padrões eurocentrados de beleza. O uso dos emojis de riso acrescenta ao discurso uma dimensão de ridicularização, transformando a desqualificação em entretenimento e contribuindo para sua circulação como suposta brincadeira.

O próximo recorte apresenta uma configuração discursiva marcada pela articulação entre avaliação estética e negação da dimensão racial da violência. Diferentemente de comentários em que o racismo estético aparece por meio da rejeição direta ou da ridicularização explícita, aqui observa-se um movimento duplo: primeiro, a desqualificação da aparência da mulher negra por meio do termo "fei4"; posteriormente, a tentativa de desvincular essa avaliação de qualquer relação com o racismo. A análise, portanto, volta-se para o modo como escolhas lexicais aparentemente simples constroem sentidos de naturalidade e neutralidade, revelando estratégias discursivas que transformam uma hierarquia estética historicamente produzida em uma suposta preferência individual.

"Só é fei4 mesmo. Nada de racismo"

Comentário 2, da postagem 2, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso "Só é fei4 mesmo. Nada de racismo" organiza-se prioritariamente no eixo da apreciação estética racializada, uma vez que se efetiva pela avaliação negativa direta da aparência da mulher negra retinta, reduzindo sua presença pública a um juízo estético desqualificador. A escolha lexical "feia", ainda que grafada de forma levemente desviada ("fei4") para burlar os algoritmos, cumpre a função de apreciação negativa, incidindo sobre o corpo da Miss enquanto objeto estético, sem qualquer mediação, explicação ou contextualização. Trata-se de uma avaliação que se apresenta como evidente e autojustificada, reforçando a naturalização de padrões estéticos racializados.

Essa apreciação não é descolada das relações de poder que atravessam o campo da beleza. Ao incidir sobre um corpo feminino negro em posição de visibilidade e prestígio, o discurso reativa a colonialidade, na qual a branquitude funciona como parâmetro implícito do belo, enquanto corpos negros, sobretudo retintos, são construídos como desvios dessa norma. A desqualificação, nesse caso, não se limita a expressar gosto pessoal, mas atua como mecanismo simbólico de exclusão, reafirmando que determinados corpos não devem ocupar lugares de representação e reconhecimento social.

O segmento "Nada de racismo" atua como um complemento fundamental ao julgamento estético. Ao negar explicitamente a dimensão racial da avaliação, o discurso tenta dissociar a apreciação negativa das estruturas históricas de hierarquização racial, apresentando-a como opinião individual e legítima. Essa negação não neutraliza o racismo; ao contrário, o reforça, pois contribui para sua naturalização. Ao afirmar que a desqualificação estética não tem relação

com raça, o sujeito oculta o fato de que a categoria “feia” é socialmente produzida em contextos marcados por assimetrias raciais, especialmente quando aplicada reiteradamente a mulheres negras em espaços de destaque.

Ao mesmo tempo, a negação (“nada de racismo”) funciona como uma tecnologia de silenciamento, impedindo que a vítima nomeie a violência sofrida e transformando a denúncia em “exagero” ou “vitimismo”. Como destaca Kilomba (2019), esse tipo de discurso não representa uma ausência de racismo, mas sim sua forma mais sofisticada, aquela que se apresenta como neutralidade, mas que, ao negar a opressão, a perpetua.

Nesse sentido, a apreciação estética funciona como forma sofisticada de regulação simbólica, pois desloca a violência racial do campo do explícito para o domínio do “gosto”, da “opinião” e da “preferência”. A estética branca permanece como norma silenciosa, enquanto o corpo negro é avaliado, corrigido e recusado. Tal funcionamento discursivo evidencia como o racismo estético contemporâneo pode funcionar de modo simultaneamente direto na avaliação e negacionista em sua justificativa.

Assim, o comentário analisado exemplifica como a apreciação estética racializada atua como tecnologia discursiva de poder, produzindo exclusão simbólica sob a aparência de julgamento simples e despolitizado. Ao reduzir a mulher negra a um atributo estético negativo e negar a dimensão racial dessa avaliação, o discurso contribui para a manutenção do racismo estrutural no ambiente digital.

Na perspectiva da Análise Crítica do Discurso, essa formulação demonstra o modo como a ideologia opera pela dissimulação (Thompson, 2018): o racismo é reproduzido justamente no ato de ser negado, e torna-se um mecanismo de reprodução da hegemonia discursiva da branquitude, pois impede que o racismo seja reconhecido como estrutura social e simbólica, restringindo-o à esfera moral e subjetiva.

O comentário “Só é fei4 mesmo. Nada de racismo” opera socialmente como um mecanismo de blindagem da branquitude diante da acusação implícita de racismo estrutural. Ao afirmar que a desqualificação é “apenas” estética, o discurso tenta dissociar julgamento de beleza e hierarquia racial, como se ambos fossem campos independentes. No entanto, sob a perspectiva do colonialismo estético, essa separação é precisamente o que sustenta a permanência da estrutura racial.

Concursos de beleza são instituições historicamente moldadas por padrões eurocêntricos. A figura da “miss” consolidou-se como representação idealizada da feminilidade branca: traços finos, pele clara, cabelos lisos e loiros. A presença de uma mulher negra retinta nesse espaço tensiona diretamente esse legado colonial. Quando o comentário afirma que ela é

“só feia”, procura-se deslocar o debate do campo estrutural para o gosto individual — que seria indiscutível —, ocultando que os critérios de beleza são socialmente produzidos dentro de uma matriz racial.

A expressão “Nada de racismo” é central para compreender o funcionamento da branquitude nesse discurso. Nos estudos sobre branquitude, observa-se que uma das estratégias mais recorrentes de manutenção do poder racial é a negação preventiva. O sujeito antecipa a crítica e a desautoriza, reafirmando a ideia de neutralidade. Essa operação protege o lugar normativo da branquitude ao transformar uma questão estrutural em mera opinião pessoal.

No contexto do colonialismo estético, declarar que a rejeição é “apenas” estética ignora que a própria noção de feiura foi historicamente racializada. Durante o período colonial e pós-escravocrata, corpos negros foram sistematicamente associados à inferioridade, à desproporção e à ausência de refinamento. Esses imaginários não desapareceram; foram naturalizados. Assim, quando uma mulher negra retinta é considerada “feia” em um espaço tradicionalmente branco, o julgamento não emerge em um vazio histórico, ele ecoa séculos de construção racial da estética.

Além disso, a tentativa de separar estética e racismo reforça a lógica da neutralidade branca. A branquitude se apresenta como padrão universal e desracializado; portanto, seus critérios parecem técnicos ou naturais. A mulher negra, ao não corresponder a esse padrão, é lida como inadequada, mas a inadequação é atribuída ao indivíduo, não ao sistema que definiu o padrão.

Socialmente, esse tipo de comentário cumpre uma função disciplinadora. Ele sinaliza que a ascensão de mulheres negras retintas a espaços de representação idealizada continua sendo contestada. Ao negar o racismo, o discurso impede que a crítica avance para o nível estrutural, mantendo o debate no plano superficial e esvaziado politicamente.

A negação explícita (“Nada de racismo”) também revela o desconforto diante da racialização do debate público. Reconhecer o racismo implicaria reconhecer que os critérios de beleza são atravessados por hierarquias históricas. Ao recusar essa possibilidade, o comentário reafirma a estabilidade da ordem estética colonial.

O comentário analisado realça que o racismo estético também se sustenta por meio de discursos que recusam sua própria racialização. A expressão “Só é fei4 mesmo” reduz a mulher negra a uma avaliação estética negativa, enquanto “Nada de racismo” funciona como uma tentativa de interromper a interpretação estrutural dessa avaliação. A análise revela, assim, que a negação do racismo não representa ausência de violência simbólica, mas uma estratégia

discursiva que contribui para sua permanência ao preservar a aparência de neutralidade dos padrões estéticos dominantes.

No recorte a seguir, há uma forma particular de apreciação estética racializada, na qual a desqualificação não ocorre por meio de uma ofensa direta, mas pela construção de uma hierarquia comparativa. O discurso desloca a avaliação da aparência individual para uma suposta escala objetiva de beleza, estabelecendo uma oposição entre a mulher negra eleita e outras mulheres consideradas "mais bonitas". A análise concentra-se, portanto, nos mecanismos discursivos que transformam um julgamento historicamente atravessado por padrões raciais em uma preferência aparentemente natural e imparcial.

"Não é racismo, só tinha mulheres mais bonitas"

Comentário 3, da postagem 2, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso "Não é racismo, só tinha mulheres mais bonitas" estrutura-se no eixo da apreciação, agindo por meio de uma comparação implícita que hierarquiza corpos femininos a partir de critérios estéticos naturalizados. A avaliação não se dirige apenas à aparência da mulher negra eleita Miss, mas a posiciona em uma escala de valor na qual outras mulheres — não nomeadas, mas pressupostas como mais adequadas — são consideradas "mais bonitas". Esse funcionamento discursivo produz exclusão simbólica ao sugerir que a presença da mulher negra naquele lugar é um erro de julgamento estético.

A avaliação propriamente dita aparece na sequência: "só tinha mulheres mais bonitas". O adjetivo "bonitas" realiza Apreciação – reação (qualidade), pois qualifica esteticamente a aparência. No entanto, a construção comparativa "mais bonitas" produz um efeito relacional: ao afirmar que havia outras "mais bonitas", estabelece-se implicitamente que a candidata é menos bonita. A desqualificação não é expressa por adjetivo negativo direto ("feia"), mas por inferiorização comparativa.

O advérbio "só" exerce papel central nessa configuração avaliativa. Ele restringe a justificativa à dimensão estética, como se dissesse que a decisão ou a crítica se fundamenta exclusivamente na comparação de beleza. Esse operador reforça a ideia de objetividade e naturalização do critério estético

A apreciação negativa não é construída de forma direta, mas relacional. Ao afirmar que "só tinha mulheres mais bonitas", o discurso desloca a avaliação para um plano comparativo que mascara a desqualificação sob a aparência de objetividade. A mulher negra não é

explicitamente chamada de “feia”, mas é posicionada como inferior dentro de um regime estético que se apresenta como evidente e consensual. Esse mecanismo é particularmente eficaz porque transforma o racismo estético em hierarquização silenciosa, na qual a exclusão não precisa ser nomeada para operar.

A negação inicial — “Não é racismo” — cumpre uma função ideológica central ao tentar dissociar a apreciação estética das estruturas raciais que a atravessam. Ao declarar previamente a ausência de racismo, o discurso busca legitimar a avaliação como racional e desprovida de preconceito. No entanto, essa negação não elimina a racialização do julgamento; ao contrário, ela contribui para sua naturalização, pois impede que se reconheça que os critérios de beleza mobilizados são historicamente construídos a partir da centralidade da branquitude (Kilomba, 2019).

No âmbito da Análise Crítica do Discurso, o discurso constrói-se, portanto, sobre uma dupla operação ideológica: a negação do racismo e a reafirmação dos padrões estéticos hegemônicos, assim o racismo não é eliminado, mas deslocado para o campo da estética — uma das formas mais sutis e persistentes de discriminação simbólica (Ribeiro, 2019).

Essa formulação “não é racismo” constitui um caso típico de reificação (Thompson, 2018): transforma uma construção histórica — a ideia de beleza — em um dado natural, apagando sua origem social e política. Essa reificação serve à manutenção da hegemonia (Fairclough, 2016), pois legitima o domínio simbólico da branquitude por meio da crença de que os padrões estéticos são universais e não culturais. A comparação implícita (“mulheres mais bonitas”) ancora-se num referencial de beleza eurocentrado — pele clara, cabelo liso, traços finos — que historicamente foi naturalizado como norma de feminilidade e de valor social (hooks, 2019).

Em termos de efeitos de sentido, o discurso produz a exclusão simbólica e o silenciamento da denúncia racial, pois a negação do racismo desautoriza as vozes que o nomeiam e, ao fazê-lo, mantém as relações de poder que sustentam o privilégio estético branco.

Nesse sentido, a apreciação estética funciona como dispositivo de colonialidade, na medida em que reafirma padrões eurocentrados de beleza como universais, enquanto corpos negros, especialmente femininos, são posicionados como exceção, inadequação ou excesso. O discurso não questiona os critérios de escolha do concurso, nem reconhece a diversidade estética; ele reafirma a ideia de que há um padrão legítimo de beleza e que a mulher negra eleita não o atende plenamente.

Ao reduzir a eleição da Miss a uma suposta falha estética comparativa, o discurso também esvazia o reconhecimento institucional e simbólico da conquista, deslegitimando a

representatividade. Dessa forma, a apreciação estética racializada atua como mecanismo de controle simbólico, regulando quem pode ocupar espaços de prestígio e sob quais condições.

Longe de ser uma opinião inocente, o discurso participa ativamente da reprodução das hierarquias raciais no campo da estética, contribuindo para a exclusão simbólica da mulher negra em contextos de reconhecimento social.

O discurso opera socialmente como uma estratégia de recentralização da branquitude sob a aparência de neutralidade meritocrática. Ao negar o racismo e deslocar a justificativa para a existência de "mulheres mais bonitas", o sujeito defende um suposto critério técnico e comparativo, desviando do problema estrutural.

No contexto, a noção de "mais bonita" não é neutra. Ela é produzida dentro de um regime visual herdado do colonialismo estético, que associou brancura, traços europeus e determinadas proporções corporais à excelência feminina. Portanto, afirmar que havia "mulheres mais bonitas" implica mobilizar um padrão que, historicamente, excluiu ou marginalizou mulheres negras, sobretudo retintas.

Sob a perspectiva da branquitude, o comentário revela um mecanismo recorrente: a defesa da hierarquia racial por meio da linguagem do mérito. A beleza é apresentada como atributo objetivo e comparável, como se existisse uma escala universal de avaliação. No entanto, essa escala foi socialmente construída a partir da centralidade branca. Assim, a comparação é estruturada por critérios que raramente são explicitados.

Além disso, o uso do comparativo ("mais bonitas") introduz a lógica da competição hierarquizada, central nos concursos de beleza. Quando uma mulher negra retinta vence, ela desafia outras candidatas, mas também o próprio imaginário racial que estruturou o concurso. O sujeito, ao sugerir que outras eram "mais bonitas", tenta restabelecer a ordem simbólica anterior, na qual o corpo negro não ocupa o topo da representação idealizada.

Há ainda um efeito de deslegitimação política: ao enquadrar a vitória da candidata como escolha inferior diante de "mais bonitas", o discurso sugere implicitamente que sua eleição poderia ter sido motivada por critérios outros que não a beleza, insinuando, sem afirmar, que sua vitória seria resultado de concessão ou agenda identitária. Essa suspeita implícita reforça a ideia de que mulheres negras ocupam espaços de destaque por exceção, não por mérito.

Ao afirmar que "só tinha mulheres mais bonitas", o discurso não precisa nomear a inferiorização da candidata, pois a estabelece pela lógica comparativa que posiciona determinados corpos como menos adequados à representação da beleza. A expressão "não é racismo" reforça esse efeito ao apresentar o julgamento como puramente estético, ocultando

que os próprios critérios de beleza são constituídos historicamente por relações de poder. Dessa forma, o comentário revela como a hegemonia estética opera pela aparência de objetividade.

Abaixo, existe uma forma discursiva de contestação da presença negra em espaços de prestígio que se constrói sob a aparência de ponderação e neutralidade, o sujeito não recorre a uma desqualificação direta da candidata, mas desloca a questão para a legitimidade dos critérios utilizados na escolha. A desigualdade racial é retirada do campo das relações de poder e reinterpretada como uma questão técnica ou avaliativa, ocultando que os próprios critérios de beleza são constituídos historicamente por padrões racializados.

"Acho que não é ódio, é a dúvida sobre os critérios, pois tinham candidatas mais belas."

Comentário 4, da postagem 2, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso "Acho que não é ódio, é a dúvida sobre os critérios, pois tinham candidatas mais belas" mobiliza, ainda que de forma secundária, estratégias ideológicas de negação da violência racial. O núcleo avaliativo do comentário reside na afirmação de que havia "candidatas mais belas", o que instaura uma hierarquização estética que deslegitima a eleição da mulher negra ao título de Miss São Paulo.

No âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional, trata-se de um recurso de Apreciação (Vian Jr., 2010), que expressa uma valoração estética comparativa. O termo "mais belas", embora aparentemente descritivo, é um marcador de hierarquia, sustentado por uma concepção eurocentrada de feminilidade, na qual o corpo negro é frequentemente lido como desviante ou não compatível com o ideal hegemônico (hooks, 2019).

A avaliação estética aparece de forma mais explícita em "tinham candidatas mais belas". O adjetivo "belas" realiza Apreciação – reação (qualidade), pois atribui valor positivo à aparência. Contudo, a construção comparativa "mais belas" produz efeito relacional semelhante ao de outros comentários analisados: ao afirmar que havia candidatas "mais belas", constrói-se implicitamente a ideia de que a vencedora é menos bela. A desqualificação ocorre por comparação, não por adjetivação negativa direta.

Assim, a Atitude no comentário se organiza por meio de uma apreciação comparativa que inferioriza a candidata de maneira indireta, combinada a um julgamento implícito sobre a adequação da escolha. Ao deslocar o foco para os "critérios" e negar a presença de "ódio", o

sujeito procura conferir racionalidade e legitimidade à avaliação estética, mantendo, contudo, a estrutura de desvalorização.

A apreciação estética opera aqui de modo relacional e comparativo, posicionando a mulher negra eleita como esteticamente inferior em relação a outras concorrentes, cuja aparência é implicitamente tomada como mais adequada ao título. Assim como em outros discursos do *corpus*, a avaliação não se apresenta como ataque direto, mas como questionamento técnico dos "critérios", estratégia que desloca o foco da aparência racializada para uma suposta racionalidade institucional. Esse deslocamento funciona como mecanismo de neutralização ideológica, pois encobre o fato de que os critérios de beleza mobilizados são atravessados por padrões racializados historicamente associados à branquitude, ou seja, quando quem vence o concurso é uma mulher não branca, perdem-se os critérios para que se eleja, pois o critério é a própria norma, mas uma norma em que corpos pretos são contra normativos.

No aspecto discursivo, a expressão "critérios" sugere objetividade e imparcialidade, invocando o discurso institucional dos concursos de beleza para conferir autoridade à avaliação. Contudo, como aponta Fairclough (2016), a interdiscursividade — nesse caso, a apropriação do discurso técnico e meritocrático — serve como meio de reprodução hegemônica, pois naturaliza práticas ideológicas dentro de gêneros discursivos aparentemente neutros. Assim, o comentário transfere a responsabilidade da exclusão para uma instância impessoal ("os critérios"), ocultando que tais critérios são socialmente construídos e racialmente marcados.

A expressão "acho que não é ódio" atua como uma forma de prévia desresponsabilização discursiva. Ao negar o ódio e, por extensão, o racismo, o discurso constrói para si uma imagem de moderação e razoabilidade. No entanto, essa negação impede o reconhecimento das estruturas raciais que informam o julgamento do que é considerado "belo".

Ao negar o ódio e deslocar a avaliação para o campo dos "critérios", o discurso reforça a hegemonia de padrões estéticos excludentes. O sujeito procura afastar a crítica de racismo e de "ódio" — palavras que remetem a julgamentos morais negativos — e reconfigura o comentário como uma "opinião técnica", centrada na legitimidade dos critérios de beleza. Trata-se de uma estratégia discursiva de autolegitimação e defesa, na qual a linguagem da razão e da dúvida opera como máscara ideológica.

A estrutura argumentativa revela, portanto, um duplo movimento discursivo: nega o preconceito ("não é ódio") e reafirma a exclusão ("tinham candidatas mais belas"). Essa é uma característica do racismo negacionista, que se apoia em discursos de racionalidade, gosto e mérito para mascarar a dimensão racial das desigualdades. Como observa Silvio Almeida

(2018), o racismo estrutural se manifesta justamente na capacidade de parecer ausente, diluindo-se em práticas cotidianas e discursos “moderados”.

Ao se apresentar como ponderado e analítico, o discurso oculta sua dimensão ideológica e reforça a exclusão da mulher negra no campo da beleza. Conforme Kilomba (2019) observa, o racismo contemporâneo se mantém precisamente na sutileza: não é o grito, mas a dúvida; não a ofensa direta, mas o parecer razoável.

O discurso em questão opera socialmente como uma forma sofisticada de contestação da legitimidade da vitória da candidata negra, articulada por meio da linguagem da razoabilidade e da neutralidade técnica.

Diferentemente de insultos diretos, esse discurso desloca a crítica do corpo da candidata para o processo de escolha. Ao afirmar que a questão não é “ódio”, mas “dúvida sobre os critérios”, o discurso procura desracializar o conflito e reposicioná-lo como questionamento legítimo das regras. Essa estratégia é central na manutenção da branquitude: o poder racial não se afirma apenas pela exclusão explícita, mas também pela problematização da presença negra em espaços historicamente brancos sob o argumento da imparcialidade.

Sob a perspectiva dos estudos sobre branquitude, esse movimento pode ser compreendido como defesa da norma sob o discurso da meritocracia. A candidata negra não é diretamente desqualificada; sua vitória é que se torna suspeita. O foco desloca-se da aparência para o processo, insinuando que algo fora da ordem tradicional teria ocorrido. Esse tipo de suspeição historicamente recai sobre sujeitos negros que alcançam posições de prestígio: sua presença é frequentemente interpretada como exceção, concessão ou resultado de critérios “flexibilizados”.

Além disso, o discurso reafirma a naturalização da hierarquia estética ao assumir que existiam candidatas “mais belas”, como se essa superioridade fosse evidente e consensual. O gosto é apresentado como dado objetivo, quando na verdade é socialmente moldado por um regime visual racializado. O colonialismo estético opera justamente ao transformar preferências historicamente construídas em critérios aparentemente neutros.

Assim, ele também atua como mecanismo de regulação do pertencimento. Ele sugere que a mulher negra pode até participar do concurso, mas sua vitória precisa ser constantemente justificada ou examinada. A presença negra é tolerada; a centralidade negra é questionada.

Assim, “Acho que não é ódio, é a dúvida sobre os critérios...” não é um questionamento inocente. É um gesto social que busca preservar a estabilidade hegemônica, deslocando a tensão racial para o campo da técnica e da imparcialidade. A contestação dos critérios torna-se, nesse

contexto, uma forma contemporânea de defender a centralidade da branquitude sem explicitá-la.

A análise deste comentário demonstra que a manutenção das hierarquias estéticas não depende apenas de discursos abertamente racistas, mas também de formulações que se apresentam como equilibradas e imparciais. Ao afirmar que "não é ódio" e atribuir sua posição a uma suposta "dúvida sobre os critérios", o sujeito constrói uma imagem de racionalidade. Dessa forma, o discurso revela como a hegemonia estética opera pela naturalização de seus próprios parâmetros: aquilo que historicamente foi construído como padrão aparece como critério neutro, enquanto a presença negra em espaços de centralidade continua sendo submetida à suspeição e à necessidade de legitimação.

No próximo comentário selecionado, o que chama a atenção é a forma de apreciação estética marcada pela ambivalência discursiva, na qual a valorização aparente da beleza negra ocorre simultaneamente à manutenção de sua posição como diferença em relação a uma norma estética não nomeada. Nesse funcionamento discursivo, a mulher negra não é recusada explicitamente, mas é posicionada em um lugar de excepcionalidade estética, no qual sua beleza é reconhecida enquanto particularidade e não como referência legítima de beleza universal.



Postagem 3

"Beleza exótica (??) Qualquer pessoa recebe esse elogio, n sabia q era só negros, eu acho elogio 🤦"

Comentário 1, da postagem 3, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso em questão mobiliza um processo de apreciação que, embora se apresente como universalizante, está profundamente atravessado por relações raciais e por uma lógica de branquitude como norma implícita. A expressão “beleza exótica” funciona como um marcador à diferença, a algo fora do padrão, curioso, historicamente associado à objetificação de corpos negros e não brancos. Ao questionar se o termo seria “só” dirigido a negros, o discurso tenta esvaziar sua carga racial, deslocando-o para o campo de uma apreciação genérica e supostamente inofensiva.

Esse movimento discursivo funciona como mecanismo de naturalização da colonialidade, pois transforma uma categoria historicamente construída a partir da alterização racial em um elogio universal, despolitizado e desvinculado de sua origem ideológica. A apreciação não se dá pela valorização intrínseca do corpo negro, mas por sua leitura como “exótico”, isto é, como aquilo que foge à norma e desperta curiosidade ou fascínio. Tal lógica reafirma a assimetria simbólica entre quem nomeia e quem é nomeado, reforçando uma hierarquia estética na qual o corpo negro é apreciado não como referência de beleza, mas como exceção ornamental.

Ao afirmar “Qualquer pessoa recebe esse elogio” e “eu acho elogio 🤷🏻‍♀️”, o sujeito desloca o debate da dimensão histórica e estrutural para o plano da intenção individual. A universalização proposta pelo termo “qualquer pessoa” opera como estratégia de neutralização, apagando as condições sociais específicas em que a expressão “beleza exótica” tem sido reiteradamente direcionada a corpos racializados. O foco deixa de ser o funcionamento histórico da categoria e passa a ser a percepção subjetiva de quem enuncia. Ao sustentar que “acha elogio”, o discurso ancora-se na experiência individual como critério de validação, desconsiderando que os sentidos das palavras são socialmente construídos e atravessados por relações de poder. Dessa forma, a naturalização do termo como simples apreciação reforça a lógica da branquitude como parâmetro silencioso: aquilo que se distancia da norma é nomeado, qualificado e estetizado, enquanto o padrão permanece invisível e não marcado.

Além disso, ao afirmar “eu acho elogio”, o sujeito do discurso reifica sua percepção individual como critério suficiente para validar o uso da expressão. Esse gesto discursivo contribui para a invisibilização da violência simbólica, uma vez que desautoriza a crítica formulada pela postagem ativista e retira o debate do campo das relações de poder. Assim, a apreciação opera como estratégia de manutenção da hegemonia estética branca, ao legitimar categorias avaliativas que continuam a racializar e hierarquizar corpos negros.

Esse apagamento constitui uma estratégia de naturalização ideológica (Thompson, 2018), na qual um discurso marcado racialmente é apresentado como neutro, generalizável e

destituído de relações de poder. A universalização do elogio funciona como mecanismo de desracialização, esvaziando seu caráter estrutural e reiterando a lógica liberal da igualdade abstrata.

A afirmação “não sabia que era só negros” constitui um exemplo de negação estratégica do racismo, frequentemente observada em discursos da branquitude (Bento, 2022). Ao sugerir que a crítica estaria fundamentada em uma suposta defesa de exclusividade racial, o sujeito reformula o sentido da denúncia antirracista, atribuindo a ela uma interpretação que não corresponde necessariamente ao seu propósito. Esse movimento discursivo desloca a atenção da problematização das desigualdades raciais para uma suposta restrição da participação de outros grupos, produzindo um efeito de deslegitimação da crítica e reposicionando o racismo como resultado de um equívoco interpretativo, e não como uma prática social atravessada por relações históricas de poder.

O emoji 🤭 desempenha papel relevante na construção do sentido, funcionando como marcador de desresponsabilização discursiva. Ele sinaliza indiferença, leveza ou descompromisso, minimizando a gravidade da discussão e reforçando a ideia de que a questão seria trivial ou exagerada. Tal recurso semiótico atua como estratégia de atenuação da violência simbólica, compatível com a lógica das interações digitais.

Enquanto prática social, o comentário contribui para a manutenção do racismo estético, ao reafirmar o corpo negro como “outro” e ao negar a especificidade da violência simbólica que incide sobre ele. Conforme argumenta Gomes (2017), a recusa em reconhecer o caráter racializado de determinados discursos é, em si, uma forma de reprodução do racismo.

Sob a perspectiva feminista, especialmente a partir do feminismo negro, a expressão “beleza exótica” não pode ser dissociada da estrutura histórica da branquitude como norma estética. O elogio só é possível porque existe um centro implícito de referência: a beleza branca, eurocentrada, tomada como universal, neutra e não nomeada. A branquitude, nesse contexto, opera como parâmetro silencioso — ela não é chamada de exótica, pois ocupa o lugar da medida.

O termo “exótica” revela precisamente essa assimetria. Ele marca o corpo da mulher negra como diferença em relação ao padrão dominante. No colonialismo, o “exótico” era aquilo que vinha das colônias: o diferente, o curioso, o estranho que desperta fascínio. Aplicado à estética feminina, o termo reinscreve a lógica colonial de classificação dos corpos, em que o corpo branco é o centro civilizado e o corpo negro é a alteridade a ser observada, consumida ou admirada à distância.

Do ponto de vista do colonialismo estético, a beleza não é um dado natural, mas um projeto político. A colonização impôs sistemas econômicos e epistemológicos, para além de um ideal de corpo e de traços. Nesse cenário, a mulher negra não foi construída como padrão de beleza, mas como contraponto — ora inferiorizada, ora erotizada, ora exotizada.

Quando alguém afirma que considera "beleza exótica" um elogio, ignora que essa categoria só faz sentido dentro de uma hierarquia previamente estabelecida. O elogio não desloca o centro; ele confirma a diferença. A mulher negra pode ser bela, mas como variação curiosa do modelo hegemônico, não como referência legítima e universal de beleza. Isso é colonialismo estético em funcionamento: a manutenção do padrão branco como centro, mesmo quando se afirma apreciar a diversidade.

A branquitude, enquanto posição estrutural de poder, manifesta-se também na possibilidade de definir o que é ou não ofensivo. Ao dizer "eu acho elogio", o sujeito assume autoridade interpretativa sobre a experiência da mulher negra. Esse gesto reproduz uma dinâmica histórica em que a branquitude define os significados sociais e desautoriza leituras que evidenciam a violência simbólica.

No interior do feminismo negro, essa operação é compreendida como parte da regulação dos corpos femininos racializados. Mulheres negras não apenas enfrentam a imposição de um padrão estético inatingível, mas também a constante nomeação como "diferentes". A exotização é uma forma sofisticada de controle simbólico: permite incluir sem igualar, elogiar sem descentralizar o poder estético.

Além disso, o colonialismo estético produz uma divisão simbólica entre o "belo universal" e o "belo étnico". A mulher branca representa o primeiro; a mulher negra é frequentemente confinada ao segundo. Essa distinção mantém a branquitude como horizonte aspiracional e transforma a negritude em categoria específica, particularizada, nunca normativa.

Portanto, o discurso analisado demonstra que a racialização estética ocorre através de formas aparentemente elogiosas de nomeação que preservam relações assimétricas de poder. Ao defender a expressão "beleza exótica" como elogio universal, o comentário contribui para a naturalização de uma categoria que historicamente posiciona corpos negros como alteridade, reforçando uma lógica em que a beleza negra é reconhecida, mas ainda enquadrada como exceção. Sob essa perspectiva, a apreciação não rompe com a hegemonia estética; ao contrário, evidencia sua capacidade de incorporar a diferença sem deslocar o padrão dominante. O efeito discursivo produzido é o de uma inclusão limitada, na qual a mulher negra pode ser admirada enquanto singularidade estética, mas permanece afastada do lugar de universalidade e centralidade ocupado pela branquitude.

O discurso abaixo reconhece o elemento visual associado à cultura afro (cabelo), mas dissocia esse elemento do corpo e da identidade que lhe conferem significado histórico e político. A expressão “apenas o penteado” reduz uma prática estética marcada por processos de resistência e pertencimento a um simples recurso ornamental, retirando dela sua dimensão racial. Nesse funcionamento discursivo, a ausência de uma nomeação explícita da negritude não representa neutralidade, mas evidencia um processo de desracialização, no qual signos culturais negros podem ser reconhecidos enquanto estética, desde que desvinculados da identidade negra de quem os produz e mobiliza. Assim, o comentário revela uma forma específica de apreciação estética racializada: não pela rejeição da aparência, mas pela tentativa de controlar os sentidos atribuídos ao corpo negro, estabelecendo quais marcas podem ser vistas como estilo e quais podem ser reconhecidas como expressão identitária.



Postagem 4

“Não vi nenhuma negra,apenas o penteado !”

Comentário 1, da postagem 4, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

No plano linguístico-discursivo, o comentário mobiliza processos avaliativos específicos. Do ponto de vista da Apreciação, há uma valorização implícita do penteado como objeto estético autônomo, dissociado da identidade racial. No entanto, essa aparente neutralidade estética funciona como estratégia de Julgamento implícito, ao invalidar a leitura identitária e política da mulher negra. O julgamento recai, portanto, não sobre a aparência, mas sobre a legitimidade de nomear aquela mulher como negra.

O comentário “Não vi nenhuma negra, apenas o penteado!” apresenta uma avaliação estética que desconsidera a corporalidade e a identidade racial da jornalista, reduzindo sua negritude a um elemento estilístico, o cabelo. Ao separar a identidade racial do atributo cultural (o penteado), o sujeito sugere que a presença negra não é evidente ou significativa, configurando uma forma de silenciamento simbólico. Essa perspectiva demonstra como a hegemonia branca estabelece padrões implícitos de reconhecimento: a mulher negra não é percebida na sua negritude por ser uma pessoa negra de pele mais clara.

Nesse sentido, o comentário atua como mecanismo de controle simbólico, ao invalidar a legitimidade da jornalista como representante de sua raça, restringindo sua presença a um objeto decorativo – o penteado. A negritude, portanto, não é reconhecida em sua totalidade, mas fragmentada e avaliada apenas pelo que cabe às normas dominantes de beleza.

Não há ataque explícito ou uso de expressões depreciativas, mas a estrutura do comentário cria um efeito de apagamento racial, reforçando a colonialidade estética, na qual corpos negros são subordinados a uma lógica de apreciação que privilegia padrões brancos e universalizados.

A primeira parte, “Não vi nenhuma negra”, não apresenta um adjetivo avaliativo explícito, mas constrói uma negação da identidade racial como elemento perceptível ou relevante. O foco desloca-se, então, para “apenas o penteado”. O advérbio “apenas” exerce papel central na construção avaliativa, pois atua como operador de restrição, reduzindo o que poderia ser interpretado como marcador identitário a um elemento superficial. Ao dizer “apenas”, o sujeito minimiza o valor simbólico do penteado, esvaziando-o de significado racial ou cultural.

O termo “penteado”, por sua vez, funciona como o objeto da apreciação. Ainda que não haja adjetivo qualificativo como “bonito” ou “feio”, o discurso constrói uma avaliação implícita ao separar “negra” de “penteado”, sugerindo que o que é visível não é identidade, mas adorno estético. A apreciação se organiza, portanto, no eixo da reação-qualidade, mas de forma desvalorizadora: o penteado é enquadrado como detalhe superficial, e não como expressão identitária.

O comentário também evidencia a dimensão ideológica do discurso, pois naturaliza a ideia de que a presença de uma mulher negra, mesmo visível e ativa, só é considerada relevante se corresponder a padrões reconhecíveis pela audiência majoritariamente normatizada. Assim, a avaliação estética contribui para a manutenção de hierarquias sociais e raciais, confirmando o papel da linguagem na reprodução de desigualdades.

O comentário “Não vi nenhuma negra, apenas o penteado!” é produzido como reação a uma postagem que evidencia a presença de uma jornalista negra em contexto profissional, destacando a diversidade de penteados afro como gesto de afirmação identitária e resistência estética. Apesar de sua brevidade, o discurso condensa mecanismos discursivos sofisticados de apagamento racial por dissociação entre corpo e identidade, a reificação essencialista da negritude, a deslegitimação da resistência estética afro e a negação discursiva do racismo. Esses processos operam de forma articulada para invalidar a identidade racial da jornalista, produzindo violência simbólica.

Para Fairclough (2016), o discurso atua como um gesto de recusa da leitura racializada. Ao afirmar que não viu “nenhuma negra”, o sujeito nega a identidade racial da mulher retratada, colocando o foco exclusivamente no elemento estético — o penteado — e rompendo deliberadamente a articulação entre corpo, identidade e história.

Esse deslocamento configura um processo de desracialização discursiva, estratégia ideológica amplamente discutida nos estudos sobre branquitude (Bento, 2022). Quando se tenta separar o penteado afro do corpo negro que o porta, o discurso neutraliza seu caráter político. Trata-se, portanto, de um mecanismo de naturalização ideológica (Thompson, 2018), que apresenta a estética afro como um elemento isolado, desprovido de significado social, histórico ou racial. Conforme argumenta Grada Kilomba (2019), esse tipo de operação permite que a cultura negra seja consumida sem que a negritude — enquanto identidade marcada por relações de poder — seja reconhecida.

Enquanto prática social, o discurso atua como forma de violência simbólica, ao negar à mulher negra o direito de ser reconhecida como tal em um espaço de visibilidade positiva. Essa negação é particularmente significativa no contexto do jornalismo televisivo, campo historicamente marcado por processos de embranquecimento e controle estético dos corpos negros (Gomes, 2008).

No plano social, o comentário “Não vi nenhuma negra, apenas o penteado!” evidencia o funcionamento da branquitude como regime de reconhecimento. A branquitude opera como identidade racial e como estrutura normativa que define quem é legível como sujeito racializado e em quais condições essa legibilidade ocorre. Ao afirmar que “não viu nenhuma negra”, o sujeito não está descrevendo uma percepção neutra, mas acionando critérios socialmente construídos sobre o que conta como “ser negra”.

Esse mecanismo revela um dos pilares da branquitude: o poder de definir os limites da identidade racial do outro. A jornalista, ainda que se identifique e seja socialmente reconhecida como mulher negra, tem sua identidade questionada porque não corresponde a uma imagem

essencializada e rigidamente marcada da negritude. Trata-se de um processo de policiamento racial, no qual a branquitude se arroga a autoridade de autenticar ou invalidar pertencimentos.

Nesse sentido, o comentário também se insere na lógica do colorismo, fenômeno intrarracial produzido pela colonialidade, que hierarquiza corpos negros segundo a proximidade com a branquitude fenotípica. Mulheres negras de pele mais clara frequentemente têm sua identidade racial contestada, como se a negritude legítima estivesse condicionada a uma marca corporal específica e estereotipada. Assim, o apagamento não ocorre por ausência de negritude, mas por uma expectativa racial moldada por imaginários coloniais.

Ao dissociar o penteado da identidade racial, o discurso ativa outro elemento central do colonialismo estético: a possibilidade de consumir signos da cultura negra sem reconhecer o corpo negro como sujeito político. O cabelo afro, trançado, nagô, *black power* carrega uma história de resistência à imposição colonial que desvalorizou texturas crespas e cacheadas, associando-as à inferioridade. Quando o comentário afirma que vê "apenas o penteado", ele reduz esse signo a ornamento estilístico, esvaziando sua dimensão histórica e política.

O colonialismo estético produziu um regime visual no qual o corpo negro foi disciplinado para se aproximar do ideal branco, seja por meio do alisamento, da invisibilização de traços ou da adequação a padrões midiáticos embranquecidos. A presença de uma jornalista usando penteados afro em um espaço de prestígio, como o jornalismo televisivo, representa uma ruptura simbólica com esse regime. O discurso, ao negar sua negritude, atua como tentativa de reinscrever a norma: aceita-se o penteado como estilo, mas não se reconhece plenamente a mulher negra como sujeito racializado e politicamente situado.

O jornalismo televisivo brasileiro consolidou-se sob forte hegemonia branca, tanto em termos de estética quanto de representação. A presença de mulheres negras nesse espaço desafia uma tradição de embranquecimento simbólico. Negar sua identidade racial, portanto, não é um gesto trivial; é uma forma de manter intacta a arquitetura racial do campo profissional.

Do ponto de vista dos estudos raciais, o comentário expressa uma lógica de apropriação sem reconhecimento: os elementos culturais negros são tolerados, admirados ou incorporados, desde que desracializados. A estética afro é aceita como moda; a mulher negra, como sujeito político e racial, é tornada invisível. Essa separação é uma tecnologia social herdada da colonialidade, que sempre buscou dissociar produção cultural negra de autoria e protagonismo negros.

Portanto, mais do que um comentário isolado, trata-se de uma prática social que mantém ativa a estrutura racial do reconhecimento. Ao negar a presença da mulher negra e reconhecer apenas o penteado, o discurso reafirma que, mesmo quando o corpo negro ocupa espaços de

visibilidade e autoridade, sua identidade ainda pode ser questionada, fragmentada ou tornada invisível sob o olhar normativo da branquitude.

Dessa forma, o comentário analisado evidencia estratégias discursivas de apagamento ao reconhecer somente o penteado e recusar a presença da mulher negra como sujeito racializado, o discurso reproduz uma lógica histórica da colonialidade estética: valoriza-se o signo cultural negro enquanto aparência, mas limita-se o reconhecimento da pessoa negra como agente de sua própria representação. O efeito produzido é a separação entre estética e identidade, entre cultura e sujeito, permitindo a apropriação de elementos associados à negritude sem o reconhecimento das experiências sociais e históricas que os constituem. Nesse sentido, a formulação contribui para a manutenção de uma ordem estética na qual a branquitude permanece como referência não marcada, enquanto a negritude precisa ser constantemente explicada, legitimada ou reconhecida pelo olhar externo.

5.2 Julgamento moral e desqualificação social

Este eixo analítico dedica-se à investigação dos comentários que estabelecem associações diretas entre a aparência da mulher negra e atributos de ordem moral, social e comportamental. Diferentemente do eixo anterior, que se concentra na apreciação estética racializada, a análise aqui focaliza discursos que avaliam a mulher negra a partir de critérios de caráter, competência, valor social e dignidade, operando deslocamentos discursivos que transformam o corpo e a imagem em indicadores de mérito ou falha moral.

À luz do subsistema de Julgamento, conforme a Teoria da Avaliatividade, examinam-se comentários que mobilizam expressões como “relaxada”, “sem classe” e “mal-cuidada”, entre outras formulações semelhantes, para produzir avaliações normativas sobre conduta e respeitabilidade. Tais discursos não se limitam a emitir opiniões individuais, mas acionam expectativas sociais racializadas acerca de como mulheres negras “deveriam” se apresentar e se comportar em espaços de visibilidade. O julgamento, nesse sentido, atua como um mecanismo discursivo de controle simbólico, no qual a estética torna-se pretexto para a desqualificação moral.

Articulado às categorias de ideologia e racismo estrutural, este eixo evidencia como essas avaliações se inscrevem em um sistema mais amplo de hierarquização social, historicamente marcado pela racialização do corpo negro como sinal de desvio, inadequação ou incapacidade. Ao associar aparência a incompetência ou falta de valor, os comentários analisados reforçam desigualdades estruturais e contribuem para a legitimação simbólica da

exclusão da mulher negra de espaços socialmente valorizados. Assim, o julgamento moral opera como uma forma sofisticada de racismo, que se apresenta sob a aparência de opinião ou crítica legítima, mas que reproduz e naturaliza relações de poder desiguais.

O comentário a seguir foi selecionado, visto que se organiza discursivamente em torno do subsistema de Julgamento, ao construir uma avaliação negativa sobre a conduta de sujeitos que denunciam desigualdades raciais no campo da beleza. Em vez de problematizar a exclusão histórica de mulheres negras do mercado cosmético, o discurso chama a atenção para a suposta postura de insatisfação permanente daqueles que reivindicam reconhecimento. Assim, a reivindicação é reinterpretada como comportamento excessivo e injustificado, produzindo um efeito de deslegitimação da denúncia e contribuindo para a naturalização das desigualdades estruturais.



Postagem 1

“Se tem, reclama, se não tem, reclama”

Comentário 4, da postagem 1, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

A partir da Gramática Sistêmico-Funcional, é possível observar a ativação de recursos, especialmente no sistema de Julgamento (Vian Jr., 2010). O verbo “reclamar”, repetido em estrutura paralela, assume valor avaliativo negativo, associando o grupo-alvo a uma postura de insatisfação e vitimização. Essa repetição produz o efeito de redução discursiva, isto é, a condensação de um conjunto complexo de demandas políticas e sociais em um comportamento trivializado.

A recorrência da estrutura condicional introduzida por “se” (“se tem reclama, se não tem reclama”) produz um efeito de generalização que naturaliza a reclamação como traço constitutivo do sujeito racializado, enquadrando-a como comportamento habitual e previsível. Esse funcionamento discursivo aciona um julgamento de estima social, especificamente no eixo da normalidade, ao representar o ato de reclamar não como resposta legítima a desigualdades estruturais, mas como conduta ordinária e reiterada atribuída ao povo negro.

Trata-se de um julgamento que incide sobre a conduta coletiva (“reclama”), e não sobre objetos ou qualidades estéticas.

Esse julgamento se insere no campo da estima social, pois avalia a atitude do grupo como inadequada, exagerada ou improdutiva, sugerindo que qualquer ação — seja a ausência ou a presença de produtos — seria alvo de queixa. Assim, o discurso retira legitimidade moral da denúncia, enquadrando-a como um comportamento reiterativo e injustificado.

Esse julgamento opera como um mecanismo de despolitização do racismo, ao transformar uma crítica fundamentada em desigualdade estrutural em um traço negativo do grupo que denuncia. O racismo deixa de ser o problema; o problema passa a ser quem fala sobre ele.

Em “reclama”, constitui o núcleo avaliativo da construção. Embora não seja um adjetivo, trata-se de um processo verbal que atribui um comportamento recorrente a um grupo implícito. A repetição da forma verbal — “reclama” / “reclama” — constrói a ideia de habitualidade e invariabilidade da conduta. Assim, o discurso não descreve uma ação isolada, mas caracteriza um padrão comportamental.

A estrutura condicional paralela “Se tem… se não tem…” reforça essa caracterização. Ao apresentar duas situações opostas que resultam na mesma ação (“reclama”), o comentário constrói a imagem de incoerência ou insatisfação permanente. O julgamento não incide sobre aparência ou objeto estético, mas sobre a postura atribuída ao grupo mencionado. Nesse sentido, realiza-se como Julgamento de estima social – normalidade, pois sugere comportamento considerado inadequado ou excessivo em relação às expectativas sociais de razoabilidade.

Além disso, o discurso produz um efeito de deslegitimação: ao reduzir qualquer posicionamento à “reclamação”, ele esvazia a possibilidade de reivindicação legítima. O julgamento implícito é o de que o grupo age de forma sistematicamente insatisfeita, independentemente das circunstâncias. Assim, a repetição do verbo “reclama” funciona como marcador lexical central da avaliação negativa, configurando uma caracterização depreciativa do comportamento atribuído.

Ideologicamente, esse julgamento sustenta o racismo estrutural, pois preserva a lógica de mercado que historicamente negligencia corpos negros. Ao desqualificar a denúncia, o discurso atua na manutenção da desigualdade, sugerindo que qualquer tentativa de tensionar padrões hegemônicos de beleza é ilegítima ou exagerada.

Ainda que não haja nomeação direta da mulher negra voltada para designar falta de classe, o efeito discursivo é semelhante: retira-se valor, competência e legitimidade de sua fala e de sua experiência estética. O que está em jogo não é apenas o produto, mas o direito de reivindicar dignidade estética sem ser moralmente punida por isso.

O discurso representa uma formulação de caráter velado que busca invalidar as reivindicações e críticas relacionadas ao racismo e à representatividade de pessoas negras, sobretudo em contextos estéticos e midiáticos. Sua estrutura sintética, marcada pela repetição e paralelismo sintático, confere ao discurso uma aparência de equilíbrio e razoabilidade, mas, sob uma leitura crítica, evidencia-se um movimento de inversão ideológica, no qual a responsabilidade pela desigualdade é transferida ao grupo historicamente oprimido, retratado como insatisfeito e incoerente.

O comentário em resposta à crítica de uma influenciadora a uma marca de maquiagem que comercializou tinta preta como base destinada a mulheres negras retintas constitui-se como uma prática discursiva que opera a deslegitimação simbólica de reivindicações relacionadas à representatividade estética. Ainda que formulado de maneira aparentemente neutra, o sujeito produz efeitos de sentido profundamente ideológicos ao acionar a ironia como estratégia de silenciamento discursivo, Fairclough (2016).

O sujeito constrói uma avaliação negativa do comportamento social e político de quem critica a marca, apresentando esse grupo como incoerente, excessivo ou permanentemente insatisfeito.

O discurso materializa o que Fairclough (2016) denomina de estratégia discursiva de neutralização, típica de formações discursivas hegemônicas que procuram apagar os conflitos sociais. Ao afirmar que “reclama” mesmo quando tem “opções” de maquiagem pensada para ela, o sujeito sugere que o problema não está na estrutura social ou nas práticas discriminatórias, mas na atitude dos grupos que reivindicam direitos.

Essa estrutura discursiva reforça o mito da equivalência, da democracia racial, que, segundo Freyre (2006), é um termo para designar a ideia de que as relações raciais no Brasil teriam se constituído de forma harmoniosa, marcada pela miscigenação e pela ausência de conflitos raciais profundos. Essa formulação, amplamente difundida ao longo do século XX, passou a operar como um discurso ideológico que naturaliza as desigualdades raciais e silencia

a persistência do racismo estrutural no país. Existe nesse mito a ideia de que todas as pessoas possuem as mesmas oportunidades e que, portanto, as queixas sobre racismo ou exclusão seriam exageradas.

Além disso, o discurso constrói uma representação depreciativa dos sujeitos que denunciam a inadequação do produto, sugerindo que qualquer posicionamento crítico é, por definição, excessivo ou incoerente. A estrutura paralelística do discurso cria uma lógica circular que invalida previamente toda e qualquer reclamação, independentemente de seu conteúdo ou fundamento. Assim, não se debate a problemática da pigmentação da base ou as condições materiais de exclusão no mercado da beleza; desqualifica-se, antes, o próprio ato de reclamar, operando um mecanismo de responsabilização das pessoas negras por suas próprias experiências de exclusão.

A formulação linguística aforística contribui para o efeito de naturalização ideológica (Thompson, 2018). O uso de uma estrutura binária ("se tem / se não tem") confere aparência de objetividade, como se se tratasse de uma constatação universal. No entanto, o discurso se ancora em um pressuposto implícito: o de que as pessoas negras, ou os movimentos sociais que as representam, reclamam injustificadamente.

Paralelamente, observa-se um processo de impessoalização e apagamento do sujeito, uma vez que o discurso evita nomear diretamente quem reclama, operando uma marcação ausente que invisibiliza o agente e reforça sua posição subalterna no discurso. Embora o referente seja socialmente reconhecível, sua supressão linguística atua como estratégia ideológica de silenciamento, desautorizando a fala e a agência política desse sujeito. Nesse contexto, o verbo reclamar é mobilizado em oposição implícita a reivindicar, sendo semanticamente esvaziado de legitimidade e associado a atitudes infundadas, excessivas ou imaturas, o que contribui para a desqualificação simbólica das demandas apresentadas e para a manutenção das hierarquias raciais e sociais.

Do ponto de vista da interdiscursividade, o discurso combina elementos do discurso moralizante do senso comum, frequentemente expresso em fórmulas de aparente sabedoria popular, com o discurso político conservador que acusa os movimentos antirracistas e feministas de "vitimismo". Essa fusão interdiscursiva é fundamental para a eficácia ideológica do discurso: ela faz parecer que se trata de uma observação neutra, quando na verdade ecoa discursos hegemônicos que visam manter o status quo racial e estético.

No plano das interseccionalidades, o discurso incide, ainda que implicitamente, sobre questões de raça, gênero e representação estética. O alvo desse tipo de comentário são frequentemente mulheres negras que ocupam espaços de visibilidade pública, como campanhas

de beleza ou publicidade, e que, ao denunciarem o racismo estético, são acusadas de exagero. Como observa Ribeiro (2017), esse mecanismo discursivo funciona para a manutenção das desigualdades simbólicas: a sociedade branca define os limites do que é aceitável reclamar, controlando o discurso da resistência por meio de categorias como “vitimismo” e “mimimi”.

A crítica velada dirige-se a pessoas negras, particularmente mulheres, uma vez que o produto em questão e o campo discursivo da maquiagem são socialmente associados ao feminino. A estética emerge como eixo de exclusão, articulando-se à raça e ao gênero para deslegitimar experiências de discriminação vividas por mulheres negras retintas. Conforme argumenta Kilomba (2019), esse tipo de silenciamento discursivo é fundamental para a manutenção de regimes de visibilidade que privilegiam a branquitude como padrão normativo de beleza.

O discurso pode ser compreendido, no plano social, como um mecanismo de sustentação do racismo estrutural por meio da deslegitimação sistemática das demandas negras. Ainda que o discurso não mencione raça explicitamente, ele emerge em um contexto em que mulheres negras questionam desigualdades no campo estético e representacional. Nesse cenário, atua como forma de neutralização da denúncia.

O racismo estrutural não se mantém apenas por exclusões diretas, mas também por dispositivos que impedem o reconhecimento da desigualdade. Ao sugerir que a reclamação ocorre independentemente da situação, o comentário constrói a ideia de que não há problema estrutural real — apenas insatisfação permanente. Assim, a crítica deixa de ser lida como resposta a uma desigualdade histórica e passa a ser percebida como comportamento recorrente.

Esse tipo de discurso contribui para a manutenção da estrutura racial porque desloca o debate do campo sistêmico para o campo da suposta reação exagerada. Em vez de se discutir a exclusão histórica de mulheres negras no mercado da beleza, na representação midiática ou nos padrões estéticos, o foco é redirecionado para a legitimidade da reivindicação. A estrutura que produz a desigualdade permanece invisível.

No racismo estrutural, a invisibilização é central. Quando denúncias são constantemente enquadradas como excesso ou insatisfação crônica, cria-se um ambiente no qual a desigualdade não é reconhecida como problema coletivo, mas tratada como percepção individual. Isso impede que a discussão avance para transformações institucionais ou revisão de critérios historicamente racializados.

Além disso, reforça a lógica segundo a qual qualquer avanço mínimo em termos de inclusão deve encerrar o debate. Ao afirmar que há reclamação tanto na ausência quanto na presença de iniciativas, o discurso sugere que não existe parâmetro legítimo de crítica. Essa

posição esvazia o direito à reivindicação contínua por equidade, elemento fundamental para enfrentar desigualdades estruturais.

O efeito desse discurso é a produção de um ambiente em que a denúncia do racismo se torna desgastante e descredibilizada. O racismo estrutural se sustenta justamente quando as vozes que apontam sua existência são enquadradas como problemáticas, impedindo que a estrutura seja nomeada e transformada.

Em termos sociais, o comentário atua como estratégia de desqualificação simbólica das reivindicações de mulheres negras, ao converter denúncias de racismo estético em mera "reclamação". Essa postura retira o foco das estruturas que produzem a exclusão e o transfere para a conduta de quem a denuncia, enfraquecendo a legitimidade das demandas por representatividade.

O comentário a seguir foi selecionado por evidenciar que o julgamento moral e a desqualificação social também se manifestam por meio de classificações hierarquizantes sobre a tonalidade da pele, e podem ser reproduzidos em interações cotidianas, inclusive por uma enunciadora que se autodeclara negra. Essa característica torna o comentário particularmente relevante para este eixo analítico, pois permite compreender como valores e critérios historicamente produzidos pelo racismo estrutural e pelo colorismo podem ser internalizados e reiterados discursivamente, produzindo julgamentos sobre pertencimento, legitimidade e reconhecimento.

"Tem preto que é mais preto do que preto 😂😂😂😂😍😍😍 EU SOU NEGRA TA SÓ PRA CONSTA KKKKKKK"

Comentário 5, da postagem 1, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O eixo predominante deste recorte é o julgamento moral e a desqualificação social, uma vez que o comentário não se limita à avaliação da aparência, mas produz uma hierarquização interna dos corpos negros, associando tonalidade da pele a valor social implícito.

O Julgamento social aparece de maneira implícita, na medida em que a comparação entre "mais" e "menos" preto ativa categorias de distinção simbólica, inclusive associadas a condutas morais. Se ser preto é ruim, conforme o sistema de valor da branquitude, a avaliação é uma questão de valor moral. Ele é desvalorizado pela Branquitude que criou seu próprio sistema de avaliação social (moral e ética) a fim de criar o que é bom ou ruim. Conforme Bento (2022), o pacto da branquitude refere-se a um acordo implícito, não verbalizado e socialmente

naturalizado entre pessoas brancas para a manutenção de privilégios raciais, mesmo quando essas pessoas não se reconhecem como racistas.

A Atitude se realiza por meio de uma combinação entre Apreciação e Julgamento, com forte marcação avaliativa nas escolhas lexicais.

A expressão “mais preto do que preto” constitui o núcleo avaliativo do comentário. O adjetivo “preto”, que poderia operar apenas como marcador cromático, é transformado em parâmetro comparativo por meio da estrutura “mais… do que…”. Essa construção estabelece uma hierarquização interna da tonalidade, configurando uma Apreciação – reação (qualidade), pois a avaliação incide sobre a intensidade da cor da pele enquanto atributo visual. A repetição do termo “preto” reforça essa escala comparativa, sugerindo gradação dentro da própria categoria racial.

Contudo, ao formular “mais preto do que preto”, o discurso não apenas descreve intensidade cromática, mas cria um critério implícito de autenticidade ou grau de pertencimento. Nesse sentido, há também traços de Julgamento de estima social – normalidade, pois a comparação pode sugerir que alguns indivíduos seriam “mais” representativos ou mais alinhados a uma expectativa fenotípica do que outros.

Os emojis 😂😍 e a sequência “KKKKKKK” introduzem um enquadramento humorístico, atenuando formalmente o teor avaliativo, mas não eliminando sua estrutura hierarquizante. O riso funciona como estratégia de suavização, transformando a comparação em comentário aparentemente leve.

Já o trecho em caixa alta “EU SOU NEGRA TA SÓ PRA CONSTA” realiza um movimento de legitimação discursiva. A autodeclaração “sou negra” funciona como tentativa de autorização para enunciar a comparação anterior, como se a pertença racial neutralizasse possíveis críticas. Aqui, não há avaliação estética direta, mas um posicionamento identitário que busca proteger o sujeito de interpretações negativas.

A formulação “tem preto que é mais preto do que preto” opera como uma apreciação estética racializada, ao focalizar diretamente a cor da pele como elemento avaliável. Essa apreciação, porém, não é neutra: ela se ancora em uma lógica de colonialidade estética, na qual a retintura é construída como excesso, desvio ou hipérbole corporal. O discurso transforma a pele negra em objeto de comentário, riso e exotização, reforçando a branquitude como medida silenciosa de normalidade.

O deslocamento mais significativo ocorre quando essa apreciação estética se converte em julgamento moral implícito. Ao sugerir que há pessoas “mais pretas do que preto”, o discurso não descreve uma característica fenotípica e atribui um estatuto problemático à

retintura, insinuando inadequação, exagero ou excesso. Trata-se de um julgamento de estima social, que incide sobre o valor e a aceitabilidade desses corpos no espaço público.

O corpo negro retinto é simbolicamente desqualificado, apresentado como algo que ultrapassa o limite do tolerável. O julgamento recai, portanto, sobre a dignidade estética e social do sujeito racializado, reforçando a ideia de que certos corpos negros seriam menos representáveis, menos legítimos ou menos "adequados" à visibilidade.

A afirmação "EU SOU NEGRA TA SÓ PRA CONSTA" funciona como um mecanismo ideológico de autoproteção discursiva, frequentemente acionado para neutralizar acusações de racismo. Ao reivindicar pertencimento racial, o sujeito tenta legitimar o julgamento produzido, como se a identidade negra autorizasse a reprodução de hierarquias raciais internas.

A afirmação em letras maiúsculas "EU SOU NEGRA" funciona como um gesto metadiscursivo de autoposicionamento identitário. Ao declarar explicitamente sua negritude, o sujeito parece antecipar possíveis leituras de inadequação ou acusação de racismo, legitimando sua fala a partir da pertença racial. Esse movimento evidencia a consciência das normas sociais que regulam quem pode falar sobre raça e de que maneira, ao mesmo tempo em que revela a internalização dessas normas. Conforme Kilomba (2019), a necessidade constante de justificar o lugar de fala é, em si, um efeito das estruturas raciais que hierarquizam vozes e experiências.

A interdiscursividade do comentário articula elementos do humor digital, da afirmação identitária e da cultura racializada. O metadiscurso "tá só pra consta" e as risadas ("kkkkk") funcionam como marcas de leveza e autoproteção discursiva, reduzindo a possibilidade de conflito e reforçando o caráter performativo da fala. Esse entrelaçamento evidencia como as redes sociais se tornam espaços de negociação identitária, nos quais a visibilidade da negritude é construída por meio de estratégias discursivas híbridas.

Conforme Thompson (2018), esse tipo de operação ideológica atua pela reificação, transformando distinções socialmente produzidas em evidências "naturais" da experiência racial, sem questionar os sistemas de poder que as sustentam.

Em relação à hegemonia, conforme Fairclough (2016), o discurso não confronta os padrões eurocêntricos de beleza que estruturam o mercado cosmético. A branquitude permanece como referência silenciosa e não nomeada, enquanto as distinções ocorrem no interior do grupo negro. Assim, ainda que haja uma afirmação positiva da identidade negra, essa afirmação se dá dentro de limites discursivos que não desestabilizam a hierarquia racial mais ampla.

O pacto da branquitude manifesta-se, por exemplo, na recusa em nomear o racismo, na relativização da violência racial, na defesa da "neutralidade" ou da "meritocracia" e na

deslegitimação das denúncias feitas por pessoas negras. Assim, ao se apresentar como universal e neutra, a branquitude se oculta enquanto posição racial específica, reforçando a desigualdade e dificultando a ruptura com o racismo estrutural (BENTO, 2002).

A afirmação de que alguém pode ser "mais preto do que preto" não é apenas um exagero; ela atualiza uma matriz histórica de classificação da população negra baseada na tonalidade da pele, mecanismo central do sistema escravocrata e do projeto de branqueamento nacional.

O racismo estrutural organizou a sociedade brasileira a partir de hierarquias cromáticas, nas quais diferentes tonalidades de pele passaram a corresponder a diferentes níveis de acesso a direitos, reconhecimento e mobilidade social. Pessoas negras retintas, historicamente, ocupam o ponto de maior vulnerabilidade nessa escala. Ao reiterar a ideia de intensificação da negritude como marca distintiva, o comentário reinscreve essa estrutura hierárquica no plano simbólico.

A circulação dessa formulação em tom de riso ou descontração não a torna neutra. Pelo contrário, o racismo estrutural se perpetua justamente pela suavização dessas categorias no cotidiano. Quando a gradação da cor da pele aparece como observação banal ou humorística, reforça-se a ideia de que a classificação racial é um dado evidente, não uma construção histórica vinculada a relações de poder.

A autodeclaração "EU SOU NEGRA" não desloca essa estrutura. O racismo estrutural opera independentemente da identidade individual de quem enuncia; ele se mantém pela internalização e reprodução de categorias coloniais que fragmentam a própria população negra.

Ao estabelecer graus de "ser preto", o comentário reafirma a branquitude como centro normativo. A ideia de intensidade racial só existe porque há um parâmetro silencioso que organiza a diferença. Assim, a estrutura racial permanece intacta: a negritude é convertida em espectro classificável, enquanto a branquitude permanece como medida não nomeada.

Ao estabelecer graus de negritude, o discurso reafirma classificações herdadas da colonialidade, nas quais a tonalidade da pele funciona como marcador de valor e pertencimento. Embora apresentado em tom humorístico e legitimado pela autodeclaração da enunciadora como mulher negra, o comentário contribui para a preservação da centralidade simbólica da branquitude como referência normativa.

O comentário abaixo foi selecionado por representar um modo recorrente de desqualificação das denúncias de racismo estético, que não se realiza por meio de ofensas explícitas, mas pela aparente racionalidade do questionamento. Embora formulado como uma pergunta, o enunciado desloca o debate da crítica às práticas de representação do mercado da beleza para a suposta plausibilidade fenotípica do produto, colocando em dúvida a legitimidade da denúncia.

“gente mas tem negro retinto que chega a esse tom, não?”

Comentário 6, da postagem 1, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O deslocamento decisivo do discurso ocorre quando essa apreciação estética se converte em julgamento moral implícito. A pergunta não é inocente: ao questionar se corpos negros “chegam” àquele tom, o discurso relativiza a legitimidade da denúncia antirracista, insinuando que o problema não estaria na prática da marca, mas na leitura crítica que se faz dela.

No plano da Avaliatividade, conforme a Linguística Sistêmico-Funcional (Vian Jr., 2010), o discurso mobiliza recursos de forma indireta e estratégica. O Julgamento social recai sobre o ato de reclamar: ao sugerir que a tinta pode corresponder à pele de alguém, o comentário constrói a crítica como exagerada, desnecessária ou mal fundamentada. O julgamento não recai diretamente sobre um indivíduo, mas sobre a validade da crítica social, o que constitui uma forma de desqualificação simbólica. O discurso sugere, ainda que indiretamente, que a reação ao produto seria exagerada ou infundada, deslocando a responsabilidade do campo institucional para o campo da suposta “realidade biológica”.

Trata-se de um julgamento de estima social, que incide sobre o valor do argumento antirracista e, por extensão, sobre a dignidade dos corpos negros retintos, tratados como objeto de dúvida. Esse funcionamento reforça o racismo estrutural ao sustentar que a violência simbólica só é reconhecível quando ultrapassa um limite previamente autorizado pela branquitude.

Os efeitos de sentido produzidos pelo discurso constroem uma lógica de normalização do produto e, simultaneamente, de questionamento da legitimidade da denúncia. Ao sugerir que “há negros retintos que chegam a esse tom”, o sujeito introduz uma exceção hipotética como argumento implícito para invalidar a crítica. Esse movimento discursivo opera como estratégia ideológica de minimização do problema, ao insinuar que, se existe algum sujeito cuja pele se aproxime da cor da tinta, então o produto poderia ser considerado representativo ou aceitável.

O vocativo “gente” reforça esse efeito, convocando um suposto consenso coletivo que dilui a responsabilidade individual do sujeito e naturaliza o questionamento da denúncia. Trata-se, portanto, de uma forma de controle discursivo que regula quais críticas ao mercado da beleza podem ser consideradas legítimas.

Nos termos de Fairclough (2016), o discurso contribui para a manutenção do consenso segundo o qual o mercado cosmético não precisa ser interpelado de forma crítica em relação às

suas práticas racializadas. A hegemonia da estética eurocentrada permanece intacta, enquanto a crítica negra é desautorizada por meio de argumentos aparentemente racionais e moderados.

A estratégia discursiva é a naturalização ideológica. O discurso se apresenta como racional, curioso e moderado, apagando as relações de poder que atravessam a produção da imagem e do produto criticado. Ao ancorar a pergunta em uma suposta evidência empírica — "tem negro retinto que chega a esse tom" —, o discurso transforma um problema político e simbólico em uma questão de plausibilidade fenotípica.

Esse movimento ideológico é característico dos discursos negadores ou relativizadores do racismo: não se nega frontalmente a existência da violência, mas questiona-se sua legitimidade, produzindo um efeito de neutralização da crítica. O racismo estrutural, assim, permanece intacto, pois é recodificado como mal-entendido ou excesso interpretativo.

Ao questionar sua crítica ao produto, o comentário reafirma a posição subalterna historicamente atribuída às mulheres negras enquanto consumidoras e produtoras de discurso, sugerindo que suas experiências não constituem parâmetro legítimo para avaliar práticas mercadológicas. Conforme Ribeiro (2019), essa negação do lugar de fala é um dos principais mecanismos de reprodução do racismo estrutural.

O comentário "gente mas tem negro retinto que chega a esse tom, não?" opera socialmente como mecanismo de naturalização da lógica classificatória que sustenta o racismo estrutural. Ainda que formulado como pergunta aparentemente neutra, o discurso reinscreve a ideia de que a legitimidade da representação depende da comprovação de correspondência entre tonalidade e corpo negro "real".

No plano estrutural, o racismo no Brasil consolidou-se por meio da produção de categorias raciais graduais, em que a tonalidade da pele se tornou critério de diferenciação social. A figura do negro retinto ocupa, historicamente, o ponto de maior estigmatização nessa hierarquia cromática. Ao invocar essa categoria como parâmetro de validação ("chega a esse tom"), o comentário reforça a centralidade da gradação racial como instrumento de organização social.

Além disso, o discurso desloca a discussão estrutural, que poderia envolver exclusão histórica, inadequação de produtos ou violência simbólica, para o campo da existência fenotípica. A questão deixa de ser a estrutura que marginaliza corpos negros e passa a ser a comprovação de que há corpos suficientemente escuros para justificar determinada representação. Esse deslocamento é característico do racismo estrutural, a desigualdade é convertida em questão de evidência empírica, não de sistema.

Ao recorrer à figura do “negro retinto” como argumento, o comentário também reativa o colorismo como engrenagem estrutural. A intensidade da cor da pele é tratada como dado objetivo que pode resolver o debate, quando, na realidade, essa própria categorização foi construída dentro de um regime colonial que hierarquizou tonalidades.

Socialmente, o efeito produzido pelo discurso é a reafirmação da lógica segundo a qual a negritude precisa ser medida, comparada e validada. A classificação não é questionada; ela é pressuposta como instrumento legítimo de análise. Assim, a estrutura racial permanece intacta, pois a gradação continua sendo o eixo organizador da discussão.

Ao transformar uma crítica estrutural em uma questão de comprovação fenotípica, o discurso desloca o foco das desigualdades produzidas pelo racismo para a suposta razoabilidade da reivindicação, naturalizando práticas discriminatórias. Assim, sob a aparência de um questionamento inocente, o comentário reforça mecanismos de manutenção do racismo estrutural ao invalidar a legitimidade das vozes negras e preservar a hegemonia dos padrões estéticos e sociais racializados.

O comentário seguinte foi selecionado por exemplificar de forma expressiva o funcionamento do julgamento moral e da desqualificação social como estratégias de reprodução do racismo. O discurso deslegitima a denúncia do racismo estético ao atribuir aos sujeitos negros comportamentos considerados exagerados, vitimistas ou oportunistas. Paralelamente, recorre à caricaturização da pele retinta e à crítica às políticas de reconhecimento para reafirmar hierarquias raciais sob a aparência de opinião ou humor, evidenciando como o julgamento moral atua como mecanismo de manutenção da hegemonia da branquitude.

> “Mi-mi-mi até isso, por favor, tem nego q chega ser azul de preto, cada um tem uma tonalidade depois que começaram premiar as famílias.”

Comentário 7, da postagem 1, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso opera prioritariamente no eixo do julgamento moral, deslocando o foco da crítica à prática empresarial para uma avaliação negativa dos sujeitos negros que denunciam o racismo estético. A expressão inicial “mi-mi-mi” funciona como um recurso discursivo de desqualificação, amplamente empregado em contextos de disputa política para reduzir reivindicações sociais a queixas exageradas ou infundadas. Ao recorrer a esse marcador, o sujeito invalida a denúncia e atribui aos denunciantes um comportamento considerado socialmente reprovável, sugerindo excesso, vitimismo ou má-fé. Trata-se, portanto, de um

julgamento que incide sobre o valor e a legitimidade moral dos sujeitos racializados, e não sobre o objeto da crítica.

À luz do sistema de Avaliatividade (Vian Jr., 2010), observam-se diversas instâncias de Julgamento. O "mi-mi-mi" expressa julgamento de comportamento, atribuindo imaturidade e vitimismo às pautas antirracistas. A hipérbole "azul de preto" configura uma apreciação estética depreciativa, associada à repulsa. O juízo sobre "premiar as famílias" expressa julgamento moral e político, sugerindo injustiça ou favorecimento indevido. Esses recursos linguísticos articulam-se para construir um discurso de oposição à representatividade negra, legitimando o racismo sob o disfarce de crítica à "sensibilidade exagerada" da sociedade contemporânea.

Esse julgamento é aprofundado pela associação entre denúncia racial e suposto oportunismo, materializada na formulação "depois que começaram premiar as famílias". Nesse trecho, o discurso aciona uma ideologia amplamente difundida no debate público brasileiro, segundo a qual políticas de reconhecimento ou ações afirmativas seriam privilégios indevidos. Ao mobilizar esse repertório, o sujeito constrói a crítica ao racismo como resultado de interesses particulares, e não como resposta a uma violência estrutural. O racismo estrutural manifesta-se justamente nessa inversão discursiva: a violência simbólica é apagada, enquanto os sujeitos que a nomeiam passam a ser moralmente julgados como aproveitadores ou manipuladores da pauta racial.

Embora o eixo dominante seja o julgamento, o discurso também se articula à apreciação estética racializada, especialmente por meio da hipérbole "azul de preto". Longe de constituir uma descrição neutra da diversidade tonal da pele negra, essa formulação produz uma caricaturização grotesca do corpo negro, deslocando-o para um campo de exagero e desumanização simbólica.

A afirmação "cada um tem uma tonalidade" aparece, à primeira vista, como um discurso conciliador, mas cumpre uma função ideológica. Ao universalizar a diversidade cromática, o discurso dilui a assimetria estrutural presente na indústria cosmética, apagando o fato de que determinados tons de pele são sistematicamente excluídos da produção e da representação. Essa estratégia discursiva transforma um problema histórico e material em uma variação naturalizada, deslocando o debate da desigualdade para o plano da individualidade. Assim, a apreciação estética é mobilizada para neutralizar a crítica ao racismo, e não para problematizá-lo.

O discurso também é atravessado por afetos negativos, particularmente afetos de desprezo e impaciência em relação à pauta antirracista. O tom irônico e jocoso, reforçado pela escolha lexical inicial (Mi-mi-mi), expressa incômodo diante da discussão e produz um efeito

de banalização da violência simbólica. Esse afeto não se manifesta como hostilidade explícita, mas como rejeição naturalizada, o que contribui para a normalização do desprezo como reação social legítima. O humor, nesse contexto, opera como estratégia de violência simbólica, pois permite a desqualificação do outro sob a aparência de leveza discursiva, dificultando a contestação e reforçando o silenciamento.

Ao deslegitimar a denúncia, caricaturar o corpo negro e atribuir interesses oportunistas aos sujeitos racializados, o comentário contribui para a manutenção da hegemonia da branquitude e para a naturalização do racismo estético como algo irrelevante ou excessivamente problematizado. Trata-se, portanto, de um exemplo emblemático de como o racismo contemporâneo opera menos pela negação explícita da negritude e mais pela desqualificação moral e afetiva da crítica, funcionando como uma tecnologia discursiva de silenciamento.

Em termos de hegemonia e poder simbólico, o comentário evidencia como microdiscursos digitais podem reproduzir exclusão e marginalização de tons de pele mais escuros, funcionando como mecanismo de controle social que regula quais vozes e experiências são consideradas legítimas. A ridicularização implícita da tonalidade retinta demonstra a persistência de padrões de valor simbólico associados à pigmentação, alinhados à hegemonia eurocêntrica a partir da expressão: “tem nego q chega ser azul de preto”.

O trecho “tem nego q chega ser azul de preto” contém uma ofensa racial direta, marcada pelo uso pejorativo do termo “nego” e pela intensificação da cor “azul de preto”, que funciona como hipérbole depreciativa. A combinação lexical cria uma imagem grotesca e desumanizante, transformando o marcador racial em motivo de escárnio. Essa construção é típica de discursos de racismo explícito, nos quais a negritude é representada como excesso, anomalia ou deformidade. A formulação retoma o imaginário colonial de animalização e hierarquização dos corpos negros, conforme analisado por Kilomba (2019), para quem o racismo opera como sistema de desumanização discursiva sustentado por imagens simbólicas de repulsa e inferioridade.

O segmento subsequente — “cada um tem uma tonalidade” — introduz um movimento de aparente moderação ou racionalização, tentando restabelecer uma aparência de razoabilidade discursiva. Contudo, essa pseudo-neutralidade funciona como estratégia de reificação (Thompson, 2018), pois transforma as diferenças raciais em simples variações cromáticas naturais, apagando as dimensões históricas, políticas e estruturais do racismo. Ao apresentar a cor da pele como um fenômeno meramente biológico, o discurso oculta o fato de que as tonalidades são socialmente hierarquizadas dentro de uma lógica de colorismo e supremacia branca, produzindo o efeito ideológico de banalização do racismo.

Sob a perspectiva da naturalização e reificação ideológica, o comentário funciona como mecanismo de racismo velado: embora não contenha insultos diretos, ele deslegitima a denúncia da modelo sobre a inadequação da base para tons de pele retintos, reproduzindo normas eurocêntricas de beleza e naturalizando hierarquias de cor dentro da população negra. A referência a "premiar as famílias" sugere uma crítica implícita a políticas ou iniciativas de valorização da diversidade, reforçando uma posição de negação ou minimização da importância da representatividade racial no contexto dos cosméticos.

O trecho final — "depois que começaram premiar as famílias" — explicita o ponto de vista ideológico do sujeito. A expressão sugere uma crítica à inclusão ou ao reconhecimento público de pessoas negras ("premiar as famílias"), como se tais práticas fossem privilégios injustificados. Essa formulação materializa o que Almeida (2018) denomina de racismo estrutural meritocrático, em que o reconhecimento de direitos é interpretado como "favorecimento" ou "privilégio" racial invertido. O sujeito, portanto, posiciona-se contra políticas de reparação e representatividade, reivindicando a manutenção do status quo racial.

O discurso articula diferentes camadas de sustentação do racismo estrutural, ainda que sob a aparência de banalização ou descrédito. A expressão inicial "mi-mi-mi" atua como mecanismo de desqualificação da denúncia. No plano estrutural, o racismo se mantém pela invalidação recorrente das reivindicações. Ao tratar a discussão como exagero ou vitimização, o discurso contribui para a invisibilização da desigualdade racial, impedindo que ela seja reconhecida como problema sistêmico.

A sequência "tem nego que chega ser azul de preto" reinscreve a lógica de gradação cromática herdada do período escravocrata. A referência hiperbólica à intensidade da cor não é neutra; ela reativa a tradição colonial de marcar corpos negros retintos como excesso, extremidade ou desvio. O racismo estrutural brasileiro consolidou uma hierarquia interna baseada na tonalidade da pele, na qual quanto mais retinta, maior a incidência de estigmatização e vulnerabilidade social. Ao evocar essa imagem, o discurso naturaliza essa escala.

Quando afirma que "cada um tem uma tonalidade", há um deslocamento que aparenta reconhecimento da diversidade, mas que, estruturalmente, mantém a lógica classificatória. A diversidade é reconhecida sem questionar a hierarquia histórica associada às tonalidades.

Por fim, a afirmação "depois que começaram premiar as famílias" introduz um elemento central do racismo estrutural contemporâneo: a suspeição sobre políticas ou práticas de inclusão. Ao sugerir que há premiação indevida, o comentário ecoa a narrativa de que avanços na representação negra não decorrem de mérito, mas de favorecimento. Essa lógica tem sido

amplamente mobilizada para contestar ações afirmativas e políticas de equidade, reforçando a ideia de que a presença negra em espaços de prestígio é concessão e não direito.

A análise evidencia que o comentário desqualifica moralmente aqueles que denunciam o racismo, produzindo um efeito de silenciamento das reivindicações por representatividade. Ao ridicularizar a negritude retinta, banalizar a violência racial e sugerir que políticas de inclusão constituem privilégios indevidos, o discurso reafirma valores e hierarquias sustentados pelo racismo estrutural. Assim, o julgamento moral funciona como uma tecnologia discursiva de poder que preserva a centralidade da branquitude, desautoriza a experiência das mulheres negras e contribui para a naturalização das desigualdades raciais nos espaços digitais.

O próximo comentário foi escolhido por evidenciar uma forma recorrente de relativização e atenuação do racismo estético, na qual a negação da intenção ofensiva substitui a análise dos efeitos sociais e simbólicos do discurso. O recorte é relevante porque demonstra como a dúvida, a hesitação e a justificativa baseada na experiência individual funcionam como estratégias discursivas que deslocam a discussão da estrutura racial para a esfera da opinião pessoal.

> "Mas eu já vi preto dessa cor.... não sei se deveria ter feito algo diferente... mas sei lá... não achei que fosse deboche não."

Comentário 8, da postagem 1, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso em análise caracteriza-se por uma estratégia de atenuação da crítica ao racismo estético, operando principalmente no eixo do julgamento moral, ainda que de forma indireta. Ao afirmar "não achei que fosse deboche", o sujeito desloca o foco da análise da prática empresarial e de seus efeitos simbólicos para uma avaliação subjetiva da intenção envolvida. Esse movimento é significativo, pois transfere o debate de uma dimensão estrutural — que envolve padrões hegemônicos de beleza e exclusão racial — para o plano da interpretação individual, sugerindo que a ausência de intenção ofensiva seria suficiente para descaracterizar a violência simbólica. Assim, o julgamento incide menos sobre a prática em si e mais sobre a legitimidade da crítica formulada contra ela.

Esse julgamento é reforçado pela hesitação discursiva expressa em marcas como "não sei", "mas sei lá" e pelas reticências recorrentes. Longe de configurarem neutralidade, esses recursos produzem um efeito de desresponsabilização avaliativa, por meio do qual o sujeito evita um posicionamento claro diante da denúncia. Tal estratégia contribui para a naturalização

do problema, uma vez que a suspensão do juízo crítico funciona, na prática, como validação tácita do status quo. Nesse sentido, o julgamento moral não se dá por reprovação explícita, mas pela relativização da gravidade do ocorrido, o que enfraquece a legitimidade da contestação antirracista.

No plano da Avaliatividade (Vian Jr., 2010), o discurso aciona predominantemente o subsistema de Julgamento, voltado à moralidade e ao comportamento. O sujeito avalia implicitamente a si mesmo, buscando construir um ethos de razoabilidade e moderação. A expressão "não achei que fosse deboche" constitui um julgamento de conduta que visa afastar qualquer atribuição de culpa. Já o uso de "sei lá" expressa Afeto atenuado, revelando desconforto e tentativa de autoabsolvição. Essa composição linguística de hesitação, negação e justificação cria o efeito de um discurso supostamente equilibrado, mas que, no fundo, reforça a estrutura de poder que o sujeito tenta negar.

O discurso "Mas eu já vi preto dessa cor.... não sei se deveria ter feito algo diferente... mas sei lá... não achei que fosse deboche não." evidencia um discurso de caráter ambivalente e defensivo, que, embora pareça buscar ponderação, revela o funcionamento discursivo do racismo negacionista e da naturalização ideológica da diferença racial.

Thompson (2018) chama de naturalização um modo de operação da ideologia em que as relações de poder e diferença são apresentadas como fatos naturais, evidentes ou biológicos. Ao enunciar "preto dessa cor", o sujeito reafirma a racialização do corpo, transformando a cor da pele em dado objetivo, sem reconhecer o contexto simbólico e histórico que faz dessa enunciação uma prática de poder. A escolha lexical "preto", empregada sem artigo definido e em tom descritivo, adquire valor de categorização, convertendo o corpo negro em objeto de observação — uma forma de reificação do sujeito negro, que deixa de ser indivíduo para se tornar tipo racial.

A interdiscursividade do discurso combina discursos de senso comum, empirismo racial e moralidade individual, reproduzindo a lógica típica do racismo brasileiro: a negação acompanhada de uma justificativa aparentemente sensata. O sujeito se ancora em uma visão empirista ("já vi preto dessa cor") e em uma moral pessoal ("não achei que fosse deboche") para mascarar a estrutura ideológica subjacente. Como aponta Almeida (2018), esse tipo de discurso mostra o racismo estrutural, pois ele preserva o sistema sem reconhecer sua existência — o racismo continua operando, mas sob a forma da dúvida, da negação e da justificativa.

Do ponto de vista das interseccionalidades, esse comentário também se insere nas dinâmicas de poder que afetam especialmente mulheres negras em contextos de exposição pública. O corpo negro é objeto de escrutínio e julgamento, enquanto as leituras críticas a esse

olhar são desqualificadas como “exageradas”. hooks (2019) e Ribeiro (2017) lembram que essa naturalização do olhar racializado sobre o corpo negro é uma forma de violência simbólica persistente, sustentada por um discurso que se pretende “curioso” ou “neutro”, mas que reafirma a desumanização e o controle do corpo negro pelo olhar branco.

Esse funcionamento ilustra o que Fairclough (2016) descreve como o poder hegemônico da ideologia: sua capacidade de se manifestar em discursos cotidianos que parecem neutros, ponderados ou bem-intencionados, mas que, em última instância, legitimam e perpetuam o sistema de exclusão racial. Assim, o discurso é exemplar de como o racismo estético se atualiza nas redes sociais sob a forma do “não foi por mal” — um dispositivo discursivo de apagamento e continuidade da violência simbólica contra corpos negros.

O discurso “Mas eu já vi preto dessa cor.... não sei se deveria ter feito algo diferente... mas sei lá... não achei que fosse deboche não.” evidencia um movimento típico do racismo estrutural contemporâneo: a tentativa de neutralizar a dimensão racial de uma situação por meio da relativização e da dúvida.

Ao afirmar “já vi preto dessa cor”, o discurso desloca a discussão da estrutura para a experiência individual. O racismo estrutural, no entanto, não se define pela existência ou inexistência de determinados fenótipos, mas pela forma como esses fenótipos são historicamente organizados em hierarquias de valor. A referência à experiência pessoal funciona como argumento de validação, mas não questiona a lógica classificatória que estrutura a desigualdade.

A sequência “não sei se deveria ter feito algo diferente” introduz um elemento de hesitação que aparenta abertura reflexiva, mas que, estruturalmente, mantém o foco no comportamento pontual, não na engrenagem sistêmica. O racismo estrutural se sustenta quando situações são tratadas como episódios isolados, desvinculados da história de classificação e marginalização de corpos negros.

Ao afirmar que “não achei que fosse deboche”, o comentário contribui para a minimização do impacto estrutural do ato. O racismo estrutural não depende da intenção consciente de ofender; ele opera na reprodução cotidiana de categorias, classificações e hierarquias herdadas do colonialismo. Quando o debate é deslocado para a intenção individual, a estrutura que produz desigualdade permanece fora de análise.

Além disso, o discurso reforça a naturalização da gradação cromática ao tratar a tonalidade como simples variação fenotípica, sem considerar que, historicamente, essa variação foi usada para organizar exclusões. A lógica de medir, comparar e validar tons de pele é parte

da matriz colonial que sustentou o colorismo e continua influenciando padrões de reconhecimento social.

As marcas de hesitação e a afirmação de que "não foi deboche" produzem um efeito de neutralidade, mas acabam contribuindo para a manutenção das hierarquias raciais ao ignorarem os sentidos históricos atribuídos aos corpos negros e às diferenças de tonalidade. Dessa forma, o comentário revela como o racismo estético pode se reproduzir por meio de discursos aparentemente moderados, nos quais a negação explícita da ofensa não impede a continuidade de práticas simbólicas de classificação, controle e deslegitimação da experiência negra.

Selecionei o comentário a seguir por evidenciar o funcionamento do julgamento moral como estratégia de deslegitimação da denúncia racial. O discurso é relevante para este eixo porque constrói uma avaliação negativa sobre aqueles que apontam a inadequação da representação estética, caracterizando a denúncia como exagerada ou sem fundamento.

"Então quer dizer que só pq não é o tom dela é tinta? Não existe preto retinto dessa cor? Me poupe"

Comentário 9, da postagem 1, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

Do ponto de vista do subsistema Atitude, o que prevalece é o julgamento, na medida em que o sujeito não se limita a avaliar a cor ou o produto em si, mas avalia negativamente a legitimidade da denúncia feita na postagem. A sequência interrogativa não funciona como busca genuína de esclarecimento, mas como estratégia discursiva de desqualificação moral: ao sugerir que a crítica seria exagerada ou infundada, o discurso constrói implicitamente a ideia de que quem denuncia estaria cometendo um erro de avaliação, sendo pouco razoável ou excessivamente sensível. O fechamento com a expressão "Me poupe" intensifica esse julgamento, produzindo um efeito de reprovação moral e de desprezo simbólico dirigido à crítica.

A referência a "preto retinto dessa cor" aciona uma apreciação estética racializada, porém ela não constitui o eixo central do discurso. A aparência é mobilizada como argumento justificatório, com o objetivo de sustentar o julgamento moral: ao afirmar a suposta existência "natural" de peles com aquele tom, o sujeito transforma a questão estrutural, a inadequação de um produto vendido como base, em uma simples divergência perceptiva individual. Esse deslocamento opera como mecanismo ideológico de reificação, pois apresenta o problema

como questão de opinião ou de experiência pessoal, apagando as relações de poder que atravessam a produção e a comercialização de cosméticos voltados a corpos negros.

Em “Não existe preto retinto dessa cor?” —, o sujeito aciona um argumento pseudoempírico, tentando validar a tonalidade extrema da base de maquiagem como representação “realista” da negritude. Essa operação discursiva reduz a identidade negra à dimensão biológica da cor, desconsiderando o seu caráter social, histórico e simbólico. Conforme Thompson (2018), esse é um caso de reificação ideológica, pois converte uma construção social — a raça — em um dado natural, apagando o caráter político e histórico das hierarquias raciais. Ao transformar a diferença racial em simples variação cromática, o discurso contribui para naturalizar o racismo estético, despolitizando as relações de poder que o sustentam.

Nesse sentido, o discurso atua diretamente na naturalização do racismo estrutural, ao invalidar a crítica sem confrontar suas bases materiais e simbólicas. Ao negar o caráter problemático da “tinta preta” e enquadrar a denúncia como exagero, o sujeito reafirma a lógica segundo a qual o mercado pode definir unilateralmente o que é adequado para peles negras, sem que isso seja passível de contestação legítima. Trata-se, portanto, de um julgamento de valor e dignidade, que incide sobre o direito de mulheres negras e páginas de ativismo questionarem práticas racistas, reposicionando-as discursivamente como inconvenientes ou injustificadas.

Embora o tom carregue um afeto negativo — especialmente expresso pelo incômodo e pela ironia —, esse afeto não estrutura o discurso de forma autônoma, mas serve à função moralizante do julgamento, reforçando a rejeição à denúncia. Assim, a análise indica que o discurso se inscreve predominantemente no eixo do julgamento moral, articulado à ideologia da neutralidade racial e à desqualificação simbólica das práticas antirracistas, contribuindo para a manutenção da hegemonia da branquitude no campo da estética e do consumo.

A estrutura linguística do comentário já indica um posicionamento reativo e oposicional. O uso do conectivo inicial “então quer dizer que” estabelece um tom de ironia argumentativa, muito comum em discursos de negação e desqualificação. Esse recurso discursivo projeta o sujeito como alguém “racional” ou “ponderado” que questiona uma suposta incoerência do outro. Na prática, essa estratégia performa o que Fairclough (2016) chama de hegemonia discursiva pela racionalidade aparente: o discurso dominante se afirma como lógico e objetivo, ao mesmo tempo em que deslegitima o discurso do oprimido, atribuindo-lhe emoção, exagero ou vitimismo.

No plano das interseccionalidades, esse comentário atua sobre os eixos de raça, gênero e estética. O corpo da mulher negra — ao se expressar e questionar padrões racistas — torna-se alvo de descrédito e hostilidade, evidenciando a sobreposição das opressões. Como observa hooks (2019), quando mulheres negras falam sobre racismo ou sexismo, frequentemente são acusadas de ver problema em tudo, e seus discursos são julgados com base em padrões emocionais e morais impostos pela branquitude. Essa dinâmica reproduz o controle epistêmico da voz negra, que precisa constantemente se justificar diante da suspeita de exagero.

O discurso ainda constitui uma manifestação típica de racismo negacionista com traços de hostilidade discursiva. A estratégia consiste em inverter a acusação, naturalizar a diferença racial e desautorizar o discurso crítico da mulher negra. Ao mobilizar o tom de racionalidade e ironia, o sujeito encobre a violência simbólica de sua fala sob uma aparência de argumento legítimo, não mais pela ofensa direta, mas pela deslegitimação da crítica, pela naturalização da hierarquia e pelo silenciamento da voz negra.

O discurso “Então quer dizer que só pq não é o tom dela é tinta? Não existe preto retinto dessa cor? Me poupe” revela um movimento discursivo que opera na lógica da defesa da possibilidade fenotípica, mas que, estruturalmente, mantém ativa a matriz classificatória racial.

A primeira parte — “só pq não é o tom dela é tinta?” — desloca a discussão para uma oposição entre autenticidade e artificialidade. A ideia de que um tom de pele poderia ser “tinta” revela como a racialização opera historicamente pela suspeição do corpo negro. A dúvida sobre a “naturalidade” da cor reinscreve a lógica colonial que construiu o corpo negro como objeto de inspeção, verificação e comprovação.

Ao perguntar “Não existe preto retinto dessa cor?”, o discurso reafirma a centralidade da gradação cromática como critério de reconhecimento racial. O racismo estrutural, no eixo social, não se limita à negação da existência de tons mais escuros; ele se manifesta na própria necessidade de classificar, medir e validar tonalidades como se a identidade racial dependesse dessa aferição. A linguagem revela a permanência de uma cultura que organiza corpos a partir de escalas de cor.

Além disso, ao estruturar o argumento em forma de pergunta retórica, o discurso desloca o foco do problema estrutural para a legitimidade da tonalidade específica. A discussão passa a girar em torno da “existência” de determinado tom, e não sobre a lógica histórica que transformou variações fenotípicas em hierarquias sociais.

A expressão “Me poupe” funciona como fechamento deslegitimador. No eixo estrutural, esse tipo de encerramento atua como mecanismo de bloqueio do debate racial. Ao desqualificar

a problematização, o discurso contribui para a manutenção da ordem racial, pois impede que a estrutura seja nomeada e analisada.

A ironia presente na construção interrogativa e o encerramento do comentário produzem um efeito de rejeição à denúncia, enquanto a referência à tonalidade da pele reifica a classificação racial como critério aparentemente natural. Dessa forma, o discurso contribui para a manutenção do racismo estrutural, reforçando a ideia de que a problematização das desigualdades raciais seria exagerada ou ilegítima.

O próximo comentário é justificado por lançar mão de uma estratégia discursiva de naturalização e deslegitimação da denúncia racial, característica do eixo em questão. Embora mobilize uma referência à diversidade de tonalidades de pele, o foco principal do discurso não está na apreciação estética, mas na avaliação negativa da reação diante da crítica ao produto. O recorte é relevante porque demonstra como argumentos aparentemente neutros e baseados em uma suposta constatação factual podem deslocar questões estruturais, como racismo estético e exclusão mercadológica, para o campo da opinião individual, produzindo efeitos de silenciamento.

“Existem pessoas com este tom de pele, não sei qual é o espanto.”

Comentário 10, da postagem 1, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

Julgamento moral e desqualificação social, ainda que, assim como em outros comentários do mesmo encadeamento interacional, mobilize de modo secundário a apreciação estética racializada.

No âmbito do subsistema Atitude, o traço dominante é o julgamento, pois o foco do discurso não recai propriamente sobre a avaliação estética da pele, mas sobre a avaliação da reação social diante da postagem. Ao afirmar “não sei qual é o espanto”, o sujeito constrói um julgamento implícito de impropriedade: a crítica é apresentada como desnecessária. Trata-se de um julgamento de normalidade e razoabilidade, que desautoriza moralmente a indignação antirracista ao sugerir que não há nada fora do comum que mereça questionamento.

A menção à existência de “pessoas com este tom de pele” aciona uma apreciação estética, mas ela opera como suporte argumentativo do julgamento, e não como eixo central. O tom de pele é tratado como um dado natural, colocando o debate na esfera estrutural, que envolve racismo estético e negligência mercadológica, e no plano da experiência individual e da percepção subjetiva. Esse movimento discursivo constitui um processo de naturalização

ideológica, no qual a aparência é tomada como prova suficiente para invalidar a crítica, apagando as relações de poder implicadas na produção simbólica e material de cosméticos para peles negras.

Nesse sentido, o discurso atua como mecanismo de reificação do racismo estrutural, ao converter uma denúncia política em um suposto mal-entendido perceptivo. Ao negar o "espanto", o sujeito relativiza a inadequação do produto e deslegitima o direito à indignação, funcionando como prática discursiva de controle simbólico que opera a manutenção da hegemonia (Thompson, 2018).

Sob o véu da constatação factual, o sujeito realiza um movimento de naturalização da diferença racial, transformando uma questão política e simbólica — o racismo estético — em um simples dado empírico. Essa estratégia corresponde ao que Thompson (2018) denomina modo de operação ideológica da naturalização, em que relações de poder são convertidas em fatos óbvios. O discurso, ao se afirmar como observação objetiva, despolitiza o debate sobre representatividade e colorismo, apagando as dimensões históricas e sociais que determinam a hierarquização dos tons de pele.

No plano linguístico, a escolha do presente do indicativo ("existem") e do determinante indefinido ("pessoas") confere uma aparência de neutralidade descritiva. No entanto, essa suposta neutralidade constitui uma forma de hegemonia discursiva (Fairclough, 2016), pois reitera a autoridade epistêmica de quem fala a partir de um lugar de universalidade, geralmente, o sujeito branco. Ao afirmar o que "existe", o sujeito se posiciona como árbitro do real, validando o que é legítimo ou não como experiência. Dessa forma, a voz da mulher negra é novamente subjugada: seu olhar crítico é substituído por um olhar "objetivo" que define o que deve ou não ser considerado espantoso. O resultado é um discurso que, ao mesmo tempo em que aparenta neutralidade e harmonia, reforça a estrutura de poder racial que marginaliza e silencia corpos e vozes negras nos espaços digitais e midiáticos.

No discurso "Existem pessoas com este tom de pele, não sei qual é o espanto.", é mobilizada uma normalização aparente, mas, no eixo social do racismo estrutural, revela mecanismos importantes de manutenção da ordem racial.

Ao afirmar que "existem pessoas com este tom de pele", o discurso se ancora na lógica da comprovação fenotípica. Assim como em outros discursos analisados, o debate é deslocado para a existência biológica do tom, como se a questão racial estivesse restrita à possibilidade cromática. O racismo estrutural, contudo, não se sustenta na inexistência de determinados tons, mas na forma como a sociedade organiza esses tons em hierarquias simbólicas e materiais.

A segunda parte: “não sei qual é o espanto”, atua como mecanismo de deslegitimação da reação crítica. O “espanto” é tratado como exagero ou como reação injustificada. No plano estrutural, esse movimento cumpre a função de neutralizar a problematização do racismo ao transformá-la em surpresa infundada ou sensibilidade excessiva.

Assim, a afirmação sobre a existência de pessoas com determinado tom de pele funciona como estratégia de naturalização, reduzindo uma questão social e histórica à simples comprovação fenotípica. Dessa forma, o discurso contribui para a manutenção do racismo estrutural ao apagar as relações de poder envolvidas na representação de corpos negros e ao desautorizar as vozes que questionam padrões excludentes.

A escolha desse recorte subsequente justifica-se pelo fato de que o discurso, embora formulado como uma pergunta aparentemente neutra, expressa a necessidade de classificação do corpo da mulher apresentada. Dessa forma, o comentário permite observar como a dúvida sobre a identidade racial pode funcionar como mecanismo de invalidação.

“Ué mas qual é a cor da moça?🌼🌼”

Comentário 11, da postagem 1, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso “Ué, mas qual é a cor da moça?” inscreve-se de forma predominante no eixo de Julgamento moral e desqualificação social. A formulação interrogativa não opera como busca genuína de informação, mas como estratégia discursiva de problematização da identidade racial da mulher apresentada na postagem. Ao questionar “qual é a cor”, o discurso aponta inadequação para o corpo da mulher negra, convertendo-o em objeto de escrutínio e validação. Trata-se de um julgamento de normalidade e legitimidade, no qual se sugere que a reação crítica só faria sentido se houvesse consenso prévio sobre a “cor correta” da moça.

Esse funcionamento revela um mecanismo clássico do racismo estrutural, no qual corpos negros são permanentemente convocados a explicar, provar ou justificar sua existência e sua classificação racial. O discurso questiona implicitamente a coerência entre corpo, identidade racial e discurso antirracista, criando uma vigilância simbólica sobre os limites do que pode ou não ser reconhecido como preto, retinto ou legítimo alvo da crítica.

Do ponto de vista ideológico, a pergunta reforça a concepção biologizante e visual da raça, como se ela fosse um dado objetivo, estável e imediatamente legível, apagando seu caráter histórico e relacional. Esse gesto discursivo contribui para a naturalização do silenciamento dessas mulheres, ao reafirmar que a validade da denúncia depende da adequação fenotípica do

corpo observado a um imaginário racial previamente estabelecido, geralmente regulado pelo olhar branco ou pela lógica da branquitude.

Ainda que o discurso não contenha atributos depreciativos explícitos, ele produz violência simbólica ao reinstaurar a lógica da classificação racial como critério de autorização do sofrimento e da crítica. A mulher negra deixa de ser sujeito da denúncia para tornar-se objeto de dúvida, inspeção e categorização. Assim, o julgamento não incide sobre a moça, mas sobre a legitimidade do debate público, sugerindo que o problema reside na indefinição racial, e não na prática racista denunciada.

O tom aparentemente neutro e o uso de marcadores conversacionais como “ué” e emojis de ombros levantados reforçam o efeito de banalização do gesto discursivo. Essa suposta informalidade funciona como recurso ideológico de desresponsabilização, permitindo que o questionamento racializado circule como algo trivial, espontâneo e socialmente aceitável, quando, na prática, reproduz um regime de exclusão e silenciamento.

Portanto, embora o discurso se apresente como simples curiosidade, ele atua como julgamento moral implícito, desqualificando a crítica ao racismo estético e reinscrevendo a mulher negra no lugar histórico de corpo a ser definido, medido e explicado. Trata-se de um exemplo emblemático de como o racismo estrutural se atualiza por meio de perguntas aparentemente inocentes, que operam não para esclarecer, mas para controlar, relativizar e neutralizar a denúncia.

A partícula discursiva inicial “Ué” é de especial relevância. No português brasileiro, trata-se de um marcador de espanto e contestação, mas dentro desse contexto também representa reprovação. Assim, o discurso se abre com uma marca de ironia implícita: o sujeito não busca realmente esclarecer uma dúvida, mas expressar descrença e reprovação diante da crítica feita à base de maquiagem. Essa escolha lexical cria um efeito de pseudoingenuidade, em que o sujeito se apresenta como apenas “surpreso”, enquanto na realidade ironiza o questionamento racial.

Os dois emojis 🤷‍♀️, de “ombros erguidos”, intensificam o tom de desdém e despreocupação, funcionando como marcadores multimodais de descaso. A combinação entre a interjeição “ué”, a pergunta retórica e os emojis constrói um ethos discursivo de leveza e ironia, cuja função é esvaziar a gravidade do tema racial. A expressão gestual sugere desinteresse ou incompreensão, mas seu efeito é o de desqualificar o debate: se o sujeito “não entende” o motivo da crítica, a implicação subjacente é que ela não tem fundamento. Essa é uma forma de negação cordial, que mascara a violência simbólica sob uma aparência de informalidade e naturalidade.

No campo social, a pergunta desloca o foco para a necessidade de definição cromática do corpo. Ao indagar “qual é a cor”, o discurso reafirma a ideia de que o corpo negro deve ser nomeado, classificado e situado dentro de uma escala de tonalidades. Essa lógica não é espontânea; ela é histórica. O racismo estrutural consolidou a cor como marcador organizador de hierarquias sociais, transformando variações fenotípicas em categorias de valor.

O uso de “Ué” sugere estranhamento ou incompreensão diante da problematização. Isso funciona como mecanismo de naturalização: como se a classificação cromática fosse algo óbvio, corriqueiro e desprovido de implicações estruturais. No entanto, a própria necessidade de perguntar “qual é a cor” revela como a sociedade opera por meio da vigilância e categorização dos corpos racializados.

Os emojis de ombros levantados reforçam o efeito de aparente despretensão. Essa informalidade atua como estratégia discursiva que minimiza o peso estrutural da pergunta, apresentando-a como simples curiosidade ou dúvida inocente. No entanto, no eixo social, essa “inocência” contribui para a manutenção da lógica classificatória que sustenta o racismo estrutural.

Dessa maneira, o discurso atua como forma de desqualificação simbólica ao transformar a identidade racial da mulher em objeto de questionamento, colocando o debate sobre racismo estético como uma definição de sua tonalidade de pele. A aparente neutralidade da pergunta, reforçada pelo tom informal e pelos elementos multimodais, contribui para a naturalização de práticas de classificação e vigilância dos corpos negros.

O comentário consecutivo foi selecionado por representar de forma explícita o funcionamento do julgamento moral dirigido a uma mulher negra que ocupa um espaço de prestígio e representação pública. A relevância desse recorte reside no fato de que o discurso coloca em dúvida sua legitimidade para representar um concurso de beleza.



Postagem 2

"Sério que essa é a miss. São Paulo pede socorro KD as mulheres bonitas??"

Comentário 5, da postagem 2, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso "Sério que essa é a miss. São Paulo pede socorro KD as mulheres bonitas??" constitui-se fundamentalmente como uma prática de julgamento moral e desqualificação social, na medida em que questiona a aparência da mulher eleita e invalida sua legitimidade simbólica para ocupar um lugar institucionalmente consagrado de prestígio, visibilidade e representação social. O questionamento inicial "Sério que essa é a miss" opera como um gesto de incredulidade que desautoriza a escolha, sugerindo que houve uma quebra de expectativa normativa quanto ao perfil considerado aceitável para o cargo. Esse tipo de formulação não se restringe ao campo da opinião individual, mas mobiliza padrões sociais amplamente compartilhados, funcionando como um mecanismo de vigilância simbólica que regula quem pode ou não ser reconhecida como digna de reconhecimento público.

Ao afirmar que "São Paulo pede socorro", o discurso amplia o julgamento do nível individual para o coletivo, atribuindo à eleição da mulher negra retinta um efeito negativo sobre a imagem do próprio estado. Essa estratégia desloca a figura da Miss do campo da representação legítima para o da ameaça simbólica, como se sua presença configurasse um sinal de decadência, erro ou desvio institucional. Trata-se de um julgamento que associa aparência a competência, valor social e capacidade de representar uma coletividade, reiterando uma lógica

racista segundo a qual mulheres negras, sobretudo retintas, são concebidas como inadequadas para ocupar posições de destaque, excelência e prestígio.

A pergunta retórica “KD as mulheres bonitas?” reforça esse julgamento ao pressupor que a mulher eleita não se enquadra no conjunto das “mulheres bonitas”, estabelecendo uma hierarquia estética que se converte em hierarquia moral e social. Nesse sentido, o discurso não apenas avalia a aparência, mas produz uma classificação implícita que desqualifica a Miss enquanto sujeito digno de reconhecimento institucional. O julgamento, portanto, não incide sobre um comportamento específico, mas sobre a própria existência daquele corpo em um espaço historicamente regulado por critérios racializados de mérito e valor. Essa operação revela o funcionamento do racismo estrutural, que atua por meio da naturalização de normas que associam branquitude à legitimidade, à excelência e à representatividade.

Além disso, o discurso se ancora em uma ideologia meritocrática, segundo a qual a ocupação do título de Miss deveria corresponder a um padrão estético previamente legitimado. Ao questionar “onde estão” as mulheres bonitas, o sujeito sugere que houve uma substituição indevida, como se a presença da mulher negra fosse resultado de um erro ou de um favorecimento injustificado. Essa lógica dialoga com narrativas recorrentes de deslegitimação de conquistas de pessoas negras em espaços institucionais, nas quais a competência e o mérito são sistematicamente colocados sob suspeita.

Dessa forma, o julgamento produzido nesse discurso não é episódico nem individual, mas estruturado por um sistema ideológico que historicamente associa corpos negros à inferioridade e à ausência de valor simbólico. O discurso funciona, assim, como uma prática discursiva de controle social, na qual se reafirmam fronteiras raciais sobre quem pode ser admirada, reconhecida e legitimada em espaços de visibilidade pública. Ao negar à Miss São Paulo negra o estatuto de “mulher bonita” e, por consequência, de representante legítima, o discurso contribui para a reprodução de um regime racista que regula o acesso de mulheres negras a posições de prestígio e reconhecimento.

O comentário acima não se limita a expressar uma avaliação estética individual, mas atua como prática discursiva de controle simbólico, cujo objetivo é deslegitimar a presença da mulher negra retinta em um espaço historicamente reservado à branquitude. Em van Dijk (2008), o controle simbólico refere-se à capacidade que determinados grupos sociais, especialmente as elites, têm de influenciar, moldar e legitimar modos de pensar, sentir e interpretar a realidade, sobretudo por meio do discurso. Esse controle não se exerce prioritariamente pela coerção física, mas pela gestão do sentido, isto é, pela definição do que pode ser dito, por quem, em que termos e com que efeitos de verdade.

Para van Dijk, o discurso funciona como um instrumento de reprodução do poder, pois atua sobre as cognições sociais (crenças, conhecimentos, estereótipos e valores compartilhados). Ao controlar o acesso aos espaços discursivos privilegiados — como mídia, instituições, educação e plataformas digitais —, grupos dominantes conseguem naturalizar hierarquias sociais e raciais, apresentando-as como neutras, legítimas ou inevitáveis. No contexto do racismo, esse controle simbólico manifesta-se na produção e circulação de representações negativas sobre grupos racializados, bem como na minimização, negação ou deslocamento da responsabilidade pelas desigualdades, reforçando o racismo como prática discursiva cotidiana (van DIJK, 2008).

O ataque evidencia que não se trata apenas de racismo, mas de uma articulação entre racismo e sexismo, na medida em que o comentário incide sobre um corpo feminino racializado, submetendo-o a padrões de feminilidade que lhe são historicamente negados, deixando em destaque uma intersecção importante. Conforme Bento (2015), a mulher negra ocupa uma posição discursiva de vulnerabilidade ampliada. Ela (mulher negra) é autorizada a aparecer, mas não a representar, dessa forma, o comentário analisado não apenas desqualifica a aparência da Miss, mas questiona seu direito de representar a beleza paulista, negando-lhe reconhecimento enquanto mulher e enquanto sujeito esteticamente valorizável. Esse funcionamento dialoga com o que hooks (2019) descreve como o "olhar opositor", no qual a visibilidade do corpo negro é acompanhada por sua constante desqualificação simbólica, ou seja, o corpo negro pode até ser visto, mas não plenamente reconhecido ou legitimado.

Como aponta Resende (2008), a tarefa da Análise Crítica do Discurso é justamente desnaturalizar esses sentidos aparentemente óbvios e revelar as relações de poder que os sustentam. Ao evidenciar os mecanismos discursivos que regulam quem pode ser reconhecido como belo, legítimo e digno de representação pública, a análise demonstra que o discurso não apenas reflete a desigualdade social, mas participa ativamente de sua reprodução, mesmo, e sobretudo, em espaços que se pretendem democráticos, como as redes sociais.

Nesse discurso, a primeira operação discursiva é a incredulidade: "Sério que essa é a miss". O espanto não se dirige apenas à pessoa específica, mas à quebra de uma expectativa socialmente construída sobre quem pode ocupar o lugar de "miss". Concursos de beleza, enquanto instituições sociais, foram estruturados a partir de referenciais eurocentradas de feminilidade, pele clara, traços finos, cabelo liso, determinados padrões corporais. Esses critérios não são neutros; são produtos de um processo histórico de hierarquização racial.

Quando afirma que "São Paulo pede socorro", há um deslocamento do julgamento individual para uma suposta crise coletiva. A escolha da candidata é tratada como ameaça ao

padrão esperado. O “socorro” sugere que algo estaria fora da ordem. No plano estrutural, isso revela como a presença de corpos negros ou fora do padrão eurocentrado em espaços de prestígio é frequentemente lida como ruptura, desvio ou erro.

A pergunta “KD as mulheres bonitas??” explicita a dimensão normativa da beleza. O problema não é apenas a pessoa; é o fato de que ela não é reconhecida como “bonita” dentro da lógica dominante. O racismo estrutural atua precisamente na definição social do que é belo. A branquitude foi instituída como parâmetro universal de estética, enquanto traços associados à negritude foram historicamente inferiorizados ou exotizados.

Destarte, o comentário ultrapassa a manifestação de uma preferência estética e opera como mecanismo de desqualificação social, ao negar à mulher negra o reconhecimento como representante legítima da beleza. Ao associar sua eleição à ideia de inadequação e ruptura do padrão esperado, o discurso reforça normas eurocentradas de beleza e reproduz hierarquias raciais que vinculam a branquitude à legitimidade e ao prestígio.

O próximo comentário foi selecionado pela relevância que reside no fato de que o discurso questiona a legitimidade para a candidata ocupar o título de Miss, colocando sob suspeita os próprios critérios da instituição que a elegeu.

“Não é bonita pra isso não, não entendi os critérios de escolha.”

Comentário 6, da postagem 2, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso “Não é bonita pra isso não, não entendi os critérios de escolha” estrutura-se predominantemente como um julgamento moral e social, que ultrapassa a mera avaliação estética e incide sobre a legitimidade da mulher negra enquanto sujeito apto a ocupar uma posição de reconhecimento público. Embora a aparência seja o ponto de partida da avaliação, o funcionamento discursivo central não se limita ao gosto visual, mas questiona o direito, a competência simbólica e a adequação social da Miss ao título que recebeu. Trata-se, portanto, de um julgamento que associa estética a valor social, operando como mecanismo de exclusão institucionalizada.

A avaliação negativa da aparência é apresentada de forma aparentemente racional e moderada, mas cumpre a função ideológica de questionar a legitimidade institucional da escolha, deslocando o julgamento do campo do gosto pessoal para o da competência dos critérios do concurso. Ao afirmar que a mulher “não é bonita pra isso”, o sujeito pressupõe que

existe um padrão previamente definido e socialmente compartilhado de beleza adequado ao lugar de Miss, padrão esse do qual a mulher negra estaria excluída.

A afirmação “não é bonita pra isso” pressupõe a existência de um critério normativo de beleza que antecede e legitima o acesso a determinados espaços sociais. O discurso não se apresenta como uma opinião isolada, mas como um discurso regulador, que estabelece quem pode ou não representar um ideal coletivo. Ao empregar a expressão “pra isso”, o sujeito não apenas desqualifica a aparência da mulher negra, mas delimita simbolicamente os limites de pertencimento a uma função social específica, transformando o título de Miss em um privilégio reservado a determinados corpos.

No plano da avaliatividade, o comentário mobiliza uma apreciação estética negativa direta — “não é bonita” — sem recursos de atenuação, o que confere ao discurso um caráter assertivo e normativo. Ao mesmo tempo, a expressão “pra isso” delimita um espaço simbólico específico, indicando que há lugares sociais para os quais certos corpos não seriam adequados.

A segunda parte do discurso — “não entendi os critérios de escolha” — intensifica o julgamento ao deslocar a crítica do corpo para a instituição. Aqui, a avaliação assume caráter moral e ideológico, pois sugere falha, erro ou distorção no processo de seleção, implicitamente acusando-o de incoerência ou injustiça. Esse movimento discursivo funciona como estratégia de deslegitimação dupla: ao mesmo tempo em que invalida a mulher negra enquanto representante da beleza, invalida o próprio sistema que permitiu sua ascensão. Assim, o discurso atua como forma de vigilância simbólica sobre instituições que rompem, ainda que pontualmente, com a hegemonia estética branca.

Esse tipo de julgamento está profundamente enraizado no racismo estrutural, pois pressupõe que determinados corpos — especialmente corpos femininos negros retintos — não correspondem aos padrões historicamente consolidados de excelência, prestígio e representatividade. A crítica não recai apenas sobre a aparência, mas sobre a suposta inadequação social do corpo negro a lugares de distinção. A mulher negra é posicionada discursivamente como alguém que ocupa um espaço que “não lhe cabe”, reforçando a lógica histórica de exclusão dos corpos negros dos lugares de visibilidade positiva.

Do ponto de vista ideológico, o discurso naturaliza a associação entre beleza, mérito e legitimidade, apagando o caráter histórico e racializado desses critérios. Ao questionar os “critérios de escolha” sem problematizar os padrões que os sustentam, o discurso reafirma a branquitude como medida implícita de valor, apresentando-a como referência neutra e universal. Assim, o julgamento se constrói como racional e razoável, quando, na verdade, reproduz uma hierarquia racial profundamente enraizada nas práticas sociais.

Desse modo, o discurso analisado exemplifica como o julgamento moral funciona como ferramenta de controle simbólico. Ao negar à mulher negra a competência estética e simbólica para ocupar o título de Miss, o discurso reafirma fronteiras raciais e institucionais, demonstrando que o racismo estético não opera apenas na superfície do corpo, mas na negação sistemática da dignidade, do valor e da legitimidade social desses sujeitos.

Esse funcionamento discursivo evidencia um processo de reificação, conforme Thompson (2018), ao apresentar como natural e óbvio um padrão estético que é, na realidade, racializado e ideologicamente situado. O discurso se sustenta na suposição de que a beleza é um atributo objetivo, facilmente reconhecível e consensual, apagando os conflitos sociais que atravessam sua definição. Ao questionar os critérios do concurso, o comentário sugere que houve uma ruptura indevida da norma, e que essa ruptura precisa ser corrigida, reinscrevendo a mulher negra em uma posição de inadequação simbólica.

Do ponto de vista da hegemonia, o discurso atua na manutenção da ordem estética dominante ao tentar desautorizar discursivamente uma conquista que desestabiliza hierarquias raciais, ainda que a branquitude não seja racializada. Ainda que a mulher negra tenha sido reconhecida por uma instância institucional legítima, o discurso cotidiano busca anular esse reconhecimento, reafirmando que a branquitude permanece como parâmetro do belo. Conforme Fairclough (2016), esse tipo de prática discursiva contribui para o fortalecimento dessa hegemonia justamente porque se apresenta como razoável, ponderada e desprovida de agressividade explícita, o que amplia sua aceitabilidade social.

A articulação entre racismo e sexismo também se faz presente, na medida em que o comentário incide sobre um corpo feminino racializado e o submete a padrões de feminilidade que lhe são historicamente negados.

O discurso “Não é bonita pra isso não, não entendi os critérios de escolha” parece, à primeira vista, apenas uma opinião estética. Contudo, quando direcionado a uma candidata a miss — especialmente se ela rompe com o padrão hegemônico de beleza —, o comentário ativa dimensões estruturais profundamente marcadas por hierarquias raciais.

A expressão “não é bonita pra isso” pressupõe que existe um tipo específico de beleza legitimada para ocupar esse lugar. O “isso” não é neutro: trata-se de um espaço simbólico de consagração pública da feminilidade ideal, no qual a mulher negra não se encaixa e nem poderia participar. O sujeito não desaprova a beleza da miss, mas classifica que aquele lugar que ela ocupa não lhe pertence. Historicamente, concursos de beleza operam como dispositivos de normatização estética, nos quais a branquitude se consolidou como referência central.

Ao afirmar que não entende “os critérios de escolha”, o comentário sugere que houve um erro na seleção, pois os critérios para ele já estão postos e a eleição dela não obedeceu à norma. Esse estranhamento não nasce do acaso, mas da internalização de um ideal estético racializado. O racismo estrutural atua justamente na produção do que é considerado “naturalmente belo”, “adequado” ou “representativo”.

Logo, ao associar beleza, mérito e legitimidade para desqualificar a presença da mulher negra em um espaço de prestígio, ao questionar tanto a candidata quanto os critérios de sua escolha, o discurso reforça padrões estéticos historicamente vinculados à branquitude e naturaliza a exclusão de corpos negros de posições de reconhecimento social.

A relevância da escolha do recorte a seguir está na forma como o discurso busca dissociar a violência racial da avaliação estética, utilizando a aparência como justificativa para questionar o mérito e o direito da candidata ao título, reproduzindo mecanismos de exclusão sob a aparência de uma opinião objetiva.

“Sinto muito pelos comentários raciais q ela sofreu, mais ela realmente é feia não merecia ganhar esse prêmio,”

Comentário 7, da postagem 2, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso constrói-se a partir de uma estratégia discursiva de atenuação inicial, seguida de uma desqualificação contundente, o que revela um funcionamento típico de julgamentos moralizantes que se apresentam como razoáveis ou equilibrados. A expressão inicial de empatia (“sinto muito”) não neutraliza o teor avaliativo subsequente; ao contrário, funciona como recurso legitimador que busca proteger o sujeito de possíveis acusações de racismo explícito, ao mesmo tempo em que reafirma a exclusão simbólica da mulher negra.

O núcleo do discurso está no julgamento da legitimidade social da Miss São Paulo. Ao afirmar que ela “não merecia ganhar esse prêmio”, o sujeito ultrapassa a esfera da apreciação estética e adentra diretamente o campo do julgamento moral, pois avalia não apenas a aparência, mas o direito, o valor e a dignidade simbólica da mulher enquanto representante institucional.

Embora o atributo “feia” aparente remeter à apreciação estética, seu funcionamento discursivo está subordinado ao julgamento, uma vez que a aparência é mobilizada como justificativa para a exclusão social. A estética, nesse caso, não é apresentada como gosto pessoal, mas como critério objetivo de validação institucional. Assim, o corpo da mulher negra

é avaliado não apenas como desagradável, mas como inadequado, impróprio e insuficiente para ocupar um espaço de prestígio.

Esse tipo de julgamento se ancora em padrões racializados de beleza que operam de forma estrutural. Mesmo reconhecendo a existência de ataques raciais, o discurso os relativiza ao sugerir que a exclusão seria justificável por critérios supostamente neutros. Dessa forma, o racismo não é negado, mas reorganizado discursivamente, deslocando-se do ataque explícito para a manutenção de hierarquias simbólicas que continuam a penalizar corpos negros, sobretudo femininos e retintos.

Ao iniciar o discurso com uma manifestação de empatia pelo racismo explícito sofrido pela Miss, o comentarista reconhece a existência de violência aberta direcionada à mulher negra, o que cria uma aparência de sensibilidade ética marcada pelo afeto. Entretanto, essa preocupação é imediatamente seguida por um julgamento da vencedora, a qual é apresentada como objetivamente inadequada para ocupar o título. Essa construção estabelece um mecanismo de desqualificação simbólica que, embora não mencione diretamente a cor da pele, se articula com o padrão hegemônico de beleza eurocêntrico, tornando a crítica racializada pelo contexto.

A articulação entre empatia superficial e reprovação moral revela um mecanismo de sanção social: o discurso não pune diretamente o racismo, mas pune a presença da mulher negra no espaço de consagração. Ao fazê-lo, reafirma-se a ideia de que certos lugares, como o título de Miss, devem ser reservados a corpos que correspondam a um ideal hegemônico de beleza, historicamente associado à branquitude. O prêmio, assim, é tratado como um recurso escasso que teria sido "mal atribuído".

Portanto, o comentário analisado exemplifica como o julgamento, enquanto subsistema da atitude, opera como instrumento de controle social e racial. Sob a aparência de razoabilidade e sensatez, o discurso reforça a exclusão simbólica da mulher negra, questionando sua dignidade e seu valor social. Trata-se de um julgamento que não apenas avalia, mas reproduz e legitima estruturas de desigualdade, demonstrando como o racismo pode se manifestar de forma discursivamente sofisticada, sem recorrer a insultos diretos, mas mantendo intactas as hierarquias que sustentam a discriminação.

Em "Sinto muito pelos comentários raciais q ela sofreu, mas ela realmente é feia não merecia ganhar esse prêmio" opera por meio de uma estratégia discursiva de dissociação. Inicialmente, há um gesto de aparente condenação ao racismo ("sinto muito pelos comentários raciais"), seguido de uma negação da dimensão estrutural da violência ao deslocar a crítica para o campo da "opinião estética".

Esse movimento é significativo. Ao separar “comentários raciais” de “ela realmente é feia”, o discurso tenta estabelecer que a desqualificação estética não teria relação com a racialização do corpo da candidata. Contudo, em contextos historicamente marcados por padrões eurocentrados de beleza, essa separação é artificial.

O racismo estrutural não opera apenas por meio de insultos explicitamente raciais; ele se manifesta sobretudo na sutileza dos comentários, naquilo que nem se percebe como racista ou violento, mas como uma opinião sincera. Assim, a definição social do que é considerado belo, elegante e digno de premiação também é dita como forma de gosto pessoal e, portanto, indiscutível, como se esses “gostos” não fossem fabricados pela estrutura. Ao afirmar que ela “realmente é feia” e que “não merecia ganhar”, o comentário reativa critérios estéticos que foram historicamente construídos em oposição a traços negros e não brancos.

O uso do advérbio “realmente” também é relevante: ele pretende conferir objetividade ao julgamento, como se a feiura fosse um dado factual, e não uma construção social mediada por padrões racializados. Já a afirmação de que ela “não merecia ganhar” desloca a avaliação para o campo do mérito, reforçando a ideia de que há critérios legítimos que ela não teria alcançado, critérios estes moldados por uma história de exclusão racial.

O discurso opera predominantemente por meio do julgamento moral ao associar a aparência da candidata à sua suposta falta de mérito para ocupar o título de Miss. Embora o discurso reconheça os ataques raciais sofridos pela vencedora, essa condenação inicial é utilizada para legitimar uma desqualificação posterior, apresentada como simples opinião, mas que é dividida com outros internautas.

No próximo recorte discursivo, a escolha ficou por conta da relevância analítica, que consiste justamente no modo como o sujeito constrói uma aparente neutralidade ao negar que a questão esteja relacionada à negritude, ao mesmo tempo em que mobiliza critérios de beleza socialmente atravessados por hierarquias raciais. A formulação permite observar como discursos contemporâneos de deslegitimação podem operar sem recorrer a insultos diretos, articulando comparação, mérito e aparência como argumentos relevantes e válidos. Dessa forma, o comentário constitui um material significativo para analisar como práticas discursivas presentes nas redes sociais contribuem para a manutenção das desigualdades.

“O problema não é ser negra, é ser menis bonita que as outras competidoras”

Comentário 8, da postagem 2, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

A análise do discurso acima revela, de forma contundente, a prevalência do subsistema de Julgamento, especificamente no eixo da sanção social, articulado a mecanismos de racismo estrutural que operam por negação e deslocamento.

O discurso se organiza a partir de uma estratégia discursiva de negação preventiva do racismo. Ao afirmar que "o problema não é ser negra", o sujeito se protege de acusação e procura se eximir dessa responsabilidade. No entanto, essa negação inicial não elimina o caráter racializado do julgamento; ao contrário, funciona como um recurso retórico que permite a emissão de uma avaliação excludente sob a aparência de neutralidade. Trata-se de um mecanismo frequente em discursos contemporâneos, nos quais o racismo não se expressa de forma explícita, mas é reconfigurado como opinião técnica ou comparativa.

O núcleo avaliativo do discurso está na afirmação de que a candidata seria "menos bonita que as outras competidoras". Embora, à primeira vista, essa formulação possa parecer uma apreciação estética comparativa, seu funcionamento discursivo ultrapassa esse campo. A comparação não é apresentada como preferência subjetiva, mas como critério legitimador para a exclusão simbólica da mulher negra do espaço de reconhecimento. Assim, a estética é instrumentalizada como base para um julgamento de valor e de merecimento, deslocando o discurso para o domínio da sanção social.

No plano da avaliação linguístico-discursiva (Vian Jr., 2010), o discurso mobiliza predominantemente o subsistema da Apreciação, ao julgar a candidata como "menos bonita". No entanto, tal neutralidade é ilusória: o falante introduz o termo "problema" como estrutura avaliativa, vinculando-o diretamente à raça, mesmo que negue sua relevância. Essa escolha lexical já é, por si só, reveladora de um imaginário racializado.

Esse julgamento implica a aplicação de um padrão normativo de beleza que não é explicitado, mas que opera como referência implícita. Em contextos como concursos de beleza historicamente marcados pela hegemonia da branquitude, a noção de "mais bonita" tende a estar associada a traços eurocentrados. Dessa forma, ainda que o discurso negue o fator racial, ele o reinscreve de maneira indireta, pois a comparação estética se apoia em critérios culturalmente racializados. O resultado é a reafirmação de hierarquias que posicionam corpos negros como naturalmente desfavorecidos na disputa simbólica.

Além disso, ao definir a aparência como "o problema", o discurso desloca a discussão da violência racial para uma suposta inadequação individual da candidata. Esse movimento individualiza a exclusão e dificulta os processos estruturais que moldam os critérios de avaliação. A mulher negra deixa de ser vista como vítima de um sistema excludente e passa a

ser apresentada como alguém que simplesmente “não atende” às exigências do cargo, o que reforça a lógica meritocrática excludente.

Nesse sentido, o julgamento expresso não se limita a avaliar a beleza da candidata, mas questiona sua legitimidade, seu valor simbólico e sua dignidade institucional enquanto Miss São Paulo. O discurso atua como uma forma de sanção social, pois regula quem pode ou não ocupar posições de prestígio, ao mesmo tempo em que naturaliza essa exclusão ao desvinculá-la explicitamente da questão racial.

Portanto, o eixo dominante é o Julgamento, uma vez que o discurso avalia e desautoriza a presença da mulher negra em um espaço de consagração social, sob a justificativa de critérios estéticos supostamente neutros. Essa neutralidade, contudo, é apenas aparente: o comentário reproduz e legitima o racismo estrutural ao reafirmar padrões de beleza racializados e ao mascarar a exclusão sob a forma de comparação técnica e racional.

Analisando a partir do dispositivo da hegemonia e do poder simbólico em (Fairclough, 2016), a desvalorização estética de corpos negros reforça padrões historicamente racializados de legitimidade e prestígio, reproduzindo relações de poder que regulam quem pode ocupar lugares de visibilidade e reconhecimento.

A estrutura do comentário revela um funcionamento discursivo típico do que Fairclough (2016) denomina relação dialética entre discurso e ideologia: o falante, ao tentar negar o racismo, reafirma-o como ponto de partida de seu discurso. Assim, o discurso realiza uma operação de naturalização ideológica (Thompson, 2018), pela qual o sujeito busca mascarar o viés racial sob uma aparência de imparcialidade estética.

Do ponto de vista da prática discursiva, tal discurso se inscreve em um contexto social e histórico no qual a branquitude se configura como norma estética. A tentativa de desvincular a questão racial da estética é, portanto, uma forma de manter a hegemonia sem explicitá-la. Conforme argumenta hooks (2019), o racismo frequentemente se disfarça de gosto pessoal ou de preferência individual, quando, na verdade, reflete estruturas de poder simbólico que associam beleza, valor e humanidade à brancura. Nesse sentido, ao afirmar que “o problema não é ser negra”, o sujeito reforça a ideia de que ser negra é, de algum modo, uma condição que precisa ser justificada, superada ou dissociada da ideia de beleza.

No discurso “O problema não é ser negra, é ser menos bonita que as outras competidoras”, há uma oposição que busca deslocar a questão racial para o campo da estética. Quando o sujeito tenta negar que o motivo de ele reprovar a estética daquela mulher esteja relacionado ao traço racial, ele coloca esse ponto em evidência, como: não é só por isso, mas também, porém disfarçado uma construção sintática “não é X, é Y” que funciona como

mecanismo de correção e meramente comparativo e, ao mesmo tempo, de blindagem: nega-se explicitamente o racismo para apresentar o julgamento como puramente técnico, entretanto, essa dissociação entre raça e beleza não se sustenta historicamente.

Em sociedades atravessadas pelo racismo estrutural, os critérios de beleza foram constituídos sob forte influência eurocêntrica, tomando a branquitude como parâmetro normativo. Assim, quando se afirma que alguém é "menos bonita", a comparação não ocorre em um vazio cultural, mas dentro de uma hierarquia estética racializada.

Além disso, o uso da palavra "problema" indica que a escolha da candidata é percebida como inadequada, como um erro. Essa inadequação é atribuída à aparência, mas a própria definição do que seria "mais" ou "menos" bonito está atravessada por valores sociais que não são neutros.

O racismo estrutural, nesse sentido, não depende necessariamente de ofensas explícitas. Ele opera também por meio de critérios aparentemente objetivos que mantêm a centralidade de determinados padrões e deslegitimam outros. Ao separar raça de beleza, o discurso tenta produzir neutralidade; porém, ao fazê-lo, preserva a lógica histórica que vinculou a ideia de beleza ao ideal branco.

A análise evidencia que o discurso produz um efeito de imparcialidade que encobre os referenciais culturais utilizados para definir quem é considerado mais ou menos belo. A comparação entre competidoras transforma uma hierarquia construída em uma suposta diferença natural de atributos.

Para a seleção do próximo recorte, foi considerada a relevância de como o sujeito constrói uma aparente distinção entre raça e beleza, buscando apresentar a exclusão da candidata como resultado de um critério puramente estético e individual. Entretanto, a própria necessidade de afirmar que "não é questão de racismo" revela a presença da dimensão racial no discurso, uma vez que o sujeito antecipa e tenta controlar possíveis interpretações críticas.

> "Não é questão de racismo, a questão que ela não tel beleza pra ser miss e pronto vamos para de mimi falar que tudo é racismo.
> Tem muitas negras lindas mesmo"

Comentário 9, da postagem 2, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso inicia-se com uma negação — "não é questão de racismo" —, que funciona como um mecanismo de blindagem discursiva. Essa formulação antecipa e invalida

previamente qualquer leitura crítica que identifique o comentário como racista, posicionando tal interpretação como ilegítima. A expressão “mimi” reforça esse movimento ao desqualificar denúncias de racismo como reclamações infundadas, o que contribui para a deslegitimação do debate racial e para a manutenção do silêncio sobre desigualdades estruturais. Essa estratégia, típica do racismo negacionista, permite ao sujeito mascarar a violência simbólica, enquanto mantém a crítica depreciativa sobre a aparência da Miss.

O núcleo avaliativo do discurso está na afirmação de que a candidata “não tem beleza pra ser miss”. Embora formulada como uma apreciação estética, essa avaliação opera, discursivamente, como julgamento social, pois não se limita a expressar gosto pessoal, mas questiona a adequação da mulher negra ao papel institucional de Miss. Ao afirmar que ela “não tem beleza” suficiente, o comentário invalida sua conquista e sua legitimidade, transformando a aparência em critério de exclusão simbólica.

A frase final — “tem muitas negras lindas mesmo” — desempenha um papel na economia discursiva. Trata-se de um recurso típico do racismo contemporâneo, no qual o sujeito afirma reconhecer a beleza de pessoas negras em abstrato para, em seguida, excluir uma mulher negra específica. Essa estratégia desloca o problema do plano estrutural para o individual, sugerindo que a exclusão não se deve à raça, mas a uma falha pessoal da candidata. Com isso, o racismo é negado enquanto sistema, mas preservado em sua lógica de funcionamento.

Esse tipo de formulação reforça a ideia de que a beleza negra é aceitável apenas quando se aproxima de padrões previamente legitimados, geralmente atravessados pela branquitude, pela exotização ou pela excepcionalidade. A candidata, por não corresponder a esse ideal implícito, é considerada inadequada, o que revela como a estética opera como um dispositivo moral e social de hierarquização dos corpos.

Além disso, o discurso estabelece uma fronteira simbólica entre “negras lindas”, toleradas e elogiadas, e a mulher negra em questão, que é desautorizada. Essa distinção fragmenta a experiência negra e legitima a exclusão ao apresentá-la como resultado de critérios objetivos e não de discriminação racial. Assim, o discurso reforça a lógica meritocrática e oculta os critérios racializados que estruturam o campo da beleza e do reconhecimento social.

A análise da interseccionalidade evidencia que a mulher negra é simultaneamente alvo de racismo e sexismo: o comentário questiona seu direito de representar a beleza e a feminilidade, enquanto mantém um padrão social de legitimação baseado em corpos predominantemente brancos. A combinação de negação da raça como problema, afirmação da

crítica estética como neutra e tentativa de silenciamento de denúncias de racismo exemplifica a forma complexa e velada como a violência simbólica se reproduz nas redes sociais.

A frase inicia com uma negação categórica: “Não é questão de racismo”. Esse movimento busca encerrar previamente qualquer possibilidade de leitura crítica. Trata-se de uma estratégia de proteção discursiva, em que o sujeito tenta definir os limites da interpretação legítima antes mesmo que o debate aconteça.

Ao afirmar que “ela não tem beleza pra ser miss”, o comentário apresenta a beleza como critério objetivo, técnico e evidente (“e pronto”). Contudo, concursos de beleza são espaços historicamente regulados por padrões estéticos específicos de raça e feminilidade, tendo em vista que os corpos femininos são sempre vigiados independentemente de um contexto de concurso, privilegiam determinados traços físicos em detrimento de outros.

Assim, a suposta neutralidade do julgamento ignora que os próprios critérios de beleza são social e racialmente construídos. Além disso, o uso do “mimi” desqualifica o debate racial, pois esta expressão cumpre uma função política importante: a de ridicularizar a luta antirracista e esvaziar o sentido de ela existir, silenciando assim as denúncias feitas por quem sofre a opressão, colocando-a como inexistente.

A frase “Tem muitas negras lindas mesmo” funciona como argumento de imunização. É uma forma de dizer: “Não sou racista, pois reconheço que existem negras bonitas”. Contudo, essa estrutura mantém a lógica de comparação e validação externa. A beleza da mulher negra continua sendo condicionada à aprovação segundo padrões já estabelecidos, é sempre trazida apesar da negritude.

Além disso, ao separar “ela” das “negras lindas”, o discurso sugere que a candidata não estaria dentro do grupo das que merecem reconhecimento — reforçando hierarquias internas que também podem estar atravessadas por colorismo e proximidade com padrões hegemônicos.

Dessarte, o discurso atua por meio de uma dupla operação discursiva: ao mesmo tempo em que nega a existência de uma questão racial, mobiliza critérios estéticos atravessados por valores socialmente construídos sobre beleza e pertencimento. A expressão “não é questão de racismo” funciona como tentativa de despolitizar a crítica, enquanto o termo “mimi” reduz a problematização racial a uma suposta reclamação exagerada. Paralelamente, o reconhecimento de que “tem muitas negras lindas” produz um efeito de aparente inclusão, mas mantém a lógica de classificação que diferencia quais corpos negros podem ser valorizados e quais permanecem excluídos dos espaços de prestígio.

O que torna a escolha relevante para a seleção do próximo é a maneira como o sujeito mobiliza a comparação entre experiências distintas para produzir um efeito de equivalência

entre críticas direcionadas a mulheres brancas e violências simbólicas atravessadas por marcadores raciais. Além disso, a referência à presença de uma candidata negra entre as favoritas permite observar como argumentos baseados em exceções são utilizados para negar a existência de desigualdades estruturais.

> "Nem tudo é racismo. A miss Brasil do ano passado, que nem se classificou pro top 20 no Miss Universo, é branca e sofreu hate dia sim dia também porque foi super questionável a vitória dela. E dentre as duas favoritas uma era negra"

Comentário 10, da postagem 2, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

A análise desse discurso evidencia a predominância do eixo do Julgamento moral e da desqualificação social, articulado a uma estratégia discursiva de negação e relativização do racismo, típica de discursos que operam na manutenção do racismo estrutural.

O discurso inicia-se com a formulação categórica "Nem tudo é racismo", que funciona como um operador ideológico de fechamento interpretativo. Ao estabelecer previamente os limites do que pode ou não ser reconhecido como racismo, o sujeito se posiciona como instância legítima de avaliação da denúncia racial, deslocando o debate do plano estrutural para o plano da opinião individual. Esse movimento produz um efeito de esvaziamento político da crítica antirracista, apresentando-a como incongruente.

Na sequência, o comentário recorre à comparação com um caso envolvendo uma miss branca que teria sofrido críticas semelhantes. Essa estratégia discursiva constrói uma falsa equivalência entre situações atravessadas por assimetrias raciais distintas. Ao afirmar que a candidata branca "sofreu hate dia sim dia também", o discurso iguala violências, colocando a situação da mulher branca nessa equivalência, como se isso fosse possível, pois, conforme Ribeiro (2017), não há racismo reverso porque o racismo não se define pela simples existência de ofensa, antipatia ou preconceito individual, mas pela relação estrutural de poder que sustenta a hierarquização racial na sociedade. O racismo pressupõe um sistema histórico, político e institucional capaz de produzir e manter privilégios para um grupo racial e, simultaneamente, subalternizar outro, o que, no contexto brasileiro, se dá a partir da supremacia branca construída desde o período colonial e escravocrata. Assim, embora pessoas brancas possam ser alvo de insultos ou críticas, essas situações não se convertem em racismo, pois não operam dentro de uma estrutura que limite o acesso a direitos, reconhecimento, representação ou humanidade plena.

Logo, esse discurso apaga o fato de que, no caso da mulher negra, a desqualificação incide sobre um corpo historicamente racializado e excluído dos espaços de prestígio. Trata-se de uma operação ideológica que neutraliza a dimensão racial do ataque, convertendo-o em mera contestação de mérito.

O julgamento se intensifica quando o sujeito afirma que a vitória da miss branca foi "super questionável", reforçando a ideia de que críticas são naturais e legítimas no universo dos concursos de beleza. Com isso, os ataques racistas dirigidos à miss negra são recontextualizados como simples discordâncias quanto aos critérios de escolha, e não como práticas discursivas violentas. Esse deslocamento retira do discurso sua dimensão estrutural e o reinscreve no campo da normalidade competitiva.

A afirmação — "E dentre as duas favoritas uma era negra" — atua como um marcador de isenção discursiva. Ao mencionar a presença de uma mulher negra entre as favoritas, o sujeito tenta construir uma imagem de neutralidade racial, sugerindo que o sistema não seria excludente. No entanto, essa referência pontual não invalida a lógica estrutural do racismo; ao contrário, funciona como estratégia de legitimação do discurso, reforçando a ideia de que a exclusão não é racial, mas circunstancial.

Do ponto de vista da Avaliatividade (Vian Jr., 2010), o comentário mobiliza principalmente julgamento social, ao avaliar o mérito e a legitimidade das vitórias anteriores, e apreciação estética e simbólica, ao inserir comparações entre candidatas e favorecer a narrativa de que críticas são universais e não racializadas, ou seja, o discurso avalia a legitimidade das denúncias de racismo e sanciona negativamente aqueles que as formulam, apresentando-os como excessivos ou injustificados. Ao mesmo tempo, ele reafirma normas implícitas de valor, competência e merecimento que continuam sendo reguladas por parâmetros racializados, ainda que não explicitamente nomeados.

Nesse sentido, o julgamento moral dirigido às denúncias antirracistas torna-se uma forma eficaz de silenciamento, contribuindo para a normalização da exclusão e para a perpetuação das hierarquias raciais no campo da representação estética.

A análise sob a perspectiva da interseccionalidade evidencia que a mulher negra é avaliada simultaneamente por critérios de beleza, feminilidade e legitimidade institucional, enquanto o discurso desloca o racismo para o plano de performance, silenciando a operação do poder simbólico racializado, funcionando como mecanismos sutis de reprodução da hegemonia estética e simbólica em espaços digitais.

No discurso "Não é questão de racismo, a questão é que ela não tem beleza pra ser miss e pronto. Vamos parar de mimimi, falar que tudo é racismo. Tem muitas negras lindas mesmo.",

articula-se um conjunto bastante recorrente de mecanismos discursivos de deslegitimação do debate racial.

O discurso “Nem tudo é racismo. A miss Brasil do ano passado, que nem se classificou pro top 20 no Miss Universo, é branca e sofreu hate dia sim dia também porque foi super questionável a vitória dela. E dentre as duas favoritas uma era negra”, mobiliza uma estratégia discursiva bastante recorrente de relativização e deslocamento da questão racial, ou seja, a avaliação de não merecimento não está relacionada às questões de fenótipos negroides, pois se assim fosse, a branca não teria sofrido retaliação.

Essa abertura universalizante: “Nem tudo é racismo” funciona como um marcador de deslegitimação preventiva. Ela estabelece que a denúncia de racismo estaria sendo exagerada, generalizada ou utilizada indevidamente. Assim como no discurso anterior, há uma tentativa de enquadrar o debate como hipersensível ou desproporcional.

Essa estrutura retira o foco da análise específica do caso em questão e transforma a discussão em um argumento abstrato sobre “exagero”.

Ao citar a Miss Brasil do ano anterior e sua participação no Miss Universo, o comentário utiliza um exemplo comparativo para afirmar que mulheres brancas também sofrem críticas. Esse movimento cria uma equivalência discursiva entre críticas a uma candidata branca e possíveis ataques racializados a uma candidata negra.

No entanto, essa comparação ignora que críticas a decisões consideradas injustas ou questionáveis não são estruturalmente equivalentes a críticas atravessadas por marcadores raciais.

O racismo não se resume à existência de críticas, mas à forma como determinadas identidades são historicamente posicionadas dentro de hierarquias sociais e estéticas.

Em “E dentre as duas favoritas uma era negra” o sujeito usa a lógica da exceção como forma de provar a ausência do racismo, isso funciona como argumento de imunização. A presença de uma candidata negra entre as favoritas é mobilizada como evidência de que o sistema não seria racista, ou seja, se uma mulher negra foi favorecida ou reconhecida, então não há racismo.

Contudo, a existência de exceções não invalida a presença de estruturas desiguais. Pelo contrário, muitas vezes elas operam como mecanismos de legitimação simbólica (prova de diversidade), sem necessariamente alterar padrões mais amplos. Esse deslocamento individualiza o problema e impede a leitura histórica e sistêmica.

A análise evidencia que o discurso produz um efeito de contenção da leitura crítica, enquanto a comparação com a candidata branca estabelece uma falsa equivalência entre

experiências que ocorrem em contextos sociais distintos. Ao mobilizar a presença de uma mulher negra entre as favoritas como argumento de que não haveria exclusão racial, o comentário transforma uma exceção em suposta comprovação de igualdade, apagando as condições históricas que atravessam a representação de corpos negros.

O comentário da próxima análise foi selecionado por evidenciar um funcionamento discursivo recorrente nos processos de negação e relativização do racismo, especialmente em debates mediados por redes sociais. A relevância desse enunciado para a análise está no fato de que o sujeito não direciona sua argumentação à situação de violência simbólica sofrida pela mulher negra, mas desloca o foco para a suposta injustiça de quem é acusado de racismo. Dessa forma, o comentário constitui um material relevante para compreender como discursos aparentemente pautados na neutralidade e no direito à opinião podem funcionar como mecanismos de deslegitimação das experiências raciais e de silenciamento das vozes que denunciam desigualdades estruturais.

“Pronto por não concordarem agora virarmos rac1stas?”

Comentário 11, da postagem 2, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso organiza-se centralmente no eixo do julgamento moral, operando como uma estratégia de desqualificação da crítica antirracista e de inversão do lugar da violência. Diferentemente de comentários que incidem diretamente sobre a aparência da mulher negra, este desloca o foco do corpo racializado para o plano moral e discursivo, questionando a legitimidade de nomear determinadas práticas como racistas. O alvo imediato do discurso não é a Miss, mas o próprio enquadramento crítico que identifica racismo nos ataques sofridos, o que revela um funcionamento ideológico típico dos discursos de negação.

O comentário constrói uma avaliação moral implícita ao sugerir que a acusação de racismo seria exagerada, injusta ou autoritária. Ao empregar a forma interrogativa, o discurso produz um efeito de vitimização do sujeito que critica a Miss. Nesse movimento, o julgamento moral se inverte: não são os ataques à mulher negra que aparecem como problema, mas a nomeação desses ataques como racistas. Assim, o discurso atua para deslegitimar a denúncia e reposicionar o sujeito crítico como injustamente acusado, o que constitui uma forma de sanção moral simbólica.

Essa operação discursiva está ancorada na ideologia da neutralidade e da igualdade abstrata, segundo a qual discordar seria um direito desvinculado de relações históricas de poder.

Ao reduzir o racismo a uma questão de intenção individual (“não concordarem”), o discurso apaga sua dimensão estrutural e histórica, característica central do racismo enquanto sistema. Trata-se, portanto, de um mecanismo de reificação ideológica, no qual relações assimétricas de poder são apresentadas como meros conflitos de opinião.

O julgamento moral mobilizado também atua como forma de controle discursivo. Ao insinuar que chamar algo de racismo é excessivo ou indevido, o discurso produz um efeito de silenciamento, inibindo a crítica e reforçando os limites do que pode ou não ser dito sobre raça no espaço público digital. Esse funcionamento é recorrente em práticas discursivas da branquitude, que tendem a preservar sua posição hegemônica por meio da desqualificação moral das narrativas contra-hegemônicas.

Além disso, o uso da grafia “rac1stas” indica consciência do caráter sensível do termo e da possibilidade de sanção social, o que evidencia um metadiscurso defensivo: o sujeito antecipa a acusação e a rejeita, reafirmando sua posição como legítima e injustamente atacada. Essa antecipação reforça o caráter estratégico que não nega apenas o racismo no caso específico, mas questiona a própria validade da categoria “racismo” como ferramenta analítica e política.

Desse modo, o discurso analisado contribui para a manutenção do racismo estrutural ao deslocar o debate das práticas violentas para a moralidade da denúncia. Ao transformar a crítica antirracista em problema, ele reforça a hegemonia discursiva que naturaliza a exclusão da mulher negra e dificulta a nomeação das violências simbólicas que atravessam sua presença em espaços de visibilidade e prestígio.

A interseccionalidade aqui é indireta, mas presente: o comentário atua sobre raça e gênero, pois questiona a avaliação de uma mulher negra em um espaço mediado por padrões de beleza eurocêntricos. Ao negar a existência do racismo, o discurso contribui para o silenciamento das vozes racializadas, reforçando a marginalização simbólica de mulheres negras nos campos da estética e da representatividade social (Davis, 2017).

O discurso “Pronto por não concordarem agora viramos rac1stas?” estrutura-se como pergunta retórica que expressa inconformidade diante da acusação de racismo. À primeira vista, apresenta-se como defesa da liberdade de discordância; contudo, no plano estrutural, revela mecanismos importantes de deslegitimação da crítica antirracista.

A formulação sugere que qualquer discordância estaria sendo automaticamente classificada como racismo. Esse enquadramento produz uma inversão: o foco deixa de ser a análise da possível estrutura racial envolvida na crítica e passa a ser a suposta injustiça sofrida por quem é chamado de racista.

Ao reduzir a questão a “não concordar”, o comentário simplifica o debate. Discordâncias, em contextos marcados por desigualdades estruturais, não são neutras. Quando envolvem critérios de beleza historicamente racializados, elas podem reproduzir padrões excludentes mesmo sem intenção explícita.

O racismo estrutural não depende apenas de declarações abertamente racistas; ele se manifesta na reprodução de critérios, expectativas e hierarquias que foram historicamente organizados a partir da racialização.

Esse deslocamento é significativo, pois transforma o debate estrutural em conflito interpessoal. O problema deixa de ser a hierarquia estética ou histórica e passa a ser a “acusação exagerada”.

No eixo do racismo estrutural, esse tipo de recurso discursivo contribui para fragilizar a possibilidade de nomear o racismo, criar um ambiente em que a denúncia é vista como radical ou precipitada, reforçar a ideia de que o racismo só existe quando há intenção explícita e manter intactos critérios e padrões que podem estar racialmente estruturados.

O discurso, então, reduz uma discussão atravessada por relações históricas de poder a uma simples divergência de opinião, apagando que determinados julgamentos estéticos e sociais podem reproduzir hierarquias racializadas mesmo quando formulados como preferências individuais.

Para a seleção do enunciado subsequente, considerei a legitimidade da própria autodeclaração racial do sujeito, estabelecendo critérios externos para definir quem pode ou não ser reconhecido como negro. Sua relevância analítica está na maneira como o sujeito mobiliza uma suposta objetividade fenotípica para transformar uma construção histórica e social em uma classificação aparentemente natural e incontestável. Assim, o comentário permite investigar como discursos aparentemente fundamentados em uma lógica de esclarecimento podem reproduzir mecanismos históricos de controle, classificação e fragmentação das identidades negras.



Postagem 3

> "Negar que não tem ascendentes brancos, quando é óbvio que tem... também é racismo.. é isso que alguns fazem quando dizem que são negros quando são claramente mestíços.."

Comentário 2, da postagem 3, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso age por meio de julgamento social, ao avaliar identidades raciais como se fossem passíveis de verificação objetiva e moralmente reguladas. O sujeito do discurso se posiciona como instância autorizada a definir quem "é" ou "não é" negro, mobilizando critérios fenotípicos visuais para deslegitimar a autodeclaração racial. Esse movimento configura um julgamento de sanção social, na medida em que estabelece fronteiras normativas sobre pertencimento racial e acusa determinados sujeitos de transgressão simbólica — "dizer que são negros" quando, segundo esse olhar, não deveriam sê-lo.

Sob a perspectiva do Sistema de Avaliatividade, o comentário mobiliza predominantemente processos de Julgamento, ao avaliar negativamente a autodeclaração racial de sujeitos negros. Verbos como "negar" e expressões como "claramente mestiços" constroem uma avaliação de propriedade moral, sugerindo desonestidade, má-fé ou inadequação identitária. Esse julgamento não se limita à conduta individual, mas incide sobre a legitimidade mesma da identidade negra, funcionando como controle simbólico.

Simultaneamente, observa-se a presença de processos de Apreciação, ainda que de forma implícita, uma vez que a categorização racial se ancora na avaliação estética do corpo. Ao afirmar que determinados sujeitos são "claramente mestiços", o sujeito pressupõe que a

identidade negra seria passível de verificação visual objetiva, reforçando a lógica do racismo estético, que hierarquiza corpos a partir da proximidade ou distância em relação ao padrão eurocentrado.

Sob a perspectiva da ideologia, o discurso reinscreve uma lógica racial essencialista e biologizante, segundo a qual a negritude estaria condicionada à ausência de qualquer ascendência branca "visível". Tal racionalidade dialoga diretamente com o racismo estrutural, pois reproduz hierarquias raciais herdadas do colonialismo, nas quais a branquitude funciona como referência reguladora e o pertencimento negro é constantemente questionado, policiado ou fragmentado. Ao afirmar que é "óbvio" que determinados sujeitos têm ascendência branca, o discurso naturaliza um saber racializado que transforma percepções visuais em verdades incontestáveis, apagando a complexidade histórica, social e política da identidade negra no Brasil.

Além disso, o discurso desvia do foco do racismo estrutural para uma suposta "fraude identitária", produzindo um efeito de inversão discursiva: o problema deixa de ser a violência racial e passa a ser o comportamento daqueles que reivindicam a negritude fora dos limites impostos por um olhar normativo. Esse mecanismo contribui para a deslegitimação de experiências negras, especialmente em contextos de ativismo, e atua como forma de violência simbólica, ao restringir o direito à autodefinição racial e reforçar dispositivos de exclusão interracial. Assim, o discurso julga, mas também regula identidades, reafirmando padrões hegemônicos de pertencimento que sustentam a ordem racial vigente.

Do ponto de vista da prática discursiva (Fairclough, 2016), observa-se que o comentário não dialoga com o propósito da postagem, mas promove uma recontextualização ideológica do conceito de racismo, esvaziando sua dimensão estrutural. Ao afirmar que a negação de ascendência branca configuraria igualmente racismo, o sujeito produz uma falsa equivalência discursiva, estratégia recorrente nos discursos da branquitude, conforme discutem Bento (2022) e Almeida (2018). Essa equivalência opera como mecanismo de neutralização da assimetria de poder, elemento para a compreensão do racismo enquanto sistema de dominação.

No plano textual, a construção "quando é óbvio que tem" revela um forte investimento na naturalização ideológica (Thompson, 2018). Em "quando é óbvio que tem..." funciona como marcador de evidência incontestável, apagando o caráter relacional da raça e ancorando a argumentação em um suposto dado empírico imediato: a leitura visual do corpo. Tal operação discursiva reinscreve o corpo negro em que traços fenotípicos são convertidos em prova irrefutável de pertencimento ou não pertencimento racial, reafirmando a centralidade do olhar branco como instância legítima de classificação.

A interdiscursividade mobilizada no comentário articula o discurso da mestiçagem, o discurso liberal da simetria racial (“todos podem ser racistas”) e o discurso biologizante da raça.

Na prática social, o discurso atua como mecanismo de violência simbólica, ao deslegitimar a afirmação da identidade negra justamente em um espaço de visibilidade positiva — o campo da estética e da beleza — historicamente negado a mulheres e meninas negras.

No discurso “Negar que não tem ascendentes brancos, quando é óbvio que tem... também é racismo, é isso que alguns fazem quando dizem que são negros quando são claramente mestiços”, relacionado à postagem sobre elogio racista, mobiliza uma lógica profundamente enraizada na história da classificação racial no Brasil. Ainda que se apresente como crítica à suposta incoerência identitária, o discurso reativa a matriz colonial que instituiu a vigilância sobre a autenticidade racial dos corpos.

Ao afirmar que seria “óbvio” que alguém possui ascendentes brancos, o discurso assume a autoridade de determinar a identidade racial alheia com base em critérios fenotípicos. Essa prática remete diretamente ao sistema de classificação racial consolidado no período escravocrata e posteriormente refinado pelas teorias de branqueamento, em que a identidade não era autodeclarada, mas atribuída segundo aparência, traços físicos e proximidade com a branquitude. O racismo estrutural brasileiro se organizou justamente por meio dessa obsessão classificatória, que transforma o corpo em objeto de inspeção e validação.

A acusação de que pessoas “claramente mestiças” estariam dizendo ser negras produz outro efeito estrutural relevante: a tentativa de estabelecer fronteiras rígidas e policiadas dentro da própria negritude. Essa lógica ignora que, em sociedades marcadas pela escravidão e pela miscigenação forçada, a ancestralidade branca é frequentemente resultado de violência histórica. Exigir a “pureza” identitária como critério de legitimidade retoma, ainda que de forma invertida, a mesma racionalidade que sustentou hierarquias raciais.

Além disso, ao qualificar essa autodeclaração como “também racismo”, o comentário produz uma inversão semântica que desloca o foco da estrutura para o indivíduo. Em vez de problematizar o elogio racista mencionado na postagem, o sujeito direciona a crítica à identidade da pessoa elogiada. Assim, a discussão sobre a lógica racial que estrutura o elogio é substituída por um debate sobre quem teria legitimidade para se identificar como negro.

No plano estrutural, esse tipo de discurso contribui para a manutenção do racismo ao reforçar a ideia de que a identidade negra precisa ser validada externamente e medida segundo critérios fenotípicos. A branquitude permanece como referência implícita de autenticidade e pureza, enquanto a negritude é fragmentada, questionada e submetida a constante verificação.

Dessa forma, o comentário participa da lógica classificatória herdada do colonialismo, como também atualiza o mecanismo de policiamento racial que sustenta o racismo estrutural, a definição de quem pode ou não ocupar determinada identidade, a partir de parâmetros construídos historicamente para hierarquizar e controlar corpos racializados.

Ao afirmar que sujeitos “claramente mestiços” estariam reivindicando uma identidade negra de forma inadequada, o comentário desloca a discussão sobre racismo para uma suposta irregularidade identitária, produzindo uma inversão em que aqueles que denunciam desigualdades passam a ser questionados.

5.3 Afeto negativo e regimes de rejeição

Este eixo analítico concentra-se nos comentários em que o racismo estético se manifesta por meio da mobilização de afetos negativos, tais como incômodo, repulsa, ironia, desprezo e nojo. Diferentemente dos eixos anteriores, a análise não se orienta pela avaliação estética nem pela atribuição direta de características morais, mas pelo modo como emoções e sensações são discursivamente construídas e acionadas como estratégias de rejeição simbólica da presença da mulher negra nos espaços de visibilidade digital.

A partir do subsistema de Afeto, conforme a Teoria da Avaliatividade, examinam-se discursos que expressam sentimentos de desconforto ou desagrado diante da estética e da centralidade social de mulheres negras, ainda que sem recorrer a termos abertamente ofensivos. Esses discursos operam frequentemente por meio da ironia, do sarcasmo ou de formulações aparentemente neutras, nas quais o afeto negativo funciona como mecanismo de exclusão, sinalizando que aquela presença é percebida como excessiva, inadequada ou perturbadora da ordem simbólica vigente.

Articulado à noção de violência simbólica, esse eixo evidencia como o desprezo e a repulsa são naturalizados como reações legítimas ou espontâneas, esvaziando seu caráter político e ideológico. Ao serem expressos como sentimentos pessoais — “não gostei”, “me incomoda”, “acho estranho” —, tais afetos ocultam as estruturas raciais que os sustentam, contribuindo para a normalização do ódio e para a legitimação de práticas discursivas que desumanizam e silenciam a mulher negra sem recorrer, necessariamente, a discursos explicitamente racistas.

Dessa forma, o eixo 5.3 permite compreender como o racismo estético se atualiza por meio de regimes afetivos que regulam quem pode ocupar determinados espaços e sob quais condições. Os afetos negativos, longe de serem meras reações individuais, configuram-se como

práticas discursivas socialmente compartilhadas, que reforçam hierarquias raciais e produzem exclusão simbólica no ambiente digital, ao mesmo tempo em que dificultam sua contestação por se apresentarem como emoções "naturais" ou "inevitáveis".

O comentário a seguir foi selecionado por evidenciar de forma significativa como o afeto negativo pode operar como estratégia de deslegitimação da pauta antirracista sem recorrer a ofensas raciais explícitas. Embora o enunciado não ataque diretamente a mulher negra, ele direciona sua rejeição ao discurso que denuncia a violência racial, mobilizando sentimentos de incômodo e desinteresse que contribuem para enfraquecer a legitimidade do debate. Dessa forma, este recorte permite observar como o racismo estético também se manifesta por meio da rejeição afetiva às práticas de denúncia e resistência, aspecto central deste eixo analítico.



Postagem 3

"A princípio gostei deste site mas já cai na página do vitimismo. Aí desanima. Deixa quieto"

Comentário 3, da postagem 3, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O discurso evidencia, de forma clara, um registro de afeto negativo. O sujeito manifesta desagrado e frustração, sentimentos que se articulam à percepção de inadequação ou exagero na abordagem do tema racial, interpretada aqui como "vitimismo". Esse posicionamento funciona como estratégia de desqualificação simbólica do ativismo e das práticas discursivas que tentam evidenciar a violência racial, deslocando a experiência coletiva da mulher negra para o campo da sensibilidade individual do leitor. Ao afirmar que "desanima", o discurso

expressa desapreço e rejeição, emoções que naturalizam a deslegitimação de discursos críticos sobre racismo.

O comentário também mobiliza elementos de normalização do ódio ou da indiferença, ainda que de maneira sutil. Ao encerrar com “Deixa quieto”, o sujeito opta pelo silenciamento da discussão, estabelecendo um fechamento discursivo que impede a circulação de sentidos críticos. Tal atitude reforça a hegemonia simbólica, pois funciona como mecanismo de controle social: a crítica antirracista é enquadrada como exagerada ou desnecessária, e o espaço de ativismo é desvalorizado.

Nesse sentido, a dimensão afetiva do discurso evidencia regimes de rejeição que operam sob a aparência de opinião pessoal, mas que contribuem para a manutenção de hierarquias sociais e raciais. Ao tratar a denúncia de violência simbólica como vitimismo, o sujeito participa de uma lógica ideológica que minimiza as experiências da mulher negra e reforça o poder discursivo da branquitude e de normas sociais dominantes.

Do ponto de vista da prática discursiva (Fairclough, 2016), o comentário se estrutura como um gesto de ruptura com o contrato comunicativo inicialmente estabelecido. A construção adversativa “A princípio gostei deste site mas…” produz um efeito de concessão estratégica, que funciona como recurso de legitimação da crítica subsequente. Ao afirmar uma avaliação positiva inicial, o sujeito constrói para si uma posição de suposta razoabilidade, a partir da qual passa a desautorizar o conteúdo crítico da página.

A expressão “já cai na página do vitimismo” é central para a compreensão dos efeitos ideológicos do comentário. O termo “vitimismo” opera como rótulo desqualificador, amplamente mobilizado em discursos negacionistas do racismo, conforme apontam autores como Almeida (2018). Trata-se de uma estratégia discursiva que desloca a atenção das estruturas de poder para o suposto excesso emocional ou moral daqueles que denunciam a opressão, produzindo um apagamento das condições materiais e históricas da violência racial.

Nesse sentido, o comentário manifesta uma forma de racismo velado, pois não nega explicitamente a existência do racismo, mas nega sua legitimidade como objeto de denúncia, enquadrando-o como exagero, sensibilidade excessiva ou estratégia de autopromoção identitária. Tal operação se alinha ao modo de naturalização ideológica descrito por Thompson (2018), na medida em que transforma relações estruturais de dominação em questões subjetivas ou individuais.

A interdiscursividade presente no comentário articula o discurso liberal da neutralidade, o discurso meritocrático implícito e o discurso negacionista do racismo. Essa articulação sustenta a hegemonia da branquitude, ao reposicionar o sujeito que denuncia a violência como

problema, e não o sistema que a produz. Conforme argumenta Bento (2022), a acusação de "vitimismo" é uma das formas mais recorrentes de defesa simbólica dos privilégios raciais, pois permite manter intactas as hierarquias sociais sem recorrer a discursos abertamente racistas.

Além disso, ao qualificar essa autodeclaração como "também racismo", o comentário produz uma inversão semântica que desloca o foco da estrutura para o indivíduo. Em vez de problematizar o elogio racista mencionado na postagem, o discurso direciona a crítica à identidade da pessoa elogiada. Assim, a discussão sobre a lógica racial que estrutura o elogio é substituída por um debate sobre quem teria legitimidade para se identificar como negro.

No plano estrutural, esse tipo de discurso contribui para a manutenção do racismo ao reforçar a ideia de que a identidade negra precisa ser validada externamente e medida segundo critérios fenotípicos. A branquitude permanece como referência implícita de autenticidade e pureza, enquanto a negritude é fragmentada, questionada e submetida a constante verificação.

Dessa forma, o comentário não apenas participa da lógica classificatória herdada do colonialismo, como também atualiza o mecanismo de policiamento racial que sustenta o racismo estrutural: a definição de quem pode ou não ocupar determinada identidade, a partir de parâmetros construídos historicamente para hierarquizar e controlar corpos racializados.

O discurso mobilizado "A princípio gostei deste site mas já cai na página do vitimismo. Aí desanima. Deixa quieto." opera como mecanismo de desqualificação que contribui para a normalização do ódio no debate público. A palavra vitimismo é central nessa dinâmica, pois funciona como rótulo que esvazia previamente qualquer denúncia de desigualdade ou violência simbólica.

Ao classificar o conteúdo como vitimismo, o discurso não entra no mérito da argumentação apresentada; ele a invalida por meio de um enquadramento que sugere exagero, fragilidade ou manipulação emocional. Esse tipo de recurso desloca a discussão do conteúdo para uma suposta postura inadequada de quem denuncia. Assim, a crítica estrutural é transformada em queixa individual, e a desigualdade é convertida em sensibilidade descabida.

No eixo da normalização do ódio, esse movimento tem efeitos importantes. Quando denúncias de racismo, discriminação ou violência simbólica passam a ser rotuladas como "vitimismo", cria-se um ambiente discursivo em que a exposição de injustiças é desencorajada. O incômodo não recai sobre o problema denunciado, mas sobre o fato de ele ter sido nomeado. Com isso, a hostilidade estrutural deixa de ser o foco; o foco passa a ser o desconforto de quem é confrontado pela crítica, e não só o desconforto, mas a denúncia.

A sequência "Aí desanima. Deixa quieto." reforça essa dinâmica ao indicar afastamento e desengajamento diante da pauta. Esse gesto simbólico comunica que discutir desigualdades

seria excessivo ou cansativo, contribuindo para a construção de uma cultura em que a crítica social é vista como exagero, enquanto discursos potencialmente violentos ou discriminatórios permanecem menos questionados, pois assim há manutenção do poder hegemônico, gerando segurança para quem pratica e o mantém em posição de privilégio.

Dessa forma, o discurso participa da normalização do ódio ao enfraquecer a legitimidade da denúncia e ao reforçar a ideia de que problematizar desigualdades é uma perda de tempo. O efeito não é apenas a discordância, mas a produção de um ambiente discursivo em que a crítica estrutural é desqualificada e, consequentemente, silenciada.

Portanto, demonstra que a produção do racismo estético não depende, necessariamente, da utilização de insultos ou de referências raciais explícitas. A mobilização de afetos negativos, expressos por escolhas lexicais que comunicam desânimo, incômodo e rejeição, atua como mecanismo de silenciamento das denúncias e de deslegitimação das experiências de mulheres negras. Assim, o discurso confirma que a normalização do ódio pode ocorrer de forma sutil, sustentada por avaliações aparentemente pessoais que contribuem para preservar relações de poder e dificultar o reconhecimento da violência racial no ambiente digital.

O comentário a seguir foi selecionado por exemplificar como o afeto negativo pode ser mobilizado para deslegitimar manifestações de afirmação estética e identitária da mulher negra. Diferentemente de discursos que expressam rejeição por meio de ofensas raciais explícitas, este recorte desloca a crítica para o comportamento atribuído à mulher negra, reinterpretando sua visibilidade pública como busca por protagonismo ou reconhecimento indevido. A análise permite compreender como sentimentos de desprezo e repulsa são discursivamente construídos para esvaziar o valor político da estética afro e transformar práticas de resistência em objetos de desqualificação.



Postagem 4

"Só quer lacrar, nada mais que isso, não a torna melhor que ninguém por conta de cabelo ou penteado 🤮"

Comentário 2, da postagem 4, perfil: As negas do ziriguidum do *Instagram*

O comentário "Só quer lacrar, nada mais que isso, não a torna melhor que ninguém por conta de cabelo ou penteado 🤮" evidencia um afeto negativo centrado na rejeição e no desprezo, funcionando como uma forma de exclusão simbólica. O sujeito do discurso utiliza uma avaliação depreciativa, marcada por atributos e expressões pejorativas, para desqualificar não apenas a ação da jornalista, mas também o significado social de sua expressão estética, associada à cultura afro. O termo "só quer lacrar" denota incredulidade e hostilidade diante da visibilidade da mulher negra, tratando a apropriação de penteados afro como um gesto oportunista ou performativo, em vez de uma afirmação legítima de identidade e pertencimento cultural. O emoji 🤮 reforça a intensidade do nojo e repulsa, tornando explícita a rejeição emocional do sujeito.

Além disso, o uso do emoji de repulsa (🤮) intensifica o componente afetivo do discurso, funcionando como recurso semiótico que materializa uma avaliação negativa de Afeto, especificamente no eixo Satisfação–Insatisfação, com clara predominância desta última. O emoji opera como marca de repulsa e rejeição, sinalizando um estado afetivo de profundo desagrado diante da visibilidade e da afirmação estética da mulher negra. Ao externalizar esse sentimento, o discurso expressa uma reação individual e produz um efeito de sentido que

desautoriza, ridiculariza e deslegitima a presença da mulher negra no espaço público e midiático. Nesse contexto, o sujeito atua como forma de violência simbólica, pois mobiliza o afeto negativo para minar o valor social da ação afirmativa representada, ao mesmo tempo em que reafirma a hegemonia estética e social eurocêntrica, naturalizando padrões excludentes de beleza e pertencimento.

O discurso mobiliza uma estratégia de silenciamento e deslegitimação da representatividade negra, desvalorizando práticas estéticas historicamente subalternizadas. Ao reduzir a importância do penteado a um ato de "lacração", o sujeito invalida o reconhecimento simbólico do cabelo afro, apagando sua dimensão cultural e política. Além disso, reduz a manifestação identitária da jornalista a um gesto de autopromoção ou exibicionismo, despolitizando e trivializando sua ação. Essa avaliação manifesta-se como um regime de rejeição que naturaliza o desprezo pela estética negra, reproduzindo padrões normativos implícitos que privilegiam outras formas de aparência consideradas neutras ou universais, geralmente associadas à branquitude.

Portanto, neste comentário, o eixo de afeto negativo predomina de forma robusta, articulando-se com a violência simbólica e a normalização do ódio. O discurso expressa um desgosto individual e contribui para a manutenção de hierarquias raciais e estéticas, deslegitimando a valorização da estética afro e reforçando a marginalização simbólica de mulheres negras visíveis em espaços públicos e midiáticos.

Portanto, a manifestação discursiva analisada configura uma forma de racismo negacionista, uma vez que não expressa insultos raciais explícitos, mas nega a legitimidade da afirmação identitária e estética da mulher negra, despolitizando o gesto e reforçando normas sociais dominantes. Os efeitos de sentido produzidos pelo comentário incluem a desvalorização da agência da mulher negra, a neutralização do valor político de sua estética afro e a reprodução de hierarquias raciais e de gênero, evidenciando a operação ideológica subjacente que sustenta a violência simbólica presente nos espaços de visibilidade midiática.

O recorte "Só quer lacrar, nada mais que isso, não a torna melhor que ninguém por conta de cabelo ou penteado 😖" mobiliza um repertório discursivo típico da deslegitimação contemporânea de posicionamentos identitários e expressões de afirmação estética negra. A expressão "só quer lacrar" funciona como rótulo redutor que transforma qualquer manifestação de identidade ou posicionamento crítico em busca vazia por atenção ou validação social.

No eixo da normalização do ódio, esse tipo de formulação cumpre a função de esvaziar a dimensão política da estética. Quando cabelo ou penteado, elementos historicamente racializados e alvo de estigmatização, são apresentados como mera tentativa de superioridade

moral, a discussão sobre identidade, pertencimento e resistência é substituída por uma narrativa de vaidade ou oportunismo.

A afirmação de que isso "não a torna melhor que ninguém" também produz um deslocamento importante. A fala pressupõe que houve uma tentativa de hierarquização moral por parte da pessoa mencionada, ainda que essa intenção não esteja explicitada. Assim, constrói-se uma reação preventiva a uma suposta superioridade que pode não ter sido afirmada. Esse mecanismo contribui para criar um ambiente em que expressões de orgulho identitário são lidas como arrogância ou ataque.

O uso do emoji 🤮 intensifica o teor afetivo da mensagem, introduzindo repulsa explícita. Esse elemento não acrescenta argumento, mas adiciona carga emocional negativa, contribuindo para a construção de um clima de hostilidade simbólica. A repulsa visualiza o desprezo, naturalizando a ideia de que determinadas expressões estéticas ou identitárias merecem escárnio.

Assim, não se trata de discordância estética, mas da consolidação de um ambiente discursivo em que expressões de identidade racial ou cultural são constantemente enquadradas como exagero, oportunismo ou tentativa de superioridade, tornando a hostilidade simbólica um elemento banalizado na interação social.

Por fim, este recorte discursivo evidencia que o afeto negativo atua como mecanismo de deslegitimação da identidade e da representatividade negra ao transformar manifestações de valorização estética em comportamentos socialmente reprováveis. As escolhas lexicais e semióticas mobilizadas produzem efeitos de sentido que despolitizam a estética negra, associando-a ao oportunismo e à busca por visibilidade, ao mesmo tempo em que reforçam regimes de rejeição que sustentam a violência simbólica. Dessa forma, o discurso contribui para a manutenção de hierarquias raciais e estéticas ao restringir a legitimidade da expressão identitária da mulher negra nos espaços públicos e digitais

5.4 Síntese interpretativa

A análise dos 27 comentários extraídos das postagens do *Instagram* evidencia que o racismo estético dirigido às mulheres negras se estrutura por meio de processos avaliativos articulados, que operam simultaneamente nos planos da apreciação estética, do julgamento moral e do afeto negativo. Esses eixos não atuam de forma isolada, mas se sobrepõem e se reforçam, produzindo efeitos de sentido que naturalizam a exclusão, a deslegitimação e a violência simbólica contra corpos e estéticas negras.

No eixo da apreciação estética racializada (5.1), os comentários analisados mobilizam predominantemente recursos do subsistema de Apreciação, avaliando cabelos, tons de pele e traços faciais a partir de uma norma estética implícita ancorada na branquitude. Expressões como “feio”, “estranho” ou “não combina” não operam como descrições neutras, mas como avaliações ideologicamente marcadas que reafirmam a colonialidade estética, ao posicionar a estética branca como parâmetro universal de beleza e harmonia. Nesses discursos, a mulher negra é construída discursivamente como desvio, excesso ou inadequação, tendo sua presença condicionada à assimilação de padrões eurocêntricos.

Já no eixo do julgamento moral e da desqualificação social (5.2), observa-se o deslocamento da avaliação do campo estético para o campo ético-social. Comentários que associam aparência a atributos acionam o subsistema de Julgamento, especialmente nas categorias de estima social, produzindo uma leitura moralizada do corpo negro feminino. Esse movimento evidencia como o racismo estrutural opera discursivamente ao vincular estética negra à incompetência, falta de valor ou indignidade, reforçando ideologias que historicamente associam mulheres negras à inferioridade social e moral.

No eixo do afeto negativo e dos regimes de rejeição (5.3), os comentários mobilizam afetos como incômodo, ironia, desprezo e repulsa — frequentemente intensificados por recursos multimodais, como emojis de nojo ou riso. Esses afetos, analisados no subsistema de Afeto, não expressam apenas emoções individuais, mas funcionam como estratégias discursivas de exclusão simbólica, contribuindo para a normalização do ódio e da violência simbólica. Ao naturalizar o sentimento de rejeição frente à estética negra, esses discursos produzem um ambiente discursivo que legitima a desumanização e o apagamento das mulheres negras nos espaços de visibilidade digital.

De forma integrada, os três eixos analíticos demonstram que os comentários avaliam corpos e aparências e participam ativamente da (re)produção de hierarquias raciais, estéticas e morais. A articulação entre apreciação racializada, julgamento moral e afeto negativo revela o caráter ideológico das avaliações, evidenciando como a linguagem atua como instrumento central na manutenção do racismo estético e das violências simbólicas contra mulheres negras no *Instagram*.

5.5 Fechamento do capítulo

Este capítulo teve como propósito analisar, a partir de uma perspectiva crítico-discursiva, como se constroem e se naturalizam práticas de racismo estético direcionadas às

mulheres negras em comentários de internautas no *Instagram*. Ao organizar o *corpus* em eixos analíticos — apreciação estética racializada, julgamento moral, afeto negativo e resistência discursiva —, foi possível evidenciar que as avaliações mobilizadas nos comentários não se limitam à expressão de opiniões individuais, mas operam como práticas sociais ideologicamente orientadas, profundamente imbricadas nas estruturas raciais que organizam a sociedade brasileira.

Os resultados da análise demonstram que os discursos avaliativos atuam como dispositivos de manutenção de hierarquias simbólicas, sobretudo ao reafirmar padrões eurocêntricos de beleza e moralidade, ao mesmo tempo em que desautorizam a presença, a visibilidade e a agência das mulheres negras nos espaços de reconhecimento social. A recorrência de estratégias de apagamento, ironização e negação do racismo evidencia o caráter estrutural dessas práticas discursivas, que se apresentam como neutras ou espontâneas, mas produzem efeitos sistemáticos de exclusão e violência simbólica.

Portanto, reforça a centralidade da linguagem na reprodução — e também no questionamento — das desigualdades raciais e de gênero. Ao evidenciar como os processos avaliativos sustentam formas contemporâneas de racismo estético, a análise aqui desenvolvida fornece subsídios para as reflexões apresentadas nas considerações finais, nas quais se discutem as implicações teóricas, sociais e políticas desses achados, bem como a importância de enfrentar a naturalização discursiva da violência simbólica contra mulheres negras nos ambientes digitais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo desta pesquisa permitiram examinar, de maneira sistemática, como discursos de ódio racial veiculados em comentários de internautas no *Instagram* produzem efeitos de sentido que naturalizam e amplificam violências simbólicas contra mulheres negras no campo da estética e da beleza. Partindo de uma abordagem crítico-discursiva, o estudo investigou como tais efeitos se articulam à reprodução de ideologias racistas e sexistas, operando por meio de processos avaliativos inscritos no subsistema de Atitude — especialmente Julgamento, Apreciação e Afeto — e mobilizando interseccionalidades entre raça, gênero, classe e estética. Ao responder às questões propostas, a pesquisa evidenciou que a linguagem avaliativa não apenas expressa opiniões individuais, mas atua como prática social que legitima hierarquizações simbólicas, sustenta padrões excludentes de beleza e contribui para a normalização da desqualificação da mulher negra nos espaços digitais.

Este trabalho teve como objetivo compreender como os discursos de ódio racial naturalizam e amplificam violências simbólicas contra mulheres negras, veiculados em páginas do *Instagram* voltadas à publicidade relacionada à beleza. Partindo da compreensão de que as redes sociais digitais constituem espaços privilegiados de circulação de sentidos e de disputa simbólica, a pesquisa se orientou pela seguinte problemática: de que maneira comentários sobre beleza, corpo e estética de mulheres negras reproduzem, legitimam ou tensionam ideologias raciais hegemônicas, mesmo quando não se apresentam como racismo explícito?

Para responder a essa questão, o estudo articulou a Análise Crítica do Discurso (ACD), sobretudo a partir de Fairclough (2003, 2016), com o Sistema de Avaliatividade da Linguística Sistêmico-Funcional, conforme proposto por Martin e White (2005), Vian Jr. (2010), Almeida (2010). Essa articulação metodológica mostrou-se produtiva ao permitir compreender, simultaneamente, os efeitos discursivos das escolhas linguísticas no subsistema de Atitude e sua inserção em processos estruturais de poder, dominação e controle simbólico. A opção por uma abordagem qualitativa-interpretativista possibilitou examinar os comentários não como discursos isolados, mas como práticas sociais situadas, atravessadas por relações históricas de raça, gênero e classe.

O percurso analítico revelou que os discursos coletados se distribuem de forma desigual entre os eixos analíticos definidos no trabalho. Observou-se uma recorrência expressiva de avaliações enquadradas no eixo que corresponde ao apagamento racial e à deslegitimação da pauta antirracista, frequentemente materializadas por acusações de vitimismo ou exagero. Esses

discursos realizam avaliações predominantemente negativas no domínio da Apreciação, especialmente nas categorias de reação–impacto e reação–qualidade, produzindo rejeição simbólica à afirmação estética e identitária das mulheres negras. Tal desequilíbrio, longe de representar uma limitação, constitui um achado relevante da pesquisa, pois evidencia a centralidade dessas estratégias discursivas na reconfiguração contemporânea do racismo.

As análises também demonstraram que o racismo presente nos comentários raramente se manifesta por meio de insultos diretos. Ao contrário, ele se atualiza por mecanismos discursivos sutis, como a negação da identidade racial, a universalização de padrões estéticos brancos, a desqualificação moral do ativismo negro e o deslocamento da discussão racial para o campo da opinião individual. Comentários como "Não vi nenhuma negra, apenas o penteado!" ou "KD as mulheres bonitas??" exemplificam como avaliações aparentemente neutras ou interrogativas funcionam como atos de exclusão, retirando a mulher negra do domínio do belo, do legítimo ou do visível. Sob a perspectiva da ACD, tais discursos participam de processos de naturalização ideológica, ao apresentar normas racializadas como senso comum não marcado.

No que se refere especificamente ao Sistema de Avaliatividade, constatou-se que a Apreciação ocupa lugar central na produção do racismo estético analisado, sobretudo quando mobiliza reações de impacto que expressam choque, desdém ou rejeição diante da estética negra. A Afetividade, quando presente, tende a aparecer de forma deslocada, muitas vezes associada à ironia ou ao escárnio, enquanto o Julgamento emerge sobretudo na avaliação moral do comportamento das mulheres negras ou das pautas antirracistas, classificadas como exageradas, oportunistas ou inadequadas. Esses padrões avaliativos revelam que a disputa em torno da beleza não é superficial, mas profundamente política, pois envolve o controle dos critérios de valor social.

Os resultados da pesquisa dialogam diretamente com autoras e autores do pensamento negro e decolonial, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Grada Kilomba e Cida Bento, ao evidenciar que o ideal de democracia racial e o pacto da branquitude continuam operando de forma eficaz no ambiente digital. A recusa em nomear o racismo, a insistência na miscigenação como argumento neutralizador e a desqualificação da denúncia racial funcionam como estratégias de manutenção do privilégio branco, agora reconfiguradas pelas dinâmicas interacionais das redes sociais.

Ao final do percurso, este trabalho reafirma que os discursos analisados não devem ser compreendidos como manifestações individuais isoladas, mas como práticas discursivas socialmente organizadas, que participam ativamente da reprodução e manutenção das

desigualdades raciais. Ao mesmo tempo, a própria existência das páginas de ativismo negro e das postagens analisadas evidencia que o *Instagram* também se constitui como espaço de resistência, visibilidade e reconfiguração de sentidos sobre a mulher negra, sua estética e sua humanidade e que mesmo assim, em páginas de ativismo negro, os discursos racistas contra mulheres negras são recorrentes.

Como contribuição, a pesquisa oferece um modelo analítico que demonstra a potência da articulação entre Avaliatividade e ACD para o estudo do racismo contemporâneo, especialmente em contextos digitais. Além disso, reforça a necessidade de que estudos linguísticos e discursivos continuem a tensionar os regimes de visibilidade e valor que sustentam a exclusão racial, reconhecendo a linguagem como campo central de disputa política e simbólica. Por fim, espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento de pesquisas comprometidas com a justiça racial e com a construção de epistemologias que partam das experiências e dos saberes das mulheres negras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alessandra Santos de. **Movendo-se entre as flores do asfalto**: mobilidade urbana e a saúde mental de mulheres negras em Salvador na pandemia da covid-19. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e ciências Humanas) — Programa de pós-graduação em Estudos interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2021.

ALMEIDA, Fabíola Sartin Dutra Parreira. **A avaliação na linguagem**: os elementos de atitude no discurso do professor — um exercício em Análise do Discurso Sistêmico-Funcional. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2010a.

ALMEIDA, Fabíola Sartin Dutra Parreira. Atitude: afeto, julgamento e apreciação. *In*: VIAN JR., Orlando; SOUZA, Anderson Alves; ALMEIDA, Fabíola A. S. D. P. (org.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**: estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliatividade. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2010b. p. 99-112.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte/MG: Letramento, 2018.

BARRETO, Luciana. **Discursos de ódio contra negros nas redes sociais**. Rio de Janeiro/RJ: Pallas Editora, 2023.

BATISTA Jr., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. **Análise do Discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo/SP: Parábola, 2018.

BENTO, Cida. **A branquitude e o racismo no Brasil**. São Paulo/SP: Cadernos de Pesquisa, 2002.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. Um relato de si. *In*: BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 1. ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2018b.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Editora UNESP, 2021.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Da Análise do Discurso à Análise Crítica do Discurso: introduzindo conceitos, *In*: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; SCLIAR-CABRAL, Leonor (Orgs.) **Desvendando discursos**: conceitos básicos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, p. 19 – 44.

CAMPOS, Laide Daiane Costa. **Feminismo, cabelo diaspórico e dupla consciência em Americanah, de Chimamanda Adichie**. 2020. 105 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) — Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2020.

CANZONIERI, A. M. **Metodologia da Pesquisa Qualitativa na Saúde.** Petrópolis: Vozes, 2010.

CASTELLS, M. **Communication Power**. Nova Iorque/EUA: Oxford University Press, 2009.

CASTRO, Francisco Anderson; MIRANDA, Palloma Valéria de; PASSOS, Fábio Abreu dos. **A mulher negra no Brasil**: estética como agravadora do racismo e sexismo a partir da concepção de Lélia Gonzalez. Teresina: UFPI, 2022.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.

COLLING, Taís. **A trajetória de mulheres negras no contexto de trabalho**: um olhar a partir da teoria interseccional. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Aplicadas) — Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2019.

COSTA, Luana Pereira. **Interseccionalidade de raça, classe e gênero em experiências e estratégias de mulheres em situação de violências nas suas relações íntimas de afeto**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2019.

, Maria Angélica da; SOUZA, Maria Medianeira de. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo/SP: Cortez, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

EGGINS, Suzanne. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum, 2004.

EUFRÁSIO, Sabrina Clavé. **Práticas informacionais**: um estudo netnográfico à luz das informações étnico-raciais. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 1980.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London/UK: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Noman. **Discurso e mudança Social**. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 2016.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter; AMADEU, Sérgio; SILVA, Tarcízio. **Colonialismo digital**: por uma crítica Hacker-Fanoniana. 1. ed. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2023.

FERREIRA, Pietra Gomes. A discriminação estética da mulher negra. **Revista Jurídica Gralha Azul**, TJPR, 2020. Disponível em: https://revista.tjpr.jus.br/gralhaazul/issue/view/3. Acesso em: 06 out. 2025.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 7 ed. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2013.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GOMES, Maria Lúcia Adriana Silva. **Narrativas de mulheres negras no Youtube**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) — Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal do Tocantins, Palmas/TO, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 2020.

HALLIDAY, M. A. K. An **introduction to functional grammar**. 2. ed. Londres/UK: Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, M. I. M. Christian. **An introduction to functional grammar**. London/UK: Routledge, 2014.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a Educação como prática de liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2013. p. 223-233.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: Ana Luiza Libânio. 5. ed. Rio de Janeiro/RJ: Rosa dos Tempos, 2019a.

hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo/SP: Elefante, 2019b.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** mulheres negras e feminismo. 7. ed. Rio de Janeiro/RJ: Rosa dos Tempos, 2020.

JESUS, Juliana Oliveira Teixeira de. **A negação estruturalizada da maternidade negra**: a importância da filosofia africana para uma real efetivação do direito à maternidade. 2022. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Cobogó, 2019.

LIMA, Caroline Barreto de. **Modativismo**: práticas feministas e antirracistas em processos criativos decoloniais. Tese (Doutorado) — Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2022.

LIMA, Janayara Araújo. **Memórias de mulheres negras em insubmissas lágrimas de mulheres, de Conceição Evaristo**. 2020. 113 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional/TO, 2020.

LIMA, Thaynara da Silva. **Silenciadas**: a voz da mulher negra em formato de podcast. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação — Jornalismo) — Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2019.

LIRA, Albânia Celi Morais de Brito. **Insubmissas lágrimas de mulheres**: narrativas de resistência e enfrentamento em Conceição Evaristo. 2020. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional/TO, 2020.

LOBO, Mory Márcia de Oliveira. **Mulheres negras em rede**: materialidades discursivas no Facebook. 2022. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) — Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso Cuiabá/MT, 2022.

MARCANO, Mery Carolina Andrades. **La interseccionalidad de género, raza, etnia y presencia del colonialismo en las obras Lucy y La autobiografía de mi madre, de Jamaica Kincaid**. 2021. 216 f. Tese (Doutorado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína/TO, 2021.

MARTIN, James & Peter R.R. WHITE. **The Language of Evaluation**. London: Palgrave. 2005.

MARTINS, Luana Ramalho. **Da invisibilidade à resistência**: mulheres negras e a vida afrocentrada como potência de cuidado no território. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) — Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2021.

MEIRA, G. M. G. S.; CUNHA, D. B. Violência de gênero contra a mulher: estudo crítico das identidades. *In:* **Cadernos da CNLF** (CiFEFiL). v. XVIII, 2014. p. 130. Disponível em: www.ascd.com.br. Acesso em: 19 jun. 2023.

MELO, Celso Eduardo Santos de. **Racismo e violação aos direitos humanos pela internet**: estudo da Lei nº 7.716/89. 2010. Tese (Doutorado) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, 2010.

MOLLICA, Maria Célia de Magalhães; SILVA, Cynthia Aparecida Pereira Patusco Gomes da; BATISTA, Hadinei Ribeiro. **Sujeitos em ambiente virtuais**: Festschriften para Stella Maris Bortoni-Ricardo. 1. ed. São Paulo/SP: Parábola Editorial, 2015.

MOREIRA, Adilson. **O que é racismo recreativo?** Belo Horizonte/MG: Letramento, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis/RJ: Autêntica, 2007.

NATANSOHN, Graciela; ROVETTO, Fiorencia. **Internet e feminismos**: olhares sobre violências sexistas desde a América Latina. Salvador/BA: EDUFBA, 2019.

NEGRA mulher. Intérprete e Compositora: Anne Carol. *In*: Semblantes. Intérprete: Anne Carol. [*S. l.*]: Badalando Play, 2023. (3 min 37 s).

NEVES, Mariana Ferreira. **Transição**: do fio a raiz. 2019. 11 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Artes Cênicas — Indumentária) — Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2019.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão**: como o Google fomenta e lucra com o racismo. Santo André/SP: Rua do Sabão, 2021.

NOGUEIRA, Yasmin de Freitas. **Memórias de corpo negro feminino**: narrativas poéticas, ancestralidade e processos criativos. 2019. 212 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) — Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2019.

OLIVEIRA, Joilda Alves de. **Da conjuração dos versos**: a expressão poética feminina afro-brasileira de Conceição Evaristo. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2021.

OLIVEIRA JUNIOR, João Mouzart de. **Entre a rua e o ciberespaço**: ciberracismo nas redes sociais brasileiras. 2021. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas). Programa de pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, 2021.

PAIVA, Vânia Maria de Oliveira. **Pesquisa qualitativa em comunicação**. E-papers, 2013.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble. What the Internet is Hiding from You**. The Penguin Press. New York. 2011.

PEDRO, E. Análise crítica do discurso: Aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. *In:* PEDRO, E. (org.). **Análise crítica do discurso:** uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997. p. 19-46.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Análise crítica do discurso**: do linguístico ao social no gênero midiático (interface: letras e comunicação social). São Cristóvão/SE: Editora UFS; Aracaju/SE: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo/SP: Planeta do Brasil, 2023.

PRETO, Jaqueline Mesquita. **A violência do racismo nos contos de Mulher mat(r)iz, de Miriam Alves**: uma abordagem pelo viés da literatura afro-brasileira de autoria feminina. Trabalho de Conclusão (Graduação em Letras) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2021.

RACE, Camila Miranda Sousa. **Feminicídio**: uma análise decolonial e interseccional da maior vitimização de mulheres negras no Brasil. 2022. 109 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2022.

RAMOS, Mayara Augusta Monteiro. **Conformação da questão social que alicerça o trabalho doméstico sobre a força de trabalho das mulheres negras em Sergipe**. 2022. 105 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2022.

RESENDE, Viviane. **Análise de discurso crítica e realismo crítico**: implicações interdisciplinares. Campinas/SP: Pontes, 2009.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. 2. reimp. São Paulo/SP: Contexto, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte/MG: Letramento; Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. ed. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Roseli Leal. **Esfrega a roupa Maria no tanque**: arquivo, documento e memória afetiva a partir de narrativas de mulheres negras do Movimento das Lavadeiras de Salvador. 2021. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) — Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2021.

ROCHA, Elisa Nesi. **O empoderamento da mulher preta pela estética**: cabelo afro e o mercado capilar nas redes sociais. 2020. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) — Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2020.

SANTANA, Arima de Andrade. **Caminhos para a despersonificação**: uma iconografia de mulheres negras. 2022. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2022.

SANTOS, Denise Bispo dos. **Para além dos fios**: cabelo crespo e identidade negra feminina na contemporaneidade. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019b.

SANTOS, Jaqueline Miranda Testolin dos. **Mulher negra frente ao mercado**: racismo e desigualdades de gênero. Trabalho de Conclusão (Graduação em Administração) — Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2019a.

SANTOS, Marco Aurélio Moura dos. **O discurso de ódio em redes sociais**. 1. ed. São Paulo/SP: Lura Editorial, 2016.

SANTOS, Maria Taires dos. **Entre Josefas, rezas e rodas**: a práxis do cuidado em saúde e o empoderamento da mulher quilombola. 2022. 219 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Culturas Populares) — Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2022.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje: ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro. **Folha de São Paulo**, São Paulo/SP, domingo, 07 maio 2000. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm. Acesso em: 06 out. 2025.

SANTOS, Paulo Sérgio da Silva. **A apropriação do poder hegemônico da ciência em revistas de divulgação científica**: estratégias sociodiscursivas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN, 2017)

SANTOS, Rosineide Andrade. **A mulher negra no contexto da educação, cultura e arte**: práticas de leitura e reflexões sociais a partir de um cordel de Izabel Nascimento. 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2021.

SATO, Denise Tamaê Borges; BATISTA Jr., José Ribamar Lopes. **Contribuições da análise de discurso crítica no Brasil**: uma homenagem à Izabel Magalhães. Campinas/SP: Pontes Editores, 2013. Coleção Linguagem e Sociedade, volume 5.

SCHEIFLER, Daniela Severo de Souza. **Diáspora e branquitude em Americanah, de Chimamanda Ngozi Adichie**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**. São Paulo/SP: Annablume, 2012.

SENNA, Ariane Moreira de. **A solidão da mulher trans, negra e periférica**: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal. 2021. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) — Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2021.

SILVA, Bruna Gabriella Santiago. **Erguer a voz**: as representações das mulheres negras na literatura de cordel de Jarid Arraes. 2022. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2022a.

SILVA, Débora Jean Lopes. **Mulheres na literatura**: escritas de autoria feminina negra. 2021. [154] f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) — Instituto de Geografia, História e Documentação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/TO, 2021b.

SILVA, Fernanda Pinheiro de Souza e. **O genocídio racial no Brasil**: uma análise crítica do discurso sobre naturalizações do racismo. Curitiba/PR: Appris, 2022c.

SILVA, Gabriella Santos da. **A colonialidade em meu corpo**: as mulheres que vivem em mim falam por si. 2021. 74 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis/MT, 2021c.

SILVA, Kizzy Emanoelle Cesário da. **Beleza tem cara e cor?** a representação da mulher negra no reposicionamento da marca Seda. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação — Habilitação em Publicidade e Propaganda) — Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2020.

SILVA, Lucimar Fonseca. **A liderança feminina no espaço do terreiro de candomblé da Bahia como estratégia de luta, resistência e amor**: no combate ao preconceito e ao racismo religioso. 2021. 223 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) — Instituto de Geografia, História e Documentação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2021d.

SILVA, Nathana Yara da Costa. **A arte como forma simbólica**: representações da mulher negra na obra bastidores, de Rosana Paulino. 2021. 112 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) — Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína/TO, 2021a.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo/SP: Edições Sesc, 2022b.

SILVA, Yasmin Nobre da. **Ser mulher e ser mulher negra**: caminhos de uma emancipação epistêmica. 2020. 65 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2020.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

SOLNIT, Rebeca. **Os homens explicam tudo pra mim**. São Paulo/SP: Cultrix, 2017.

SOUSA, Elaine da Silva. **Protagonistas de sua história**: territorialidades femininas da comunidade quilombola Dona Juscelina em Muricilândia/TO. 2021. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional/TO, 2021

SOUZA, Ana Beatriz Pereira de. **Preta Patrícia**: uma análise crítica multimodal de ressignificação de discursos de gênero, raça e classe em interações em redes sociais. 2021. Monografia (Graduação em Letras) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2021

SOUZA, Andreia Costa. **Ensino de história e mulher negra**: um olhar interseccional sobre as percepções de estudantes em Conceição do Araguaia/PA. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) — Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína/TO, 2020.

SOUZA, Cássia Fabiane dos Santos. **O esvoaçar de lembranças no pouso de lutas socioambientais de mulheres negras**. 2019. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) — Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2019.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro/RJ: Estação Brasil, 2021.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Rio de Janeiro/RJ: Vozes, 2018.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 8. ed. Rio de Janeiro/RJ: Rosa dos Tempos, 2018.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo/SP: Jandaíra, 2022.

van DIJK, Teun A. La multidisciplinariedad del análisis crítico del discurso: un alegato a favor de le diversidad. *In*: WODAK, Ruth. MEYER, Michael (org.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona/ES: Gedisa, 2003.

van DIJK, Teun A. **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona/ES: Gedisa, 2007. Reimp. 2016.

van DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo/SP: Contexto, 2010.

van DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. Tradução: Judith Hoffnagel e Karina Falcone. 2. ed. 4. reimp. São Paulo/SP: Contexto, 2018.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo/SP: Ubu Editora, 2020.

VIAN JR., Orlando; SOUZA, Anderson Alves; ALMEIDA, Fabíola A. S. D. P. (org.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**: estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliatividade. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2010.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F de. (Org). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2018.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas/SP: Pontes Editores, 2016. Coleção linguagem e sociedade, Vol. 1, 2. ed.

VOGAS, Pedro Henrique de Siqueira. **Violência contra a mulher por meios virtuais**: medidas protetivas de urgência e sua eficácia. 2020. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) — Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2020.

WODAK, Ruth. De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD): resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (org.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona/ES: Gedisa, 2003.

ANEXO I — POSTAGENS

Postagem 1



Postagem 2



Postagem 3



Postagem 4



Links:

Postagem 1 - https://www.instagram.com/p/C6ekFIHx67G/?img_index=1 (Acesso em julho de 2024).

Postagem 2 - https://www.instagram.com/p/C-DP_QzIgwF/?img_index=1 (Acesso em agosto de 2024).

Postagem 3 - https://www.instagram.com/p/Cs2AcIou-C6/?img_index=1 (Acesso em julho de 2024).

Postagem 4 - https://www.instagram.com/p/C9n9gvkMbbc/?img_index=1 (Acesso em agosto de 2024).